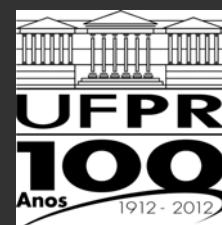


CADERNO DE RESUMOS

Monografias de conclusão
do curso de Bacharelado
e Licenciatura em
História da Universidade
Federal do Paraná

2.º SEMESTRE 2013

*Programação das
apresentações e
resumos das
monografias de
conclusão de curso
de Bacharelado e
Licenciatura*



PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA I – Antiga e Medieval: poder e sociedade

Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013

Das 08h00 às 09h30 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Rodrigo Tavares, André Luiz Leme e Elaine Senko. Suplente: Carlos Eduardo Zlatic.

DIREITOS FEMININOS DO EGITO ROMANO: O CASO DO P.OXY VI 903

Aluna: Ingrid Cristini Kroich Frandji

Orientadora: Renata Senna Garrafoli

DO IMPERIUM AO REX: A FORMAÇÃO DO PODER POLÍTICO-MILITAR DE GENSERICUS ENTRE OS VÂNDALOS (SÉCULO V)

Aluno: Marlon Citon

Orientador: Renan Frighetto

UM GENTIO E TRÊS SÁBIOS: AS POSSIBILIDADES E LIMITES DE UM DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA OBRA DE RAIMUNDO LÚLIO

Aluna: Denise Ribeiro Kuntz

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

ARGUMENTOS PARA A LEGITIMAÇÃO DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO EM MARSÍLIO DE PÁDUA (1280-1343)

Aluno: Fabiano Arndt Araújo

Orientadora: Fátima Regina Fernandes

AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES ESPIRITUAL E TEMPORAL NA TEORIA POLÍTICA DE ÁLVARO PELAYO ATRAVÉS DE SEU ESPELHO DOS REIS (1341-1344)

Aluna: Leonardo Girardi

Orientadora: Fátima Regina Fernandes

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA II – Literatura, música e quadrinhos

Terça-feira, 17 de dezembro de 2013

Das 08h00 às 09h30 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Clóvis Gruner, Raphael Guilherme de Carvalho e Rodrigo Araújo. Suplente: Reginaldo Cerqueira.

HISTÓRIA E LITERATURA: AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA OBRA DE ÉRICO VERÍSSIMO

Aluna: Camila Maria Longo Pleszczak

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

O QUE VOCÊ PENSARIA SOBRE A VIDA SE A MORTE FOSSE SUA IRMÃ MAIS VELHA? COMO A MORTE, ANGÚSTIA E MEDO EM SANDMAN DIALOGAM COM OS SENTIMENTOS DA SOCIEDADE AMERICANA DA ÉPOCA (1988-1998)

Aluno: Guilherme Ieger Dobrychtop

Orientadora: Rosane Kaminski

RAP E RELIGIÃO NA CULTURA DA PERIFERIA DE SÃO PAULO (1990-2005)

Aluno: Vágner Santana de Melo

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

HISTÓRIA E MÚSICA: REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO” NO RAP CARIOCA

Aluno: Pedro Artur Cruz de Melo

Orientador: Rafael Faraco Benthien

A REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO: O CASO TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA

Aluno: Matheus Canali de Oliveira

Orientador: Rafael Faraco Benthien

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA III – História e Cinema

Segunda-feira, 16 de dezembro de 2013

Das 09h45 às 10h45 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Pedro Plaza Pinto, André Luiz Leme e Elaine Senko. Suplente: Carlos Eduardo Zlatic.

A REPRESENTAÇÃO DA FEBEM E DO MENOR INFRATOR EM “PIXOTE: A LEI DO MAIS FRACO”, DE HECTOR BABENCO

Aluna: Nicolle Taner de Lima

Orientador: Dennison de Oliveira

DESLUMBRAMENTO E DENÚNCIA: REPRESENTAÇÕES NO CINEMA BRASILEIRO A CERCA DO ÊXODO RURAL

Aluno: Filipe Steffen

Orientador: Rafael Faraco Benthien

REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL NO CINEMA DE HORROR: O CAPITALISMO E A FAMÍLIA NORTE-AMERICANA EM O MASSACRE DA SERRA ELÉTRICA (1973-1979)

Aluna: Gabriela Müller Larocca

Orientador: Dennison de Oliveira

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA IV – Brasil

Quarta-feira, 18 de dezembro de 2013

Das 08h00 às 09h45 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Andréa Carla Doré, Carlos Eduardo Zlatic e Reginaldo Cerqueira. Suplente: Rodrigo Araújo.

PARA ALÉM DO CATIVEIRO: RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ESCRAVOS E LIVRES NO PARANÁ OITOCENTISTA (1861-1884)

Aluno: Marcelo Ferreira

Orientador: Luiz Geraldo Silva

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA (PALMAS-PR)

Aluna: Hellen Cris Leite de Lima

Orientador: Antonio Cesar de Almeida Santos

À MARGEM ESQUERDA, MIGUEL: PRÁTICAS NOMINATIVAS DE INDÍGENAS EM RIO PARDO (CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1755-1765)

Aluno: Alysson de Ávila Costa

Orientadora: Martha Daisson Hameister

O PODER DA PALAVRA: A HABILIDADE RETÓRICA DE SIMÃO PEREIRA DE SÁ NA CRÔNICA HISTÓRICA TOPOGRÁFICA E BÉLICA DA NOVA COLÔNIA DO SACRAMENTO E A SUA INFLUÊNCIA NA MANUTENÇÃO DESSA PRAÇA E NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Aluna: Tamyres Gonçalves Palma Zimmer

Orientadora: Martha Daisson Hameister

TENTATIVAS DE REESCRAVIZAÇÃO E O EMBATE PELA LIBERDADE: SENHORES E ESCRAVOS EM CURITIBA (1870-1888)

Aluna: Ruanita Constantina da Silva

Orientadora: Joseli Mendonça

O PROJETO DANTAS E O PARECER DE RUY BARBOSA SOBRE A LEI DOS SEXAGENÁRIOS

Aluno: Antonio Carlos Gonçalves

Orientador: Carlos A. M. Lima

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA V – Identidades

Terça-feira, 17 de dezembro de 2013

Das 09h45 às 11h15 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Maria Luiza Andreazza, Anadir dos Reis Miranda e Carmem Kummer.
Suplente: Raphael Guilherme de Carvalho.

EGITO ANTIGO E O IMPERIALISMO BRITÂNICO NO SÉCULO XIX: AS DESCOBERTAS DO ANTIQUARISTA GIOVANNI BELZONI

Aluna: Natascha de Andrade Eggers

Orientadora: Renata Senna Garaffoni

“O \$HOW TEM QUE PARAR!!!” A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PELA NEGACÃO DO OUTRO NO TERCEIRO ESPACO (2000-2010)

Aluna: Caroline Christina de Souza Serpa

Orientadora: Karina Kosicki Belloti

A CIÊNCIA SEXUAL FILÓGINA: GÉRARD ZWANG E SHERER HITE NA DEFESA DA SEXUALIDADE FEMININA

Aluna: Lorena Fernanda de Oliveira Silva

Orientadora: Ana Paula Vosne Martins

OS BYTES CONTAM HISTÓRIAS. DO WIKILEAKS AO FACEBOOK: REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA DAS FONTES HISTÓRICAS NO CIBERESPACO A PARTIR DO ATIVISMO (2010-2013)

Aluno: Antonio Diogo Greff de Freitas

Orientadora: Karina Kosicki Belloti

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA VI – Conflitos e mídia

Quarta-feira, 18 de dezembro de 2013

Das 10h00 às 11h00 – Sala Prof. Carlos Antunes (612) do Ed. D. Pedro I

Banca: Ozias Paese Neves, Carlos Eduardo Zlatic e Reginaldo Cerqueira. Suplente: Rodrigo Araújo.

RELACIONES DE SOCIABILIDADE DENTRO DAS FORÇAS ARMADAS ESTADUNIDENSES NOS CONFLITOS DO SÉCULO XXI (2003-2010)

Aluno: Gabriel Kotaka de Orte

Orientador: Dennison de Oliveira

A CONTRIBUIÇÃO DA GAZETA DO POVO E DO ESTADO DO PARANÁ NA CRIAÇÃO DA IMAGEM DE CURITIBA COMO CIDADE MODELO NO MOMENTO DA CRIAÇÃO DO ÔNIBUS EXPRESSO (1974)

Aluno: Rafael Queiroz dos Santos

Orientador: Dennison de Oliveira

AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS ANTIFASCITAS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA DO PONTO DE VISTA ANARQUISTA

Aluno: Leonardo David Micheleto

Orientador: Dennison de Oliveira

RESUMOS BANCA I

*Segunda-feira, 16
de dezembro de
2013 - Das 08h00
às 09h30
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

DIREITOS FEMININOS NO EGITO ROMANO: O CASO DO P.OXY VI 903

Aluna: Ingrid Cristini Kroich Frandji

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Renata Senna Garrafoli

Palavras-chave: Egito Romano; direitos femininos; estudos de gênero.

O interesse pelo tema desta monografia surgiu da vontade de estudar a temática relacionada à história das mulheres e das relações de gênero na Antiguidade. A escolha pelo contexto do Egito romano se deu pela curiosidade e pelos questionamentos acerca das relações que se estabelecem nas regiões periféricas do império romano, sendo assim o Egito romano é um campo rico para se pensar questões culturais que se entrecruzam.

O presente trabalho se divide em três capítulos principais, além de conclusão e introdução. O primeiro trata de discutir a participação feminina na historiografia, não apenas no sentido de como os estudos sobre as mulheres foram inseridos no campo da História, mas também as motivações que levaram as pesquisadoras¹ à prática histórica, em especial com as lutas feministas que se dão a partir da década de 1960. Ainda neste capítulo, procurei questionar de que maneira se deu a recepção da história das mulheres e das discussões sobre gênero nos estudos sobre a Antiguidade.

No capítulo seguinte, busquei apresentar a fonte e discutir um pouco acerca dos direitos das mulheres no contexto estudado, ressaltando a importância de questionar visões da historiografia e, também, dos estudiosos do direito que se utilizaram de uma concepção de verdade absoluta das fontes legislativas, observando a existência das leis sem levar em consideração as transformações sociais dos espaços estudados.

Por fim, no terceiro e último capítulo, busquei analisar de que maneira, a partir do que foi estudado e questionando a fonte, existem dois pontos que precisam ser problematizados: em primeiro lugar, o fato do sujeito histórico da fonte buscar uma autoridade para reclamar seus direitos, destoando de algumas correntes dos estudos sobre as mulheres; em segundo lugar, como a legislação no Egito Romano passa por um processo e entrecruzamentos culturais, sendo necessário levar em consideração as relações centro/periferia que se estabelecem.

O primeiro capítulo se propõe a discutir de que maneira se iniciam os estudos sobre Gênero e História das Mulheres no âmbito historiográfico e, posteriormente, discutir o impacto do feminismo e das temáticas supracitadas nos estudos clássicos. Para tal, foram utilizados textos que discutem não apenas a participação feminina na historiografia, mas também maneiras pelas quais surgiram novos questionamentos e busca por novas fontes alternativas que retratassem o cotidiano feminino, especialmente na Antiguidade.

Pensar a história das mulheres de maneira crítica é discutir como esta surgiu, quais são seus principais apontamentos, suas problematizações e suas relações com as demais disciplinas históricas. Segundo a historiadora Michelle Perrot, a escrita da história das mulheres só se dá a partir do momento na qual essas passam a ser reconhecidas pelos seus feitos independentemente do seu gênero e, além disso, respeitadas entre os homens. Nas palavras da própria autora, “*escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas*

¹ Cito apenas *pesquisadoras* porque entendo a experiência de se estudar História das Mulheres única para as próprias. Não pretendo com isso deslegitimar pesquisas encabeçadas por homens, mas sim colocar minha opinião no que tange o tema. As mulheres se identificam com a sua própria história e buscam significados para questionamentos que só existem quando se é mulher – os valores morais diferentes, os padrões de beleza, a cultura do estupro, etc. Não nego que tudo o que citei também afeta aos homens, mas as principais vítimas continuam sendo as mulheres, e por isso a minha ênfase na experiência histórica feminina com os estudos sobre as mulheres.

a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades”.²

Fazendo um apanhado historiográfico, começo discorrendo sobre como desde o século XIX – quando a História procura ser uma ciência – as mulheres não foram contempladas, seja no discurso histórico ou na prática histórica. A situação passa a mudar com a terceira geração dos *Annales*, quando o movimento feminista e a quebra de paradigmas do fim da década de 1960 exercem uma influência que coloca as mulheres – assim como outros excluídos da História – em evidência.

A história social das mulheres, defendida por historiadoras como Michele Perrot e Louise Tilly³, tem discussões que, além de pioneiras no assunto, trouxeram à tona a mulher enquanto sujeito histórico, até então negligenciadas pelos historiadores. Foram também porta-vozes dos anseios do movimento feminista, da mudança de paradigmas de fins da década de 1960, além de terem buscado um novo corpo documental, até então deixado de lado, que são os registros do âmbito privado, lugar por excelência feminino – cartas, diários, fotografias, bilhetes íntimos.

Por outro lado, a categoria gênero, com pesquisadoras como Joan Scott⁴, tem como principal ponto de análise historicizar conceitos pré-estabelecidos, como etnia, classe e sexo. Dar um sentido histórico para estes pontos de discussão abre a premissa de entender de maneira mais ampla as relações que se estabeleciam entre os sujeitos históricos, que não eram definidas linearmente e dicotomicamente.

Por fim, procurei discutir alguns pontos acerca do impacto do feminismo e, logo, dos estudos de gênero no campo da Antiguidade. Visto como um dos campos mais conservadores do mundo acadêmico, os estudos sobre a Antiguidade demoraram para adaptar suas perspectivas às questões de etnia, classe e gênero. Entretanto, o panorama oferecido é muito rico, pois as discussões de gênero se entrecruzam com variantes sobre os conceitos de centro/periferia, religiosidades e trocas culturais.

No segundo capítulo, busquei apresentar a fonte e, além disso, discutir de que maneira a legislação romana foi utilizada por juristas e historiadores como discurso hegemônico de representação do império romano, sem discutir peculiaridades como as relações interpessoais entre os sujeitos históricos.

A fonte em questão é um papiro datado do século IV-V, da região do Egito Romano, e trata-se de uma reclamação de uma esposa contra os abusos de seu marido. Ela acusa-o de trancar os escravos e os filhos, (tentar) atear fogo nestes e de difamá-la em diversas situações. A importância desta fonte se dá por esta ser uma petição que deixa explícita a busca de uma mulher por seus direitos em um contexto que é considerado extremamente adverso para tal. Outro ponto que considerei importante ressaltar foi o fato de ter encontrado a fonte (assim como outras de mesmo teor) em pesquisas internacionais sobre o Egito Romano, demonstrando de que maneira no exterior este campo de pesquisa se amplia a cada dia e traz com ele novos questionamentos acerca do mundo antigo.⁵

Foi necessário analisar quais eram os direitos das mulheres no período, levando em consideração também as peculiaridades do período, como a localidade e a maneira em que a legislação se aplicava. A partir do texto, pode-se afirmar que a requerente era uma cidadã romana⁶ que possuía terras e que seu casamento não tem registros – como a maioria dos

² PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 14.

³ TILLY, Louise. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. Cadernos Pagu. Campinas, v. 3, 1994.

⁴ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

⁵ ROWLANDSON, Jane (Org.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Pp. 207-208.

⁶ Baseado no *Édito de Caracalla*, de 212.

casamentos no Egito neste período. Mesmo com estas especificidades, não se pode analisar a condição da requerente somente a partir da legislação romana, visto que havia uma forte influência dos costumes locais na vida cotidiana.

É necessário ressaltar que a maior parte da legislação romana conhecida na atualidade são compilações dos séculos posteriores. Durante o império de Justiniano (527-565) foram publicadas as mais conhecidas compilações de leis romanas, o *Digesto* e os Códigos de Justiniano. No *Codex Justinianus*, na compilação sobre o Código Teodosiano, lê-se:

Ou se ela provar que ele colocou armadilhas contra sua vida a partir de veneno, espada, ou em qualquer outra maneira sinistra; ou que ele desferiu açoites nela, o que é um insulto aos nascidos livres – então damos a ela permissão, necessária em casos como este, de valer-se da ajuda do divórcio e legalmente provar suas causas.⁷

Com isso, observa-se como em determinados casos o divórcio era possível de ser requerido pela esposa, demonstrando assim uma autonomia feminina que estava garantida pela legislação – mesmo que em casos muito específicos. Há também uma passagem das *Novellae* de Justiniano, onde se observa o seguinte:

Mas o marido que for condenado por ter, sem razão, atingido sua esposa com um chicote ou uma vara, deve dar a ela, como forma de compensação por uma injúria desta natureza (mesmo durante a existência do casamento), uma quantia igual em valor ao montante da doação antenupcial, que deverá ser retirado de sua outra propriedade.⁸

Com isso, pode-se analisar que, se existia uma legislação que garantia estes direitos, certamente havia a prática tanto da agressão como da queixa e, logo, uma garantia para as mulheres livres do império. Além disso, é necessário ressaltar que o Egito tinha uma tradição na qual as mulheres eram detentoras de maior liberdade – no caso de serem donas de terras, detinham sua propriedade quando do divórcio e poderia requerer este sem maiores entraves.⁹

Por fim, no último capítulo procurei discutir de que maneira os estudos sobre as mulheres, buscaram uma posição de vitimização feminina, alegando que a opressão oriunda do patriarcado era tão intrínseca às sociedades – em especial no mundo antigo – que se fazia impossível uma resistência feminina. A questão não é desqualificar a opressão feminina em suas diversas formas ao longo da história, mas sim rediscuti-la e pensar no papel das mulheres como sendo imperativo e importante também na construção do discurso histórico.

O sujeito histórico da fonte utilizada busca seus direitos – que são garantidos perante a lei –, o que levanta um aspecto interessante de resistência que, mesmo não sendo direta, é também um aspecto de como as mulheres questionavam os abusos sofridos, além de dar uma perspectiva diferente acerca das mulheres na Antiguidade, que muitas vezes foram retratadas como sendo *silenciosas*¹⁰, tendo seu papel na formação do processo histórico reduzido ao segundo plano.

⁷ Tradução livre a partir do inglês. Original disponível em: http://www.uwyo.edu/lawlib/blume-justinian/_files/docs/code-revisions/book5rev-copy/book%205-17rev.pdf, p.4.

⁸ Tradução livre a partir do inglês. Original disponível em: http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Anglica/N117_Scott.htm

⁹ ROWLANDSON, Jane. *Op. cit.*, p. 156.

¹⁰ FINLEY, M. “As mulheres silenciosas de Roma”. In: *Aspectos da Antiguidade*. Trad. Eduardo Saló. Portugal: Edições 70, 1990.

Por outro lado, busquei analisar como as relações que se estabelecem no Egito Romano são extremamente ricas, pois discutem colocações dicotômicas, em especial no que diz respeito ao binômio centro/periferia. Neste capítulo busco questionar trabalhos como o de Vasques¹¹ e Lobianco¹², que afirmam haver uma relação hierárquica entre os “mais helenizados/menos helenizados” no Egito e os romanos, não discutem como as relações que se estabelecem entre os sujeitos são mais complexas do que simplesmente dicotômicas, pois faz-se necessário inquirir como diversos ramos da sociedade se entrecruzavam, como fica explícito na própria fonte, no qual o juiz do paz é um homem da igreja.

Com isso, faz-se necessário pensar como os estudos pós-colonialistas interagem com o tema estudado. A crítica que é feita ao modelo de representação dos “colonizados” se faz interessante por levantar que as relações que se estabeleciam não eram apenas de assimilação cultural, mas também de trocas e ressaltando os interesses que existiam nos povos nativos em incorporar elementos específicos dos romanos, dissolvendo assim as perspectivas dicotômicas entre centro/periferia para analisar o contexto enquanto uma combinação complexa de fatores, os limites entre dominação/dominado tem menos valor do que as relações interculturais que se estabelecem. Por fim, é importante ressaltar que a leitura aqui proposta deste documento levanta várias questões, por ser tratar de uma mulher que faz uma denúncia e busca por seus direitos, entrecruzando assim os debates sobre gênero, direito e religiosidade.

¹¹ VASQUES, Marcia Severina. **Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano**: máscaras de múmia. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-07082006-104608>.

¹² LOBIANCO, Luís Eduardo. **A Romanização do Egito: Direito e Religião** (séculos I a.C. – III d.C.) Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_LOBIANCO_Luis_Eduardo-S.pdf

DO IMPERIUM AO REX: A FORMAÇÃO DO PODER POLÍTICO-MILITAR DE GENSERICICO ENTRE OS VÂNDALOS (SÉCULO V)

Autor: Marlon Citon

Orientador: Professor Doutor Renan Frighetto

Palavras-chave: Poder político-militar, Vândalos, Século V

Imperium Romanorum, duas palavras que indicavam não apenas a concepção política presente entre os romanos, mas o teor de identidade que do mesmo¹. Tal conotação torna-se de caráter ímpar além de indicativo, mas inserido dentro nas movimentações de populações bárbaras nos séculos IV e V sobre o território romano, além do antigo *limes*. Ao compreender tal período, sobretudo, como de *transformação* do Império², concerne em pensar as diferentes concepções sobre o entendimento desse contexto, as quais algumas consideram como decadente³, mas como importante na formação de crítica sobre tais na formação de uma interpretação plena e legítima.

Pensando o processo de fragmentação política do Império Romano Ocidental como decorrente do desenvolvimento temporal, possuindo maior ressonância no século V, a passagem de tribos bárbaras pelas fronteiras imperiais do Danúbio e Reno foi notório, além de indicar o início de um novo momento, houve o começo de mudanças tanto no ambiente *Romano* quanto *Bárbaro* de forma mais intensa que anteriormente presenciado. Saindo de uma perspectiva apenas guerreira do *Rex* e de seu grupo gentílico, o líder de uma população teve outros elementos dentro da fundamentação política e social de seu grupo. Em primeiro lugar, o aparecimento de uma nobreza guerreira, a fundamentação de uma família nobiliárquica específica no comando de populações, oferece como fator mais importante, decorrente desde o contexto do século IV, o que formataria uma noção de identidade étnica, além de possibilidade de desenvolvimento em um ambiente político/institucional romano. Com os séculos V e VI, a constituição de *Regnum*⁴ foi importante no processo de transformação política-administrativa, o que é considerado como primo por certos historiadores para a mudança da Idade Antiga para a Idade Média⁵, indicando as transformações decorrentes das relações entre Romanos e Bárbaros.

Nesse contexto da *Antiguidade Tardia*⁶, Genserico, *Rex* das *Gentes Vândalas e Alanas*, torna-se uma figura interessante para pensar desses conceitos acerca da política e fragmentação política do Império Romano Ocidental. Como guerreiro, filho ilegítimo de

¹ Acusativo e Genitivo Plural, tradução seria “O Império dos Romanos”. Tal noção é notória dentro de discursos de historiadores como Amiano Marcelino e Cassio Dio, o que indica uma noção de identidade Romana diferente frente os bárbaros, etnográfica.

² Cf. FRIGHETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano – Bárbaras numa época de Transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

³ Cf. GIBBON, E. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. III vol. Nova York: Modern Library, 1977. Cf. WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006; Cf. GOLDSWORTHY, Adrian K.. *The Fall of the West: the Death of the Roman Superpower*. Londres: W&N, 2009.

⁴ A noção de *Regnum* é discutida por Díaz Martínez. Cf. DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. El reino suevo de Hispania y su sede em Bracara. In: RIPOLL, G.; CURT, J. M. (Eds.). *Sedes Regiae*. Barcelona: Reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000.

⁵ Vários Historiadores entendem como importante a questão de discutir os séculos IV, V, VI e VII, e quais são os pontos para pensar que tornariam Idade Média. Assim, depende muito de cada historiador utilizar as balizas e formas mais interessantes a sua interpretação, no Wolfram e Pohl, por exemplo, usam “Early Middle Ages” em vez de *Antiguidade Tardia*. Ver: Cf. WOLFRAM, H. *History of the Goths*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1990.

Cf. POHL, W. REIMITZ, H. *Strategies of Distinction. The construction of Ethnic Communities, 300-800*. Leiden-Boston-Köln: Brill, 1997.

⁶ Cf. BROWN, Peter. *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

Godegisílio, irmão de Gunserico, *rex* dos Vândalos de 406 a 428, Genserico desenvolve sua legitimação pela conquista de Norte de África, tirando o *Comes* Bonifácio e estabelecendo seu domínio das costas marítimas das antigas províncias de *África Cartaginense, Protoconsular e Numídia*⁷. Em seus anos de conquista (428 – 442)⁸, Genserico aponta para a sua figura com detentora da legitimidade de poder sobre populações heterogêneas e posterior estabelecimento delas na região⁹. Ao considerar tal noção de poder, do *Rex* como líder militar vitorioso, temos um tipo de centralismo em um personagem específico, juntamente com a família nobiliárquica a qual ele pertence.

Tal noção de formulação de poder é discutida pela historiografia atual, sendo considerada com o termo *Traditionskern*¹⁰. Esse apresenta-se como conceito referencial a legitimação de uma linhagem nobiliárquica na formação de uma identidade étnica, além de buscar entender a fundamentação do poder do *Rex* em determinada conjuntura. Com o desenvolvimento das transformações apresentadas no século V, a consolidação de um poder régio apresenta-se de forma ainda focada no poderio militar e legitimidade de uma linhagem nobre específica. Porém, para o estabelecimento de *Regnum* em territórios imperiais, o apoio de populações romanas locais tornou-se basilar, juntamente com um aparato político/institucional fundamentado no conceito de *burocracia* romana, a base burocrático-administrativa. *Traditionskern* aponta, desse modo, como a constituição de uma linhagem nobre consolida a identidade de um grupo étnico, em si heterogêneo, formatando a legitimidade régia e frente sua conformidade e poder, ou seja, é importante para o entendimento tanto do contexto *Bárbaro* no século IV, quanto da formação de *Regnum* no V e VI na conjuntura do mediterrâneo ocidental, e consolidação de *Nobreza* em um contexto mais posterior e sua referida problemática. Em suma, *Traditionskern* significa a formatação o poder político-militar sobre uma linhagem nobre bárbara, o que formata a identidade populacional sobre esse líder militar, não por origens ou costumes.

Para uma reflexão mais além do que a historiografia aponta, juntamente com a análise de fontes sobre a formatação do poder, temos que ter noção de como foram as relações entre bárbaros e romanos na formatação do contexto sugerido, observando os séculos anteriores. O Império Romano apresentava, desde os *Antoninos*, uma noção de

⁷ Interessante notarmos que o estabelecimento dos Vândalos provocou diversos problemas para as elites romanas provenientes de África, além de ser considerado um ponto estratégico pela produção de grãos e localidade marítima. Cf. LIEBESCHUETZ, W. Gens into Regnum: The Vandals. In: GOETZ, H.W., JARNUT, J.; POHL, W. (Eds.). *Regna and Gentes: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of Roman World*. Leiden-Boston: Brill, 2003.

⁸ Tiveram três períodos de estabelecimento em Norte de África: de 428 a 435, a invasão e conquista militar, sobretudo da província da Numídia; segundo momento da condição de *Federados*, não entrando na África Protoconsular entre 435 e 439; um terceiro como *Aliados*, depois da quebra de relações com Roma e invasão militar de Genserico desta em 442, decorrendo até 455 no Saque de Roma. A passagem de *Federados* para autoridade considerada como legítima ocorreu pelo reconhecimento por parte do Imperador do Ocidente, Valentiniano III. Cf. SCHWARCZ, A. The Settlement of the Vandals in North Africa. In: MERRILLS, A. H (Ed.). *Vandals, Romans and Berbers: New Perspectives on Late Antique North Africa*. Aldershot, Eng., and Burlington, Vt.: Ashgate, 2004.

⁹ Os Vândalos Asdingos quando se estabelecem na Bética adicionam as populações remanescentes das guerras de Wália, isso por volta de 415 a 420. Assim, Idácio de Chaves, por exemplo, indica Gunserico e Genserico como *Rex* dos Vândalos e Alanos, apontando heterogeneidade populacional, relacionando com as discussões sobre Etnogênese e Etnografia.

¹⁰ Cf. POHL, W. *Ethnicity, Theory, and Tradition: A Response*. In: GILLETT, A. (Ed). *On Barbarian Identity; Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002. Cf. GILLETT, A. Introduction: Ethnicity, History, and Methodology. In: GILLETT, A. *Ethnogenesis: A Contested Model of Early Medieval Europe*. In: *History Compass* 4. Oxford, Blackwell. 2006. Cf. GOFFART, W. *The Narrators of Barbarian History -A.D. 550-800 - Jordanes-Gregory of Tours-Bede And Paul the Deacon*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

centralização do poder, decorrendo sua consolidação no período do *Dominato*¹¹; tais relações em determinadas perspectivas concernem, juntamente, as mudanças e possibilidades de ingresso de populações bárbaras aos territórios imperiais, as transformações intensas no contexto do mediterrâneo ocidental. Esse ingresso, sucedente da absorção da perspectiva romana da *Civilitas* por tais populações bárbaras, aponta para um processo de trocas culturais intensas (tanto para o ambiente romano quanto bárbaro), procede na possibilidade de formação de *Regnum* dentro de territórios romanos, na introdução de populações bárbaras no mundo *Romano* propriamente dito¹². Ao observarmos as fontes que condizem com tais pontos, entendemos que o caráter etnográfico da concepção de história romana é constante, sempre tentando diferenciar pelo caráter oposto a civilização, mas o que não condiz com o desenvolvimento a posterior do processo de fragmentação política da *Pars Occidentalis* com os *Regnum* e *Lex*¹³.

Ao mesmo tempo temos novas concepções na área militar, e mudanças que formam necessárias os diversos problemas e necessidades que o Império apresentava. O *limes* romano possuía problemas desde as incursões de Alanos e Marcomanos, mas concernente ainda em um tempo com populações bárbaras não tão dispostas e compactuais com o universo romano e suas implicações, o que foi modificando com os tratados de Alianças e Federados feitos nos séculos IV e V. Esses tratados, além de novas técnicas militares utilizados pelos militares, indicavam que bárbaros seriam usados dentro do exército romano, como auxiliares, além de entrada direta de tais indivíduos nos altos círculos romanos¹⁴.

Possuindo, assim, uma organização não muito bem disposta, ainda em perspectiva tribal, essas populações bárbaras, nos séculos I e II, faziam incursões de saques pequenos e localizados no território romano, ocorrendo mais pela formação e disposição de pequenos grupos que elegiam um *Rex*, aqui como um representante militar, estritamente, para tais práticas de saques¹⁵. Com o decorrer dos anos, tais povos tiveram mais contato com o universo romano em guerras, alianças, trocas mercantes/culturais e outros tipos de interações. Mudanças ocorreram, desse modo, com o processo temporal histórico, apresentando outros pontos como importantes e novas relações tanto no universo romano quanto bárbaro¹⁶.

Assim, pensar o caso de formação do poder de Genserico e seus Vândalos e Alanos torna-se complexo, pois as relações diferenciam com o desenvolvimento temporal, se relacionando com a autoridade romana e com outros *Rex*. Além de que no caso Vândalo

¹¹ O *Princeps* passa de ser considerado como um primeiro entre iguais no Senado, para deter maior poder político-militar, tornando-se um *Dominus*. Tais mudanças são mais intensas com o período de Diocleciano, sendo considerado como *Dominato*. Cf. Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Gilvan Ventura Silva, Norma Musco Mendes, Ana Teresa Marques Gonçalves (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

¹² Arnaldo Momigliano discute a relação dicotômica entre Bárbaro e Civilizado na perspectiva clássica, sobretudo grega, como um ponto desenvolvido com o pensamento ocidental Grego-latino. Cf. MOMIGLIANO, A. *La sabiduria de los barbaros: los limites de la helenizacion*. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1999.

¹³ Caso dos Visigodos e Francos.

¹⁴ Flávio Estilício é um caso interessante para discorrer acerca de Identidade e “Barbarização” do Império. De pai Vândalo e mãe romana, casou-se com Serena, filha de Teodósio I, tendo ascendido na carreira militar no período de seu sogro, chegou a posição de *Magister Militum* com Honório como Imperador do Ocidente. Mesmo tendo os traços da *civilitas* romana e possuir uma magistratura, ele é considerado vândalo, decorrente de sua origem e noção identitária estritamente romana.

¹⁵ Tácito. German. I. 7.

¹⁶ Caso de Tácito, Cassio Dio e Amiano Marcelino foram fontes que utilizamos ao longo do desenvolvimento do trabalho, buscando pontes para fundamentação de discussões coerentes a contexto e concepções do período.

não temos fontes diretas, tendo que se pautar em indiretas como Procópio de Cesaréia, Próspero de Aquitânia e Idácio de Chaves¹⁷. Dentro de sua conotação militar, e soberania marítima sobre o Mediterrâneo, Genserico possuía certo tipo de importância dentro do século V, o que indicou o casamento de seu filho com a filha de Valentiniano III, mas não possibilidades de *Lex* ou aparato administrativo.

Na necessidade de pensar quais pontos são mais coerentes na formulação do poder político do período, buscamos quatro pontos que Diaz Martinez denota observando as etimologias de Isidoro de Sevilha¹⁸. Concerne em, primeiro, uma entidade administrativa, ponto que indica a continuidade das prefeituras e recolhimento de impostos. Tal ponto pode indicar cunhagem de moedas, mas o mesmo só é considerado legítimo com a marca *Conob* (*Constantinopoli obryzum*)¹⁹. Tal assunto é muito importante dentro das perspectivas de Burocracia da *Antiguidade Tardia*, dentro das medidas necessárias nas mudanças administrativas com Diocleciano. Segundo ponto concerne as *Lex*, como é claro dentro do caso Visigodo, nos diferentes códigos para populações bárbaras e romanas, ponto da *Burgundiomum* e *Sálica*²⁰. A formação de um *Populus* indica um fator necessário dentro do ambiente romano, já que fundamenta uma identidade sobre uma autoridade política única, argumentação proveniente de Cícero, um dos maiores influenciadores de Isidoro de Sevilha. E como ponto final, e sobre tudo importante, é o reconhecimento dessa autoridade e poder que o *Rex* detém sobre as populações e territórios por outros líderes e autoridades.

Ao observarmos todos esses pontos, temos que ter em mente que Isidoro de Sevilha e a forma que suas concepções políticas estavam diretamente influenciadas pelo Reino Visigodo, dentro de um contexto *a posteriori* ao século V com Genserico. Observando as fontes, pensando dentro das possibilidades das relações de poder, o *Rex* fundamentou-se na concepção militar e em tradições provenientes dos povos bárbaros, mas com relações diretas ao universo romano. *Rex* como detentor de uma autoridade frente a populações bárbaras guerreiras, no estabelecimento definitivo em norte de África e legitimidade régia de sua linhagem nobiliárquica, nesse caso os Asdingos. Genserico,

¹⁷ A *História das Guerras* livro III e IV de Procópio de Cesaréia concerne a uma *História* (*ιστορία*) escrita em grego. Uma história escrita no século VI, em tempos de Justiniano como *Imperador* (*βασιλεύς*) do *Império Bizantino*, além de estar sobre sua influência política/institucional, já que era funcionário da corte deste. O autor dessa fonte estava na conquista da África Vândala pelo *στρατηγός/στρατηλάτης* Flávio Belisário (*Φλάβιος Βελισάριος*), resultante do conflito entre o *Rex/ἡγέομαι* Vândalo Gelimer e o comandante Romano Oriental. Procópio possui relevância ímpar por ser um tipo de “História oficial” da corte de Justiniano, além de uma legitimidade no ambiente grego. As implicações religiosas são óbvias devido à constituição da fé Niceia, ou ortodoxa no contexto grego em contraposição as heresias arianas. No caso de Próspero de Aquitânia (*Prosper Tiro Aquitanus*), um discípulo de Agostinho de Hipona, que escreve a *Epitoma Chronicon, uma Crônica*. Tendo referências seu contexto de formação da obra, além de diretas menções a São Jerônimo e ao combate à heresia pelagiana. O tipo de *Crônica* compreende a uma concepção cristã acerca do homem e o tempo, um relato dentro de um entendimento cronológico linear e mais limitado, já que etimologicamente parte dos termos *χρόνος/chrónos*, que indicam tempo. Esse ponto pode ser ressaltado juntamente com Procópio, já que temos relevâncias estritas com a crítica à fé ariana pelo autor grego, nas fundamentações das ações de *Rex* bárbaros, como na formação de um destino com a derrota dos Vândalos a Justiniano. Idácio de Chaves também escreve uma *Crônica*, sendo muito mais sobre relatos da passagem dos Bárbaros na Península Ibérica e, sobretudo, sobre os Suevos e Visigodos. Em si, os relatos de Próspero e Idácio são similares, ambos entram na perspectiva religiosa e possuindo relações com as heresias.

¹⁸ Cf. DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. El reino suevo de Hispania y su sede em Bracara. In : RIPOLL, G. ; CURT, J. M. (Eds.). *Sedes Regiae*. Barcelona : Reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000.

¹⁹ Significa cunhagem de Constantinopla, o que indicava a moeda como parte do Império romano. Muitos líderes bárbaros cunhavam moedas com *Conob* pensando a autoridade que o Imperador Oriental possuía.

²⁰ Cf. ZÉTOLA, B. M. *Política externa e relações diplomáticas na antiguidade tardia*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2012.

como líder militar e representante de uma família nobre, não constituiu amparado político-institucional representativo em seu período, apontando para maior centralismo político sobre sua autoridade (juntamente como Átila, rei dos Hunos, concerne a um caso similar na *Antiguidade Tardia*). Pensamos que, assim, o poder Vândalo causa uma problemática na constituição de sua autoridade sobre os diversos grupos bárbaros, tentando entender como se constituía o poder e o aparato ao qual Genserico possuía.

UM GENTIO E TRÊS SÁBIOS: AS POSSIBILIDADES E LIMITES DE UM DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA OBRA DE RAIMUNDO LÚLIO (1232-1316)

Autora: Denise Ribeiro Kuntz

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães

Palavras-chave: Raimundo Lúlio; Península Ibérica; diálogo inter-religioso

A Península Ibérica medieval, considerada no contexto da Cristandade Latina, possui diversas particularidades que marcam sua história. Todavia, o elemento de identidade peninsular por excelência é sem dúvida o fato de terem convivido durante muitos séculos as tradições cristã, judaica e muçulmana num mesmo território. As migrações e trocas culturais intensas fizeram dessa região uma verdadeira encruzilhada cultural, o que gerou momentos de conflito acentuado, mas também de convivência e tolerância.

Os muçulmanos chegaram à Península Ibérica em 711, cerca de cem anos após as primeiras revelações de Maomé e o nascimento do Islã. A instabilidade dos reinos visigodos, dentre outros fatores, conduziu a uma conquista relativamente rápida: por volta de 720 toda a Península estava sob o controle muçulmano, exceto alguns territórios mais ao norte. Os domínios do Islã, nesse período, estendiam-se por um amplo território, e continuaram a crescer ao longo do tempo.

Situações de contato e confronto entre a Cristandade e o *dar al-Islam* (a casa do Islã) foram extremamente comuns durante todo o período de dominação islâmica da Península, que se estendeu por quase oito séculos. A contrapartida cristã às invasões muçulmanas, que objetivava a recuperação dos territórios perdidos, gerou um movimento que ficaria conhecido como guerra de Reconquista. Aos poucos os territórios que estavam sob a dominação islâmica foram sendo tomados pelos cristãos, e esse processo só se acelerou em meados de 1031, quando ocorre a desintegração da unidade de Al-andaluz: um governo único deu lugar a diversos reinos taifas. Devido a essa realidade política policêntrica, os líderes muçulmanos vão cada vez mais perdendo seus territórios, e seu último reduto na Península, Granada, é tomado em 1492, por Fernando e Isabel, os reis católicos.

De maneira geral, pode-se dizer que, apesar das relações conflituosas que se estenderam por esse período, houve espaço para tolerância, convivência e diálogo. É necessário, no entanto, estabelecer alguns limites para essas práticas e definir com mais clareza esses conceitos. Existe uma série de divergências sobre essas questões na historiografia peninsular. Um exemplo entre os autores clássicos é a proposta de Américo Castro e de Claudio Sánchez Albornoz: enquanto o primeiro sustentava que a Península Ibérica havia sido um lugar de encontro relativamente idílico entre cristãos, judeus e muçulmanos, com uma forte carga multicultural, o segundo defendia que os laços entre esses grupos haviam sido débeis e que a influência hispana havia prevalecido de maneira determinante sobre a semita¹.

Os conflitos envolvendo questões étnicas e religiosas dos últimos tempos têm influenciado grandemente a historiografia atual, que busca no passado exemplos de relações inter-religiosas, sejam elas pacíficas ou conflituosas. De acordo com Horacio Cagni², os aspectos da convivência entre cristãos e muçulmanos são privilegiados atualmente, em detrimento dos conflitos. Esse autor procura demonstrar, no entanto, que a convivência entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média (em especial nas regiões

¹ ESTEVEZ, María de la Paz. La España Medieval como espacio multicultural: una reflexión crítica sobre el uso y aplicación de ciertas herramientas conceptuales al estudio de las relaciones interreligiosas en la Edad Media. **Diversidad**, ano 2, nº 3, 2011, pp. 01-24. *Passim*.

² CAGNI, Horacio. Una reflexión sobre las relaciones interculturales e interreligiosas cristiano-islámicas durante la Edad Media. **Diversidad**, ano 2, nº 3, 2011, pp. 25-37.

de al-Andaluz e da Sicília) foi majoritariamente um entendimento entre elites, já que a nível popular e em zonas de fronteira teria prevalecido o conflito. María Estevez de la Paz³ aponta para a complexidade da realidade peninsular, e recorda que judeus, cristãos e muçulmanos não constituíam três castas, três classes que ao longo dos anos mantiveram uma identidade coerente, sem fissuras ou mudanças. Para essa autora, assim como a convivência pode bloquear a análise, o contrário, ou seja, a caracterização das sociedades ibéricas medievais como profundamente intolerantes também pode ser um obstáculo para a investigação. É muito importante, dessa forma, fugir das generalizações que apontam para somente uma forma de relacionamento entre os membros de diferentes religiões. As relações inter-religiosas diferiram de local pra local e de período pra período; nas regiões fronteiriças elas se desenvolveram de uma forma, os diferentes reinos e governantes lidaram de maneiras distintas com essa questão, e havia uma assimetria também no modo de tratamento dispensado por cristãos e muçulmanos ao que cada um considerava como o “outro”.

Para dar prosseguimento à discussão, é necessário estabelecer a diferença entre *tolerância* e *diálogo*, já que o ato de “tolerar” está muito distante do de “dialogar”. Acerca da tolerância, o filósofo Rainer Forst⁴ oferece importantes contribuições com seu trabalho. Para este autor, os limites da tolerância são controversos e arbitrários, mas ainda assim pode-se estabelecer duas diferentes concepções desse termo: a primeira é a concepção de tolerância como permissão, na qual é permitido que uma minoria viva de acordo com suas crenças desde que a expressão de suas diferenças permaneça no limite do “privado”; a segunda é a concepção de tolerância como respeito, onde existe reciprocidade entre as partes tolerantes e uma reconhece a outra, mesmo sustentando visões diferentes em muitos aspectos. Partindo então do pressuposto de que a tolerância é um conceito ambivalente, é preciso determinar que tipo de tolerância existiu no contexto que está sendo abordado. A historiadora Aline Dias da Silveira fornece uma resposta muito satisfatória para essa questão; de acordo com ela “A prática da tolerância existiu na Península Ibérica muçulmana e cristã. Uma tolerância medieval, praticada com pragmatismo para evitar um mal maior, mas que não excluiu a possibilidade de reconhecimento do outro como elemento que faz parte de um todo maior, seja nas dimensões do reino ou do monoteísmo”⁵. Esse conceito de tolerância afigura-se como o mais apropriado para se referir às relações inter-religiosas neste contexto medieval: a *tolerância pragmática*.

No que diz respeito à questão do diálogo, Rémi Brague⁶ traz algumas importantes considerações. Segundo esse autor, havia pouco conhecimento por parte dos cristãos sobre a religião islâmica e o mesmo pode ser dito para os muçulmanos em relação ao cristianismo. Além disso, as diferenças linguísticas também consistiam num empecilho para que pudesse existir um diálogo efetivo. Grande parte da literatura polêmica e apologética destinava-se aos correligionários daquele que escrevia, para que não abandonassem a fé que professavam, o que não estimulava a busca por uma compreensão da posição do outro. Rémi afirma que os verdadeiros diálogos, nos quais pessoas reais buscam expressar suas convicções em seu próprio vocabulário, eram exceções, além de na maior parte do tempo seus contextos serem polêmicos. Para ele “o diálogo é antes um

³ ESTEVEZ, María de la Paz. *Op. cit.*

⁴ FORST, Rainer. Os limites da tolerância. *Novos Estudos*, nº 84, 2009, pp. 15-29.

⁵ SILVEIRA, Aline Dias da. “Fronteiras da tolerância e identidades na Castela de Afonso X”. In.: FERNANDES, Fátima Regina (Coord.). *Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

⁶ BRAGUE, Rémi. *Houve na Idade Média um diálogo entre o Islã e o Cristianismo?* Disponível em: <http://www.ramonlull.net/comum/arq/houvenaidademedial.pdf>. Acesso em 20/02/2013.

gênero literário mais do que uma realidade”. É importante ter isso em mente para analisar a obra de Raimundo Lúlio, um dos mais excepcionais escritores do século XIII.

Antes de partir para a análise da obra de Lúlio, é necessário trazer alguns dados biográficos e contextuais que auxiliem a compreender o pensamento desse grande filósofo catalão. Raimundo Lúlio nasceu por volta de 1232, na ilha Maiorca, integrante do arquipélago das ilhas Baleares. Esse território havia sido conquistado aos muçulmanos apenas três anos antes de seu nascimento, no ano de 1229, pelo rei Jaime I. Lúlio foi influenciado de maneira determinante pelo contexto específico da ilha de Maiorca, local onde viveu até os 43 anos. As características culturais peculiares da localidade imprimiram um tom universalista à sua obra. Além da possibilidade de convivência diária com judeus e muçulmanos, as grandes rotas comerciais marítimas que perpassavam Maiorca proporcionavam uma diversidade cultural e étnica que marcou a região por muito tempo. A formação intelectual de Lúlio e seu ideal político foram forjados nesse ambiente, e sua visão social ganhou grande dinamismo devido às características particulares da sociedade maiorquina⁷.

Em seus primeiros anos de vida, Lúlio desempenhou basicamente seu papel na corte real como mordomo do príncipe. Casou-se com vinte e dois anos e teve dois filhos. Esse período de sua vida era, em suas palavras, “frívola e dissoluta”; gostava de compor trovas e envolver-se com moças da região⁸. Aos trinta anos de idade a vida de Lúlio passa por uma completa transformação: converteu-se subitamente após uma série de visões sobrenaturais nas quais lhe apareceu Jesus crucificado. De acordo com a *Vida Coetânia*⁹, sua autobiografia, o maiorquino ficou profundamente abalado e considerou que deveria dedicar sua vida para servir a Deus, buscando converter os infiéis à verdade da fé católica e preparando-se para o martírio. Sua primeira ideia para alcançar esse objetivo foi a composição de um livro que combatesse os erros e equívocos das religiões dos infiéis. Outra proposta foi a construção de mosteiros nos quais religiosos pudessem aprender o árabe para pregarem sobre a verdade do cristianismo aos muçulmanos.

Os objetivos apologeticos do filósofo catalão, que eram muito distintos para sua época, serão acompanhados de um método também bastante peculiar, diferente dos geralmente aplicados por seus contemporâneos. Lúlio cria um procedimento único para servir a suas pretensões, que consiste num sistema filosófico e teológico próprio que chamará de *Arte*. Praticamente todas as suas obras se pautarão por esse sistema.

A *Arte* pode ser genericamente definida como um sistema de caráter universal que visa o conhecimento do real. Uma de suas especificidades é o fato de constituir-se num programa alternativo ao comumente utilizado pelos contemporâneos de Lúlio, que se baseavam no aristotelismo, com desdobramentos averroístas, e no método escolástico. Lúlio não nega absolutamente todos os princípios dessas teorias, mas utiliza apenas os conceitos que considera relevantes, reciclando-os e reelaborando-os de acordo com seus critérios. O filósofo maiorquino era avesso a qualquer argumentação baseada em verdades de fé, ou em argumentos de autoridade retirados da Sagrada Escritura; suas argumentações apoiavam-se no que chama de *razões necessárias*, ou seja, Lúlio buscava atingir a verdade através de meios racionais. Esteve Jaulent resumiu a *Arte* de Lúlio como “um sistema argumentativo baseado nas relações necessárias que se dão entre os princípios que constituem a realidade, que, na opinião do maiorquino, são os mesmos – embora em

⁷ COSTA, Ricardo da. Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300). *Mirabilia*, nº 1, 2001, pp. 163-172.

⁸ JAULENT, Esteve. **Raimundo Lúlio: um único pensamento e um único amor**. Disponível em: <http://www.ramonllull.net/sw_studies/1_br/s_vida.htm>. Acesso em: 18/02/2013.

⁹ LLULL, Ramon. **Vida Coetânia**. Tradução: Prof. Ricardo da Costa. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/vidacoetania.pdf>>. Acesso em 18/02/2013.

combinações e intensidades diferentes – para tudo o que existe, desde Deus, suprema Realidade, até a realidade mais ínfima. Estas relações obedecem a certas leis ou razões necessárias que permitem fundamentar um modo de argumentar que se apóia na realidade tal como ela é e não nas consistências mentais que a realidade pensada pode oferecer”¹⁰.

A partir desse método, foi composto *O Livro do Gentio e dos Três Sábios*, um dos primeiros escritos da vasta obra luliana. Composto entre 1274 e 1276, traz a figura de um gentio que era desconhecedor de Deus e da ressurreição, motivo pelo qual andava por uma floresta desabitada em busca de refrigério para sua alma perturbada. Enquanto isso, três homens muito sábios, todos doutores de suas próprias religiões, um judeu, um cristão e o outro muçulmano, caminhavam juntos pela mesma floresta, discutindo a respeito de suas crenças e da ciência que ensinavam a seus discípulos. Pouco antes de encontrarem o gentio, os três se deparam com cinco belas árvores e uma dama montada num cavalo, que lhes declara ser a Inteligência. A dama lhes explica que as árvores contêm flores que representam as virtudes divinas, as virtudes criadas e os vícios. Em seguida estabelece as condições para a análise das flores, que podem ser resumidas numa única condição: que haja concordância com um único fim, que é o de amar, conhecer, temer e servir a Deus.

Os três sábios decidem então disputar, de acordo com as flores e as condições propostas pela dama Inteligência, para saberem qual das três religiões estava em maior concordância com a verdade. Eis que, neste momento, encontram-se com o gentio que vinha pela estrada, ainda atormentado pela falta de propósito de sua vida. Compadecidos por sua situação, e a pedido do próprio gentio, os sábios decidem que vão tentar lhe provar a existência de Deus e da ressurreição a partir do método que a dama lhes indicou, missão da qual obterão sucesso. Convencido da existência de Deus, o gentio então o louva fervorosamente e agradece aos sábios por o terem tirado do caminho da ignorância. No entanto, sua alma se aflige ainda mais do que antes quando descobre que cada um dos três sábios seguia uma Lei e uma religião diferente. Os sábios concordam então em demonstrar, um de cada vez, a veracidade de sua própria Lei. Começando pelo judeu e seguindo-se o cristão e o muçulmano, cada sábio discorre longamente sobre sua crença, utilizando-se do método contido na alegoria da dama Inteligência. Ao final de todas as explicações, cabe ao gentio escolher a que mais lhe pareceu verdadeira. Os sábios, no entanto, não querem ouvir sua decisão e partem cada um com a certeza de que a sua Lei tinha sido a escolhida pelo gentio.

Uma situação bastante peculiar, sem dúvidas. Diversas passagens da obra transparecem a atmosfera de respeito mútuo e de diálogo entre os sábios. Eles caminham juntos e compartilham uns com os outros de maneira pacífica suas crenças. Em determinado momento, um dos sábios exclama: “Pensai, senhores, (...) quantos são os danos que se originam pelo fato de os homens não seguirem todos uma só religião, e quantos são os benefícios que adviriam se todos tivessem uma só fé e uma só Lei”¹¹. Até mesmo na hora de se despedirem os três religiosos agem de maneira amável e agradável um para com o outro. Uma leitura apressada da obra poderia inclusive passar a impressão de que Lúlio coloca as três religiões em um patamar de igualdade, proporcionando ao gentio a liberdade de escolher entre alguma das três fés. Mas esse não é e nem poderia ser o objetivo do maiorquino.

Lúlio é, antes de tudo, um homem de seu tempo, e na sociedade da qual fazia parte não havia espaço para o ecumenismo da forma como é entendido atualmente. O primeiro elemento de identidade de um indivíduo, aquele que o fazia pertencer a este ou àquele grupo, era sua orientação religiosa. A religião era um dos mais importantes princípios de

¹⁰ JAULENT, E. “Introdução”. In.: LÚLIO, Raimundo. *O Livro do Gentio e dos Três Sábios*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 17.

¹¹ LÚLIO, Raimundo. *O Livro do Gentio e dos Três Sábios*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 47.

legitimidade dos governantes, além de ser provavelmente o principal critério definidor do “outro”, daquele que está “fora” e que não pertence a uma determinada realidade social. Por mais respeito que Lúlio demonstre para com as outras religiões, ele continua sendo um cristão convicto, cujo objetivo principal era converter os gentios à verdade da fé católica.

Pode, então, *O Livro do Gentio e dos Três Sábios* ser considerado como um diálogo inter-religioso? Não seria antes uma disputa fantasiada de diálogo? Quais são os limites desse diálogo na obra de Lúlio e de que maneira ele se apresenta? Cabe ressaltar ainda alguns aspectos do *Livro do Gentio* antes de buscar responder a essas questões. É preciso ter em mente que esse é um livro que tem por objetivo convencer os infiéis de seus erros. Lúlio pode ter dado espaço aos sábios judeu e muçulmano para expressarem suas convicções, mas o espaço de destaque é sem dúvida do sábio cristão, já que o capítulo no qual é feita a defesa do Cristianismo é duas vezes maior do que os outros capítulos. Os objetivos do maiorquino são explicitados também se for analisada a atitude do gentio diante de cada exposição: ele ouve de maneira quase passiva a exposição do sábio cristão e até a do judeu, mas muda totalmente seu comportamento em relação ao sábio muçulmano, discutindo com ele, rebatendo suas teorias e argumentando de maneira precisa contra aquilo que considera errado. O gentio não precisa dizer qual foi sua escolha: assim como os sábios, o próprio Lúlio tem certeza de qual fé foi a eleita.

A partir dessas considerações, pode-se estabelecer os limites do diálogo na obra luliana. Um desses limites é o fato de o próprio Lúlio ser aquele que dá voz aos sábios judeu e muçulmano. Por mais próximo que tenha procurado chegar do que seriam seus discursos, sua intenção última é utilizá-los para atestar a veracidade do discurso cristão. No entanto, é preciso cautela antes de afirmar que não há nenhum grau de diálogo em sua obra. Afinal, por que colocar as três religiões conversando quando sua intenção é fazer uma apologia ao Cristianismo num texto de cunho altamente proselitista? Por que não promover um encontro entre o gentio e apenas um sábio, no caso, o cristão?

Em primeiro lugar, o gênero literário do *Livro do Gentio* é o diálogo. A forma como a obra de Lúlio foi escrita inclui em si mesma o diálogo. Em segundo lugar, observa-se que faz parte da estratégia de conversão de Lúlio utilizar o diálogo entre as diferentes religiões. O maiorquino tem a firme resolução de que o combate dos erros e equívocos dos infiéis não precisa ser feito de maneira violenta. Para ele, as soluções dialógicas são, além de possíveis, mais efetivas. Não é o fio da espada que proporcionará o entendimento e a união, e sim a busca pela verdade baseada em argumentações racionais. Não há problema em dar espaço para outras religiões quando a certeza da verdade do cristianismo é maior.

Assim como existiu um conceito medieval próprio para a *tolerância* religiosa, pode-se dizer que há um conceito específico de *diálogo* inter-religioso na obra de Lúlio. É um diálogo estratégico, que visa a um fim determinado, mas que ainda assim reconhece e dá voz ao outro. De maneira muito distinta de seus contemporâneos, o filósofo catalão faz uma apologia ao Cristianismo que não precisa de polêmicas e provocações para atingir seus objetivos.

É verdade que as pretensões de Lúlio têm seu grau de utopia, considerando-se o contexto no qual viveu. Dificilmente a situação descrita no *Livro do Gentio e dos Três sábios* poderia ter efetivamente acontecido. Apesar disso, a vida e a obra de Raimundo Lúlio demonstram que o pensamento medieval não pode ser reduzido a um único e mesmo padrão, bem como as relações entre cristãos e muçulmanos não podem ser generalizadas apenas como conflituosas. Há espaço para o diálogo, ainda que ele permaneça num plano teórico e literário, desde que se tenha, assim como Lúlio, a coragem de abrir mão da violência e de perseguir com paixão seus propósitos.

ARGUMENTOS PARA A LEGITIMAÇÃO DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO EM MARSÍLIO DE PÁDUA (1280-1343)

Autor: Fabiano Arndt Araújo

Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes

Palavras-chave: Império Medieval; Supremo Legislador Humano; *Translatio Imperii*.

A transição do Medievo à Modernidade foi um período de grandes transformações. Entre os séculos XI e XIII, a cristandade latina viveu um período de expansão e aquecimento, observáveis no crescimento demográfico e no aumento da produção e do consumo, contexto que possibilitou o florescimento das cidades. A emancipação urbana gerou novas realidades políticas, econômicas e sociais, além de diferentes percepções religiosas, dentro ou fora da ortodoxia, ao longo dos séculos XIII, XIV e XV. No que tange ao pensamento, um dos traços marcantes dessa série de rupturas foi o aparecimento de novas propostas políticas que conciliavam a tradição clássica e medieval-cristã às demandas específicas daquela conjuntura.

Nesse sentido, percebem-se concepções que apontam cada vez mais na direção de uma visão “laica” da comunidade política civil, em muito influenciadas pela retomada do pensamento político aristotélico. Muitos nomes seguiram neste caminho, entre eles Dante Alighieri, Guilherme de Ockham e, já no século XV, Nicolau Maquiavel. Ainda no século XIV, um dos nomes de maior destaque e inovação foi o de Marsílio Mainardini (1280-1343), mais conhecido como Marsílio de Pádua. O pensador paduano era de origem “burguesa”, ligado a essa nova categoria social urbana que há algum tempo ganhava destaque, sua ampla formação incluía estudos de medicina, teologia e filosofia, nas universidades de Pádua, sua cidade natal, e Paris, onde também foi professor e reitor.

No sentido apontado, a obra de Marsílio de Pádua significou uma importante evolução dentro do pensamento político medieval, tanto pela retomada da filosofia aristotélica através de Tomás de Aquino quanto pela intenção de colocar o poder civil acima do religioso na esfera temporal. A partir disso, estudar o pensamento de Marsílio constitui um dos pontos-chave para o entendimento tanto das relações políticas e institucionais quanto da filosofia política na Baixa Idade Média, bem como uma forma de perceber as rupturas e continuidades entre o Medievo e a Modernidade.

Marsílio de Pádua, por suas ideias que poderíamos considerar “revolucionárias” para o século XIV, foi um dos pensadores mais notáveis e inovadores do período. Em sua principal obra, o tratado *Defensor Pacis*, publicado em 1326, o autor combate a teoria da *Plenitudo Potestatis*, segundo a qual o papa possuiria plenos poderes, tanto temporais como espirituais, o que, na concepção curialista, manteria a unidade político-social, a ordem e a paz. A conjuntura da Baixa Idade Média sem dúvidas pesou sobre o pensamento marsiliano, que foi influenciado, entre outras coisas, pela disputa entre Filipe IV e Bonifácio VIII, pelos debates entre Espirituais e Comunidade dentro da Ordem Franciscana, pelos conflitos políticos da Península Itálica e pelo convívio que o autor teve com juristas de renome, como João de Jandum e Pedro d’Albano.¹

Como dito, as já conhecidas disputas entre Império e Papado exerceram grande influência sobre Marsílio. Tais disputas foram renovadas nas eleições imperiais de 1314, entre Luís da Baviera e Frederico da Áustria, quando, apesar da vitória de Luís (que adotou o nome de Luís IV), ambos foram coroados e deram início à disputa através das armas. Para resolver o problema, os dois inimigos apelaram ao papa João XXII, que não emitiu nenhum parecer, tomando para si a administração imperial durante o “vazio” do trono. Luís IV, contudo, acabou por derrotar Frederico em 1322, na batalha de Mühldorf, e, em

¹ SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BERTELLONI, Francisco; PIAIA, Gregório. “Introdução”. In: PÁDUA, Marsílio de. *O Defensor da Paz*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 13-63. *Passim*.

seguida, enviou tropas à Itália, sendo excomungado pelo papa sob as acusações de ilegitimidade e de dar apoio a hereges. O imperador, na sequência, lançou um manifesto em resposta, no qual acusava as arbitrariedades do pontífice e alegava que este cometera uma heresia ao negar a doutrina da pobreza de Cristo e dos apóstolos.

Após o debate teórico com João XXII, Luís IV decidiu ir pessoalmente à Itália, onde tomou conselho de Marsílio e Jandum, além de outros franciscanos rebeldes, que logo também foram condenados pelo pontífice. O imperador conseguiu conquistar a cidade de Roma e organizou um governo nos moldes preconizados por Marsílio, nomeado vigário imperial para a cidade. As tropas imperiais, porém, resistiram por pouco tempo e logo o imperador foi obrigado a retornar à Alemanha, onde Marsílio passou a atuar como seu médico e conselheiro. Nesse último período de sua vida, Marsílio de Pádua também se envolveu em rivalidades com alguns franciscanos rebeldes, como Bonagrázia de Bérghamo e Guilherme de Ockham. A última obra escrita por Marsílio, e fonte secundária deste trabalho, foi o *Defensor Minor*, síntese do *Defensor Pacis* e réplica à terceira parte do *Dialogus* de Ockham.

Pouco depois de escrever sua principal obra e dando continuidade aos argumentos nele levantados, Marsílio dedicou-se também a escrever um tratado menor, intitulado *De Translatione Imperii*. Nessa obra, que se constitui como fonte principal deste trabalho, Marsílio desconstrói, a partir da história, o poder do pontífice sobre o imperador, demonstrando a autonomia do Império, o que completa a refutação da *Plenitudo Potestatis* anteriormente iniciada. Na obra, o pensador paduano dedicou-se a: estabelecer a legitimidade da atual jurisdição do cargo de imperador, mostrar ao papa que este não desempenhou nenhum papel relevante na transferência do Império e, acima de tudo, comprovar que a fonte da autoridade imperial não é o papado, mas sim um processo histórico independente.²

Nossa intenção neste trabalho foi a de analisar, à luz do contexto histórico e da teoria política medieval, os argumentos desenvolvidos por Marsílio de Pádua em seus tratados *Defensor Minor* e *De Translatione Imperii*. No tratado intitulado *Defensor Minor*, que é uma espécie de “síntese” da principal obra do autor, o *Defensor Pacis*, Marsílio expõe de modo conciso seu pensamento sobre a autoridade secular e sua autonomia em relação à espiritual. No *De Translatione Imperii*, escrito como complemento ao *Defensor Pacis*, Marsílio continua o ataque desferido contra a Igreja e o Papado, construindo uma “genealogia” do Sacro Império Romano-Germânico, segundo a qual as origens deste remontariam ao próprio Império Romano. O principal objetivo do autor é claro: dar ao Império uma origem e um desenvolvimento históricos independentes da instituição eclesiástica, o que contribuiria para confirmar sua tese maior de que, na esfera terrena, o gládio temporal estaria acima do espiritual.

A partir das especificidades do pensamento marsiliano, voltamo-nos à análise dos já mencionados tratados *Defensor Minor* e *De Translatione Imperii* buscando perceber e interpretar a argumentação do autor à luz do contexto do século XIV. Nosso trabalho visou identificar quais foram os argumentos do autor para legitimar o Império e o imperador; qual a importância do contexto histórico sobre sua obra; que posicionamentos filosóficos e tradições de pensamento podem tê-lo influenciado; e se é possível inferir as motivações da escrita do autor, bem como seus posicionamentos no que concerne à filosofia política e à percepção que possuía de sua própria conjuntura.

Ao longo dessa pesquisa, nosso objetivo maior foi o de compreender e analisar a argumentação de Marsílio de Pádua para a legitimação do Sacro Império Romano-Germânico e da figura do imperador. Para isso, tivemos também alguns objetivos

² BAYONA, Bernardo & ROCHE, Pedro (Edit.). *Marsílio de Pádua: Sobre el poder del Imperio y del Papa*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2004.

secundários, como: ler e conhecer a historiografia sobre a conjuntura histórica (Idade Média, Baixa Idade Média e, especialmente, o século XIV); entender as transformações ocorridas na transição do Medievo para a Modernidade, em níveis políticos, econômicos, sociais e culturais, para, a partir disso, depreender a novidade constituída pelo pensamento marsiliano expressa em seus tratados; ler e criticar as fontes, analisando, sobretudo, os argumentos utilizados por Marsílio para legitimar o Império Germânico e a figura do imperador, bem como possíveis críticas que autor construiu ao seu contexto ou soluções que apontou para as demandas do Império na época; compreender quais seriam as motivações e intenções de Marsílio de Pádua ao escrever suas obras, que influências pesaram sobre sua produção e, especialmente, o modo como esta dialogava com o contexto no qual vivia o autor.

De modo geral, pode-se dizer que poucos historiadores trabalharam de modo especializado com o pensamento político de Marsílio de Pádua. No plano internacional, destacam-se os filósofos espanhóis Bernardo Bayona e Pedro Roche ³, largamente utilizados para a confecção desta pesquisa. Em termos nacionais, destaca-se o nome do já conceituado filósofo José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza, professor da Universidade Federal de Goiás, que contribuiu muito para a compreensão dos conceitos que Marsílio utiliza em suas obras.

Mesmo internacionalmente, grande parte dos estudos sobre o pensamento marsiliano parte de pontos de vista filosóficos e a escassez de nomes demonstra o quanto Marsílio de Pádua não foi suficientemente estudado pelos historiadores, o que se evidencia ainda mais no Brasil. Uma exceção é o historiador Moisés Romanazzi Tôres, professor da Universidade Federal de São João Del-Rei, que defendeu sua tese de doutoramento em 2003 sobre o conceito de Império na obra marsiliana ⁴.

Para a compreensão contextual optamos pela utilização, sobretudo, das obras *A Civilização do Ocidente Medieval* ⁵, de Jacques Le Goff, e *Nova História da Igreja* ⁶, de David Knowles e Dimitri Obolensky, e das obras contextuais do já citado José Antônio de C. R. de Souza e de João de Morais Barbosa ⁷, além dos estudos sobre a filosofia na Idade Média desenvolvidos por Etienne Gilson ⁸. Para o embasamento a respeito da teoria política medieval como um todo, utilizamos as reflexões de Jürgen Miethke ⁹ e Walter Ullmann ¹⁰, referenciais na temática, bem como a produção da professora que orienta este trabalho, Fátima Regina Fernandes ¹¹. Além dos autores já mencionados, muitos outros foram utilizados ao longo da pesquisa, entre estes, seria importante destacar também: Oliver Nay ¹² e Gaetano Mosca ¹³, por suas exposições gerais, um tanto quanto “manuais”,

³ BAYONA, Bernardo & ROCHE, Pedro (Edit.). *Marsílio de Pádua: Sobre el poder del Imperio y del Papa*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2004.

⁴ TÔRES, Moisés Romanazzi. *O conceito de Império em Marsílio de Pádua (c. 1275-80 – c. 1342-43)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

⁵ LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. (volume II).

⁶ KNOWLES, David. & BOLENSKY, Dimitri. *Nova História da Igreja – A Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 1974. (volume II).

⁷ SOUZA, José Antônio de C. R. de Souza & BARBOSA, João Morais. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens: As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João de Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

⁸ GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁹ MIETHKE, Jürgen. *Las ideas políticas de la Edad Media*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

¹⁰ ULLMANN, Walter. *Escritos sobre teoría política medieval*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003.

¹¹ FERNANDES, Fátima Regina. “O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval”. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Org.). *Facetas do Império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 185-198.

¹² NAY, Oliver. *História das ideias políticas*. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹³ MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas desde a Antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.

sobre a história das ideias e do pensamento político; Michel Parisse¹⁴ e José Manuel Nieto Soria¹⁵, pelas reflexões que desenvolveram sobre o Império na Idade Média; e, por fim, Philippe Ariés¹⁶, por sua contribuição ao refletir sobre a atitude diante da história na Idade Média.

Para a realização desta pesquisa, inicialmente fizemos a leitura as principais obras sobre o contexto da Baixa Idade Média e, em especial, o Exílio de Avignon e a querela entre o Sacro Império Romano-Germânico e o Papado. Após a leitura de produções que pudessem nos dar um panorama geral sobre o contexto, iniciamos também a leitura de autores especializados na área da teoria política medieval, como os já citados Jürgen Miethke e Walter Ullmann, além de autores nacionais que trabalharam com a temática, como o também já citado José Antônio de C. R. de Souza. A leitura e o fichamento de tais obras, além de outros textos avulsos, permitiu iniciarmos o próximo passo, ou seja, a leitura da fonte em si.

Os tratados *Defensor Minor* e *De Translatione Imperii*, fontes desta pesquisa, foram lidos diversas vezes ao longo do percurso de estudo. Inicialmente, leitura e análise buscavam captar aspectos gerais, como a estrutura do texto, as principais linhas de argumentação e os posicionamentos claramente defendidos pelo autor. Essa leitura proporcionou uma visão ampla da obra, que, por sua vez, permitiu o entendimento geral do pensamento expresso pelo autor, ou seja, a defesa da legitimidade do Sacro Império Romano-Germânico em oposição à Igreja Romana.

Num segundo momento, somando a leitura da historiografia especializada às primeiras análises da fonte, pudemos elencar possibilidades de interpretações a serem verificadas, como a “genealogia” do Sacro Império construída pelo autor, seus argumentos, suas opiniões sobre as personagens históricas as quais cita e suas intenções. Feito isso, trabalhamos em três frentes: a construção de uma síntese da fonte que permitiu seu melhor entendimento; a sistematização dos dados coletados sobre o contexto de escrita da fonte; e a elaboração de uma tabela que elenque as personagens citadas na obra e os vícios ou virtudes atribuídas a elas.

Nossa análise do *Defensor Minor* nos levou a perceber que a legitimação do Império e do Imperador perpassa todo o tratado. Já no início do tratado, o autor afirma que o único que poderia enunciar a Lei Humana e deter a jurisdição coercitiva neste mundo seria o legislador humano, representado pelo Imperador. Marsílio também sustenta a autoridade imperial no sétimo capítulo, quando afirma que as Cruzadas somente poderiam ser convocadas pelo príncipe romano. Além disso, o autor afirma que a única autoridade capaz de excluir pessoas da convivência civil e dispor de seus bens seria também a do legislador humano. No décimo primeiro capítulo, Marsílio afirma que a preeminência da Sé Romana resultaria também da decisão, da vontade e da concessão do legislador humano. Outro ponto no qual Marsílio legitima a autoridade imperial é no que concerne às questões matrimoniais, sobre as quais apenas o Imperador poderia legislar.

De fato a forma mais enfática com a qual Marsílio de Pádua legitima o Império e o Imperador no *Defensor Menor* é desconstruindo a *Plenitudo Potestatis* papal e identificando a figura do Imperador com a do Supremo Legislador Humano:

¹⁴ PARISSÉ, Michel. “Império”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. Volume I. p. 607-620.

¹⁵ NIETO SORIA, José Manuel. “El Imperio medieval como poder público: problemas de aproximación a un mito político”. *Anales de la XXIII Semana de Estudios Medievales de Estella*. [s.l./s.d.], pp. 403 – 440.

¹⁶ ARIÉS, Philippe. “A atitude diante da história na Idade Média”. In: *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1989. p. 62-94.

Igualmente, conforme a lei humana há também um legislador que é o conjunto dos cidadãos, ou sua parte mais relevante, ou ainda, o supremo Príncipe dos romanos, chamado imperador. (DM, XIII, 9, ênfase acrescentada)¹⁷

[...] Ora, segundo o que permite ou determina a Lei Divina, legislar ou decretar leis coercitivas neste mundo ou julgar as pessoas de conformidade com as mesmas, impondo-lhes aqui na terra fazer ou não fazer algo, decreto esse acompanhado de uma punição real ou concreta, não compete à autoridade de um só bispo ou presbítero ou de outro ministro espiritual qualquer, ou apenas de sua corporação considerada individual ou separadamente, antes, pelo contrário, tais coisas lhes foram proibidas através de um conselho ou preceito.

A autoridade para sancioná-las compete ao conjunto dos cidadãos ou ao supremo Príncipe, denominado Imperador dos romanos. Comprovam nossa tese argumentos humanos racionais fundamentados na verdade, a Sagrada Escritura ou Lei Divina Cristã, os comentários dos santos ao seu texto, bem como as histórias e crônicas fidedignas. (DM, XVI, 4, ênfase acrescentada)¹⁸

Ao retirar a autoridade temporal dos clérigos e Identificar o Imperador ao Supremo Legislador Humano, Marsílio faz com este seja a principal autoridade temporal e único enunciador da Lei Humana. Dessa forma, abaixo de Cristo, enunciador da Lei Divina, estaria a pessoa do Imperador dos Romanos que, como veremos quando analisarmos o tratado *De Translatione Imperii*, fora vinculada por Marsílio ao Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, à época Luís IV da Baviera.

Através da leitura e análise do *De Translatione Imperii*, por outro lado, vimos mais claramente os argumentos utilizados pelo autor na legitimação do Sacro Império Romano-Germânico. Neste tratado, Marsílio constrói uma espécie de “genealogia” do Império, na qual retorna aos romanos e perpassa o Império Bizantino e o Império Carolíngio. Nessa “genealogia”, o autor baseia-se na noção de *translatio imperii* para apontar o Sacro Império como herdeiro e legítimo sucessor dos impérios precedentes. A partir disso, percebemos e analisamos o papel desempenhado pela história na legitimação da autoridade imperial. Outro ponto que aparece no tratado é a construção de modelos e contramodelos de virtudes e vícios a partir de personagens históricas.

A oposição entre virtudes e vícios, bem como a legitimação ou depreciação de personagens e poderes a partir dos mesmos, constituiu um elemento comum ao Medievo e que encontra raízes inclusive no mundo clássico, em pensadores como Cícero e Salústio. Tal tradição, pode-se dizer, sobreviveu ao longo dos séculos, adaptando-se às demandas de cada conjuntura e servindo aos interesses de cada época. Nesse sentido, Marsílio de Pádua, como homem do seu tempo, insere-se na dialética entre tradição e inovação, utilizando um recurso ancestral, a oposição entre as virtudes e os vícios, com propósitos inovadores, sustentar a legitimidade e a autonomia do Imperador frente ao pontífice, e, em sentido maior, do poder temporal frente ao espiritual. *De Translatione Imperii* mostra-se, portanto, como uma obra perfeitamente alinhada à época de sua produção, a Baixa Idade Média, marcada pela permanência de tradições e, simultaneamente, pelo surgimento de novas e promissoras reflexões, especialmente no que tange à teoria política. Estas reflexões, ajustadas às necessidades daquela sociedade, apesar de não reconhecidas em seu contexto, demonstrariam sua força e pujança, sobrevivendo ao tempo e influenciando concepções modernas e até mesmo contemporâneas.

¹⁷ PÁDUA, Marsílio de. *Defensor Menor*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 94.

¹⁸ PÁDUA, Marsílio de. *Op. Cit.* p. 109-110.

AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES ESPIRITUAL E TEMPORAL NA TEORIA POLÍTICA DE ÁLVARO PELAYO ATRAVÉS DE SEU *ESPELHO DOS REIS* (1341-1344)

Aluno: Leonardo Girardi

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Regina Fernandes

Palavras-chave: Baixa Idade Média; Teria Política; Álvaro Pelayo

“Álvaro Pelayo esteve profundamente ligado às questões de seu tempo” – tal expressão consta quase como uma máxima em muitas das obras edificadas e dedicadas especificamente ao frei galego¹. Entretanto, a mesma tem o seu fundo de embasamento, principalmente se nos pautarmos no fato de que Álvaro Pelayo se deteve longamente em algumas das grandes comoções que envolveram o século XIV, formulando, seja como reflexo, ou, em resposta a elas, sua teoria política – talvez um de seus principais contributos ao pensamento do período e mesmo como legado a posteridade.

Do turbulento período em que o frade galego está inserido – caracterizado principalmente pela “trindade sinistra” da *guerra, fome e peste* ou, utilizando-nos de um termo mais genérico e recorrente na historiografia acerca, *crise* – podemos salientar dois fenômenos que terão inclusive relações entre si no que tange a este estudo: primeiramente, o declínio das propostas de primazia do poder pontifício sobre a Cristandade, a *Teocracia Pontifícia*, e em segundo lugar, o avanço da centralização do poder em torno da figura régia, agregando para si as funções administrativas, burocráticas, legislativas, dentre outras do reino.

O primeiro fenômeno decorre do fim da disputa entre o Papa Bonifácio VIII (1294-1303) contra o rei de França Filipe IV, o Belo (1268-1314) sendo num sentido mais amplo, quando o poder temporal vence o espiritual – as prerrogativas que vinham sendo formuladas e reformuladas desde o pontificado de Gelásio I (492-496), passando por Gregório VIII (1073-1085) e Inocêncio III (1198-1216), pela pena de inúmeros teóricos como Tiago de Viterbo e Egídio Romano, encontrava seu termo quando Bonifácio sucumbe frente a uma nova configuração que se formava no horizonte da Cristandade, este relacionado intimamente com o segundo fenômeno: o do crescimento do poder régio, neste caso figurado por Filipe IV. Assim, a Cúria Pontifícia antes sediada em Roma, a Cidade dos Apóstolos, é forçada a ser transferida para as margens do rio Reno, na cidade de Avignon – onde passa a orbitar o círculo da corte parisiense e, onde desenvolve-se inclusive uma faustosa e burocrática corte própria². Focando-nos na Península Ibérica, o movimento de centralização encontrará vez no reino lusitano através de projetos que vinham sendo desenvolvidos desde o governo de Afonso III (1248-1279)³, sendo continuados por seus sucessores, D. Dinis (1279-1325) e Afonso IV (1325-1357)⁴. Em Castela, Alfonso X, o Sábio (1252-1284), toma medidas no mesmo sentido, sobretudo compondo um vasto monumento legislativo cujo principal exemplo pode ser *Las Siete*

¹ Em vista de tal colocação, é possível que destaquemos três grandes nomes que sem dúvida comungam da mesma ideia, a saber: José Antônio de C. R. de Souza, João Morais Barbosa e Armênia Maria de Souza – todos indispensáveis para o desenvolvimento deste estudo.

² KNOWLES, David, OBOLENSKY, Dimitri. Nova História da Igreja: a Idade Média. Petrópolis: Vozes, 1983, v. II. pp. 435-443; HOLMES, Georges. A Europa medieval. Hierarquia e revolta (1320-1450). Lisboa: Presença, 1984, pp. 74-83.

³ FERNANDES, Fátima Regina. Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III: direito material e direito processual. Curitiba: Juruá, 2000 – destaca-se aqui o prefácio da obra.

⁴ SOUZA, Armindo de. “1325-1480”. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: A Monarquia Feudal (vol. II, 1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 373, 383-385.

*Partidas*⁵, muito embora não tendo sido verdadeiramente efetivo: é apenas décadas depois, com seu bisneto, Alfonso XI (1312-1349), que o empreendimento virá a ser conduzido de fato⁶.

Por ser o meio clerical aspecto principal, é através de seu prisma que desenvolvemos a trama deste contexto, focando-nos de forma mais ampla na maneira como o *Sacerdotium* se articulou diante da nova realidade que começava a se esboçar por entre os séculos XIV e XV, período chave na edificação dos pilares que sustentarão a Era Moderna⁷. Em vista de tal tarefa, elegemos o já mencionado Álvaro Pelayo (c. 1270-1352), eminente frade menor da Ordem Franciscana, doutor da Igreja, Bispo da Diocese de Silves e, homem de saber⁸, dentre outras atribuições, como personagem central, além de redator de nossa fonte, o *Speculum Regum – O Espelho dos Reis*. Assim, intentamos lançar novas luzes e, por conseguinte, gerar novas problemáticas ao campo da teoria política baixo-medieval e da história da Igreja. À complexidade do contexto exposto acima, lançamos alguns problemas norteadores de nossa análise e reflexão, a fim de melhor compreender a conjectura a qual Álvaro Pelayo estava inserido; são alguns deles: 1) Como Álvaro Pelayo articula seu posicionamento dentro do quadro teórico do seu tempo? 2) Qual é o tipo de obra que o Bispo escreve? 3) Como um Espelho serve para defender as causas eclesiásticas? Quais são as ambições de Pelayo por detrás da sua elaboração? 3) Como se estrutura a teoria política de Álvaro Pelayo dentro do *Espelho dos Reis*? Primazia do poder espiritual, diálogo dos dois num todo? Quais são os argumentos que ele usa? Como constrói seu argumento?

Sendo filho bastardo do nobre D. Payo Gómez Chariño, importante almirante da corte castelhana, Álvaro teve sua educação garantida em meio à corte de D. Sancho IV, rei de Castela (1284-1295) há quem muito dedicou seu afeto e sempre deveu suas gratidões e elogios – estendidos por conseguinte a Alfonso XI, futuro rei⁹. Fora um “cosmopolita”, nas palavras de Armênia de Souza¹⁰ e podemos atestar o fato pela caminhada do frade descrita tanto por essa autora, como por José Antônio de Souza. Viveu na Itália onde cursou Direito na Universidade de Bolonha, possivelmente persuadido por parentes próximos que almejavam sua ascensão na hierarquia eclesiástica – tendo em vista que a Igreja do século XIII estava sendo governada em grande parte por Papas cuja formação era intelectual, destacando-se pela série de juristas; portanto, uma Igreja mais atrelada às ações políticas do que pastorais. Esteve em Assis como frade da Ordem Menor de São Francisco, depois

⁵ SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó, e o novelo. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho; SODRÉ, Paulo Roberto (orgs.). Série estudos medievais 2: fontes. Araraquara: ANPOLL, 2009, pp. 517-529.

⁶ BLEYE, Pedro Aguado. Manual de Historia de España. Tomo I, Prehistoria/edades antiga y media. Madrid: ESPASA-CALPE, 1958, p. 714.

⁷ Podemos destacar as consagradas obras de Johan Huizinga, “O Outono da Idade Média” (ou, “Declínio da Idade Média” em equivocada tradução) bem como a de Philippe Wolff, “Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?” como dois estudos elementares para a compreensão deste período a que nos propomos trabalhar, justamente por revelar os aspectos da nova tessitura que está em formação, ainda dentro da Idade Média, para novos tempos.

⁸ Tomando as prerrogativas de Jacques Verger em “Homens e Saber na Idade Média” acerca de um novo grupo que gesta-se, sobretudo a partir do Renascimento do Século XII composto por indivíduos a que hoje atribuídos o adjetivo de “intelectuais” (termo este que adquiriu sua atual conotação apenas no século XIX) que “[...] constituem os detentores de valores culturais, que lhes permitem o exercício de profissões, a participação no poder e até mesmo a atividade erudita.” VERGER, Jacques. Homens e saber na Idade Média. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 08.

⁹ SOUZA, Armênia Maria de. A realeza cristã ibérica no Espelho dos Reis de frei Álvaro Pais (séc. XIV). Dimensões, vol. 26, 2011, p. 189-215 e SOUZA, José Antônio de C. R. de. ¿Un fillo de Gómez Chariño? Álvaro Pais: traxectoria e promoción ao episcopado. In: Revista Galega do Ensino, Núm. 44, Novembro de 2004. pp. 177-198.

¹⁰ SOUZA, Armênia de, op. cit., p. 190.

na corte papal de Avignon, atuando como penitenciário do Papa João XXII (1316-1334) e finalmente, ocupou o bispado da diocese de Silves, em Portugal (atualmente diocese de Faro, no Algarve, sul do país), também eleito para esta função pelo Papa João XXII. Por meio dessas informações, podemos perceber o arcabouço intelectual adquirido por Álvaro Pelayo, o que dará forma e sustento ao seu trabalho, reforçando assim a máxima que destacamos logo ao início deste texto: “esteve profundamente ligado às questões de seu tempo”.

O *Espelho dos Reis*¹¹ é a segunda obra de uma trilogia de escritos maiores de Álvaro. O primeiro chama-se *De Statu et Planctu Ecclesiae* (1330-1332) e o terceiro é o *Collyrium Fidei Aduersus Haereses* (não há uma data precisa para sua redação, mas sabe-se que é posterior ao ano de 1344); além destes, três escritos menores figuram dentro a obra maior pelagiana: *Comentário ao Evangelho de São Mateus*, *Comentário sobre os Quatro Livros de Sentenças* e *Sermão sobre a Visão Beatífica*¹². Na trilogia principal, fica-se clara a atenção do autor para com a Cristandade, sobretudo a Igreja, salientando seus problemas (que foram representados principalmente pelas heresias, por conseguinte, elencadas no *Collyrium Fidei Aduersus Haereses*) e dando-lhes soluções, estas que perpassam pela extensão de sua obra. O *Espelho dos Reis* ganha importância em nosso estudo por trazer luz a uma parte da teoria política de Álvaro, desenvolvida ao longo de sua obra, revelando seu posicionamento acerca dos dois gládios além do que, ao elencar as virtudes e condutas apropriadas a um soberano, delimita bem qual é a forma ideal como o monarca (neste caso Alfonso XI a quem a fonte é claramente dedicada mas, também a Afonso IV de Portugal, como forma de crítica dados os maus termos em que o frade e o soberano lusitano acabaram por contrair) deve agir – dando através disso formas que nos permitem elencar esta obra dentro do gênero dos *espelhos de príncipe*¹³ – os quais encontramos uma boa síntese através de Fátima Regina Fernandes quando diz que os mesmos definem um perfil de contenção ética cristã dos reis através da defesa, subliminar, da universalidade contida nas prerrogativas da teocracia pontifícia¹⁴. Assim, buscamos extrair do *Espelho dos Reis* peças-chaves para a compreensão da fundamentação e legitimação da teoria política pelagiana, como as virtudes, os exemplos e mesmo, vícios e perigos que permeiam a vida e também o governo de uma comunidade cristã, expostos por Álvaro Pelayo em forma de conselhos para Alfonso XI.

Dito isto, a partir das virtudes elencadas por Álvaro em sua obra, podemos observar a teoria pelagiana assumir grandes contornos de refinamento, ao mesmo tempo em que o autor justifica de maneira mais sucinta suas prerrogativas; cada uma delas – que tangem às quatro virtudes cardeais, ou seja, *prudência*, *temperança*, *fortaleza*, *justiça*, bem como as suas declinações – assumem as devidas características para tornar o soberano que se orienta por seu *Espelho dos Reis* um *cristianíssimo* rei. Entretanto, este perfil deverá estar de acordo com a premissa de que o poder espiritual deve estar acima do temporal¹⁵ – tendo em vista toda uma composição teórica que perpassa a Teoria dos Dois Gládios, de autoria do Papa Gelásio I, pelo *Dictatus Papae* de Gregório VII, as prerrogativas de Inocêncio III ou, a *Bula Unan Sancta*, de Bonifácio VIII; colocações que terão reflexo em sua obra e podem ser vistas como justificativas para sua base teórica. Podemos destacar, portanto, do

¹¹ PAIS, Álvaro. *O Espelho dos Reis (Speculum Regum)*. Vol. I-II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1955-1963.

¹² BARBOSA, João Morais. A teoria política de Álvaro Pais no "Specvlvm Regvm": esboço duma fundamentação filosófico-jurídica. Lisboa: Ministério da Justiça, 1972, pp. 15-19.

¹³ NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes en Castilla (siglos XIII-XV): un modelo literario de la realeza bajomedieval. In: *Medievalismo*: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Ano 16, nº 16. Madrid, 2006, pp. 11-18.

¹⁴ FERNANDES, Fátima Regina, 2009, Op. Cit., p. 52.

¹⁵ PAIS, Álvaro. *Op. cit.*, pp. 107; 137-139, vol. I.

quadro de virtudes elencado no *Espelho a justiça*, que deve ser aplicada em boa parcela juntamente com a *sabedoria*, a *equidade*, fazendo vezes de braço secular da Igreja, e a *fortaleza*, que há de conduzir o príncipe pelas batalhas tanto morais quanto físicas – ou seja, servindo como um bom modelo para os súditos, afinal o soberano deve ser o espelho em que estes se moldarão e bem serão conduzidos para a vida eterna e, utilizadas para expandir o culto de Cristo e o território da Igreja¹⁶. Estas duas virtudes trazidas apenas a título de exemplo de como as mesmas são elencadas para dar força sustentabilidade ao plano de soberania da esfera de poder espiritual.

Todavia, o que vemos para além da limitação da autonomia temporal em vista das delimitações impostas pelo poder espiritual é a aliança de ambas as esferas do poder. Álvaro Pelayo visa então estabelecer um sistema explicativo demonstrando a relação entre as duas instâncias, sistema esse onde os dois gládios se harmonizam e se auxiliam, tendo em vista o governo da *Ecclesia* e, um fim último, o bem-comum para que posteriormente todos os cristãos ingressem no Reino Eterno. Portanto, Álvaro concorda que o Imperador, neste caso, é o senhor do mundo, mas faz a ressalva de que ele o é dentro de sua própria esfera de competência (o que pode ser estendido aos reis). Ao receber do Papa o gládio temporal, o faz sob a promessa de defender e servir a Igreja, bem como zelar pela Cristandade (lembrando também do fato de que todo clérigo está impedido de portar armas, a exceção daqueles que compõe as Ordens Militares). Esboça-se então as funções últimas de cada esfera – ou seja, das autoridades laicas, prover a boa vivência do homem na terra enquanto a dos espirituais, conduzi-lo à Bem Aventurança – estando a última hierarquicamente acima da primeira.

As virtudes atuam então como agentes de contenção e delimitação da função régia (temporal) que avança a passos largos nos quadros da Cristandade latina. Assim, usando-se dos exemplos bíblicos, dos Padres da Igreja ou que floresceram nos antigos (expressão exaustivamente utilizada por Álvaro para remeter-se aos filósofos pagãos que dão sustento e legitimidade a sua construção – estando, claro, devidamente cristianizados para não entrar em conflito com o dogma da Igreja) podemos observar que os reis do passado tinham a virtude de conter a soberba, pois não tencionavam dominar ambiciosamente e arrogantemente, mas sim, serem proveitosos para a *república* e governá-la com utilidade e justiça. A isso também soma-se a prudência e novamente a fortaleza, que irão precaver o soberano de não extrapolar sua esfera de competência, violando por exemplo prerrogativas puramente eclesiásticas¹⁷ – ao mesmo tempo em que não declinam para a tirania. Por isso, conselhos com agir sempre com retidão, governando primeiramente a si e depois aos súditos, deixando de se conduzir pelas paixões, serão recorrentes e estarão perfeitamente imbricados ao compromisso político¹⁸. O poder temporal é espiritualizado por Pelayo tanto pela ética que permeia o rei (que deve portar as virtudes) como pela natureza espiritual de sua meta última governamental, que é a Bem-Aventurança¹⁹.

Com base então na análise exposta acima, Álvaro pode ser inscrito então no processo de uma Cristandade em *transformação*. Embora discordante de autores como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham que claramente posicionam-se contra uma ideia de soberania pontifícia, em várias ocasiões vemos estes autores defendendo preceitos que julgavam como melhores e justos para uma finalidade comum: a manutenção da ordem. Desta forma, o frade galego elabora sua teoria política no sentido de construir um soberano

¹⁶ Idem, pp. 93-133, vol. I; SOUZA, José Antônio de C. R. de; As relações de poder na Idade Média Tardia: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais O. Min., e Guilherme de Ockham O. Min. Porto Alegre: EST Edições; Porto (Portugal): Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, pp. 266-271.

¹⁷ Idem, p. 280.

¹⁸ PAIS, 1956, op. cit., pp. 93-133; SOUZA, op. cit. 266-271.

¹⁹ BARBOSA, op. cit. pp. 240-241.

que atenda aos padrões necessários para uma Cristandade harmoniosa, que para ele, significa estar sob o controle do Bispo de Roma. Há que se ressaltar novamente o fato de que juntamente às premissas ditas acima, sempre houvera o fim último por trás desta ordem esboçada por Álvaro e da busca por orientar o bem governar, um dos objetivos de seu *Espelho dos Reis* – tal pode ser constatado quando o frade galego pede a Alfonso XI de Castela conduzir os homens ao Reino de Deus. Embora o choque entre esferas políticas e competências de poder, o objetivo metafísico dos soberanos espirituais e temporais continua sempre presente na obra e teoria pelagiana, sublinhando a necessidade de bem conduzir os homens em sua passagem temporária pelo reino terreno para sua posterior alçada ao Verdadeiro Reino, ou seja, o Paraíso. Mas tudo isso dependeria de uma coisa: uma Cristandade unidade e em paz – um dos pontos mais destacados pela pena do frade, e que encontra também suporte nas virtudes que possuem portanto dupla finalidade: conter o avanço temporal e, bem orientar os fiéis para uma vida reta.

Assim, podemos retomar o que dissemos ao abrir esta exposição. O século em que Álvaro escreve é tido como de *crise*; à sinistra trindade soma-se o fato de o pilar moral da Cristandade latina, a Igreja, ter sofrido um severo e definitivo golpe quando a Cúria pontifícia é transferida de Roma para Avignon – situação que se agravará mais ainda quando for instalado o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), época em que dois, e até três Papas existirão simultaneamente. Álvaro não chegou a conhecer tal cisão, mas viveu a turbulência da desestabilização que sua sociedade vivia; esgotamento de um modelo, como Fátima Regina Fernandes destaca sempre em suas obras. Portanto, as monarquias com seus governos centralizados, conforme Hilário Franco Jr. expõe²⁰, começam a crescer em poder e assumem a função de reordenar esta sociedade, forjando sua unidade novamente. A teoria pelagiana, buscando concentrar isso em torno do Pontífice, acaba modelando um soberano cristão ideal, virtuoso e reto que irá ser um dos principais agentes deste reordenamento, da elaboração de um novo modelo – não haverá mais uma *Res pública cristiana* cuja presidência cabe ao Papa, mas sim, Estados cujo poder central estará nas mãos dos reis. Álvaro Pelayo pode então simbolizar o passado – através da defesa da já derrotada teocracia pontifícia – ou o futuro, dando as coordenadas teóricas para um vindouro soberano, ou mais propriamente, uma monarquia que poderá vir a se esboçar no que será a Era Moderna.

²⁰ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2ª ed. ver. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 18.

RESUMOS BANCA II

*Terça-feira, 17 de
dezembro de 2013 -
Das 08h00 às 09h30
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

HISTÓRIA E LITERATURA: AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA OBRA DE ÉRICO VERÍSSIMO

Autora: Camila Maria Longo Pleszczak

Orientação: Prof^a. Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia

Palavras-chave: Representações de gênero – Literatura – Rio Grande do Sul.

O presente trabalho tem como objeto analisado as representações de gênero nos capítulos *Ana Terra* e *Um certo capitão Rodrigo* presentes na primeira parte da trilogia de *O Tempo e o Vento* intitulada *O Continente*, publicada em 1949. *Ana Terra* tem sua história iniciada em 1777. A narrativa se pauta na figura da protagonista e seus familiares moradores nas redondezas de Rio Pardo na província do Rio Grande de São Pedro. A história de Ana Terra apresenta os conflitos de sua família com a chegada de um forasteiro, índio vindo das missões, Pedro Missioneiro.

Um certo capitão Rodrigo se passa algumas décadas depois da morte de Ana Terra, no vilarejo de Santa Fé. Com a chegada de um forasteiro, Capitão Rodrigo, que encarna a figura mítica do gaúcho, a vida de seus moradores e da família Terra tem uma nova reviravolta. Apesar do personagem central ser Rodrigo, os olhos se voltam para Bibiana Terra, neta de Ana Terra, que se torna esposa do capitão. O recorte das fontes termina em 1836, com a morte do Capitão Rodrigo, durante a Revolução Farroupilha.

Com as discussões construídas neste trabalho procurou-se compreender em que medida as relações de gênero são fundamentais para a constituição de uma sociedade, como o papel atribuído a cada sujeito é importante para tal. Também tornou-se interessante pensar de que forma as atividades domésticas das mulheres podem ser consideradas importantes frente a um certo contexto, em que não se inferioriza, mas a empodera, sem excluir as relações de poder existentes dentro de uma sociedade, mas procurando compreender de que modo as relações de gênero vão além da relação dominação/opressão. Considerando essas questões, este trabalho procurou entender qual a percepção de Érico Veríssimo acerca das relações de gênero na sociedade em formação do Rio Grande do Sul entre os séculos XVIII e XIX e em que medida a figura da mulher rio-grandense é apresentada como sujeito histórico, assim como se desenvolvem as relações e interações entre os gêneros.

Para a elaboração desse trabalho procuramos refletir sobre a relação entre História e Literatura cuja discussão é o foco central do primeiro capítulo, consideradas pertinentes ao entendimento de como se estabelece a construção histórica em uma narrativa literária. Autores como Hayden White¹, Paul Veyne² e Chartier³ foram importantes para encaminhar a discussão acerca da composição da narrativa histórica e suas relações com instrumentos pertinentes à narrativa literária, tais como o uso da subjetividade e a ficção e como eles atuam sobre o conteúdo apresentado na escrita da História sem, no entanto, desvirtuar a função que cabe a esta, a representação do real. Para a compreensão da narrativa literária, especificamente o Romance Histórico, e de que modo esta faz uso da História e da ficção, György Lukács⁴ e Miguel Puga⁵ foram fundamentais para entender como se estabelece essa relação. Os elementos ficcionais como personagens e suas ações, a

¹ WHITE, Rayden. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2001

² VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Edição 70. Lisboa

³ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. 1ª.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 2002.

⁴ LUKÁCS, György. **O Romance Histórico**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo editorial. 2011.

⁵ PUGA, Miguel. **O Essencial sobre o romance histórico**. Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2006.

partir de seus valores, costumes e modos de agir, devem ser correspondentes ao do contexto histórico que estão alocados e servem de cenário para a narrativa ficcional. Como a fonte nos faz estabelecer esse diálogo entre História e Literatura, procuramos analisar essas relações presentes na historiografia e literatura brasileira. Para tanto, buscou-se avaliar as preocupações que ocupavam os dois campos a partir do IHGB, como instituição que moldou as estruturas da historiografia nacional, e o desenvolvimento da Literatura, nesse sentido relacionamos Manoel Salgado Guimarães⁶ e Moscatelli⁷ com a obra de Érico Veríssimo acerca da História da Literatura brasileira⁸, destacando as visões estabelecidas por cada campo na preocupação de uma história nacional desde sua origem e no momento de produção de *O Continente*.

No segundo capítulo procuramos elucidar os elementos que compõem a análise dirigida aos capítulos *Ana Terra* e *Um Certo Capitão Rodrigo*, assim, buscamos traçar a trajetória do autor, bem com o contexto cultural no qual ele obteve sua formação acadêmica e literária, pois consideramos fundamental conhecer o meio de produção para entender de que lugar partem as representações. Para tanto, foram analisadas as concepções históricas e literárias que se desenvolveram no Rio Grande do Sul e que influenciaram os campos de circulação de conhecimento dos quais Érico Veríssimo participou. Para esta análise foi fundamental compreender o funcionamento das instituições responsáveis pela produção historiográfica e literária do Estado, o IHGRS e o *Parthenon Literário*, que moldaram as escritas respectivas aos seus campos voltada para exaltação da cultura, identidade e de heróis regionais. Para entender o IHGRS, Luciane Boeira⁹ e Daniele Silveira¹⁰ guiaram nossa pesquisa enquanto para a análise do *Parthenon* utilizamos dos estudos de Vinicius Estima¹¹. É a partir de Flávio Chaves¹² que se constrói, por fim, a trajetória literária de Veríssimo, que transitou da vertente simbolista da literatura rio-grandense pelo romance urbano até chegar a produção de *O Tempo e o Vento* que apresenta seu amadurecimento crítico e ideológico acerca da sociedade a partir de uma reflexão histórica. Outro aspecto fundamental para compor nossa análise foi entender a composição dos personagens dando ênfase às figuras femininas. A partir de Gisele Borges¹³ e Elza Queiroz da Silva¹⁴ compreendemos as dicotomias ora opostas ora ambivalentes das representações de homens e mulheres, às quais o autor confere o importante papel de pilar da sobrevivência e da continuidade da linhagem dentro da História, importante para a constituição e manutenção do núcleo social a que pertence. Veríssimo insere as mulheres como agentes fundamentais da história para a formação do

⁶ GUIMARÃES, Manuel.L.S. **Historiografia e nação no Brasil 1838-1857**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ. 2011.

⁷ MOSCATELI, Renato. **Um redescobrimto historiográfico do Brasil**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 5, 2000.

⁸ VERÍSSIMO, Érico. **Breve história da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Globo. 1995.

⁹ BOEIRA, Lucine Fernandes. **Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX**. In: *A Margem – estudos*, Uberlândia, ano 1, n.1.

¹⁰ SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“o passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)**. Dissertação (mestrado em História) Pós-graduação no Instituto de filosofia e ciências humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2008.

¹¹ ESTIMA, Vinicius Marques. **A História literária do Rio Grande do Sul, de Guilherme Cesar: o inventário do período de formação da literatura sul-rio-grandense**. Dissertação (mestrado em Letras) Pós Graduação em História da Literatura da FURG, Rio Grande, 2009.

¹² CHAVES, F.L. **Érico Veríssimo: realismo e sociedade**. Porto Alegre: Mercado aberto, 2ª. Ed. 1981.

¹³ BORGES, Gisele do Rocio. **Análise da figuração feminina em O tempo e o vento de Érico Veríssimo**. Eletras, vol. 18, n.18, jul.2009.

¹⁴ DA SILVA, Elza. E.M.Q. **Pensando as Fronteiras e as Identidade na obra de Érico Veríssimo: O Continente (1949)**. Dissertação (mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

Rio Grande do Sul, portanto estabelecemos uma discussão acerca do lugar das mulheres na História com aporte teórico de Michelle Perrot¹⁵ e Rache Soihet em conjunto com Adriana Facina¹⁶, ressaltando a preocupação em buscar esses novos sujeitos históricos no âmbito em que mais havia sua presença, no privado, que nos possibilita relacionar com a fonte no momento em que mesmo dentro desse ambiente, a mulher exerce importante papel dentro da sociedade.

O terceiro capítulo, por fim, procurou fazer a análise das representações de gênero articuladas com o contexto histórico representado na narrativa. Para isso, fizemos alguns pontos de articulação com a historiografia a partir de Guilherme Cesar¹⁷ e Arthur Ferreira Filho¹⁸. Os pontos ressaltados em *Ana Terra* que se articulam com a problemática das relações de gênero são: o povoamento do Continente de São Pedro coma questão da circulação étnica, cultural e a mestiçagem, as convenções sociais da época que moldam a mentalidade e o comportamento feminino, a transgressão feminina, a ausência da figura masculina pautada na guerra e na morte, o papel de guardião da memória familiar. Ao capítulo que se segue de análise *Um certo capitão Rodrigo*, temos novamente a transgressão feminina, assim como a traição e a ausência masculina, a mitificação da figura do homem gaúcho. Em ambos os capítulos encontramos relações com a morte, com a memória, com sentimentos afetivos e com a guerra. A mulher na literatura de Érico Veríssimo tem as suas funções caracterizadas pela lida doméstica em prol de servir a família sem ser um papel subjulgado, pois as suas atividades são para manter a sobrevivência e o bem-estar, colaborando com a manutenção dos homens e da comunidade, que estão cumprindo um dever de proteção da família e das fronteiras. Dentro da estrutura da narrativa desses capítulos, a principal preocupação da sociedade é com a sobrevivência, ou seja, o desejo de manter a sua família e de proteger as suas terras, em prol dessas necessidades cada um exerce um papel que viabiliza a sobrevivência dos seus, seja no âmbito público quanto no privado.

A análise desse trabalho nos levou a pensar de que modo a História e a Literatura podem construir em conjunto uma narrativa que represente um contexto histórico sem ocorrer modificações na sua estrutura com a liberdade de ficcionalidade da narrativa histórica. Érico Veríssimo nos mostrou, através de sua obra que é possível construir uma narrativa pautada nos eventos históricos que sejam perpassados e narrados através de personagens ficcionais, nesse caso com a linhagem da família Terra-Cambará e as pessoas envolvidas em seu círculo. É importante frisar que os contatos sociais que o autor teve durante sua permanência em Porto Alegre nos anos de 1930 até a publicação de seu livro em 1949 foram importantes para a construção de sua narrativa. O contato com membros de uma instituição que legitima a História e a Memória rio-grandense, como representantes do IHGB, deram crédito a construção da narrativa histórica presente em *O Tempo e o Vento*. Assim, dentro de um Romance Histórico se viu a possibilidade de abordar um tópico referente à formação dessa sociedade: a discussão sobre as relações de gênero. A ênfase, principalmente nos capítulos aqui delimitados, se volta para a figura da mulher, que, mesmo representada no âmbito privado, não está isenta da participação na construção social e cultural da sociedade rio-grandense. Assim Veríssimo traz para a História da

¹⁵ PERROT, Michelle. **Práticas da Memória Feminina**. In: Revista Brasileira de História. V.9 n.18 pp 9-18. São Paulo, 1989.

¹⁶ FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. **Gênero e Memória: algumas reflexões**. In: Revista Gêner. V.5, v.1. PP. 9-19. Niterói, 2004.

¹⁷ GUILHERMO, Cesar. **História do Rio Grande do Sul, período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

¹⁸ FILHO, Arthur Ferreira. **História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1964**. 3ª. Edição, Porto Alegre: Editora Globo, 1965.

formação do Rio Grande do Sul um novo personagem importante para a constituição social e cultural: a mulher, sendo representada como responsável pelo bem-estar e sobrevivência da família e de sua memória, e também como uma figura que, na ausência do homem, tem importância para prover e sustentar a família. As funções sociais baseadas no gênero são especificadas durante a obra, assim como as mulheres, os homens também tem o propósito de servir. Deste modo, a relação que se forma entre eles dentro de um contexto de insegurança e constante luta pela sobrevivência é recíproca, porém não podemos excluir as relações de poder existentes dentro da sociedade dos séculos XVIII e XIX de caráter patriarcal. Por fim, Érico Veríssimo insere na narrativa histórica de formação da sociedade a interação dos gêneros como relação importante para a constituição social e familiar, tendo como ponto de apoio e de manutenção das relações e da memória a figura feminina.

“O QUE VOCÊ PENSARIA SOBRE A VIDA SE A MORTE FOSSE SUA IRMÃ MAIS VELHA?” COMO A MORTE, ANGÚSTIA E MEDO EM SANDMAN DIALOGAM COM OS SENTIMENTOS DA SOCIEDADE AMERICANA DA ÉPOCA (1988-1998)

Autor: Guilherme Ieger Dobrychtop

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Kaminski

Palavras Chave: Histórias em Quadrinhos, Pós-Modernismo, Morte

No final de 1988 chegava às bancas dos Estados Unidos a história em quadrinhos *Sandman*¹, escrita pelo então novato Neil Gaiman². Nas 75 edições de *Sandman* o autor conta a história do personagem homônimo à obra, a personificação dos sonhos encarnada em uma figura cuja história transcende o tempo e espaço. Mesmo sendo uma criatura eterna, como informa o próprio nome daqueles seres a cujo tipo pertence – Perpétuo, ou, no original, *Endless*³ – a história culmina com a sua morte. A própria Morte⁴ é um personagem na publicação, configurando-se como um ser eterno tal qual seu irmão mais velho, Sandman. A relação que é mostrada entre ambos os personagens pode ser interpretada como uma alusão ao medo e angústia que advém da morte iminente que qualquer ser humano possui. Portanto, esta relação é analisada no presente trabalho, dando ênfase às relações que esses temas mantêm com a mídia da época na qual a revista é publicada – 1988 a 1998. Também são considerados pela análise o período chamado de pós-modernismo e uma reflexão sobre como a publicação se insere neste, além da discussão sobre os conceitos de angústia e medo, e como estes descortinam-se na mídia e indústria cultural e sociedade à época da publicação.

A pesquisa foi dividida em três momentos, que resultaram em três capítulos: o primeiro situa as discussões sobre indústria cultural e história em quadrinhos, com ênfase na apresentação de *Sandman*; o segundo trata do contexto do pós-modernismo, da sociedade do medo no final do século XX e do medo da morte, culminando na apresentação da personagem Morte; o terceiro trata da morte do personagem Sandman, analisando os elementos da narrativa a partir das questões até então desenvolvidas.

As histórias em quadrinhos são um produto oriundo do século XX, tendo estas se disseminado junto ao fenômeno da indústria cultural, expansão das mídias e novos hábitos de consumo cultural. Nesta indústria cultural, segundo Adorno, a arte corre o risco de ser reduzida a produto⁵ e, enquanto tal, tornar-se homogênea, pois “toda a cultura de massas em sistema de economia concentrada é idêntica⁶”. Esta transformação da arte em produto transforma também o público em estatísticas⁷, através das quais o produto será vendido. As histórias em quadrinhos não sofrem deste mal tanto quanto outras mídias, como a televisão, uma vez que as propagandas são menos frequentes neste produto⁸, contudo, o seu conteúdo acaba sofrendo. Além do que já foi dito partir de Adorno, sobre a arte ficar cada vez mais semelhante entre diferentes produtos, Umberto Eco considera os casos em que surgem histórias em quadrinhos geniais pelas mãos de autores igualmente geniais,

¹ “Sandman” tem dois significados na obra analisada. Sandman pode representar tanto um dos nomes do personagem principal quanto o título da obra. Para facilitar a compreensão, quando a grafia de “Sandman” corresponder ao título da obra, esta estará em itálico. Quando for uma referência ao personagem, permanecerá na grafia comum.

² Neil Gaiman nasceu em Portchester, Inglaterra, no ano de 1960. Jornalista por formação, atuou como crítico literário por alguns anos até conhecer Alan Moore e iniciar a produção de quadrinhos no cenário *underground* inglês, tendo Dave McKean como seu ilustrador, até ser descoberto por Karen Berger – uma editora norte americana – e convidado a escrever para a editora *DC Comics*. Atualmente vive nos Estados Unidos onde atua como romancista e roteirista.

³ Os sete irmãos que atendem pelo nome de Perpétuos são: Sonho, Morte, Destino, Desejo, Delírio, Desespero e Destruição.

⁴ Tal que Sandman, “Morte” também pode significar o nome de um personagem ou o ato de morrer. Desta forma, quando representar o personagem, se iniciará com “M” maiúsculo, e quando referenciar o ato de morrer, com o “m” minúsculo.

⁵ ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 3.

⁶ *Idem*.

⁷ *Ibidem*, p. 6.

⁸ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 157.

contudo, a necessidade de haver infindáveis continuidades influenciam no seu conteúdo, fazendo com que se tornem histórias rasas pela mão de roteiristas não tão geniais quanto o autor original⁹. É uma vez que esta indústria serve ao capitalismo e age em uníssono com este, serve como uma espécie de condicionador social, fazendo com que o entretenimento deixe o expectador, o trabalhador médio, menos descontente com sua realidade¹⁰. É o caso do Pato Donald nos desenhos animados, que é visto sofrendo no trabalho pelo expectador, o qual acostuma-se com aquela situação e, somada ao riso, a sua própria situação de sofrimento no trabalho é vista como algo corriqueiro e não tão ruim¹¹.

Anos depois da publicação desses textos por Adorno e Eco, na época em que *Sandman* é publicado, contudo, ocorre uma quebra de paradigma e rompimento de fronteiras no campo cultural, com uma colisão de diferentes mídias¹². Os *video games* começavam a ganhar forma e surgiam os *video clips*, onde acontecia uma mescla de música, imagem e texto¹³. No campo das histórias em quadrinhos, embora esta já fosse considerada uma arte consagrada e “componente central da cultura contemporânea¹⁴”, esta também sofria algumas modificações. Com os autores estrangeiros que adentravam o cenário americano, surgiam obras mais voltadas ao público adulto, como o próprio *Sandman* de Neil Gaiman e *Watchmen* de Alan Moore, o que acabou resultando na criação do selo *Vertigo* para leitores adultos da *DC Comics*¹⁵. Desta forma, embora fosse uma mídia já consagrada, os quadrinhos também existiam em uma realidade experimental. Dentro de *Sandman* ocorre o choque entre o velho e o novo da própria realidade dos quadrinhos, com personagens novos e velhos se encontrando na composição da história¹⁶. Dentro do campo cultural, as mensagens expressas nestas obras eram cada vez mais massificadas, e o fenômeno acontecia ao mesmo tempo em que as cidades cresciam e tornavam-se megalópoles, com o surgimento do anonimato uma vez em que aqueles que outrora eram conhecidos dentro de vilas tornavam-se anônimos em grandes centros¹⁷. Assim, as relações tornam-se mais íntimas, sendo transferidas das ruas para dentro de casa, fazendo com que aquilo que aconteça nas ruas ecoe dentro das residências, e vice versa¹⁸. Desse modo, com as relações dentro de casa constrói-se a identidade do indivíduo e da sociedade, e isso com a influência direta da mídia e da cultura urbana, pois o que acontece nesta reverbera na convivência social.

Tratando unicamente dos quadrinhos, pode-se afirmar que estes se constituem de uma mídia sequencial pois são uma reprodução gráfica realizada através de quadros justapostos e em sequência, numa lógica narrativa coerente com as animações e o cinema¹⁹. Contudo, em animações ou filmes os diferentes quadros são reproduzidos no mesmo espaço (a tela) enquanto nos quadrinhos são reproduzidos em espaços diferentes (diagramados em diversas páginas). Pode-se afirmar que o espaço está para a arte sequencial como o tempo

⁹ *Ibidem*, p. 173.

¹⁰ ADORNO, Theodor. *Op. Cit.*, p. 30.

¹¹ *Ibidem*, p. 23.

¹² BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet*. 2º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 313.

¹³ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4º ed. S. Paulo: EDUSP, 2003, p. 305.

¹⁴ *Ibidem*, p. 329.

¹⁵ Outras obras apresentavam um caráter mais adulto na época, como é o caso da história “A Última Caçada de Kraven”, publicada em 1987 nas revistas do Homem-Aranha. A história, com uma temática muito pesada, acaba com o suicídio do vilão.

¹⁶ O choque entre realidades temporais estava sendo explorado no mercado dos quadrinhos, como é o caso de “Dias de um futuro esquecido”, dos *X-Men*, publicado em 1980, em que personagens retornam ao passado a fim de evitar uma catástrofe no futuro, causando o choque de personagens de diferentes tempos.

¹⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. *Op. Cit.*, p. 285.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 388 e 389.

¹⁹ MCCLOUD, Scott. *Desvendando quadrinhos*. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 1995, p. 5.

está para os filmes²⁰. E embora os quadrinhos assemelhem-se com o cinema, uma vez que a reprodução dos quadros é realizada tendo em vista como aquela cena seria enquadrada por uma câmera²¹, no cinema a lacuna entre dois quadros é tão rápida que o expectador não tem tempo de completa-la, uma vez que está é completada sozinha. Nos quadrinhos, são mantidos apenas as cenas essenciais, deixando com que o espaço entre dois quadros seja preenchido sempre pela imaginação do leitor²². Umberto Eco lembra que há um código compartilhado entre o autor e os leitores, o qual o autor muitas vezes usa para dirigir mensagens à imaginação dos leitores, imaginando qual será o resultado em termos de efeitos de sentido²³. Esse código compartilhado tem seu resultado pois nas histórias em quadrinhos são utilizados elementos que estão na cultura popular já há tempos, como os atos de heroísmo ou violência, assim, uma consequência não seria algo surpreendente para determinada causa²⁴. É o que acontece no caso em que um quadro mostra um personagem com uma arma ao lado de outro ajoelhado e o seguinte mostra o céu e um grito, tornando inevitável que a imaginação preencha a lacuna com a violência e morte de um dos personagens²⁵.

A produção e a circulação da revista *Sandman* se encontra dentro do que se chama pós-modernismo, um período em que, durante os anos 70 e 80, ocorreu uma profunda mudança na estrutura de sentimento da sociedade capitalista²⁶. Tendo surgido neste período, *Sandman* carrega aspectos do período em sua história. O personagem central, tendo sido capturado em 1916 no tempo diegético da história e liberto em 1988, encontra uma sociedade pós-modernista e tem que conviver com esta mesmo não fazendo parte dela. Consequentemente, aos poucos deve adaptar-se e aprender a conviver naquele novo mundo. Outra questão pós-modernista em *Sandman* é o como se dá início, na ficção, a uma preocupação com a alteridade referente à criação de mundos novos²⁷. A razão disso se deve ao fato de que a construção de mundos ficcionais completamente diferentes do mundo real começava a se tornar cada vez mais frequente, o que ocasiona uma mudança na ficção, quando o personagem não mais se preocupa centralmente em desvelar um mistério central, mas sim em descobrir aquele mundo e como viver no mesmo²⁸. Esta realidade é encarada pelo Rei dos Sonhos quando se vê livre do cativeiro e encontra um mundo totalmente diferente do que outrora conhecera. *Sandman* nasce de outro fenômeno pós-modernista, a intersecção de elementos de diferentes obras para a construção de uma nova obra, de forma que toda nova construção que surge acontece como resultado daquelas que fazem parte do repertório do autor e também dos leitores²⁹. Nesse sentido, a obra de Gaiman nasce como uma reinterpretação de um antigo personagem³⁰, ao mesmo tempo em que é influenciada pela figura folclórica de Sandman, a criatura que à noite derrama areia sobre os olhos dos adormecidos. Além destes elementos, outro traço pós-modernista faz-se presente dentro de *Sandman* nas capas das publicações, onde ocorre uma colagem de diferentes estilos para compor uma nova arte, algo recorrente no período.

E dentro destes moldes pós-modernistas, *Sandman* chegou às bancas em 1988 contando a história de um grupo de ocultistas ingleses que, em 1916, visava capturar a morte, a fim

²⁰ *Ibidem*, p. 7.

²¹ ECO, Umberto. *Op. Cit.*, p. 131.

²² MCCLOUD, Scott. *Op. Cit.*, p. 68.

²³ ECO, Umberto. *Op. Cit.*, pp. 149 e 150.

²⁴ BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 13.

²⁵ MCCLOUD, Scott. *Op. Cit.*, 69.

²⁶ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 45.

²⁷ *Ibidem*, p. 52.

²⁸ *Ibidem*, pp. 52 e 53.

²⁹ *Ibidem*, p. 53.

³⁰ Wesley Dodds foi um personagem da Era de Ouro dos quadrinhos – período compreendido entre 1938 a 1956 – e que carregava o nome Sandman pelo fato de atordoar bandidos e despejar areia em seus olhos enquanto dormiam. *Sandman* de Neil Gaiman surge enquanto proposta de renovar este personagem.

de conquistar poder e fortuna, além da vida eterna. Por um equívoco, capturaram seu irmão mais novo: *Sandman*, o Sonho. É mantido cativo até o final dos anos 80 quando, por um descuido dos seus algozes, consegue enfim fugir e vingar-se de todos aqueles que ainda permaneciam vivos. Encontra então uma situação caótica, com seus domínios em ruínas e o mundo completamente diferente. A história se segue, entre flashbacks e histórias de outros personagens, com o protagonista resolvendo assuntos pendentes do seu passado até culminar, enfim, na sua morte. Contudo, antes que o fim trágico chegue, o autor desenvolve a relação que Sandman mantém com sua irmã mais velha, Morte. A construção de ambos os personagens e a relação destes é importante para compor o cerne do estudo realizado nesta pesquisa.

O personagem Sandman é representado sempre com um semblante sério e nunca foi desenhado com um sorriso aberto, apenas um esboço de sorriso em raríssimas ocasiões. Durante a execução da história, este possui momentos de satisfação ou de conquista, mas é possível que nunca seja mostrado tendo um momento de plena felicidade. Ao mesmo tempo, outro elemento importante no desenvolvimento do personagem é a sua falta de amigos. Sandman não mantém muitos contatos, e dentro destes contatos que mantém nenhum se aproxima de algo como amizade. Esta personalidade de Sandman destoa em muito da personalidade de sua irmã mais velha, a Morte. Esta tem papel importante na trama e só não aparece mais nas histórias do que o próprio Sandman, chegando a ter histórias só dela em que o protagonista nem aparece. Morte é quem mantém a relação mais próxima de amizade com Sonho, mesmo os personagens sendo drasticamente diferentes. É dito em *Sandman* que todas as pessoas se encontram com Morte duas vezes, quando nascem e quando morrem, mas ninguém nunca se lembra do primeiro encontro. A personagem Morte difere de Sandman, antes de tudo, por ser representada sorrindo na maioria das vezes, além de ser caracterizada como uma figura jovial e bonita, diferente do ar assustador que seu irmão inspira. Traja roupas negras como uma adolescente gótica e usa no pescoço o *Ankh*, símbolo que na escrita egípcia era usado para indicar a vida e também significava vida eterna ou vida após a morte³¹. Todos que se encontram com ela a vêem como uma amiga, como alguém cujo encontro é agradável. Dos que a encontram ainda durante a vida, sentem-se atraídos por ela e ansiosos para encontrá-la novamente. Alguns até mesmo apaixonam-se completamente. É, portanto, um personagem gentil e sempre sorridente que agrada a todos com quem se encontra.

A descrição de Morte se distancia do conceito que se tem desta, da morbidez e da tentativa de afastamento da ideia de morte, principalmente no momento em que *Sandman* é escrito. Nesse momento histórico tenta-se banir a morte através da medicina, mostrando médicos sempre tentando salvar o paciente até o último momento, mesmo sabendo que os esforços são em vão, ao mesmo tempo em que ocorre, por exemplo, a corrida antitabagista, a fim de tentar prolongar ao máximo a vida do indivíduo³². A razão desta corrida existir deve-se ao medo da morte, o qual é explorado pela mídia³³. Dentro da mídia existe a indústria que vende a morte como entretenimento, mostrando em filmes ou livros pessoas encontrando a morte e fugindo desta, fazendo com que aos poucos a morte perca a sua gravidade, com as pessoas vendo sempre a morte próxima, mas a morte do outro e tentando se esquecer de que um dia irão morrer, inevitavelmente.³⁴ Mas existe também a indústria das notícias, a qual, visando conseguir mais audiência e destaque muitas vezes coloca a morte em evidência, aumentando certas notícias e colocando a sociedade sob um

³¹ BILL, Manley. COLLIER, Mark. *How to Read Egyptian Hieroglyphs: Revised Edition*. Berkeley: University of California Press, 1998, p. 23.

³² CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Volume I. São Paulo: Editora Paz e Tera, 1999, pp. 477 e 478.

³³ *Ibidem*, pp. 478 e 479.

³⁴ *Ibidem*, pp. 480 e 481.

estado de pânico que não existe³⁵. Novamente sobre a morte, esta é rejeitada da sociedade ao mesmo tempo em que é banida para os hospitais, levando todos aqueles que estão prestes a encontrar a sua morte para fora de casa, para que tenham seus momentos finais em leitos de hospitais³⁶. Ao mesmo tempo a morte é banalizada através do fenômeno da “guerra moderna”, com os conflitos que acontecem no mundo sendo transmitidos pela mídia em tempo real e podendo ser vista pelo cidadão comum, o que se soma ao fato de que geração após geração distancia-se da realidade em que sempre se vivia em guerra e a qualquer momento poderia ocorrer uma convocação que resultaria em uma possível morte³⁷. Contudo, mesmo com a morte sendo ora banalizada pela mídia, ora instigada pelos noticiários, permanece constante o conhecimento de que um dia a morte chegará, e desse conhecimento da própria finitude principia a angústia³⁸. Este sentimento surge como algo terrível, um fardo que não é pesado, mas do qual não é possível se livrar, tendo de conviver o tempo todo com ele e sem nunca se livrar, tendo de viver toda a vida com o sentimento de que um dia se morrerá e nunca poder se ver livre disso³⁹.

E é a relação de Sandman com Morte que traz a tona o cerne dessa discussão, pois a escrita de Neil Gaiman à época do contexto discutido, com a banalização e tentativa de expulsão da morte por parte de alguns, e escandalização desta por parte da mídia, discute como alguém lida com a ideia de que um dia vai morrer. Contudo, não é um simples alguém que tem de enfrentar esta ideia, mas sim uma criatura cujo próprio nome já sugere imortalidade, um Eterno, um Perpétuo. Quando se liberta da prisão e começa a resolver os assuntos que deixou pendente em sua longa imortalidade, Sandman reabre antigas feridas, o que coloca em ação um processo de vingança por parte de outros que culmina em sua morte. E, no decorrer da história, a criatura eterna percebe que o seu tempo está acabando e que, aos poucos, a morte se aproxima. É quando o sentimento de angústia toma conta, pois o fardo leve e impossível de ser aliviado⁴⁰ que os humanos carregam passa para o Rei dos Sonhos. Ainda assim, o comportamento apresentado pelo protagonista carrega alguns elementos relativos à morte no contexto da produção dessa HQ. Primeiro, Sandman tenta ignorar a morte, vivendo sua vida normalmente, mesmo com todos ao seu redor preocupados com a iminência do seu fim. Após muito ignorá-lo, tenta resolver o problema, julgando ser fácil. Somente quando a certeza do fim é indiscutível este se entrega a ela. Contudo, o faz distanciando-se de todos. É morto em seu reino, mas não em seu palácio ou junto dos seus. No momento em que encontra a morte, está bem distante de todos. E por mais que o seu fim tenha chegado através de vingança por parte de criaturas poderosas, sua morte ocorre de forma limpa, sozinho e distante, como as mortes nos espaços assépticos dos hospitais. Quando a morte chega para Sandman, ao seu lado está apenas a própria Morte.

Com base nesta análise, é possível afirmar que *Sandman* não somente reflete o sentimento em relação à morte como o autor da obra mostra como se tenta suavizá-la, não somente a incorporando na vida como a tornando mais agradável. A figura atraente de Morte é a maneira de Gaiman de colocar o fim da vida como algo não tão ruim, uma maneira de lutar contra a angústia e, se vendo incapaz de livrar-se do fardo que o sentimento carrega, tenta tornar o fardo mais atraente, a fim de não se temer a jornada com ele e para ele, a fim de se temer menos a morte.

³⁵ GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. São Paulo: Francis, 2001, p. 37.

³⁶ CASTELLS, Manuel. *Op. Cit.*, p. 479 480.

³⁷ *Ibidem*, pp. 482 e 484.

³⁸ KIERKEGAARD, Soren. *O Conceito de Angústia*. São Paulo: Editora Vozes, 2010, p. 45.

³⁹ *Ibidem*, p. 48.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 45.

RAP E RELIGIÃO NA CULTURA DA PERIFERIA DE SÃO PAULO (1990-2005)

Vágner Santana de Melo

Prof.^a Orientadora: Dr.^a Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: Rap e religião; Movimento Hip Hop; Rap *Gospel*;

O objetivo desta pesquisa monográfica é investigar como alguns signos das culturas religiosas foram apropriados e apresentados nas canções (fonte primária) dos *rappers* da periferia de São Paulo, produzidas durante a década de 1990 e início dos anos 2000. A fonte foi problematizada a partir de ferramentas analíticas dos estudos semióticos que partem da concepção de que a canção é a relação entre signos verbais e musicais com potencial cognitivo para o conhecimento histórico, situadas no campo da História Cultural¹, pela qual pôde-se analisar a interface “religião” e “música popular”. Para tanto, considerou-se os fatores contextuais que circunscreveram o processo de produção musical do Rap paulistano, uma vez que este baseou-se em expressões estéticas originárias do *South Bronx* na década de 1970 e foram historicamente ressignificadas², bem como a especificidade do Rap *Gospel* e sua condição tanto no movimento Hip Hop quanto na música religiosa em São Paulo.

O conjunto de canções elencadas demandou separá-las em dois agrupamentos, pelo fato de o primeiro não possuir a característica definidora do segundo: a representatividade institucional que condiciona o processo de composição das canções em função do conteúdo evangelizador³. Os *rappers* do primeiro agrupamento, então, são aqueles que se referenciaram também nos conhecimentos religiosos e, no entanto, não mantêm vínculo com qualquer organização religiosa, por conseguinte não estabelecem representatividade institucional, sendo o grupo Racionais MC's, Rappin Hood e Sabotage. Já os segundos, por sua vez, são membros de religiões, até mesmo pastores e pregadores, que compõem o *Rap Gospel*, quais sejam, o Dj Alpiste, Pregador Luo e Apocalipse XVI.

À seleção das canções avaliou-se a especificidade de cada grupo ou artista. Assim, elencou-se o álbum “Sobrevivendo no Inferno” (1997) dos Racionais MC's pela riqueza de signos religiosos, cujas qualidades pertencem organicamente às composições do grupo, ao passo que do Rappin Hood somou-se dois álbuns “Sujeito Homem I” (2000) e “Sujeito Homem II” (2005), em função da menor proporção de menções religiosas. Do rapper Sabotage, analisou-se o único disco solo “O Rap é Compromisso” (2001) e gravações póstumas. Quanto aos *rappers gospel*, foram selecionados os primeiros álbuns solos, após a sua projeção e permanência a nível nacional, “Transformação” (1997) do Dj Alpiste, e por fim “2ª Vinda – A Cura” (2000) do Apocalipse XVI⁴.

Para abordar este conjunto de canções, a metodologia empregada nesta monografia partiu das considerações de Marcos Napolitano a respeito da canção enquanto fonte

¹ MORAES, J. **História e música: canção popular e conhecimento histórico**. Rev. Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n° 39, 2000, PP. 203-221 de (2000); NAPOLITANO, M. **História e Música Popular: um mapa de leitura e questões**. Revista de história, n°157: 02/2007; WOLFF, Marcus Straubel. **A Canção com Signo Composto e sua importância como fonte para uma História Cultural**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011

² GIMENO, Patrícia Curi. **Poética versão: a construção da periferia no rap**. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009, Pp. 34-37

³ PINHEIRO, Márcia L. **Na pista da fé: música, festa e outros encontros culturais entre os evangélicos do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, ano de obtenção: 2006, Pp. 22-23

⁴ Apocalipse 16. *2ª Vinda, a cura*. 7 Taças, 2000; Dj Alpiste. *Transformação*. Gospel Records, 1997; Racionais MC's. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1998; Rappin Hood. *Sujeito Homem*. São Paulo: Trama, 2001; _____. *Sujeito Homem 2*. São Paulo: Trama, 2005; Sabotage. *Rap é compromisso*. São Paulo: Cosa Nostra, 2001

histórica⁵, materialmente estruturada por elementos de ordens diversas: “estético, sociológico, linguístico, comunicacional, etc.”⁶. Cujas compreensões, do ponto de vista do conhecimento histórico, perpassa pela análise individual (instrumental e provisória) da “palavra (letra), da música (harmonia, melodia, ritmo), da performance vocal e instrumental, e seu veículo técnico”, a fim de investigar o seu sentido sociocultural⁷. Para posteriormente rearticulá-los e, então, formar uma crítica interna ampla. Tal método é uma alternativa viável para não enveredar no equívoco de compreender a música “*apenas como texto*”, valendo-se além da linguagem poética, também da musical, anunciado pelo historiador José Geraldo Vinci de Moraes. Contudo, ressalta o autor, tal distanciamento “*deve ser feito apenas com intenção analítica*”⁸.

O objeto de arte, todavia, não pode ser compreendido exclusivamente a partir de sua estrutura interna e deve ser cotejado ao seu contexto extramusical⁹. Uma vez que é produto humano, a canção está vinculada a relações culturais e sociais, obviamente inseridas em espaço e tempo que condicionam sua estrutura organizativa, desde a criação e produção à difusão e consumo “*para se materializarem na sociedade*”¹⁰.

Como o objetivo da pesquisa não residiu em saturar a completude de conhecimentos históricos que a complexidade estrutural de uma música permite alcançar, enfatizou-se àquilo que Napolitano enquadrou como “natureza representacional” da cultura religiosa apresentada no Rap, sem, entretanto, desconsiderar a linguagem própria da música, isto é, sua “natureza técnico-estética”, de modo a privilegiar a “dimensão que mais se adapt[ou] ao [...] problema da pesquisa”¹¹.

Neste sentido, identificou-se qualitativamente as vezes em que os rappers paulistanos se referiram a elementos advindos de culturas religiosas, e de qual maneira foram empregados nas canções. Para tanto, recorreu-se à categoria analítica dos estudos semióticos “signo”, conforme a acepção de Umberto Eco, na qual signo é tudo aquilo que “à base de uma convenção social [...] possa ser entendido como algo que está no lugar de outra coisa”¹², e que só pode ser interpretado dentro dos limites possíveis de uma determinada cultura. Engendrando, assim, seu caráter representacional.

Tendo em mente que esta pesquisa é de cunho histórico, situada no campo da História Cultural, operou-se a ferramenta “signo” vislumbrando identificar, somente em última análise, o significado¹³ de elementos oriundos da cultura religiosa, expressados por sujeitos históricos num contexto específico, por exemplo “diabo”, “Deus”, “inferno”, entre outros. Ou, noutros termos, buscou-se identificar o plano de conteúdo referente ao plano expressão¹⁴. Ressalto que se trata de uma análise de última instância possível para a problemática estabelecida e que, portanto, não visa atender a interesses próprios da semiótica enquanto disciplina, e sim, fornecer maior nitidez às representações contidas na fontes históricas em questão.

⁵ NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: a história depois dos papeis. In.: Carla Bassanezzi Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. 1ª Ed., v. 1. Editora Contexto: São Paulo, 2005, Pp. 235-290

⁶ NAPOLITANO, Marcos. História e Arte, História das Artes ou, simplesmente, História? In: **Simpósio Nacional de História**, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 901

⁷ NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais...** *Op. Cit.*, p. 271

⁸ MORAES, José Geraldo Vinci de. **História e música...** *Op. Cit.*, Pp. 203-221

⁹ NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais...** *Op. Cit.*, p. 282

¹⁰ WOLFF, Marcus Straubel. **A Canção com Signo** *Op. Cit.*, p. 7

¹¹ FREITAS, Arthur. História e Imagem artística: por uma abordagem tríplice. **Estudos Históricos** – dossiê “História e Imagem”, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004

¹² ECO, Umberto. **Tratado geral de Semiótica**. Trad. A. Danesi e G. Cesar. Editora Perspectiva: São Paulo, 2009 p. 11

¹³ Ou melhor, ressignificação, posto que há variações de significados entre as canções de rap.

¹⁴ *Idem*, p. 39

O procedimento supracitado, contempla a crítica interna à canção de modo a atender efetivamente os objetivos da pesquisa. A disposição narrativa da monografia segue em três capítulos desta maneira:

Além dos critérios de seleção das fontes, o primeiro capítulo apresenta o estado atual das produções sobre história e música, sobre o Rap paulistano, e sobre a música *gospel* caracterizando a distinção deste trabalho em relação aos anteriores. Já no segundo capítulo, cujo aborda as canções dos rappers sem vínculos com instituições religiosas, contém a dimensão social e condições históricas do *rapper* e do Movimento Hip Hop em São Paulo (1980-1999); a descrição geral da estética do Rap e as condições materiais de produção na periferia de São Paulo ao final do século XX - tal descrição, decorrente da separação analítica, encontra valia também no terceiro capítulo, que aborda o Rap *Gospel*. Antes da análise de fontes dos *rappers* evangelizadores, o terceiro capítulo inicia com a explanação acerca do modo pelo qual o Rap se inseriu no mercado *gospel*, e como o Rap *Gospel* situou-se na configuração do Movimento Hip Hop.

Desenvolvido no *South Bronx*, Estados Unidos, a partir da década de 1970, o Hip Hop foi um movimento cultural e político composto por jovens, em sua maioria negra ou de origem hispânica, num processo de organização visando “*alternativas culturais à situação social*”¹⁵ por eles vivenciada frente aos impactos negativos das políticas de transformações urbanas pós-industrial. Assim, “*a identidade do hip hop está profundamente arraigada à experiência local e específica*”¹⁶. Tal fator não inibiu a circulação desta cultura para além dos limites do Bronx que através das fitas cassetes, vídeos musicais, exhibições de dança e grafites estampados nos metrô espalharam-se pela cidade. Interessa, para a pesquisa, compreender que a circulação dos produtos culturais do Hip Hop a nível mundial ocorre aos fins da década de 1970 e chega ao Brasil no início da década de 1980 “*em forma de mercadoria*”, especialmente em programas de auditórios, filmes temáticos que envolviam o *Break*, bem como os videoclipes do Michael Jackson e, mais importante para o contexto específico do objeto a ser analisado, as músicas de rap foram incorporadas aos repertórios da discoteca Fantasy, em Moema. Se, num primeiro momento o consumo da cultura Hip Hop na cidade de São Paulo estava restrita a casas de shows e desvinculada dos princípios de expressão política no formato de movimento social, num segundo momento, o espaço público no qual se desenvolveu o Hip Hop em São Paulo, na Galeria do Rock entre 1983 e 1984, criou possibilidades de reorientar os sentidos do estilo musical, afinal os frequentadores em sua maioria eram office-boys, negros e pobres¹⁷.

Este advento incita a situar o significado da cultura Hip Hop como uma questão pensada pelos sujeitos envolvidos a partir da relação binária e antagônica entre o “modismo”, associado aos ricos, mídia e cultura de massa de um lado e, de outro lado, o Hip Hop enquanto movimento de expressão política associado aos pobres e a cultura de rua¹⁸. A segunda perspectiva torna-se mais expressiva no início da década de 1990 com o Sindicato Negro, associação criada com a finalidade de discutir a realidade da população negra de São Paulo, combater o racismo e a violência policial. Esta experiência organizativa, serviu como referência para a elaboração das “*posses*”¹⁹ e ONG's nas periferias da cidade, cujas estabeleciam um canal de comunicação institucional entre

¹⁵ GIMENO, Patrícia Curi. *Poética versão... Op. Cit.*, p. 36

¹⁶ ROSE, Tricia Um estilo que ninguém segura: Política, estilo e a cidade-pós-industrial no hip-hop. In.: HERSCHMANN, Michael. *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

¹⁷ GIMENO, Patrícia. *Poética versão... Op. Cit.* Pp. 37-40

¹⁸ *Idem*, p. 41

¹⁹ Espaços que exerciam atividades de intervenção política para sanar os problemas da comunidade e também de atualização artística. *Idem*, p. 53

periferia e prefeitura. Deste quadro, os *rappers* “passam a reivindicar o papel de porta-vozes autorizados de uma realidade que, em sua perspectiva, é acessível apenas àqueles que a vivenciam diretamente”²⁰.

Em sua tese de doutorado, Márcia Leitão Pinheiro identificou tensões e negociações entre as esferas sociais condicionantes da produção da *Black Music Gospel*, a fim de evidenciar as transformações no “meio evangélico” brasileiro. Segundo a autora, estas transformações decorrem das posições e mobilizações da experiência dos profissionais ligados à área de produção musical²¹ que, ao interagir com as diretrizes oficiais das igrejas, acabam por adequar a música gospel à esfera do entretenimento “distinta daquela predominante nas igrejas pautada nos livros e hinos”²². O mesmo ocorre com fiéis que, ao afirmar que *Black Music Gospel* é um tipo de música própria dos negros escravizados nos Estados Unidos (referenciados numa negritude cristianizada), assumem uma postura crítico-social com temas que não se limitam ao protestantismo. Estas duas esferas ao dialogar com a esfera religiosa, resultam em “ações autônomas produtoras de bens religiosos que circulam periféricamente na instância religiosa”²³.

Três pontos nortearam a investigação das relações descritas acima: o primeiro diz respeito aos investimentos materiais dos organizadores e “a preservação de suas experiências de cunho sonoro, religioso, profissional e político”. O segundo, aborda o volátil efeito das estratégias de organização, que quantitativamente agregam retorno a finalidade de evangelizar e qualitativamente podem diluir este objetivo em entretenimento, e não em expressão da fé. O terceiro, desvela rupturas ao evidenciar as apropriações de bens culturais contemporâneos voltados a disseminação da fé²⁴.

As fontes primárias desta pesquisa são produtos fonográficos. Sem empecilho, a referida abordagem de Márcia Leitão Pinheiro encontrou igual validade ao processo de composição das canções dos *rappers* paulistanos, uma vez que estes também circulam nas esferas de entretenimento – ou pelo menos numa lógica empresarial -, religião e crítica social. Para os objetivos específicos desta monografia, as instituições correlatas a estas esferas são respectivamente as gravadoras, as igrejas, e o movimento Hip Hop enquanto expressão política.

Deste procedimento, obteve-se os seguintes resultados da relação entre Rap e religião na periferia de São Paulo durante a passagem da década de 1990 para os anos 2000:

No tangente ao primeiro grupo, os elementos religiosos nas canções dos Racionais MC’s são próprios de uma perspectiva sistemática (fundamentada em padrões de comportamento que os mantiveram sobreviventes numa sociedade baseada em relações raciais assimétricas, em contraposição a comportamentos de ‘manos’ que tiveram o caráter corrompido) acerca de si e da realidade na qual viveram durante a década de 1990, a periferia. A este local, cenário de suas experiências, o grupo atribuiu o significado de inferno. Para estes *rappers*, os elementos constitutivos do “inferno” são produtos de ordem humana, quais sejam: *a favela, o crack, a traiagem, as arma, as bebida, as puta*. Neste espaço diegético, tematizados pelos sujeitos como descrição de realidade, os meios de comunicação representam os mecanismos de atuação do “demônio” para inserir o negro num padrão de vida de pessoas brancas que contamina o caráter de um “preto tipo a”.

²⁰ *Idem*, p. 32

²¹ Entendida pela autora como “a atividade efetivada por detentor de conhecimentos e envolvido na atividade de concepção e orientação de projeto musical”. PINHEIRO, Márcia L. **Na pista da fé...** *Op. Cit.* 2006, p. 15

²² PINHEIRO, Márcia Leitão. **Produção Musical – a periferia do meio evangélico**. Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular, s. d. p. 2

²³ *Idem*, p. 8

²⁴ PINHEIRO, M. L. **Na pista da fé...** *Op. Cit.*, p. 23

Todos estes parâmetros que clivam a perspectiva destes indivíduos históricos em relação a si, foram posicionados nas faixas analisadas tal qual a estrutura interna de um testemunho, referente a comportamentos exemplares (tanto positivos quanto negativos) de sobrevivência e sucumbência na periferia. A referida estrutura é um recurso artístico de pasticho²⁵, pelo qual se realiza uma obra à mesma maneira de outra, tomando-a como modelo de produção. O testemunho das canções dos Racionais MC's, nesse sentido, assemelham-se aos textos bíblicos que, analogamente, relatam trajetórias de salvação e perdição.

Rappin Hood e Sabotage são outros dois *rappers* que apesar de não terem falado em nome instituição religiosa alguma, demonstram em suas canções expressões de fé relacionados a elementos provenientes de culturas religiosas sincréticas: o primeiro evoca o “axé” de Jesus, ao passo que o segundo associa as religiões afros a suas origens étnicas. Suas composições, entretanto, não expuseram tais signos do modo tão orgânico às suas perspectivas de mundo como fez o grupo Racionais MC's.

Do Rap *gospel*, por sua vez, localizou-se no álbum “Transformação” do Dj Alpiste, gravado em 1996 e lançado em 1997, canções com temáticas referenciadas diretamente no evangelho, em preceitos correspondentes aos sacramentos, e a valores éticos. Apesar de estar, sim, em consonância com uma leitura bíblica institucional e correspondente às diretrizes da igreja, - como evidencia “Depois do casamento”²⁶, o conteúdo das canções de Dj Alpiste, possui menor quantidade de menção direta a passagens bíblicas que o álbum do grupo Racionais MC's.

A característica relevante, é a interlocução dirigida mais a um remetente interno a esfera religiosa, o leigo, que propriamente a conversão de pessoas, seja de outra religião ou dita “mundana”. A cobrança de “consciência cristã” e proceder ocorre de maneira transversal às faixas do disco, e mais enfaticamente à canção “fariseu”, cujo significado é hipócrita, ao narrar atitudes do interlocutor que “pisou na bola”, deu “mancadas”, é desonesto e mentiroso, Dj Alpiste baseia-se na passagem bíblica, na qual há uma parábola em que um fariseu não alcança justificativa perante Deus em sua oração, justamente por colocar-se numa posição superior em relação pecadores de outras ordens: adultério, falsidade, ladroagem. Enquanto Dj Alpiste atém-se a conduta de fiéis, o grupo Apocalipse XVI apresenta em suas canções maiores interações com esferas não religiosas.

Os versos bíblicos de justiça e a expectativa de retorno do messias orientaram a perspectiva dos rappers do Apocalipse XVI em relação às políticas governamentais de associação com o capital estrangeiro durante a década de 1990, caracterizadas como um “pacto com o capeta norte americano”, que está no lugar do comércio de drogas lícitas: bebida alcoólica e cigarro. O mesmo ocorre com a própria posição política de “pregar a revolução de forma não violenta”. Observou-se, ainda, que o termo designado a inculcar uma revolução pacífica, “pregar”, é próprio da esfera religiosa.

É razoável inferir que parâmetros advindos da esfera religiosa nortearam interpretações de questões políticas da sociedade na década de 1990 nos dois agrupamentos de rappers selecionados. Inobstante, clivaram não só a leitura como também determinada postura dentro do movimento Hip Hop por parte de *rappers gospel* ao validar ou deslegitimar determinado tipo de comportamento de rappers que não estavam na condição de evangelizadores.

²⁵“Obra literária ou artística na qual se imitou a maneira de outro escritor ou artista”. = PASTICHE. **pasticho**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/pasticho> [consultado em 20-11-2013].

²⁶ Numa *performance* vocal feminina, o eu-lírico recusa o convite de um rapaz a se relacionar sexualmente antes de casar com a moça, esta controla sua vontade em função do “compromisso” assumido com Deus. Por fim, o rapaz se “conscientiza” e se arrepende.

HISTÓRIA E MÚSICA: REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO” NO RAP CARIOCA

Aluno: Pedro Artur Cruz de Melo

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

Palavras Chave: Mensalão – RAP – Política

A música, mais marcadamente a chamada “música popular”, ocupa no Brasil um lugar singular na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso cenário nacional. A música tem sido, ao menos em parte considerável do século XX, uma tradutora privilegiada dos nossos dilemas nacionais. Além disso, ela obteve, ao menos nos últimos quarenta anos, um patamar de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental. No decorrer dos últimos anos, o campo de estudo da musicologia popular vindo sendo paulatinamente mais delimitado, sem esquecer a natureza interdisciplinar, levando-se em consideração o lugar da música popular na contemporaneidade, a partir de uma reflexão crítica a cerca da natureza fonográfica e comercial deste tipo de música. A questão metodológica central, que vem aflorando nos debates, é problematizar a música popular, e particularmente a canção, a partir de várias perspectivas, de tal modo a analisar “como” se articulam na canção – musical e poeticamente – as tradições, identidades e ideologias que a definem, além das questões estéticas mais abstratas, como um objeto sócio cultural complexo e multifacetado¹.

Partindo desse pressuposto, o presente trabalho monográfico pretende estudar como o rapper Ramon Moreno de Freitas e Silva, conhecido pela alcunha de De Leve, se apropria em seu álbum *Manifesto ½ 171* da temática relacionada ao surgimento das denúncias acerca do escândalo do “mensalão” em meados da década de 2000, protagonizado pelo alto escalão do Partido dos Trabalhadores (PT). O escândalo foi denunciado pelo então presidente do PTB, o ex-deputado federal Roberto Jeferson, partido da base aliada, numa CPMI formada para investigar pagamento de propina a um dos funcionários dos correios que tinha sido indicado ao cargo pelo mesmo PTB.

Em 6 de junho de 2005, Jefferson denunciou à Folha de São Paulo² o que ficou conhecido como o escândalo do mensalão. Contudo nos relatos na primeira entrevista à Folha de São Paulo não comentou que seu partido tinha recebido 4 milhões de reais do mesmo esquema que ele denunciara, se tornando válida para nossa análise apenas como ponto de partida, um marco inicial. Duas “interpretações” são possíveis: Um esquema de caixa 2 para pagamento de dívida de campanha – de acordo com o ex-tesoureiro PT, Delúbio Soares³ – ou como sendo maior escândalo de corrupção já investigado no país – de acordo com o procurador geral da República à época da apreciação final, Roberto Gurgel⁴. Não se pode continuar a análise tendo estes dois “pontos de vista” distintos acerca do que seria a ação penal 470. Partindo justamente dessa dualidade, Raimundo Rodriguez Pereira, em parceria com Lia Imanishi Rodriguez e Antônio Carlos Queiros argumenta a acerca do mensalão:

¹ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002.

² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u69402.shtml>>. Acesso em 22 nov. 2013.

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u70673.shtml>>. Acesso em 22 nov. 2013.

⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=pkB9ryYvNI0&hd=1>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

O argumento principal deste livro é o de que não se pode acompanhar a história do mensalão sem tomar posição em relação a duas teses em disputa para articular de modo coerente a multidão de fatos relacionados ao assunto: a de que se trata do “maior escândalo político da história da República”, como pretendem a grande mídia conservadora e os partidos de oposição, ou a de que os fatos revelados por dezenas de investigações, dos parlamentares e da Polícia Federal, mostram basicamente um grande financiamento clandestino dos partidos políticos ligados ao governo, logo após a vitória dos petistas nas eleições presidenciais de 2002.⁵

Dado este primeiro passo em relação ao entendimento do que seria este “mito” que se tornou o mensalão, podemos trazer o que Marilena Chauí falou acerca do tema⁶. Segundo a filósofa tentou-se transformar o mensalão em questão moral. No entanto ele seria o efeito da enorme distorção produzida pela ditadura no campo institucional da política. Ela dá o exemplo que o “valérioduto” que sustentaria Minas Gerais e o Serra é o mesmo que suporta os petistas e conclui dizendo que este tipo de escândalo acontece pela impossibilidade de mudança da institucionalidade da política, afirmando que se quer acabar com isso se deveria batalhar pela reforma política. Essa interpretação é a de que se precisa de dinheiro não contabilizado – caixa 2 – para o processo eleitoral, em decorrência de uma lei do STE que estipula teto da campanha política, que contudo não é respeitado devido à enorme quantidade de dinheiro que se precisa usar na campanha eleitoral. Sem contar no interesse de segmentos do setor econômico que se aproveitando dessa característica do processo eleitoral para doar dinheiro em troca de apoio político mais tarde. Na mesma toada, podemos apontar para o depoimento do ministro do supremo tribunal federal Luís Roberto Barroso. Ele ressalta que o modelo político brasileiro produz uma ampla e quase inexorável da criminalização da política. E termina apontando que a energia despendida pela supremo neste julgamento terão sido em vão se não forem tomadas atitudes de reforma do sistema político.⁷

O contexto a ser trabalhado é o dos anos de 2000. No início da década, o PT tinha alcançado a presidência da república. Subia então a rampa do palácio do planalto Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical e candidato derrotado nas três eleições anteriores com uma promessa de governo diferente da gestão anterior. Aquele momento avivou várias expectativas em diversos segmentos da sociedade. Por parte do mercado o que se sentia era uma preocupação se o então presidente eleito conseguiria governar. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, teve dificuldade em fechar as contas públicas em 2002, ano anterior da posse de Lula, devido, em parte, ao medo dos mercados com o presidente que assumiria a cadeira. Ainda assim, o que era esperado não foi o que aconteceu

De acordo com Marcio Pochmann, a primeira década deste século será lembrada como um momento de mudança na trajetória socioeconômica brasileira. Em 2000 a economia brasileira era a 13ª do mundo, existiam 11 milhões de desempregados e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional. O país recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias brasileiras cresceu nos anos 2000. Segundo ainda o economista, isso ocorreu nos anos 1970 até de maneira mais acentuada, em ter resultado na diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e trabalho.⁸ Outro

⁵ QUERIOZ, Antônio Carlos. *A outra tese do mensalão*. Belo Horizonte. Editora Manifesto. 2012. p. 8.

⁶ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jPRmiQCPm9g&hd=1>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

⁷ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/08/14/barroso-apela-por-reforma-politica-e-questiona-mensalao-como-maior-escandalo-do-pais.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

⁸ POCHMANN, Marcio. Políticas Públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós liberais*. São Paulo. Boitempo. 2013 p. 145.

aspecto que se destaca dos demais e é válido de ser citado neste texto é o da mudança da política externa. Antes o Brasil tinha os EUA como maior parceiro comercial. Hoje esse papel é desempenhado pela China. O governo do PT, com a seu conceito de “entorno estratégico”, avançou-se na relação diplomática com América do Sul, África Subsaariana, Antártida e a Bacia do Atlântico Sul⁹. O Brasil, conjuntamente com a Turquia, desempenhou um papel importante na busca de se firmar um acordo internacional sobre a produção de energia nuclear iraniano que mais tarde foi negligenciado pelos EUA que decidiu, mesmo com o acordo, que se continuasse os embargos ao país do Khomeini¹⁰. Nesse sentido, a figura que o presidente brasileiro tinha e que com Lula acabou mudando é o que a economista Maria Conceição Tavares fala. Ela diz que a figura do presidente deixou de ser a de Pro-cônsul dos Estados Unidos¹¹. A comparação dela é feita com a figura de Fernando Henrique Cardoso que ratificava as decisões do ex-presidente Bill Clinton.

Existe uma coincidência interessante entre a administração Clinton e a de Lula. As duas são tidas de sucesso por conta do bom desempenho econômico¹², reproduzindo a máxima de James Carville, publicitário de ex-presidente norte americano¹³. Outra coincidência é que seus governos foram marcados por escândalos políticos – o caso Mônica Lewinsky e o do mensalão, não por escândalos econômicos.

De acordo com Marcos Napolitano, a inserção do compositor num determinado espaço público é inerente à sua formação musical¹⁴. A construção artística musical não é uma ligação direta entre produtor e receptor, perpassados pelos mecanismos e instituições de difusão musical. As possibilidades e estímulos para a criação e para a escuta constituem uma estrutura complexa, contraditória com as diversas partes interagindo entre si. Ramon Moreno é um rapper que utiliza do deboche, ironia e sarcasmo para compor suas letras irreverentes e críticas ao mesmo tempo. Tido como rapper da “classe média”, começou sua carreira musical com a criação do grupo “Quinto Andar” junto com Marechal, Shawlin e o Dj Castro¹⁵. Recebeu elogios de artistas como Caetano Veloso e Los Hermanos, bem como houve desentendimentos com outros, em especial o caso com Marcelo D2 que renderam citações em músicas dos dois lados. O título do álbum analisado *Manifesto ½ 171* é uma crítica/homenagem que De Leve fez a D2, na qual satiriza o nome da grife Manifesto 33/13 de Marcelo¹⁶. O rapper niteroiense se diferencia do movimento hip-hop no geral por ser branco, de classe média, por suas letras serem mais marcadamente com humor e ironia, com a crítica sendo feito de forma mais descontraída e composições de rap com uma musicalidade brasileira. Ele se diferencia também na hora de se posicionar no mercado fonográfico e disponibiliza gratuitamente seus trabalhos na internet para download. Em

⁹ FIORI, José Luis. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. n: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós liberais. São Paulo. Boitempo. 2013 p. 32.

¹⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u736005.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹¹ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=K_qunKjZf4U&hd=1>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹² Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010116_clintonlegado.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2013.

¹³ MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In Lula e Dilma 10 anos de governos pós liberais. Org: Emir Sader. São Paulo. Boitempo. 2013 p.112.

¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p.82.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.deleve.com.br/>>. Acesso em 22 nov. 2013.

¹⁶ As análises serão feitas preponderantemente nas faixas: *México, Isso sim é uma piada e pode queimar*.

entrevista pouco tempo depois de lançar o álbum *Manifesto 1/2 171* ele diz que faz música para as pessoas ouvirem e que temos que ser mais generosos, como a natureza¹⁷.

Segundo Tricia Rose, “a vida às margens da América urbana e pós-industrial¹⁸ está registrada no estilo, som, música e temática hip-hop”¹⁹. Procedente da interseção entre a perda e o desejo no espaço urbano pós-industrial, o hip-hop lida com as contradições da alienação social e da imaginação profética. Sendo uma expressão cultural da diáspora africana, o hip-hop tem impulsionado a negociação da experiência da marginalização, da oportunidade brutalmente perdida e da opressão nos imperativos culturais da história, da identidade e das comunidades afro-americanas e caribenhas. Segundo a autora ainda, é da tensão entre as fraturas culturais, produzidas pela opressão da era pós-industrial, e os compromissos com a expressividade da cultura negra que o hip-hop foi levado a discussão crítica.

No caso Brasileiro, não só o Rap – rhyme and poetry – mas também o funk colocaram em discussão a condição do pobre no debate político e intelectual do Brasil. A partir de um momento histórico que o país viveu de *impeachment* do Collor, arrastões de 92/93 nas praias da zona sul do Rio de Janeiro e das chacinas do Carandiru e Candelária, eventos que atestam as contradições do processo de democratização do país²⁰. Essas expressões musicais parecem apontar na direção do duplo movimento que caracteriza o recente espaço urbano: a fragmentação/pluralização e a ação homogeneizadora da globalização. Eles aparentam construir, por uma via sinuosa e por constantes tensões, conflitos e negociações, um conjunto de códigos e estilos híbridos – com referências locais/internacionais – que lhes tem permitido ocupar, ao mesmo tempo, uma posição periférica e central na cultura contemporânea.²¹

O mensalão ocupou e ocupa um lugar relevante no debate político brasileiro. Teve grande repercussão midiática nos telejornais. É importante frisar a relevância que a televisão ainda ocupa na divulgação das notícias. Em 2011, 96,9% dos domicílios tinham televisão. Segundo Silvio Caccia Bava, a televisão é o meio pelo qual se informa o maior número de indivíduos. Poucos procuram informações em outros meios. Portanto, a opinião é formada majoritariamente pela televisão. O sociólogo ressalta que sempre por trás de uma mensagem há alguém que a envia, e devemos nos perguntar por que esse alguém nos envia essa mensagem naquele exato momento. E conclui dizendo que a sincronia, por exemplo, entre a ampla divulgação do julgamento do mensalão com as últimas eleições é um destes momentos.²² A primeira característica que De Leve aborda em suas músicas é

¹⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1287131-7084,00.html>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

¹⁸ A autora utilizar esse termo para caracterizar a reestruturação econômica da América entre 1974 a 1994 segundo os teóricos Mollenkopf e Castell. Ao definir esse período desta maneira, os teóricos reivindicam que sua atribuição “captura um aspecto crucial de quanto as cidades têm sido enormemente transformadas: os empregos oferecidos deixaram de vir de fábricas e passaram a ser oferecidos por serviços corporativos, públicos e sem fins lucrativos. As ocupações tiveram transformação semelhante. As fábricas deram lugar a empregos nas áreas de serviços, administração, profissionais liberais, secretariado, dentro outros” (MOLLENKOPF, John e CASTELL, Manuel. *Dual City: Restructuring New York*, Nova York, Russel Sage Foundation, 1991, p.6).

¹⁹ ROSE, Tricia. Um estilo que ninguém segura: Política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMANN, M. (Org.) *Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, p.192

²⁰ HERSCHMANN, M. (org.) *Abalando os anos 90. Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, p.10.

²¹ Idem. *Ibidem*. p.8.

²² CACCIA BAVA, Silvio. A TV e a sua opinião. *Le Monde Diplomatique*, ano 6, número 68, p. 3.

essa intensa midiaticização já na época da delação do caso. Ele representa o escândalo como mais um dos problemas do cotidiano brasileiro, que aparecem na televisão e não têm solução e que provavelmente acabar em pizza. Em suma, o melhor que se tem a fazer é esquecê-lo. Na mesma medida ele fala que políticos são todos safados e deveriam ter o mesmo destino que os delatores das favelas tem, serem queimados. Ao reclamar das dificuldades da vida que ele leva, como sistema de transporte coletivo precário, emprego no terceiro setor, o que o rapper deseja não é ganhar na mega sena, é ir pra Brasília, terra de caixa 2, de cifras maiores que do próprio prêmio do jogo de azar. Percebe-se claramente um discurso de classe média nestes exemplos dado. Contudo, na música “isso sim é uma piada” De Leve nos conduz a maneira mais adequada de interpretar o problema, encontrando consonância com aquilo que o jornalista Antonio Carlos Queiroz nos apontou a cerca de como devemos nos posicionar frente ao mensalão e que acaba por fugir ao discurso da grande mídia que incessantemente disse que o mensalão era o maior escândalo do Brasil e ponto final:

Marcos Valério deu dimdim pro Zé Dirceu - deu?
Zé Dirceu diz que o dimdim não é seu - não?
não explica timtim o que que aconteceu - ué?
depois vem dizer que o engraçado sou eu?

Mais que uma crítica, esse trecho mostra um aspecto importante de que fomos, nós, brasileiros, bombardeados de tanta informação sobre o escândalo que a compreensão sobre ele é nebulosa e invés de tomarmos uma posição de mera repetição do que escutamos no telejornal, tomemos uma reflexão crítica sobre o que aconteceu e ir atrás das diversas narrativas sobre o evento.

Marcos Napolitano diz que a música forneceu os meios, as linguagens, os circuitos pelos quais os vários “brasis” se comunicaram. Contudo, nem sempre esta comunicação foi simétrica e igual dentre os múltiplos agentes sociais e históricos envolvidos, na medida em que a música também incorporou os dramas e conflitos da nossa formação histórica mais profunda e do nosso acelerado processo de formação capitalista. Conclui dizendo que por todos estes elementos, a música popular ou erudita, constitui um grande conjunto de documentos históricos para se conhecer não apenas a história da música brasileira, mas a própria história do Brasil, em seus diversos aspectos²³.

²³ NAPOLITANO, Marcos. História e Música – história cultural da música popular. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. p. 110.

A REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO: O CASO *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*

Autor: Matheus Canali de Oliveira

Orientador: Rafael Benthien

Palavras-chave: nacionalismo – república – literatura

O que pretende-se realizar neste trabalho é uma reflexão a respeito da representação da nacionalidade brasileira no início da Primeira República por intermédio da literatura. Neste sentido, será realizada uma discussão do contexto político em que a obra foi produzida, seguida da análise da tradição do campo literário brasileiro, e, por fim será feita uma análise da obra de Lima Barreto *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Nesta obra, Barreto apresenta de forma caricata a figura do patriota ingênuo, idealista, ufanista, em contraposição aos que “vencem na vida”, representados por bajuladores, medíocres, arrivistas e burocratas.

Funcionário público, o major Quaresma fracassa em três projetos de melhorar o Brasil a que se dedica após aposentar-se: o projeto lingüístico (transformar o tupi-guarani a nossa língua oficial), o projeto agrário (desenvolver nossa agricultura com plantações sem implementos artificiais, importados) e, por fim o projeto político (apoiar Floriano Peixoto na Revolta da Armada, que se deu no Rio de Janeiro, em 1895). A partir disto Barreto coloca em relação e tipifica “personagens” da República como os militares, violeiros e mulheres.

No desfecho do livro, o patriota ingênuo é ironicamente condenado pelo crime de alta traição à pátria, porque denuncia a Floriano as execuções sumárias, a que assiste, dos adversários do governo. Enquanto o major amargura-se com os próprios ideais, questiona-os e aguarda pelo seu “triste fim”, a morte, algo reforçado pela impunidade de seus antagonistas¹.

Nacionalismo no Brasil

Essa será a discussão pertinente ao primeiro capítulo e que terá como bibliografia utilizada a obra *Questão nacional na Primeira República* de Lucia Lippi de Oliveira e o livro de Boris Fausto, *Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*.

Consideramos a partir do estudo realizado que a questão da nação é um fenômeno que se desenvolve durante o século XIX, ou seja, um fenômeno datado, e que tem como um de seus objetivos constituírem e solidificar o Estado Liberal. Sendo assim, o que temos é a elaboração da nação por intermédio de processos simbólicos como, por exemplo, a História e elementos materiais como o hino e a bandeira².

Segundo o estudo realizado por Lippi, o que temos para o Brasil é o fato de que a questão nacional estar arraigada a duas correntes de pensamento, uma destas optava pela valorização das tradições coloniais advindas da colonização portuguesa e tinha como um de seus objetivos a manter vigente o regime monárquico. Temos também a proposta de ruptura para com o passado histórico colonial e com a monarquia, de forma que esta outra visão procura desvencilhar o país da economia lusa, procurando inserir a sociedade brasileira na modernidade através da ação da classe empresarial brasileira³.

¹ Cf., sobre isso: AMARAL, Emília. Português: novas palavras: literatura, gramática, redação. São Paulo, FTD, 2000, p.211.

² FIORIN, L. J. A construção da identidade nacional brasileira, Bakhitiana, São Paulo, 2009, p. 116-117

³ Idem, p. 18

Como representante e condensador das idéias que dizem respeito a um republicanismo que rompe com o passado temos Rodrigo Otávio e Raul Pompéia. Para estes autores, a República seria aspirada desde os tempos da Colônia, de forma que os rebeldes republicanos seriam sempre reprimidos pelas forças coloniais. Dessa forma, os autores consideram que a Independência e a teria sido uma de se prolongar a dominação portuguesa⁴.

Segundo Pompéia, teria sido o partido da colônia responsável pelo atraso do país, pois seria um empecilho para o desenvolvimento da organização nacional nos moldes republicanos, uma vez que dominaria pontos estratégicos do comércio e da política. Também seria esse partido o responsável pelo preconceito de cor, que até então seria desconhecido do brasileiro⁵.

A outra forma de interpretação do Brasil, apresentada por Lippi, possui um caráter mais ufanista e foi desenvolvida por Afonso Celso em sua obra *Porque me ufano de meu país*, que coloca o território nacional e as riquezas do país como ponto de referência para a construção da soberania nacional⁶.

Para este autor, a questão da nossa superioridade nacional residiram nos elementos que constituem a nação: o índio, o negro e o português. “A hospitalidade do índio, a resignação, a coragem e a laboriosidade do negro, o amor ao trabalho e a filantropia do português marcam a origem humilde da nossa gente. O cruzamento destas raças produziram o mestiço, com seu espírito de energia, coragem, força e resistência⁷”.

Outro aspecto que seria revelador do caráter da nossa nacionalidade, segundo Celso, seria a nossa história e alguns de seus episódios como: o trabalho de catequese dos jesuítas, a epopéia dos bandeirantes, a expulsão dos holandeses e a Guerra dos Palmares. Outra questão mencionada pelo autor se refere à abolição da escravidão. Aqui a libertação dos escravos teria ocorrido de forma progressiva e estes teriam sido incorporados ao corpo social em pé de igualdade com o restante da população⁸.

Fundamentalmente, segundo os autores trabalhados, são estas as idéias centrais que condensam e dão margem a todo o pensamento do início da República no Brasil. Uma, como podemos observar, é mais política e acredita que a instituição colonial foi um dos entraves para o desenvolvimento da república, a outra valoriza muito mais os aspectos do território brasileiro, para além de não condenar a instituição colonial.

A consolidação da República

Será realizada, ainda no primeiro capítulo, uma análise de alguns aspectos do contexto político-social no qual a República foi gerada, com o intuito de melhor esclarecer quais foram os embates que culminaram com derrocada da monarquia e surgimento do republicanismo no Brasil.

Assim sendo, consideraremos a participação do exército e a forma pela qual esta instituição consegue derrubar a ordem imperial e instituir de maneira paulatina a reorganização da ordem política brasileira. No seguinte contexto há também que se considerar o desenvolvimento durante a década de 1870-80 da lavoura de café em São Paulo, e o desenvolvimento, neste mesmo período, de uma intensa atividade

⁴ Idem, p.127

⁵ Idem, p. 129

⁶ Idem, Ibidem

⁷ Idem, p.130

⁸ Idem, Ibidem

mercantil/financeira que permite o desenvolvimento urbano-industrial⁹. Temos junto a isso a interferência inglesa na economia, que contribuiu para o avanço das instalações de infraestrutura da economia agroexportadora, a expansão da rede ferroviária e melhoria dos portos, e a instalação de fábricas de produtos para consumo interno, bem como para expansão nos setores urbanos de serviços.¹⁰ Estas serão algumas das idéias de cunho social que serão consideradas no que diz respeito à formação da república brasileira.

No que diz respeito à política, Boris Fausto afirma que a crise da monarquia sucede por conta das transformações sociais que vinham ocorrendo no país. O autor cita o surgimento do Partido Republicano em São Paulo e o movimento abolicionista, que teve adesão dos fazendeiros por conta da política de imigração estrangeira. Havia também algumas questões a serem resolvidas entre o exército e a Coroa frente à crítica feita ao Duque Caxias na qual os liberais questionavam a morosidade frente a condução da Guerra do Paraguai.

O autor salienta que a participação de Caxias culmina numa voz que ecoava de uma força que não vinha do Paço, da Câmara, ou dos partidos. Era uma opinião oriunda da experiência na guerra e que caracterizava a política clientelística-partidária que o cercava e o irritava como “guerra de alfinetes”. Havia também Deodoro que assim como outros oficiais-generais do fim do Império, incluindo Floriano, lutaram nas incursões do Prata ou no Paraguai. Boris Fausto ressalta as dificuldades que Caxias enfrentara para mobilizar tropas no Sul, no conflito das Farrroupilhas, compreendendo que este tinha a noção de que precisaria ser também Presidente da Província, se quisesse exercer influência junto aos chefes locais e mobilizar a Guarda Nacional¹¹. Dessa forma os militares foram conscientizando-se da situação do Exército frente à política¹².

Fausto argumenta que após o regresso diante da vitória o exército começa a tomar consciência de si como força à parte da política. Nesse sentido o autor afirma que “a visão entre a Nação e o Estado, entre as classes, os escravos e o Império havia um estamento cívico, provado na luta, que merecia respeito e queria exercer poder, começou a generalizar-se entre os oficiais.¹³” Sendo assim, o autor menciona o surgimento do sentimento de pertença a uma espécie de ordem privilegiada, de um espírito de renúncia material, que seria compensado pela ampliação dos poderes de interferir “para o bem da Pátria.¹⁴”. Dessa forma, o autor acredita que esse sentimento culminava numa fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que se obtivesse êxito havia a necessidade de reforma do Estado, que se daria pelo fim da Monarquia e da politicagem¹⁵. Dessa forma, é no esteio das políticas realizadas pelo exército, pelo desenvolvimento urbano-industrial e pela inserção do capital estrangeiro no país que a República é proclamada.

A literatura no contexto da República Velha

Posteriormente a contextualização do tema que será trabalhado, partiremos para o segundo capítulo que consiste na análise da inserção de Lima Barreto no período em questão, analisando o modo como se desenvolve a atividade intelectual. Tal reflexão tem o intuito de sugerir que Barreto, como homem do seu tempo, estava sujeito a uma série de questões que lhe eram externas, e que correlacionadas nos permitem uma melhor

⁹ FAUSTO, B. Brasil republicano, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930), Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P.20

¹⁰ Idem, Ibidem

¹¹ Idem, p.32

¹² Idem, Ibidem

¹³ Idem, Ibidem

¹⁴ Idem, Ibidem

¹⁵ Idem, Ibidem

compreensão de sua obra, bem como da Primeira República. Para essa análise no utilizaremos de alguns dos apontamentos de Sérgio Miceli.

Seus trabalhos analisam a trajetória social de uma categoria de letrados atuantes na República Velha no Brasil (1889 – 1930)¹⁶ Segundo o autor, a história literária adotou tal expressão com vistas a englobar um conjunto de letrados que, segundo os princípios impostos pela “ruptura” levada a cabo pelos modernistas, se colocaria fora da linhagem estética que a vitória política do modernismo entronizou como dominante¹⁷.

Segundo o autor, em vez de ser uma fase de estagnação da atividade literária, nos termos da concepção corrente hoje, nessa fase desenvolveram-se as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação de dominação¹⁸.

Para Miceli, não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação¹⁹. Em termos concretos, toda vida intelectual era dominada pela grande imprensa e pelo aparato burocrático do Estado, os quais constituíam a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário, e em especial a crônica²⁰.

Segundo o autor, alguns dos letrados da República Velha são originários de famílias oligárquicas cuja situação material está em declínio e cujo único vínculo com as frações dirigentes é a de parentesco e de compadrio. A biografia destes escritores revela duas séries de determinações, uma positiva e uma negativa: o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado à posse de trunfos que resultam da posição na frataria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser o primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc.)²¹

Também serão considerados neste capítulo os estudos realizados por Nicolau Sevcenko, autor que em seus trabalhos aborda o engajamento intelectual dos literatos da primeira República, que tem como um de seus objetivos a transformação da nação por intermédio das letras.

São estes os aspectos que acreditamos serem fundamentais para a compreensão do contexto de Barreto e de toda literatura que diz respeito ao início da Primeira República, ou seja, por não haver condições para criação de uma república de letras autônoma, estes intelectuais ficam sujeitos e dependentes da elite oligárquica. Ainda sim, não hesitaram em suas críticas a realidade que os cercavam.

Quaresma, Barreto e o nacionalismo

¹⁶ MICLELI, Sergio. Intelectuais a brasileira. São Paulo. Companhia das Letras. 2001. p. 15

¹⁷ Idem, Ibidem

¹⁸ Idem, p.16

¹⁹ Idem, p.17

²⁰ Idem, Ibidem

²¹ Idem, p.22

E por último, no terceiro capítulo, serão exploradas algumas questões relacionadas a identidade nacional brasileira na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto. A primeira questão a ser trabalhada será a trajetória de Policarpo Quaresma, neste item será possível observar a crítica que Barreto faz a alguns dos ideais difundidos com veemência pela República, por intermédio dos exageros nacionais e ufanistas de Quaresma e do modo como este se relaciona com os demais personagens.

A segunda questão a ser desenvolvida, diz respeito a como o passado é tratado na obra. No referido item, temos opinião de militares a respeito do assunto e algumas reflexões de como a opinião destes personagens reflete no modo como Lima Barreto dava inteligibilidade ao passado e ao presente da nação.

Por último, teremos a explicação de como as mulheres são inseridas no contexto da nação. Serão analisadas as trajetórias de Adelaide, Ismênia, Olga e Quinota, com o intuito de elucidar tal questão. Tal item também tornará possível estabelecer contato entre as mulheres e o universo das ambições masculinas no período da Primeira República.

Como instrumento de auxílio, realizamos uma tabela comparando os personagens citados no trabalho, para tanto foram destacados seus nomes, ocupação, o local onde transitavam, seus interesses, seus cônjuges (quando estes eram casados) e sua representação no nacional.

Conclusão

O que concluímos então é que Barreto procura em sua obra identificar a idéia dominante de nação resignificando-a pelas margens. Nesse sentido é que encaramos, por exemplo, a sua intenção de resgatar a moda de viola. Podemos também observar o modo como Barreto expõe o fato de que alguns intelectuais eram deixados de lado no curso da Primeira República. Nesse sentido, temos a própria trajetória de Quaresma que embora idealizador de um país forte e desenvolvido, é criticado em todos os seus projetos, fracassa no intento de mudar a língua nativa, posteriormente em sua intenção de demonstrar a superioridade do Brasil no que diz respeito a sua flora e fauna e, por fim, ao tentar realizar sua proposta de reforma administrativa é tido como traidor. Essa seria a condição de marginal de alguns dos intelectuais da República e, porque não admitir, do próprio Barreto.

Outra questão a considerar é o fato de que o universo da República seria de fato um lugar onde predominaria a figura masculina. Temos primeiro Adelaide que a margem da República vive em função do grande intelectual da obra Quaresma. Depois temos o casamento de Ismênia que redundou num fracasso de modo a fazer com que a personagem perca todo sentido da vida, que girava em torno do seu casamento. Há o casamento de Quinota que assim como o de sua irmã abandonada serviu para satisfazer a ambição que o seu pai, Albernaz, tinha de casar as filhas. É também ilustrado o casamento de Olga, que casava pura e simplesmente por hábito social, entretanto, seu marido tinha a clara intenção de “subir na vida”.

Finalmente o que podemos constatar é o caráter profundamente “utilitarista” da obra de Lima Barreto, pois ao tratar dos aspectos culturais, do resgate dos marginais, do modo como alguns personagens tratavam o passado e da masculinização do universo republicano, o autor busca combater, por intermédio de sua literatura, a ordem até então vigente.

RESUMOS BANCA III

*Segunda-feira, 16
de dezembro de
2013 - Das 09h45
às 10h45
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

A REPRESENTAÇÃO DA FEBEM E DO MENOR INFRATOR EM “PIXOTE: A LEI DO MAIS FRACO”, DE HECTOR BABENCO

Autora: Nicolle Taner de Lima

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

Palavras-chave: Cinema, Menor Infrator, Fundação do Bem Estar do Menor.

A presente pesquisa teve início no fim de 2010, quando tive a oportunidade de cursar uma disciplina sobre audiovisuais brasileiros realizados no século XXI. O filme que escolhi foi o longa-metragem “O Contador de Histórias”, produzido em 2009, de direção de Luiz Villaça, e conta a história de Roberto Carlos Ramos, que foi entregue à FEBEM pela mãe. Poder analisar este filme me fez pesquisar mais sobre as unidades de internação e suas representações no cinema. Foi assim que chegamos à “Pixote – a Lei do Mais Fraco”, de Hector Babenco¹, de 1980.

“Pixote” é um filme brasileiro de 1980, do gênero drama, dirigido por Hector Babenco e é baseado no livro “Infância dos Mortos”, de José Louzeiro. Conta a história de Pixote, um menino de rua, apanhado pela polícia e entregue à Febem. Em nossa análise, compreendemos que o longa-metragem possui dois momentos distintos: o primeiro aborda a institucionalização de Pixote e o cotidiano na unidade de internação e o segundo, a vida nas ruas depois da fuga.

A primeira parte do filme narra o momento da internação do menino, o encaminhamento para a unidade da FEBEM. Já na primeira noite na instituição, Pixote presencia uma agressão sexual (praticada por meninos mais velhos a um interno novo); as cenas filmadas em um antigo abrigo de menores são muito ricas para análise, visto que narram o cotidiano do interno desde visitas, camaradagem e aspirações dos internos, jogos de futebol, brincadeiras dos meninos à rebeliões, uso de entorpecentes, violência dos bedéis e funcionários, o dia-a-dia na escola... Também a corrupção de alguns policiais e bedéis que levam menores para assaltar – em um desses assaltos, um desembargador é morto e sob a pressão da imprensa, os policiais incriminam um dos menores, que é assassinado; a violência explode no reformatório, seguida de uma fuga – Pixote está entre o grupo. Inicia-se então, a segunda parte do filme: Dito, Lilica, Chico e Pixote encontram Cristal que lhes oferece a oportunidade de traficar cocaína no Rio de Janeiro; depois aplicam o golpe do “suadouro” – em acordo com uma prostituta, os clientes atraídos são assaltados pelo grupo. Um a um os meninos se vão: ou morrem, ou deixam o grupo.

Quando foi lançado, o filme gerou muita polêmica, por um lado foi sucesso de público e crítica, por outro causou indignação nos representantes da FUNABEM,² como ressalta Campos, em seu artigo “Pixote: a infância brutalizada”³. Na década de 90, em um novo lançamento do filme, obteve bastante repercussão, teve exibição e grandes platéias fora do Brasil, foi indicado ao Globo de Ouro, na categoria de melhor filme estrangeiro, categoria também vencida no prêmio NYFFC 1981 (New York Film Cicle Awards, EUA) e Babenco recebeu o Leopardo de Prata, no Festival de Locarno, Suíça, em 1981 e no Festival de San Sebastian 1981 (Espanha), recebeu o Prêmio OCIC.

¹ Diretor, roteirista e produtor, Babenco nasceu na Argentina e obteve a nacionalidade brasileira em 1977. Diretor de “Lucio Flávio, o passageiro da agonia” (1977), “Carandiru” (2003), “O Passado” (2007). Informações obtidas em: <http://www.imdb.com/name/nm0002199/>

² A FUNABEM é criada em 1964, e é o órgão que dará a origem à FEBEM. Fundada em 1973, a FEBEM tinha como objetivo “(...) planejar e executar programas de atendimento integral ao menor carenciado, abandonado ou infrator, cumprindo e fazendo cumprir as diretrizes da política nacional do bem-estar do menor”. (GUIRADO, 1980, 31) (SILVA, 1997, 35)

³ CAMPOS, A. L. V. Pixote: a infância brutalizada. In: SOARES, M. C. A História vai ao cinema. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. P. 118

Mesmo não sendo um tema novo,⁴ percebemos a repercussão do filme é um dos principais motivos para estudá-lo: por que o audiovisual teve tanto público, reverberação e fomentou tantos debates? Este filme pode ser considerado uma fonte?

A presente pesquisa almeja analisar a representação da FEBEM⁵, a Fundação do Bem-Estar do Menor, e do menor abandonado e/ou infrator sob a tutela do Estado,⁶ no longa-metragem, e se dividiu, então, em dois momentos. O primeiro, a revisão bibliográfica e estudo das relações entre História e Cinema – o cinema como fonte para a História, estudos de recepção e crítica e o estudo e revisão bibliográfica acerca da FEBEM e instituições “correcionais” brasileiras e as formas de visibilidade dado a eles pelo cinema e pelas mídias brasileiras e, segundo, a análise da fonte a partir do questionamento de como este filme abordou a discussão sobre a institucionalização e a criminalidade do menor e que elementos utilizou para fazê-lo.

Nosso trabalho monográfico dividiu-se em três capítulos. No primeiro, *Cinema e Sociedade: o Cinema como fonte*, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as relações entre História e Cinema, na tentativa de contribuir para o debate historiográfico sobre o uso do Cinema como fonte pelos historiadores. No segundo, *O menor carenciado, abandonado ou infrator: A FEBEM*, realizamos um pequeno histórico das políticas públicas voltadas ao menor no Brasil, culminando na fundação da instituição de reclusão, abarcando as questões sobre a internação em si e a identidade do menor infrator. Em “*Pixote – a Lei do Mais Fraco: a FEBEM e o menor*”, o terceiro capítulo, analisamos o filme enquanto fonte, descrevendo a narrativa, a linguagem utilizada, os aspectos de recepção e crítica, e como o menor e a instituição são representados no audiovisual. Em *Conclusão*, são descritos os resultados da nossa pesquisa, a partir dos eixos descritos acima.

Para compreendermos a representação da fundação e do menor institucionalizado na fonte em questão, é necessário analisarmos a relação entre Cinema e História. As discussões sobre o cinema como fonte para a História são acirradas no momento em que percebemos as diferenças entre a linguagem escrita e o audiovisual. Rosenstone, diante desses debates, propõe que o filme seja entendido como uma forma legítima de representação da História, e que este seja julgado e avaliado em seus próprios termos, visto que a escrita fílmica da História em muito se difere da escrita da História, pois apresenta diferentes limites e especificidades. Cada mídia possui sua linguagem intrínseca e condicionantes inerentes ao seu gênero.⁷ É nesse sentido que encaminhamos nossa

⁴ Na Itália, o tema já estava em voga em 1946: *Vítimas da Tormenta* (Sciuscià), De Vittorio De Sica, conta a história de dois meninos engraxates que após cometerem um futo, são presos em um reformatório.. Ainda na fase silenciosa do cinema, a violência estava presente na cinematografia brasileira, como em *Os estranguladores do Rio* (1906), *Rocca, Carleto e Pegatto na casa de detenção* (1906), *Dioguinho* (1916), entre outros; em 1955, o filme de Nelson Pereira dos Santos, *Rio 40 graus*, mostra meninos que vendem amendoim no Rio de Janeiro – entre estes, alguns se obrigam a praticar pequenos delitos.

⁵ Na época de lançamento do filme, a instituição era denominada FUNABEM. Entretanto, adotamos o nome FEBEM, pois é esta a denominação presente no imaginário do brasileiro até hoje, apesar do fato de que agora é chamada Fundação CASA em São Paulo, CEJ na Paraíba (Centro Educacional de Jovens), como podemos perceber nesta manchete: “Rebelião na FEBEM de São Paulo”, de 21.01.2012.(disponível em: <http://agentesocioeducativo.blogspot.com.br/2012/01/rebeliao-na-febem-de-sao-paulo.html>)

⁶ A opção pela nomenclatura ‘menor’ segue como na nota acima: Percebemos que apesar das modificações no termo menor, que inicialmente significaria somente a responsabilidade penal e a questão etária, e depois ser relacionado àqueles pelos quais o Estado seria responsável – apesar de que, em nosso trabalho, parece ser mais recorrente o uso do termo quando se trata do infrator ou possível criminoso – e a despeito da superação das mais diversas políticas de internação e doutrinas que o tratam como réu, vítima, como ‘em situação irregular’, que consideram em maior ou menor teor as condições sociais da criança, o termo menor parece ser dirigido com mais periodicidade ao possível criminoso ou criminosa.

⁷ ROSENSTONE, R. *Visions of the Past: The Challenge of Film to Our Idea of History*. Harvard University Press, 1998.

pesquisa, identificando e problematizando a linguagem fílmica e relacionando as dessemelhanças entre esta e a linguagem escrita do discurso histórico.

Para Rosenstone e Guynn⁸, dois importantes teóricos sobre o Cinema como fonte para a História, mais importante do que história que o filme narra, é a forma como narra – o que privilegia exibir em detrimento de outros aspectos ou cenas; como foi produzido, por quem, como, se foi ou não patrocinado; quem é o diretor, quais suas intenções, como tematiza, descreve e delimita os eventos - e em que momento histórico foi produzido, como se deu sua recepção e crítica.

“*Pixote – a Lei do Mais Fraco*” foi realizado no final dos anos 1970 e lançado em 1981. Baseado em um livro de literatura juvenil de José Louzeiro, autor de vários sucessos literários, como “Lúcio Flávio, Passageiro da Agonia”, roteiro que também norteou o filme de Hector Babenco, de mesmo nome. Babenco, em entrevista ao Jornal da Tarde, em 1996, afirma que fez um filme sobre menores, quando não “(...) *havia sinais de melhorar a situação*”⁹ – entretanto, apesar de o assunto não possuir tanta repercussão na mídia, sobretudo em pleno Regime Militar, a questão do menor já estava sendo discutido no âmbito assistencial, filantrópico e acima de tudo, no que diz respeito à segurança nacional.

Segundo Londono, pode-se notar a frequência do termo menor no vocabulário jurídico brasileiro já no fim do século XIX e início do XX: a palavra menor como criança e jovem era somente usada para assinalar limites etários. No fim do século XIX, para este autor, os juristas brasileiros parecem “descobrir o menor”, nas crianças pobres e abandonadas: crianças que povoavam as ruas e mercados e praticavam pequenos delitos, muitas vezes, frequentando a cadeia - sendo chamados de menores criminosos.¹⁰ Logo após a Independência do Brasil, os termos menor e menoridade foram também utilizados na determinação da idade, como critério que definia a responsabilidade penal.¹¹

A partir de 1920, o termo menor passa a se referir à “*criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem*”.¹² Apesar da discussão sobre assistência estar presente desde o Segundo Império, no qual a assistência religiosa era a mais presente, a partir do início do século XX, a preocupação dos intelectuais e juristas foi motivada principalmente pelo aumento da criminalidade infantil.¹³ A oposição entre vadiagem e trabalho coincidia com um projeto de nação em que há a revalorização do homem brasileiro e do trabalho, sendo o trabalho como direito e dever, não apenas como um modo de sobrevivência, mas como um meio de servir à pátria, e a vadiagem, como ameaça constante à ordem pública.¹⁴

É com a promulgação do Código de Menores de 1927 que o Estado responsabiliza-se pela internação e pela situação de abandono destes potenciais criminosos,¹⁵ bem como pela correção destes – anteriormente, estas questões cabiam a institutos privados com o número de vagas limitados para o Estado, e quando detidos, estes menores eram levados a delegacias com presos adultos.¹⁶

⁸ GUYNN, Willian. *Writing History in Film*. New York, Routledge, 2006. Pp. 1-80.

⁹ JORNAL DA TARDE, 14 – 11- 1996 – ‘Enxurrada de filmes sobre menor faz Babenco relançar ‘Pixote’.

¹⁰ LONDOÑO, Fernando Torres. *A ORIGEM DO CONCEITO MENOR*. Em: Del Priore, Mary (org) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991 - (Caminhos da História). p 134-135.

¹¹ Idem, 130-131.

¹² Idem, 129

¹³ PEREIRA, Welson Luis. *O MENOR E A MORALIZAÇÃO PELO TRABALHO: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)*. Dissertação de mestrado PGHIS-UFPR. Orientadora Judite Maria Trindade. 2009, p 16.

¹⁴ PEREIRA, Idem, p 8.

¹⁵ PASSETI. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil - 2a ed*. São Paulo: Contexto, 2000. 354-5

¹⁶ SANTOS, M.A.C. *Criança e criminalidade no início do século*. In: *A Arte de Governar Crianças PILOTTI, F. RIZZINI, Irene (ORG). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da*

Em 1944, o SAM, Serviço de Assistência ao Menor, novo nome para o Instituto Sete de Setembro, um dos primeiros cujo objetivo era o recolhimento de menores, é redefinido, e relaciona-se mais com a questão de ordem social do que com assistência social: incorpora os outros institutos e patronatos, e tem como função orientar os educandários e os fiscalizar, abrigar e distribuir estes menores e promover sua colocação no mercado de trabalho.¹⁷

Consideradas obsoletas as técnicas de reeducação do SAM e somadas às críticas ao sistema, é dissolvido então este modelo de assistência e é substituído pela FUNABEM, Fundação do Bem Estar do Menor, que teria como função estudar e pesquisar o problema do menor, planejar soluções, orientar, coordenar e fiscalizar as entidades da Política Nacional de Bem Estar do Menor. A PNBEM é apresentada em setembro de 1965, nove meses depois da FUNABEM, segundo a lei 4513 de 01.12.1964.

A FUNABEM seria então o órgão central e de repasse de recursos; com a Política do Bem-Estar do Menor incentivando a criação de fundações estaduais, a FUNABEM seria responsável também pela capacitação das unidades estaduais e transmissão e divulgação da ideologia e metodologia. O órgão paulistano, a FEBEM, foi fundado em 1973, e tinha como objetivo “(...) planejar e executar programas de atendimento integral ao menor carente, abandonado ou infrator, cumprindo e fazendo cumprir as diretrizes da política nacional do bem-estar do menor”.¹⁸

Apesar de não citar o nome da FEBEM diretamente, é nesta instituição que serve de cenário para Pixote – a Lei do Mais Fraco – para Ramos, mencionar a instituição era desnecessário, pois as críticas feitas a ela eram sutilmente realizadas, como a ingenuidade das autoridades; para este autor, a ousadia com que é tratado o cotidiano do interno e suas relações afetivas é um dos pontos altos da narrativa.¹⁹ Há vários trechos em que se pode analisar a construção da identidade do menor e a crítica à institucionalização, como nas cenas de “triagem” dos menores e atendimento na enfermaria. O início de adestramento²⁰ se dá, pelo processo de admissão: coletar a história de vida, fotografar o interno, pesá-lo, medi-lo, enumerar, banhar despido, cortar os cabelos, enumerar bens, dar a ele as roupas de interno... Os processos padronizantes em uma instituição fazem com que o *eu* do interno, como ele se entende, a concepção de si mesmo, seja mortificado.²¹

Esse *eu*, segundo Silva, seria substituído por outra identidade, uma identidade institucional, visto que

assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño: Editora Universitária Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. . 210-229 -223.

¹⁷ FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. IN: PILOTTI, F. e RIZZIN, I. A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIDN, Ed. Um. Santa Úrsula, Amais livrara e editora. 1995,68.

¹⁸ GUIRADO, Marlene. A Criança e a FEBEM. São Paulo, Editora Perspectiva, 1980, página 31.

¹⁹ RAMOS, Luciano. Pixote, a Lei do Mais Fraco. O Cinema Brasileiro – de O Pagador de Promessas a Central do Brasil. 2ª edição. EMBRAFILME. Texto de 1980.

²⁰ A disciplina seria uma forma de controle social, e um meio de coerção e formação de corpos dóceis, para Foucault. Os corpos dóceis aos quais o autor se refere são corpos passíveis de docilidade, de um esquema de coerção sem folga, para moldá-lo e controlá-lo. A disciplina torna-se necessária para tal procedimento, visando a sujeição, mas acima de tudo, a formação de uma relação que torne o corpo obediente e útil ao mesmo tempo. Este adestramento seguiria três princípios: a Vigilância Hierárquica, a Sanção Normalizadora e o Exame. O primeiro refere-se ao fato de que a vigilância permite o controle, pois ao vigiar o corpo ocorre uma submissão e o domínio do comportamento; o segundo refere-se ao conjunto de normas, um corpo de leis e de textos que normatizarão a disciplina punitiva. Já o Exame é o produto final de todas as técnicas disciplinares, a reunião da vigilância, da sanção, do controle de tempo, de espaço – uma forma de classificar, punir e corrigir. (FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987. P 130-135)

²¹ Goffman, E. Manicômios, prisões e conventos. Tradução Dante Moreira Leite – São Paulo, Perspectiva, 2005. p 25-6.

As reminiscências de uma vida sócio-afetiva anterior, o apego a coisas e objetos, a dependência materna, as “manhas e preferências pessoais passam a constituir fatores de dificultação ao processo de institucionalização.”²²

É o que podemos notar quando Pixote é obrigado a tomar seu café com o escarro de outro interno, para adentrar ao grupo, e quando fuma maconha ou vê pornografia para forjar esta identidade.

Há alguns temas que são tratados no filme que assumem um grande caráter de denúncia. Uma dessas cenas é dos meninos brincando de assaltar um banco em horário livre: Babenco parece chamar atenção para que pensemos que estes menores também são crianças, e se brincam com isso, é porque este universo do crime faz parte de sua vivência. O processo de admissão, o fato de formar filas, cortar os cabelos, arrumar as camas, permite pensar em outra crítica realizada à internação e se relaciona como já citamos, à formação da identidade do menor, visto que a institucionalização:

(...) absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização de atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem, vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso.²³

“Pixote – a Lei do Mais Fraco” é uma crítica sobre o tratamento dado a crianças infratoras e abandonadas e sobre a criminalidade que vivenciam e sua repercussão se localiza entre os debates sobre a infância desvalida e marginal da década de 1970 e 1980; através das críticas de juristas e defensores de direitos humanos, pode-se contextualizar o processo que Faleiros denomina *fracasso da Funabem*²⁴ – e que culminará nas discussões para a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente.

As críticas que a Instituição e a Política do Bem-Estar receberam referem-se à inviabilidade de suas diretrizes, além das críticas sobre a superlotação e falta de estrutura, o fato de que não priorizava a questão da educação. A educação, a ressocialização, o ingresso no mercado de trabalho acabavam sendo só parte das diretrizes da FEBEM – visto que a instituição não possibilitava a relação menor-sociedade, sendo de reclusão, proporcionando somente a relação menor-instituição, não oferecendo meios para que se integrasse no processo de reeducação²⁵ - agindo com violência e criminalização do menino pobre e abandonado, como bem mostra o filme e suas sutilezas ao tratar a repressão institucional.²⁶

²² SILVA, R. Os Filhos do Governo, São Paulo, Ática, 1997, p 164

²³ PASSETI, 2000, 356.

²⁴ FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. IN: . In: PILOTTI, F. e RIZZIN, I. A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIDN, Ed. Um. Santa Úrsula, Amais livrara e editora. 1995, p 97.

²⁵ FALEIROS, 1995, p 82.

²⁶ RAMOS, 1980. P 60

DESLUMBRAMENTO E DENÚNCIA: REPRESENTAÇÕES NO CINEMA BRASILEIRO A CERCA DO ÊXODO RURAL

Aluno: Filipe Steffen

Orientador: Rafael Faraco Benthien

Palavras-chave: Cinema brasileiro; êxodo rural; representação

Diante da situação fundiária no Brasil, milhares de pessoas abandonam suas terras e empregos no campo. Entre as décadas de 50 e 80 ocorre a inversão demográfica, no decurso da qual a maioria da população se concentraria nas grandes cidades. A partir do golpe de 64, a centralização da renda na mão de poucos é acompanhada pela concentração de terras, o que pressiona ainda mais a população que vivia em pequenas propriedades. Esse fenômeno não passa despercebido pelas representações culturais, seja diretamente tratando do tema, ou apenas estando presente no subtexto.

O presente trabalho se propõe a analisar as representações do êxodo rural nos filmes “O homem que virou suco” e “Coração de luto”. O objetivo é encontrar as visões do campo e da cidade nas seguintes obras, uma vez que ambas possuem protagonistas que migram do interior para a capital. Utilizamos um terceiro elemento de análise que é a arte, visto que os dois personagens têm uma íntima ligação com ela, um músico e outro poeta, e dela se utilizam para alcançar suas metas ou para narrar o mundo ao seu redor. As trajetórias, ora de sucesso, ora de frustração, contém representações de campo e cidade na visão de migrantes, sendo este nosso objeto de estudo. O recorte cronológico escolhido é do final dos anos sessenta até o final setenta, período no qual foram produzidos os filmes, “Coração de luto” data de 1968, enquanto que “O homem que virou suco” de 1979. Para desenvolver a análise propostas levantamos dados a respeito do êxodo rural do período e sobre o contexto de produção dos dois filmes.

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1980, ocorreu um conjunto de mudanças que alterou o aspecto social, econômico e político da nação. Houve um processo de modernização que aos poucos integrou o país ao capital internacional, estabelecendo a industrialização e a concentração de renda. Dentro dessas mudanças, talvez a mais importante foi a inversão da relação campo-cidade. Em 1950, 64% da população viva no campo e 36% na cidade. O fator se inverteu em 1980, sendo 33% da população rural e 67% urbana, o que alterou o tradicional local de produção de riquezas do campo para a cidade¹. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro adquiriram um imenso contingente populacional, chegando na década de 80, junto com Belo Horizonte, a somar 20% da população² do país. A causa do crescimento das cidades foi o êxodo rural, que chegou a esvaziar o interior de alguns estados como o Rio de Janeiro, devido às condições extremamente negativas que lá se encontravam. Por outro lado, a população de operários aumentou cerca de 500% no mesmo período, sendo os setores que mais empregavam eram metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicação e transporte. Assim, o perfil da indústria também mudou. Ela deixou de se concentrar nos tradicionais ramos têxteis e alimentícios, e apresentou um predomínio de vagas nas indústrias com mais de 500 operários³.

A estrutura da posse e uso da terra no Brasil é herdeira de 300 anos de escravidão colonial, caracterizada por uma grande concentração fundiária, que mesmo com o advento da industrialização, ainda tendia para a concentração de terra. Segundo o censo de 1960,

¹ LINHARES, Maria Yedda L. História geral do Brasil: Da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campos, 1990. Pp. 273.

² Idem.

³ Idem.

apenas 31% do território nacional estava destinado à agricultura, sendo dividido em propriedades pequenas, médias e latifúndios. Nas pequenas propriedades constavam os minifúndios (10 hectares ou menos), granjas (10 a 50 hectares) e os sítios (50 a 100 hectares), agrupando cerca de 18% da área apropriada e 50% da mão-de-obra rural. Essas propriedades foram responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra para a industrialização e abastecimento do mercado interno. A constatação de que a produção nas pequenas propriedades era bem maior do que nas grandes áreas levou pensadores com Darcy Ribeiro e Celso Furtado a considerarem que a reforma agrária desbloquearia a economia brasileira, aumentando a eficácia da produção agrícola, projeto voltado à questão econômica, sem uma motivação coletivista. As médias propriedades (100 a 1000 hectares) ocupavam 32% das terras cadastradas, configuravam-se em fazendas comerciais, destinando sua produção ao mercado e utilizando mão-de-obra assalariada. O latifúndio (mais de 1000 hectares) possuía um total de 47% das terras ocupadas, mesmo assim sua produção representava 11% da total (ou seja, eles se destacavam por sua relativa improdutividade)⁴.

Por outro lado, temos a produção cinematográfica no Brasil que retratou tais contradições, principalmente com o cinema novo. Após o golpe militar esse movimento entrou em decadência, tendo o cinema outra tônica no Brasil. Seria simplismo dizermos que o estado do cinema nacional no final dos anos 1970 foi resultado de mais de dez anos de repressão. As transformações socio-econômicas, como a modernização conservadora, o arrocho salarial, o crescimento urbano, a favelização, a indústria cultural, a juventude consumista e revolucionária, todos esses fatores também influenciaram na produção cinematográfica do período. Quanto à indústria cultural, todo o avanço tecnológico se canalizou para a televisão, que tornou-se o principal veículo de massa do país, como poucas vezes foi visto no mundo. Para a produção fílmica sobrou os efeitos da crise econômica. O cinema de autor, que contrapunha ao comercial, surgiu com força no início dos anos sessenta. As indagações de uma arte que tem o discurso didático-conscientizador, preocupada em apontar o diagnóstico geral da nação, como foram os cinemanovistas da década de sessenta, dão espaço ao tropicalismo, que responde aos problemas nacionais com ironia e desbunde, apelando para o grotesco, como o objetivo de sabotar o projeto nacional-ufanista⁵. Assim foi o cinema marginal entre os anos de 69 a 73. A partir dessa data não é fácil encontrar propostas estéticas aglutinadoras, prevalecendo à invenção de caminhos pessoais, muitas vezes sem uma fronteira nítida. Através da adaptação ou do filme histórico, o estado vê um acordo tácito com os cineastas de oposição aceitável. Esses filmes ganham relevância quando usam a reflexão ou o humor irreverente, sendo que não tivemos um forte cinema de caráter fascista. Nesse momento a pluralidade ganha espaço como resgate e memória. A sociologia de base marxista perde terreno para a antropologia, mostrando representações, valores, crenças presentes na sociedade⁶. Tudo isso permeia não só o documentário e o filme histórico como também a ficção. Nessas três formas de cinema existe a discussão de temas como direitos humanos, lei de anistia, crítica ao sistema carcerário, a política habitacional, a discriminação das minorias, ecologia, soberania nacional, questões do negro e da mulher. Dentro do cinema que aborda essas questões sociais a luta sindical, da classe operária, industrialização e luta de classe urbana ganham destaque.

Nesse contexto aparece o filme “O homem que virou suco”. A película, que ganhou diversos prêmios, entre eles o de melhor filme do festival internacional de Moscou, tem

⁴ LINHARES, Maria Yedda L. História geral do Brasil: Da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campos, 1990. Pp. 283.

⁵ XAVIER, Ismail. PEREIRA, Miguel. BERNARDET, Jean-Claudet. *O desafio do cinema. A política do estado e a política dos autores*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1985. Pp. 18.

⁶ Idem. Pp. 31.

como diretor e roteirista João Batista de Andrade. Através da Raiz Produções Cinematográficas, filma outros sucessos de crítica como “Doramundo” (1977) e “A próxima vítima” (1983). O plano Collor interrompeu sua carreira bruscamente em 90, quando ele se recolheu em um auto-exílio no interior de São Paulo, voltando a filmar somente oito anos depois com “O tronco” (1998). Nos anos 2000 foi secretário de cultura do governo Alckmin, quando implantou a lei da cultura. Atualmente é Presidente da Fundação Memorial da América Latina, em São Paulo, além de romancista⁷.

Na segunda metade dos anos 60 dois acontecimentos marcaram a produção do cinema gaúcho por quase quinze anos, o lançamento do primeiro filme de Teixeira e a criação da carteira de crédito do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE)⁸. Derly Martinez, chefe da Leopoldis-som, empresa de cinejornais e documentários, tinha por objetivo criar uma indústria de filmes no Rio Grande do Sul. É discutido quem teve a iniciativa de filmar a película “Coração de luto” (1967), se Martinez ou Teixeira. O fato é que se tornou instantaneamente um grande sucesso de público, no Rio Grande do Sul e em outros estados, como São Paulo. Produzido pela Leopoldis-som, com financiamento do banco privado Frederico Mentz, contou com uma equipe vinda de fora do estado, entre estes estava o diretor Eduardo Llorente, vindo de São Paulo. O roteiro foi escrito por Teixeira e adaptado por Llorente. Os críticos enalteceram a obra por sua produção competente e por se tratar do primeiro passo para a implantação de um pólo cinematográfico no Rio Grande do Sul, mas se calaram sobre a temática do filme. Na trajetória fílmica de Teixeira, a crítica se posiciona progressivamente de um apoio ao desenvolvimento cinematográfico na região, passando pela contestação aberta, até o mero descaso. Após o seu segundo filme, “Motorista sem limites” (1970), Teixeira cria sua própria produtora, para centralizar os papéis principais e todas as decisões envolvendo os filmes. Ao logo da década de setenta foram filmados nove longa-metragens, todos com mais de quinhentos mil espectadores segundo dados da ANCINE⁹. Vale ressaltar que a Teixeira Produções realizou seus filmes com financiamento próprio, com exceção do último, “A filha de Iemanjá”, que necessitou de apoio estatal para ser concluído. Teixeira faleceu em 1985.

A base teórica da nossa análise se assenta em Ismail Xavier, Marc Ferro, mas principalmente em Robert Rosenstone. A tese de Robert Rosenstone no livro *A história nos filmes, os filmes na história*¹⁰ é de que a história escrita por historiadores e os filmes ficcionais são semelhantes em pelo menos dois aspectos: primeiro, referem-se a acontecimentos do passado; segundo, também possuem elementos do ficcional e do irreal, de convenções que usamos para falar do homem, do seu passado, e, porque não, ao falarmos do passado, também falamos do presente e do futuro. Portanto, o filme também revela uma forma de representar o passado, tão importante que devemos, da mesma forma, apreender a interpretá-lo. Isso vai contra a forma tradicional de fazermos história, mas o que Rosenstone quer nos mostrar é que o filme histórico dramático pode se relacionar e até mesmo fazer o que chamamos de história com H maiúsculo. Outro argumento a favor da interpretação do cinema como história é que seu alcance público é muito maior, sendo muitas vezes a principal referência de história das pessoas que não trabalham com a história, até quando o filme é reconhecidamente ficcional, pode ter um feito sutil de mudar a maneira como vemos o passado. Não se trata de tirar os méritos que a construção de uma

⁷ WWW.RAIZPROD.COM.BR

⁸ LORENZO, Ricardo de. *O campo cinematográfico no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. P. 103.

⁹ WWW.ANCINE.GOV.BR/NODE/1719

¹⁰ ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

história escrita alcançou, principalmente nos últimos cinquenta anos, mas de considerar que as mídias visuais também têm o poder de nos contar a história e como a escrita e o cinema podem estabelecer uma relação para compreender o passado. Obviamente, cada uma dessas maneiras de narrar é produzida de maneira distinta, pois palavras e imagens trabalham de formas diferentes quanto à sua fatura expressiva, sendo também analisadas de maneira diferente, cada qual segundo a suas regras. Podemos encarar a inventividade do cinema não apenas pelo tema específico apresentado, mas também num sentido mais abrangente de passado que ele aborda, entendendo como um campo separado de representação que não pretende oferecer verdades literais, e sim metafóricas sobre o passado.

Também utilizamos para análise das obras fílmicas os escritos de Raymond Williams. O autor, em seu livro *O campo e a cidade na história e na literatura*¹¹, busca compreender as relações entre campo e cidade na Inglaterra, principalmente com o advento da revolução industrial, através da literatura. Em sua análise utiliza diversos autores, que vão de Virgílio a Orwell. De maneira alguma as obras literárias constituíam um puro reflexo da realidade, mas representação concebida em uma época, não sendo uma igual à outra. Por isso as representações só fazem sentido quando inter-relacionadas, assim como essas categorias são construídas historicamente, o que é campo no século XVIII pode não ser no século XIX. Na nossa análise utilizaremos o modelo de análise de Williams transpondo para outro tipo de fonte, o discurso fílmico, e para outra realidade, a urbanização brasileira na década de 1970, mantendo a variável campo/cidade. Se Raymond percebe o sentimento bucólico com relação ao campo e o caráter desumanizador da cidade na literatura dos últimos séculos, em nosso trabalho chegamos a conclusões diferentes no recorte brasileiro.

O filme “Coração de luto” é dividido em duas partes, uma que mostra a infância de Teixeira, e outra, sua vida adulta, durante a qual a trama do filme se desenvolve. A primeira parte se passa na zona rural de Passo Fundo, interior do Rio Grande do Sul. Após a morte de seu pai, Teixeira e sua mãe são expulsos de sua terra por Amaro, meio-irmão do garoto por parte de pai. Depois da morte da mãe, o protagonista anda pelas estradas da região onde encontra Rosa Maria, uma criança da sua idade. Os dois conversam enquanto Teixeira come um pouco de comida que ganhou do pai dela. Nesse momento ele diz que vai para Porto Alegre “ganhar dinheiro, virar homem, comer pratos de comida grandes e usar roupas bonitas como as pessoas que vem de lá”¹². Ele pega carona na traseira de uma caminhonete e vai para capital do estado. Num giro de câmera, Teixeira pequeno tocando violão numa rádio aparece adulto no mesmo local. Uma sequência de cenas mostra o artista fazendo shows por diversos lugares. Teixeira, perseguido por jornalistas, sobe em um avião em direção a São Paulo. Na capital paulista ele assina um contrato para gravar um disco e fazer programas de televisão. A trama segue na qual Teixeira volta a Passo Fundo, reencontra Rosa Maria e a salva de um casamento forçado com Amaro. Este, mesmo dono de várias terras, sendo chamado de coronel, acaba preso.

O filme “O homem que virou suco” trás duas histórias paralelas. Elas se unem pela semelhança dos dois personagens, Severino e Ederaldo, que são interpretados pelo mesmo ator, José Dumont. O filme começa com Severino ganhando o prêmio de trabalhador do ano, e ao ser cumprimentado pelo americano dono de sua fábrica, esfaqueia o patrão. Na cena seguinte Ederaldo vai do seu barraco até o centro de São Paulo, no caminho conversa com alguns moradores que o chamam de vagabundo por ser poeta e que deveria arrumar um emprego. No centro tenta vender seus versos, mas é impedido por um fiscal. Quando

¹¹ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na literatura*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo, 1989.

¹² *Coração de luto*, Unibrasil filmes, 1967. 54 minutos.

volta para casa é abordado por policiais acusando-o de ter assassinado o dono da fábrica. Ele foge porque não tem documentos para provar que não é o mesmo sujeito. Nos próximos quarenta minutos de filme são um giro de Ederaldo por um circuito de sub-empregos na cidade de São Paulo e como são suas condições desses. Ele carrega sacos de batata, trabalha na construção civil, de empregado numa mansão. Nesses empregos ele encontra uma situação de exploração, humilhação, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Sua terra de origem aparece no filme apenas ao ler as cartas dos colegas da construção e por uma visita de um político na mansão. Indicam-lhe um emprego na obra do metrô, onde no treinamento rodam um audiovisual com o personagem Virgulino, que representa o homem que veio do nordeste trabalhar na cidade grande, ele não se adapta, nem obedece as regras, por isso perde o emprego e volta para sua terra humilhado. Num salão de cultura nordestina, Ederaldo resolve ir atrás de quem é o homem que cometeu o crime pelo qual está sendo procurado. Descobre que ele começou trabalhando numa fábrica de faxineiro. Depois de ter entregado os líderes de uma greve na fábrica passa a trabalhar no torno-mecânico. Desta vez os líderes dos operários organizam uma operação tartaruga. Os donos da fábrica chamam Severino para uma conversa em seu gabinete pedindo que entregue os grevistas. Após mais uma delatção os operários param de trabalhar quando Severino chega ao local, por isso ele é demitido. Mesmo assim ganha o prêmio de empregado do ano. Ao ser cumprimentado pelo dono da fábrica o assassina. Ederaldo escreve o folhetim honônimo ao filme e vai vendê-lo na rua, já com a documentação necessária. Severino acaba o filme sendo internado.

Pelos eixos campo, cidade e arte, guiamos nossa análise fílmica. O filme “Coração de luto” apresenta uma representação idealizada da cidade, como uma terra de oportunidades, onde os conflitos são resolvidos e até mesmo um garoto vindo do interior sem conhecer ninguém pode alcançar fama e dinheiro, enquanto que em “O homem que virou suco” ela é opressora, expõe os que vêm em busca de uma vida melhor a condições precárias, limítrofes quanto à sobrevivência, operando como uma máquina de espremer, na qual as laranjas são os migrantes. O campo é representado negativamente em ambas as obras. Na gaúcha é o lugar do arcaico, onde o protagonista é expoliado, perde o que tem e não há perspectiva de melhora, tendo sua figura representativa, Amaro, vencida no fim. Já no filme paulista, o campo obriga os camponeses a migrarem devido à concentração de terras por poucos senhores, a diferença em relação à primeira é que a opressão prospera, o político da Paraíba que visita a mansão em São Paulo adquire propriedades no interior do sudeste e pretende instalar uma indústria no nordeste. Ou seja, o campo e a cidade são duas facetas da mesma opressão. Por fim, os dois protagonistas mantêm ligação afetiva com a arte, sendo que Teixeira alcança seus objetivos através dela, ocupando um papel de redentora, enquanto que Ederaldo, apesar de denunciar as mazelas ao seu redor em seus versos, tem em sua poesia um veículo de evasão da miséria em que vive, por ela se dignifica nas situações humilhantes e suportando sua dura realidade.

REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL NO CINEMA DE HORROR: O CAPITALISMO E A FAMÍLIA NORTE-AMERICANA EM *O MASSACRE DA SERRA ELÉTRICA* (1973 – 1979)

Aluna: Gabriela Müller Larocca

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras Chave: História e Cinema; Indústria Cultura; Representação.

A relação de estudo estabelecida entre os campos do cinema e da História tem se tornado desde a década de 1980 um tema muito conhecido e abordado, se mostrando cada vez mais presente nos níveis acadêmicos como uma maneira nova e diferente de se estudar o passado. Sua capacidade de reproduzir uma realidade histórica, de um passado distante, conferiu ao audiovisual o poder de representar a memória coletiva das sociedades atuais e moldar suas noções de História, por meio de filmes destinados ao cinema ou a televisão. Um questionamento muito comum em análises cinematográficas é o desafio encontrado pelo pesquisador de entender a qual realidade se está referindo. É preciso entender que o processo de construção cinematográfica envolve um conjunto enorme de opções, como seleções e exclusões, o enquadramento escolhido pelo diretor, a cenarização e dramatização, efeitos especiais, assim como elementos externos às filmagens como interesses econômicos, culturais e políticos. Sendo assim, mostra-se evidente a íntima relação que uma produção estabelece com o contexto e a época em qual está sendo filmada, demonstrando e explicitando pensamentos e necessidades de uma determinada sociedade.¹

O historiador deve tratar o audiovisual como um produto direto das principais interpretações da época em que é produzido, analisando-o como complemento que estabelece interseções, tece comentários e acrescenta algo ao discurso histórico mais amplo, do qual se origina e ao qual se dirige.² É importante compreendê-lo como construção, ou seja, não se trata de uma realidade literal, mas de uma metáfora que cria uma representação do passado ou do presente de quando foi produzido. Muitas obras fílmicas abordam importantes questões históricas do passado dos Estados Unidos, surgindo assim uma forma de interpretação da história americana contemporânea que se utiliza de ferramentas e estruturas narrativas diferentes.

Tendo em vista tais elementos e inserindo-se nesse debate historiográfico esta monografia pretende estudar as representações da instituição familiar e do sistema capitalista nos Estados Unidos da América durante a década de 1970 produzidas pelo filme do gênero de horror *O Massacre da Serra Elétrica*, dirigido pelo estadunidense Tobe Hooper e lançado em 1974. Para tanto o presente trabalho foi dividido em três principais momentos: uma revisão bibliográfica acerca do audiovisual de horror e das relações entre História e Cinema; uma revisão historiográfica acerca da situação dos Estados Unidos na década de 1970 e por fim uma análise da fonte escolhida.

O horror como gênero começa a se formar entre a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do século XIX, possuindo raízes no folclore, mitologia, tragédia clássica e na literatura, encontrando espaço no crescente ambiente do cinema. O marco escolhido por grande parte dos críticos e estudiosos do gênero é o estilo conhecido como Expressionismo Alemão que inovou com clássicos como *O Gabinete do Dr. Caligari* (*Das Cabinet des Dr. Caligari*, Robert Wiene, 1919) e *Nosferatu* (*Nosferatu, Eine Symphonie*

¹ OLIVEIRA, Dennison de. **O Cinema como fonte para a História**. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Dennison.pdf>>

² ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes. Os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

des Grauens, F. W. Murnau, 1922). O Expressionismo Alemão teve seu auge durante as décadas de 1920 e 1930, sendo muito influenciado pela literatura e pelas artes plásticas, por histórias fantásticas e realidades deformadas. Por se tratarem de filmes mudos favoreciam o irrealismo da narração e da expressão, dando grande atenção a temáticas relacionadas ao sonho, fantástico, imaginário e dimensão cósmica, além de apresentarem uma estética sombria.

Noël Carroll³ divide o sentimento de horror em: horror natural e o horror artístico. O horror natural seria algo expressado através de “estou horrorizado com a perspectiva de um desastre ecológico” ou “o que os nazistas fizeram foi horrível”⁴. O horror artístico é aquele que atravessa as diversas formas artísticas e midiáticas, tendo poder de causar em seu público o medo de um elemento ou monstro, ameaçador, impuro e repugnante, que acaba por se tornar o motor de todo o gênero narrativo. O objeto do medo causado no espectador é considerado impuro se for representado por criaturas ausentes de forma, incompletas, intersticiais ou contraditórias: vivas e mortas, animadas e inanimadas ou que reúnem em si diferentes espécies. Os monstros, categoria que engloba diversos tipos de antagonistas, são antinaturais, ou seja, assustam porque não se encaixam ou violam um esquema de ordem cultural e natural, sendo ameaças ao saber comum e conseqüentemente excluídos da categoria social.

O horror cinematográfico em quase um século de vida é muito marcado pela existência de ciclos, ou seja, em determinados períodos teve um grande público, dando ênfase a uma temática ou enredo, enquanto em outros seu público foi mais seletivo. Tais ciclos surgem em épocas de tensão social, sendo uma forma catalisadora pelo qual as diversas angústias podem ser expressas por meio de uma iconografia de medo, aflição e repulsa. Em tal contexto, surge também o chamado “horror de família”, definido por Ann Douglas como:

O gênero do “horror de família” registra as estranhas formas e transformações que a família de classe média hoje atravessa: seu assunto é a cisão do átomo da família nuclear... Nesses thrillers, os personagens parentais, como muitos dos autores que os criaram, nasceram depois da Segunda Guerra Mundial, eram criaturas dos anos 60: em outras palavras, eram protagonistas de contradições prementes, intrincadas e culturalmente poderosas.⁵

Douglas trabalha então com o surgimento de bebês demoníacos e seres deformados no seio de famílias formadas por uma geração pós-guerra, marcada por uma sociedade capitalista cada vez mais exigente e precária, sem recursos para o sustento de uma família extensa. O atual ciclo de horror, teria se iniciado na década de 1970 e segundo Carroll está intrinsecamente relacionado com o pós-modernismo, pois ambos exaltam uma ansiedade e problematização em relação às categorias culturais; olham para o passado de forma nostálgica e reduzem o homem a uma “pessoa-como-carne”. O atual ciclo nasce justamente com o colapso da ordem e paz internacionais supostamente estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial.

Durante este período a situação dos Estados Unidos não era mais a mesma. Leandro Karnal⁶ afirma que as diversas rebeldias sociais e políticas dos anos 1960 e 1970 provavam que descontentamentos e conflitos continuavam a existir no país. Mudanças

³ CARROLL, Noël. **Filosofia do Horror ou Paradoxos do Coração**. Campinas: Papirus, 1999.

⁴ *Ibid.* P. 27.

⁵ DOUGLAS, Ann. The dream of the wise child: Freud’s family romance revisited in contemporary narratives of horror. **Prospect** 9, 1984. P. 293.

⁶ KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

demográficas e econômicas, políticas sociais e militares temerárias e o fracasso em resolver antigos problemas sociais, como o racismo, ocasionaram na explosão de diversos movimentos sociais que lutavam por direitos civis, paz, liberdade sexual e cultural, contestando as definições estabelecidas de progresso, cultura e cidadania. É importante lembrar que no final da década de 1960 os níveis de divórcio aumentaram dramaticamente, ao mesmo tempo em que as taxas de nascimento diminuía para baixas históricas devido à expansão dos métodos contraceptivos, da libertação sexual e da legalização do aborto em alguns lugares. Tal tendência se acelera no começo dos anos 1970, afastando os americanos dos modelos já enraizados de família e exigindo uma reformulação na dinâmica familiar.

Na década seguinte a crise de autoridade continua, em virtude da dificuldade em promover o crescimento econômico no mesmo ritmo e intensidade que o *boom* dos anos 1950 e 1960. Durante este período o país também se envolveu no conflito do Vietnã, que se tornou o cenário da mais longa e impopular guerra de sua história (1950 – 1975). Como Karnal argumenta, isso acabou por causar uma repercussão negativa no país que se acreditava baluarte da civilização e do mundo livre. Tratava-se da primeira guerra que o país perdeu em 150 anos, rasgando ideologicamente a nação e dando inspiração a movimentos anti-imperialistas no mundo inteiro.

Os historiadores denominam os anos 1960 como a “longa década”, mas muito dessa mudança social e cultural também foi sentida ao longo dos anos 1970. Para Charles Sellers⁷ esta década se mostra como repressiva e não reformista, com expressões legítimas de preocupações de amplas categorias de um corpo político diversificado. Ou seja, os anos 1970 surgem para os Estados Unidos como menos esperançosos e expansivos que os anteriores. No plano externo, o país encontrava-se abalado pela experiência e consequente derrota no Vietnã, pelas sucessivas crises do petróleo, a recessão mundial que se seguiu e pela concorrência japonesa que despontava mundialmente com suas indústrias e comércio. Internamente, era marcado por tensões, escândalos políticos, como a crise de Watergate envolvendo o presidente Richard Nixon, econômicos, como a falência de cidades como Nova York e reivindicações sociais de grupos até então minoritários e excluídos, como negros, mulheres e homossexuais. Podemos afirmar que pressupostos tradicionais sobre sua onipotência e onipotência foram gradualmente desacreditados. A visão de mundo anterior a tais tensões e crises se baseava em uma ideia de individualismo, fácil de ser sustentada e disseminada por meio de uma produtividade crescente e hegemonia internacional o que criava uma crença na prosperidade e no conformismo da população. O tão conhecido *American Dream* acabou virando, nas palavras de Carroll, o *American Nightmare*.

Sendo assim, o último capítulo da monografia contempla a análise da fonte *O Massacre da Serra Elétrica* dirigida, escrita e produzida por Tobe Hooper e Kim Henkel. No âmbito econômico a produção é uma das mais rentáveis da história do cinema, custando menos de \$150 mil dólares e rendendo posteriormente mais de 30 milhões⁸. A história se passa no Texas e segue um grupo de adolescentes que se reúne para conferir após as notícias de vandalismo e roubo de cadáveres, se o túmulo da família de um deles encontra-se violado. No passar de uma noite, o grupo de cinco amigos se reduz, sendo os adolescentes mortos por uma família de assassinos. A família *Sawyer*⁹ é ironicamente formada apenas por homens - que não são nomeados - cujo patriarca está em estado

⁷ MAY, Henry; MCMILLEN Neil R.; SELLERS, Charles. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**: de colônia a potência imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁸ Retirado de: JAWORZYN, Stefan. **O Massacre da Serra Elétrica [Arquivos Sangrentos]**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2013.

⁹ Uma paródia à palavra *Saw*, que em inglês significa serra, uma das ferramentas utilizadas pelos assassinos.

catatônico, sendo formada por: *Hitchhiker* (caroneiro); *Gas Man/Old Man* (dono do posto de gás); *Leatherface* (cuja tradução literal seria rosto de couro) e *Grandpa* (vovô). Ao longo da trama é exposto brevemente que fazem parte de uma família local tradicionalmente envolvida com o negócio de abatedouros e carnes, que se encontra falida e deixada marginalmente de lado pelo desenvolvimento industrial, assim como pela abertura de novas estradas, sendo afastados da rota principal. A ambientação do filme ilustra bem o sentimento de abandono, sendo a casa em que a família mora uma paródia, mostrando-se, como seus habitantes, um espelho degradado da casa perfeita. A ausência de uma figura feminina, que não é explicada pelos roteiristas, priva a família de seu significado e lugar social. Notamos assim, o contato e justaposição entre a família funcional, representada pelos jovens - conectada com instituições sociais como a polícia, Igreja, forças armadas e também laços sanguíneos e tradições do passado - e a disfuncional, dos canibais, que forma um espelho perverso da existência ordinária das classes baixas e médias, mas é unida e separada por laços e tensões com os quais o espectador é familiarizado. A família é retratada como causa da insanidade e monstrosidade, sugerindo uma visão pessimista do *American Dream*, mergulhando o espectador no caos e violência primitiva e não apontando uma clara resolução para tal problema. Ou seja, tal instituição antes vista como fator que impulsionava a sociedade, agora passa a ser reduzida a um comportamento obsessivo e autodestrutivo, sendo tal argumento explicitado na crueldade lunática da família *Sawyer*.

O segundo eixo temático escolhido para esta pesquisa foi o capitalismo. A grande questão é que a família *Sawyer* também se enquadra em uma categoria de vítima: do ambiente do abatedouro, do próprio Estados Unidos e do capitalismo em si, utilizando claramente, por meio do canibalismo, a ideia de que as pessoas têm o direito de viver a custa e usar umas as outras. A família de abatedores desempregados direciona suas habilidades obsoletas devido a avanços tecnológicos - consequência da eterna procura do capitalismo por maior produtividade - a um grupo de jovens. Sem o abatedouro, os trabalhadores não conseguem ser incorporados a um sistema que molda a sociedade norte-americana. O paradoxo encontrado é que seus valores e organização correspondem ou refletem instituições tradicionais, como a família nuclear e o trabalho, porém, sua assimilação de tais unidades é considerada pervertida e transgressora. A disparidade entre riqueza e pobreza também é grande e por meio de uma exageração grotesca é mostrado ao espectador que o ser humano é literalmente transformado em produto para ser vendido e consumido. O canibalismo apresenta-se como uma metáfora do processo de inversão de valores, mitos e símbolos de uma cultura, especialmente a do capitalismo.

O aspecto enganoso de documentário como um “docudrama” e a abordagem do filme que alega ser baseado em uma história real possibilita a condensação de um número de acontecimentos históricos em seu enredo. No começo do filme, o espectador escuta uma transmissão de rádio: além das violações dos túmulos é possível escutar notícias de outras calamidades, como derrame de óleo, fazendo uma alusão ao choque do petróleo de 1973. As imagens que nos são apresentadas são associadas à paisagem americana, ou seja, a casa familiar, a viagem de férias, a igreja da cidade e o cemitério, além da menção de profissões e indústrias consolidadas na economia, o que ajuda a construir uma verossimilhança e um senso de situação catastrófica, marcada pela degeneração da civilização pós-industrial. A produção nos oferece assim uma civilização onde as estruturas sociais e políticas estão ruindo, criando uma noção de quebra entre segurança e estabilidade, entre vida rural e suburbana, explicitando que categorias que antes pareciam estáveis e imutáveis agora enfrentavam sérias crises. O final mostra-se bem emblemático, terminando com uma longa cena onde *Leatherface* empina sua motosserra no ar. Sally, a heroína, consegue escapar ao pegar carona em uma traseira de caminhão, mas sua última aparição é coberta de sangue,

rindo descontroladamente, o que indica que possivelmente estava à beira da loucura. Ou seja, os “bandidos” não morrem, nem são punidos e mesmo com a protagonista escapando não existe saída, vitória ou final feliz.

De tal maneira é possível apontar a fonte escolhida como um discurso cinematográfico parcial construído sob a influência de determinados eventos datados da época de sua produção, assim como mediações como o gênero em que se enquadra, interesses de mercado, autonomia de seus criadores e o próprio objetivo de entretenimento. O diálogo entre os ramos da História e do Cinema é extremamente complexo e prolífico, sendo que em relação ao horror notou-se sua enorme capacidade de transformação e conexão com os assuntos culturais de seus dias. São suas relações com os momentos culturais que potencializam ainda mais suas recepções por parte do público, ou seja, um filme de horror bem sucedido pode revelar muito sobre a cultura que a ele reage. *O Massacre da Serra Elétrica* pode ser considerado um medidor da situação nacional dos Estados Unidos na década de 1970, ao espelhar e incorporar de forma irônica e muitas vezes chocante temas caros à sociedade da época como as crises na unidade familiar, os problemas gerados pelo sistema capitalista e as crises políticas, econômicas e culturais causadas pelas políticas internas e externas. Como Kendall Phillips escreve:

[...] a lição da história dos filmes de horror norte-americanos é clara: as coisas que mais tememos e o modo como expressamos este medo contam muita coisa sobre nós mesmos.¹⁰

¹⁰ PHILLIPS, Kendall R. **Projected Fears: Horror Films and American Culture**. Westport, USA: Praeger, 2005. P. 198. Traduzido de: “... the lesson of the history of the American horror film is clear: the things that we fear, and the ways that we express this fear, tell a great deal about us.” (Tradução nossa)

RESUMOS BANCA IV

*Quarta-feira, 18 de
dezembro de 2013 -
Das 08h00 às 09h45
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

PARA ALÉM DO CATIVEIRO: RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ESCRAVOS E LIVRES NO PARANÁ OITOCENTISTA (1861-1884)

Autor: Marcelo Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

Palavras-chave: escravidão, crimes, imigração.

A presente pesquisa tem como objetivo examinar as relações sociais entre cativos e livres na sociedade paranaense do século XIX. Esta sociedade era caracterizada pelo trabalho escravo nas mais diversas funções, desde as atividades portuárias no litoral, passando pelas culturas de subsistência, criatório e invernagem de gado nos Campos Gerais, até as tarefas ligadas ao beneficiamento de erva mate no Planalto Curitibano. Nas cidades estavam presentes os chamados negros de ganho, que trabalhavam fora de casa através de vendas, ou transportavam coisas de um lugar para o outro, os domésticos que trabalhavam para o senhor e também os de aluguel¹. As fontes utilizadas na pesquisa foram os relatórios dos presidentes da Província do Paraná e, principalmente, processos-crimes envolvendo escravos e livres, ambas pertencentes ao Arquivo Público do Paraná.

Seriam os crimes envolvendo escravos apenas reflexo de resistência, ou revelariam indícios de outras formas de convivência no cotidiano do sistema escravista? A análise dos processos-crimes permite a abordagem das práticas de violência de modo a perceber interesses, tramas, sentimentos e projetos do cativo no âmbito de suas relações sociais, para dentro e para fora do cativeiro, possibilitando apresentar o escravo como um sujeito ativo no processo histórico, sendo seus crimes vestígios que permitem apontar para esclarecimentos sobre aspectos pertencentes ao cotidiano do sistema escravista. Nas diversas partes que compõem os processos são encontradas correspondências entre delegados e juízes, indagações policiais, o corpo de delito, e autos de perguntas e condenação. Em suas páginas estão presentes diversos aspectos da sociedade como religiosos, familiares e relacionados ao mercado de trabalho. Além do tipo de crime cometido, são apresentadas as profissões, naturalidades e nível de educação dos envolvidos, tanto dos acusados como das testemunhas.

A monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro busquei argumentar sobre os números da população escrava na província paranaense, e discutir as mudanças ocorridas na economia brasileira do século XIX, as quais influenciaram o processo de modernização do país tais como a criação da Lei de Terras, o fim do tráfico de escravos, a introdução do trabalho assalariado e as políticas imigratórias.

Quando em 1853 a Comarca de Paranaguá tornou-se a Província do Paraná, apresentava uma população composta predominantemente por homens e mulheres livres, com parcela significativa de negros e pardos. O território contava com duas cidades, Curitiba e Paranaguá; sete vilas, Antonina, Guaratuba, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava; seis freguesias, Palmeira, Campo Largo, Ponta Grossa, Tibagi, Jaguaraíva e Rio Negro; e quatro capelas curadas, Palmas, Guaraqueçaba, Iguaçu e Votuverava². As localidades litorâneas se dedicavam basicamente as atividades em torno da lavoura, comércio e beneficiamento de erva-mate. Paranaguá se destacava comercialmente devido ao seu movimentado porto, tendo mais importância econômica que Curitiba, e contava com uma população de 6.533 habitantes, sendo 1.274 (19,5 %)

¹ MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo. In: *História da Cidade de São Paulo*, (Paula Pórta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 59-99, pp.16-20.

² MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Farol do Saber, 1995, p. 409.

escravos³. No planalto curitibano grande parte da população ocupava-se do comércio de gado, da erva-mate e produção de alimentos de subsistência. Escolhida para capital da Província em 1854, Curitiba apresentava então 6791 habitantes, destes somente 578 (8,5%) eram cativos⁴. A instalação do governo provincial e o crescimento dos engenhos de mate a partir de 1850 levaram ao crescimento das cidades, porém, na recém emancipada Província, grande parte da concentração da população escrava ainda estava presente na região dos Campos Gerais, mais precisamente nas fazendas de criação de gado que aumentaram em grande quantidade ao longo do século XVIII e primeira metade do XIX. O estabelecimento da pecuária como atividade econômica essencial contribuiu para a manutenção do trabalho escravo, tanto nesta região como em outras.

No Relatório do Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos para o ano de 1854 é apresentado um total de 10179 (16%) escravos em uma população de 62258 habitantes. É possível notar a grande porcentagem de cativos principalmente em Ponta Grossa, que apresenta um total de 3033 habitantes, sendo 1059 (35%) escravos. Os números de Jaguaíva também se destacam, já que de 1071 pessoas, 440 (41%) eram cativos nesta freguesia⁵. Com base nestes dados, é possível perceber que as regiões de pecuária pareciam dispor das maiores populações cativas, em termos percentuais, relativamente aos livres.

A população escrava manteve-se crescente no Paraná provincial até 1866, quando representava 11,7% da população total como é possível perceber no relatório do Presidente da Província André Augusto de Padua Fleury. Neste se apresenta um total de 11596 cativos em uma população de 99087 habitantes. Entretanto, o percentual de escravos, relativamente aos homens livres, sofreu decréscimo no período de 12 anos, como é possível notar nos municípios analisados anteriormente. Paranaguá passou a contar com uma população de 8065 habitantes, destes 1101 (14%) eram cativos, uma queda de 6% em relação ao ano de 1854⁶. Curitiba apresentou uma pequena redução de 0,5%, contava agora com 13627 habitantes, sendo 1086 (8%) escravos⁷. Nas regiões de domínio da pecuária a queda foi maior, Ponta Grossa sofreu baixa de 22%, passando a contar com 753 (13%) escravos, em um total de 6006 habitantes⁸. Jaguaíva, por sua vez, evidenciou diminuição de 17%, possuindo 622 (24%) cativos, no total de 2626 habitantes⁹. A partir daquele ano o número de escravos sofre decréscimo, constituindo em 1874 apenas 8.8% da população total de 127411¹⁰. Isto era resultado do processo de desagregação do sistema escravista iniciado em meados do século XIX, principalmente devido a proibição do tráfico africano. Com isso, a mão-de-obra dos cativos paranaenses sofreu com o tráfico interno para as regiões cafeeiras que então se expandiam.

Rafael Marquese afirma que o período compreendido “entre 1872-1881 representou o pico do tráfico interno de escravos no Brasil, com quase 100.000 escravos deslocados para as zonas cafeeiras do centro-sul, com claro predomínio das

³ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 145

⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província André Augusto de Padua Fleury*, 1866. Curitiba: Tipografia Paranaense de Candido Martins Lopes, 1866, p. 59.

⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰ PENA, E.S. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. V.1 Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 1990, p. 39.

*transferências interprovinciais sobre as intraprovinciais”*¹¹. Com isso, o final do tráfico legal e o fortalecimento da cultura do café levaram ao rearranjo da população escrava no Brasil, sendo que a Província do Paraná não ficou fora deste processo. Spiller aponta que no período entre 1854 e 1885, um total de 1303 escravos teriam sido perdidos pelo Paraná, representando 12,2% de toda a população registrada para o ano de 1872¹².

Diante das profundas modificações na estrutura econômico-social do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, a grande expansão da produção mercantil e as transformações nas relações de trabalho impulsionavam a elaboração de projetos para modernizar o país. A abolição do tráfico e extinção gradativa da escravidão, gerando a expansão e necessidade do trabalho livre, a Lei de Terras proposta pelo Governo Imperial, e a crise internacional que interferiu na economia do mate, fizeram com que os governos provinciais implementassem medidas para a diversificação da estrutura econômica paranaense, com a introdução do processo imigratório e colonizador¹³. A política imigratória no Paraná provincial teve seu maior grau de desenvolvimento na administração de Lamemha Lins a partir de 1876, onde ocorre o estabelecimento de vários núcleos coloniais em torno de Curitiba, gerando maior fluxo de alimentos para o mercado da capital.

No segundo capítulo do trabalho, o intuito foi de demonstrar a importância da pecuária para a manutenção da escravidão no Paraná, e o papel da indústria ervateira no processo de modernização e urbanização, responsável pelo afrouxamento da vigilância sobre os escravos nas cidades. A atividade criatória e a comercialização do gado vacum e dos muares, baseadas no trabalho escravo, foram importantes para a formação da sociedade paranaense a partir do final do século XVIII, contribuindo para a povoação dos campos e expansão da comunidade provincial. A partir do início do século XIX, o Paraná ancorado na pecuária escravista, se integra ao contexto da economia brasileira, cumprindo o papel de suprir as necessidades das regiões exportadoras. A mão-de-obra cativa foi utilizada na criação, tropeirismo e invernagem, o que explica a grande concentração de escravos na região dos Campos Gerais. O ciclo do gado viveu seu esplendor na primeira metade do século XIX, onde os fazendeiros eram a classe mais poderosa, principais possuidores de terras e escravos, porém, a segunda metade do século traria mudanças responsáveis pelo fim desta hegemonia.

O alicerce da vida econômica dos Campos Gerais durante grande parte do século XIX foi a criação e o comércio de muares, entretanto, as fazendas de criar foram sendo relegadas a segundo plano pelos proprietários, pois era mais lucrativo alugarem as terras para os tropeiros repousarem e engordarem o gado, isto é, as invernadas¹⁴. Em 1860, cerca de 30.000 muares invernaram permanentemente nos Campos Gerais, sendo que aproximadamente 30% do total anual de cabeças comercializadas nas feiras de Sorocaba eram oriundas das invernadas do Paraná¹⁵. Dessa maneira, ocorre a decadência da criação de gado e uma grande valorização das terras nas regiões dos Campos Gerais. A Guerra do Paraguai (1864-1870), também favoreceu a crise que atingiu a criação e os mercados sulinos, já que provocou uma escassez de ofertas durante o período de conflito. Outro fator

¹¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX*. Texto apresentado no Seminário Mensal em Espaço e Sociabilidades UFPR, Curitiba, 2012, pp. 01-45, p. 22.

¹² PENA, E.S. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Op. Cit., p. 89.

¹³ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 35.

¹⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e vida econômica*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação (SEED), 2001, p. 61

¹⁵ Idem, *Ibidem*.

primordial para o declínio da atividade pecuária de criação foi a concorrência com as estradas de ferro que se tornaram nova alternativa de transporte de gado, sendo este acontecimento responsável pela completa ruína do tropeirismo, pois o transporte com mulas não era mais necessário.

Com isso, a partir da segunda metade do século XIX, ocorre o fim da hegemonia da pecuária devido ao surgimento gradual de uma economia urbana caracterizada pela presença do trabalhador livre e assalariado, e pelo domínio de novos produtos agrícolas como o mate. Na indústria ervateira, a mão-de-obra escrava foi utilizada conjuntamente com a livre, nas fases de produção e no transporte da erva, o que contribuiu para o surgimento de relações sociais estreitas entre livres e cativos no ambiente urbano.

No terceiro capítulo da pesquisa, visando aprofundar a análise das tensões sociais no cotidiano da sociedade escravista paranaense recorri a quatro processos criminais envolvendo diretamente escravos e homens livres, alguns dos quais, aliás, resultantes do processo imigratório em desenvolvimento por aqueles anos. O primeiro processo é de 1861, sendo réu o preto de nome José, com cerca de trinta anos, filho da costa da África, nascido no reino Congo, acusado do assassinato de um dinamarquês durante a tentativa de roubo de algumas galinhas por este¹⁶. Aproveitando o envolvimento de um estrangeiro no caso, procurei explorar a figura do imigrante e sua relação com os escravos no ambiente urbano. Porém, o estrangeiro apresentado foge daquela imagem desejada pelas elites brasileiras, isto é, o homem europeu e trabalhador que deveria servir de substituto dos grupos sociais considerados preguiçosos e não condizentes com a modernidade, cede lugar aos criadores de problemas oriundos da Europa.

O segundo processo pertence ao ano de 1870, onde o escravo Manoel, com cerca de dezessete anos, natural da Província do Rio Grande do Sul, é acusado de tentativa de homicídio na cidade de Curitiba, através do disparo com arma de fogo contra a pessoa de Joaquim Borges de Sampaio. A motivação do crime seria vingança, já que supostamente o escravo tentou roubar cinco mil réis de Borges de Sampaio anteriormente, sendo por isso repreendido. Preso, Manoel confessou ter sido o responsável, porém voltou atrás e se declarou inocente das acusações. Alegou que havia dito ser o atirador, perante o subdelegado, porque foi obrigado e ameaçado pelo cunhado da vítima, Francisco de Paula França em cuja casa o réu morava há algum tempo. No fim do julgamento Manoel foi absolvido por unanimidade pelo júri, sendo um exemplo que rompe com a visão de escravo completamente submisso e obediente. Ao se negar a assumir um crime, ficou contra seu senhor e soube utilizar as oportunidades disponíveis para se livrar da condenação, num contexto onde o sistema escravista não mais se pautava em estruturas tão rígidas de punição aos cativos.

A partir de meados do Oitocentos, o Estado nacional brasileiro procurava consolidar-se utilizando a Justiça na missão de modernização da sociedade. A criação do Código Criminal em 1830 substituiu o livro V das Ordenações Filipinas, considerado ultrapassado e irracional. Com esta reforma, o Estado reorganizou a legislação visando a ordem e controle social, e passou a ser definitivamente o responsável pela punição dos escravos. Ao longo do século foram criadas leis que aos poucos foram enfraquecendo e retirando o poder senhorial. Em 1869 ficaram proibidos a separação das famílias e os açoites públicos; no ano de 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre; e por fim a Lei dos Sexagenários em 1885¹⁷. Nestas circunstâncias de crise do escravismo, notou-se nas posturas municipais de Curitiba, durante o século XIX, um progressivo abrandamento das penas infligidas aos escravos, “*que da chibata passam à palmatória e da palmatória à*

¹⁶ Arquivo Público do Paraná, Processo – Crime, Curitiba, PI - 6093-240.

¹⁷ MARTINS, Lídia Gonçalves. *A atuação da Justiça nos processos criminais envolvendo escravos (Mariana, 1850-188)*. Disponível em: www.seminariojals.ufop.br/lidia_goncalves_martins.pdf, p. 02.

pena de prisão”¹⁸. O receio de fortalecer ainda mais o desejo de liberdade e revolta, levava as autoridades a desenvolverem necessárias adaptações nos métodos de controle social.

Outro caso que permitiu perceber indícios da perda de autoridade senhorial na segunda metade do século XIX está no terceiro processo criminal analisado, do ano de 1881 em que o escravo Pelagio, de 14 anos, morador no quarteirão da Cachoeira, denuncia seu senhor José Francisco Guimarães por uma surra que supostamente o deixara aleijado, e também por manter seu irmão Paulino preso dentro de um quarto, acorrentado pelos pés e pelas mãos. A motivação da surra de acordo com Pelagio, seria a demora deste em retornar de uma busca de seis cargueiros de milho no Arraial Queimado. Na acusação, o escravo Pelagio descreve seu senhor como violento, que castiga seus escravos diariamente, um homem “*mau que diz que mata negro como mata galinha e que negro não tem justiça e sim laço*”¹⁹. Por sua vez, Francisco Guimarães alegou que o motivo da surra não foi o afirmado por Pelagio, mas sim por este e seu irmão menor Paulino, terem o costume de viver fugindo e roubando os vizinhos. Neste caso, o que chama mais a atenção é a postura do cativo de 14 anos em procurar o delegado para denunciar seu senhor utilizando o argumento de excesso de violência, e a evidente dificuldade deste último em controlar os passos de seus jovens escravos, uma vez que castigar parecia já não surtir o efeito esperado, sendo recorrentes os casos de rebeldia dos irmãos.

Com o fortalecimento da escravidão urbana, as relações dos cativos com a população livre eram mais intensas, o que causava preocupação as autoridades. As interações ocorriam tanto no ambiente de trabalho como nos momentos de diversão, jogos de azar e caçadas. Exemplo desta realidade encontrei no quarto processo analisado, onde em 1884 o escravo Antonio de 18 anos, no Votuverava matou Domingos Bento dos Santos com um tiro de espingarda durante uma caçada. Pelo depoimento das testemunhas, bem como de acordo com o próprio acusado, o homicídio teria sido um acidente, já que a vítima possuía vínculo de amizade com o denunciado. A verdadeira intenção de Antonio teria sido acertar com um tiro uma paca, porém a vítima se colocou na trajetória da bala e foi atingida mortalmente na coxa direita. No fim do julgamento foi reconhecido pelo juiz que o episódio realmente foi um acidente, sendo o réu absolvido²⁰.

Nos processos analisados nesta pesquisa ficou evidente que as relações sociais na segunda metade do século XX eram tensas e intensas entre livres e cativos, negros e brancos, africanos e imigrantes. Com a legislação imperial enfraquecendo o poder senhorial, e o conseqüente abrandamento das posturas municipais, controlar os passos dos escravos era cada vez mais difícil. O aumento da sensibilidade antiescravista é refletido nas penas aplicadas aos escravos nos processos criminais aqui examinados, onde os acusados não sofreram penas tão duras, sendo muitas vezes absolvidos. Estas situações deixaram expostas as contradições do regime escravista, visto que cativos eram soltos e perdoados após cometerem crimes, ou eram condenados a chibatadas porque eram cativos, quando eram passíveis de sofrerem penas mais duras, como a capital. Na luta pela sobrevivência o escravo não apareceu como um sujeito facilmente controlável, mas sim com grande mobilidade e em constante conflito com o sistema escravista em crise.

¹⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Livro dos 300 anos da Câmara Municipal de Curitiba*. Curitiba, 1993, p. 34.

¹⁹ Arquivo Público do Paraná, Processo – Crime, Curitiba, PI - 7796.297.

²⁰ Arquivo Público do Paraná, Processo – Crime, Curitiba, PI - 8120.312

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ADELAIDE MARIA DA TRINDADE BATISTA (PALMAS-PR)

Aluna: Hellen Cris Leite de Lima

Orientador: Prof. Antonio Cesar de Almeida Santos

Palavras-chave: Memória coletiva; História oral; Identidade quilombola

As comunidades remanescentes de quilombo (CRQ), terras de preto, ou comunidades negras tradicionais do Paraná, passaram muito tempo imersas em completa invisibilidade. Contribui para isso a construção social e histórica de um discurso e memória predominantes, que destacam a contribuição do imigrante europeu em detrimento das populações negra e indígena na constituição da identidade paranaense, bem como a configuração das relações étnico-raciais ainda desiguais e preconceituosas presentes em nossa sociedade.

A partir da primeira década do século XXI, encontramos uma série de iniciativas de movimentos negros e dos governos que começam a desvelar essa história. É desse período que datam documentos importantes, como **Terra e Cidadania : terras e territórios quilombolas** (Grupo de trabalho Clóvis Moura – Relatório 2005-2008), **Relatório do Grupo de trabalho Clóvis Moura (2005-2010)** – esse último, complementar ao primeiro –, **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil (2010)** e **Educação escolar quilombola : pilões, peneiras e conhecimento escolar (2010)**. Outro marco importante foi o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná, em novembro de 2004, convocado pelo Movimento Negro, e apoiado pelo Governo do Estado. Seu público trouxe informações que provocaram o conhecimento de um outro quadro das comunidades quilombolas que até então não eram conhecidas.¹ Atualmente, no Paraná, 36 delas “possuem certidão de autoreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, 10 possuem Relatórios Técnicos de Identificação elaborados ou em fase de elaboração, e nenhum título emitido pelo INCRA”.²

Esse processo expressa um momento político ímpar no estado do Paraná, onde relações políticas entre governo e movimentos sociais, reivindicações e políticas públicas se relacionam e exigem um posicionamento de ambos os lados, principalmente no que tange às questões fundiárias e territoriais e às questões educacionais. Posicionamento esse que prescinde de uma determinada construção de discurso, o qual tentaremos entender sob a ótica da construção da memória.

Uma das comunidades registradas pelo relatório Clóvis Moura fica no município de Palmas, sudoeste do Paraná. No bairro São Sebastião do Rocio moram 4.200 habitantes, cerca de 80 famílias, que se auto-identificam como “remanescentes de quilombo” e se organizam na “Associação Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista”, fundada no ano de 2007. O nome que faz referência à comunidade era o de uma ex-escrava, fundadora do quilombo e sua primeira líder, em uma homenagem de seus descendentes.³ Essa comunidade é o objeto empírico dessa monografia.

A problemática de pesquisa consistiu em compreender a memória construída em torno da história e da identidade da Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista, suas disputas internas e suas relações de poder. Pensamos a

¹ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Terra e Cidadania: terras e territórios quilombolas** (Grupo de trabalho Clóvis Moura – Relatório 2005-2008). Curitiba : ITCG, 2008, p. 18.

² CRUZ, Cassius. **Conjuntura quilombola no Paraná**. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/artigos-detalhes.asp?cod=12546>>. Acesso em novembro/2013.

³ Relatório antropológico da comunidade negra Adelaide Maria Trindade Batista – Palmas/PR. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/424.pdf>>. Acesso em junho/2013.

memória como um importante elemento que estrutura as sociabilidades em que nos inserimos. A construção de uma memória coletiva é um relevante elemento na constituição de identidades coletivas, bem como para que nos situemos historicamente em nosso presente. Nessa relação com o passado, Maurice Halbwachs lembra da importância dos pontos de referência que estrutura nossa memória, de modo a articulá-la à memória da coletividade a que pertencemos. Esses pontos em comum permitem a construção de um sentido de grupo, também sendo destacado a diferenciação que estabelecem com outros grupos e a definição de fronteiras sócio-culturais, aquilo que Halbwachs chama de comunidade afetiva.⁴

Vale a pena ressaltar, que a memória é uma construção, e que ela não se refere a um reflexo da realidade, nem tampouco a uma construção estanque. As narrativas da memória estão em constante mudança, pois são sempre estruturadas a partir do presente, o qual engendra conflitos e contradições que interferem nas disputas da memória. Assim, os apontamentos de Michael Pollak tornam-se especialmente relevantes, nos lembrando que devemos levar sempre em consideração os silêncios e esquecimentos como elementos significativos na construção de uma memória.⁵

Pollak identifica que a função das memórias coletivas é a de salvaguardar, de forma organizada e seletiva, determinados acontecimentos e fatos do passado que permitam reforçar fronteiras e sentimentos de pertença entre vários grupos, com o fim de manter a coesão social. Nesse sentido, ele trabalha com a categoria “memória enquadrada” que, segundo ele, é mais adequado do que memória coletiva, pois pressupõe a existência de um trabalho de enquadramento, por parte dos organizadores da memória social dominante, e que por sua vez não é absolutamente arbitrário, ou seja, necessita de um mínimo de justificação e coerência de discurso, que seja compartilhado pela comunidade. O trabalho de enquadramento, no entanto tem seus limites:

Se a análise do trabalho de enquadramento, de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.⁶

As contradições que podem aparecer nos discursos e memórias individuais, em relação à “memória enquadrada”, mostram a reconstrução dos sujeitos diante da sua história, do seu local social e da memória coletiva, mas também podem produzir tensões que provocam o silêncio, mas não o esquecimento.

No caso da comunidade quilombola em estudo, as contribuições de Pollak são bastante relevantes, considerando o processo de autoreconhecimento e do papel que o passado exerce na disputa institucional pelo território e titulação da terra. Dessa forma, pensar quais são as balizas de memória, seus pontos de referência e de que forma são utilizados nos parecem questões fundamentais a serem respondidas.

Nosso principal objetivo, nesse sentido, foi o de compreender como se deu a construção da memória e da identidade quilombola no interior da Comunidade Remanescente de Quilombos Adelaide Maria da Trindade Batista e o papel desempenhado

⁴ HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

⁵ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em maio/2013.

⁶ *Idem*, p. 12.

pela memória construída pelo grupo, compreendendo-a nos percursos de suas disputas, contradições e relações de poder. Isso foi possível a partir da análise das entrevistas cedidas por moradores da comunidade, através da metodologia da história oral, que nos permitiu construir as fontes, estabelecendo uma ponte entre a realidade e a teoria, possibilitando compreender a construção da memória coletiva da comunidade.

Uma primeira aproximação com a comunidade foi realizada em abril de 2013, quando a proposta e pretensões da pesquisa foram apresentadas e bem recebidas por representantes da Associação Quilombola que representa a comunidade. Em outubro e novembro do mesmo ano foram realizadas entrevistas com cinco moradores da comunidade, indicados por Dona Maria Arlete Ferreira da Silva, representante da Associação Quilombola e que cumpre o papel de “porta-voz” da comunidade e de sua memória.

O roteiro de entrevista não foi rígido, mas apenas norteador, tendo como eixo central as “histórias de vida”, as trajetórias profissionais, intelectuais, sociais, relações familiares e interfamiliares; as recordações de ancestrais que habitaram o mesmo território; e o vínculo que estabelecem atualmente com a comunidade. A partir dessas trajetórias individuais, buscamos identificar os elementos unificadores da memória coletiva, os quais localizam os entrevistados como pertencentes da comunidade e compartilhando sua memória oficial, bem como aqueles aspectos que sobressaem e se destacam por sua diversidade ou mesmo sua divergência, demonstrando os limites do trabalho de construção de uma memória coletiva.

Alguns pontos de referência foram recorrentes nas entrevistas e permitem identificar um trabalho de enquadramento das lembranças e a delimitação de fronteiras dessa memória.

Há uma constante rememoração entre um tempo lembrado como bom de se viver, onde se plantava em comunidade, onde tudo se repartia e havia um grande sentimento de partilha e de comunhão entre a população da comunidade quilombola, articulada nos discursos como uma grande família. Frente a isso, o hoje aparece como um tempo de violência, no qual as coisas são mais difíceis.

E eles combinavam, o compadre, vamos fazer minha roça, todo mundo ia fazer a roça do outro, e daí ali eles já faziam de noite o baile, faziam almoço, churrasco, baile, fogos, era bem divertido, os foguetes, e um ajudava o outro. [...] O meu padraço tirava o leite já dava pro vizinho, nós tinha horta de couve, nós dava pra tudo os vizinhos que não tinha, era tudo dado assim. [...] Então os quilombolas tem esse espírito de partilha, de um ajudar o outro, dar as coisas pro outro.⁷

[...] era uma união, se eles diziam “vamos fazer um puxirão lá na casa do Adão”, todo mundo ia, “vamos lá na casa do Alcino”, “vamos lá na Mila”, que era a mãe da comadre Arlete, “vamos lá na tia Joana”, era tudo assim, era uma união, era tudo unido, era todo mundo da família. Lá pro lado da Castorina, tudo se unia, as criação se criava tudo um na propriedade do outro [...], um cuidava o que é do outro, ninguém mexia em nada de ninguém.⁸

[...] as festa era boa. Começava na sexta, ia sexta, sábado e domingo, umas festas bem boa. [...] Tinha sempre, melhor do que agora, agora é só no dia da festa mesmo, que tem mais festa, mas ali não, ali começava na sexta-feira já.⁹

Em todas as narrativas, a festa de São Sebastião, que antes durava três dias, aparece como um momento bom, celebrado por todos, mas que hoje dura apenas um dia, o 20 de janeiro, data de celebração do padroeiro da comunidade. Exceto em uma entrevista, as

⁷ SILVA, Maria Arlete Ferreira da. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

⁸ SANTOS, Maria Aparecida de Souza. **Entrevista** realizada em 23/10/2013.

⁹ BATISTA, Maria Trindade. **Entrevista** realizada em 22/10/2013.

outras quatro apresentam a violência de maneira genérica como motivo para a duração da festa ter diminuído. Isso ocorre possivelmente por ser essa uma lembrança traumática para a comunidade, que é lembrada apenas por Alcione Ferreira da Silva, filho de Maria Arlete:

E daí essas festa ocorria, começava na quinta, sexta, sábado e domingo. [...] E com o passar do tempo, com essa invasão que teve aí, que o pessoal foram entrando aí, daí já teve uma coisa trágica na nossa família, que por causa disso mataram um irmão meu já na festa, o povo que vinha de fora aí, meu irmão tava atendendo lá na festa, tomou uma facada, mataram ele. E dali pra cá as festas perdeu um pouco, perdeu o conteúdo, aquela, perdeu um pouco a graça.¹⁰

Nesse discurso notamos também que a tragédia é associada à entrada de outras pessoas (não quilombolas) na comunidade, demarcando uma fronteira clara. Outro ponto bastante presente nos discursos é a memória do trabalho de lavadeiras, exercido pelas quatro mulheres entrevistadas, em algum momento da vida, e que algumas aprenderam com as mães e avós. Essas narrativas também nos permitem identificar algumas fronteiras que foram construídas entre a comunidade e a “cidade”, inclusive em relação a algumas famílias que são recorrentemente lembradas, como as famílias ricas, que empregavam as pessoas da comunidade.

O pessoal tudo aqui [...] da comunidade lavavam roupa pro pessoal da cidade, que eram os dono de fazenda, tinham as casas na cidade, então as mulher lavavam roupa, trabalhavam nas casas das fazendeiras, de outras pessoas, né, então sobreviviam assim. [...] depois eu me casei também e ajudava muito a minha mãe lavar roupa, minha mãe lavava roupa pra toda cidade.¹¹

Sempre trabalhei com isso aí. Fazia pão no final de semana na casa e um... Assim, dos Araújo, dos Sampaio, então eu trabalhei em vários deles, os Ribas.¹²

A comunidade construiu também o seu “mito fundador”, presente em outros documentos e entrevistas realizadas anteriormente a esta pesquisa, o qual consiste na chegada da escravizada Adelaide Maria da Trindade Batista, que dá nome à comunidade, antes chamada São Sebastião do Rocio. Em torno dessa figura reúnem-se uma série de elementos culturais resgatados pela comunidade no presente, como a imagem de São Sebastião trazida por ela e ainda instalada na igreja da comunidade, cuja construção inicial também foi organizada por Adelaide. Porém, a sua chegada apresenta versões controversas: ora trazida, ora fugida, ora de Guarapuava, ora do Rio Grande do Sul. Como aponta Paul Thompson, sua personalidade tende a ser mitologizada, para conferir coesão à identidade social do grupo.¹³

As versões de Dona Trindade, bisneta de Adelaide Maria da Trindade Batista, e de Dona Maria Arlete, que é representante da Associação Quilombola e uma figura política importante dentro da comunidade, se chocam nesse ponto. Segundo a primeira, “veio mais gente com a vó Adelaide, veio ela e o marido dela. Diz que o nome dele era Antoninho, era Antônio”.¹⁴ A segunda, ao contrário, afirma que Adelaide Maria veio “sozinha, com os filhos dela, nunca ela teve marido, criou os filhos dela”; complementando:

E nas festas de São Sebastião ela que fazia as procissão, daí ela que coordenava a igreja, a devoção, ela que rezava, depois passou pra minha vó, Maria Joana, quando ela morreu daí ficou pra Maria Joana, depois da Maria Joana ficou pra minha tia Adelaide, que levou o nome dela [...]. Então, depois quando morreu a

¹⁰ BATISTA, Alcione Ferreira. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

¹¹ SILVA, Maria Arlete Ferreira da. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

¹² BATISTA, Maria Trindade. **Entrevista** realizada em 22/10/2013.

¹³ THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1993.

¹⁴ BATISTA, Maria Trindade. **Entrevista** realizada em 22/10/2013.

tia Adelaide minha mãe ficou liderando a igreja, daí foi minha mãe, foi minha tia Laida, então depois ficou eu. Então foi passando sempre mulheres líderes da comunidade.¹⁵

Dona Maria Arlete identifica uma linhagem de mulheres líderes da comunidade e da igreja. Nesse sentido, a figura de uma mulher que chega sozinha e constrói tal legado, como foi identificado no caso de Adelaide, pode se construir como um elemento legitimador das sucessivas mulheres que aqui aparecem como herdeiras desse mesmo legado e dessa memória.

Um outro elemento interessante de analisarmos é o que Thompson chama de transmissão cultural entre as gerações através da memória. Desde essa perspectiva, vemos como a memória pode ser muitas vezes herdada, fazendo com que lembremos coisas que não presenciamos, mas que cumprem esse papel de coesão da identidade social e da memória coletiva. Nesse caso, Alcione e Dona Maria Arlete, sua mãe, possuem ambos uma memória herdada, que não vivenciaram fisicamente mas que mostra, até nas palavras que usam, a transmissão cultural no interior de sua família.

[...] minha vó falava, minha mãe também falava, meu vô, os mais antigos, que nós tinha, que tinha as tias da minha avó, irmã da minha bisavó, [...] diz que a tia Salomé, se não me engano, ela tinha as mãos toda grudada assim de fogo, que ela tinha que segurar a brasa pro sinhô ascender o cigarro, segurava a brasa na mão, ele tinha que enrolar o palheiro, o cigarro e depois acender, tinha a mão dela tudo queimada. Tinha outra que tinha só os toco da orelha, que pregavam a orelha dela na parede e daí chamavam ela “venha cá!”, daí ela tinha que sair e arrancar os pedaços da orelha, deixar na parede. Que marcavam o nosso povo aqui, marcavam com marca de, de marcar gado, levar o nome do sinhô [...].¹⁶

[...] eu não conheci essa irmã da minha vó. [...] Que pregavam a orelha na parede e chamavam o nome dessa, que era a tia Salomé; as mãos, mandavam pegar brasa lá pro patrão acender o cigarro, diz que era tudo queimado, que era assim os dedos.¹⁷

As fontes orais nos permitiram perceber que houve a construção de uma memória fortemente articulada e moldada frente aos desafios de reconhecimento da comunidade no presente. Principalmente, se tomarmos como referência o ano de 2005, quando se iniciavam as ações do Grupo de Trabalho Clóvis Moura de identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo no Paraná, e que projetou a necessidade da construção de pontos de referência que dessem sustentação à identidade quilombola da comunidade estudada por nós. Podemos observar que há conflitos no que se relaciona diretamente ao lugar de poder exercido pelas pessoas entrevistadas. Nesse sentido, a memória coletiva da CRQ Adelaide Maria da Trindade Batista exerce tanto um papel contra-hegemônico frente à invisibilização da memória quilombola no estado e para sua própria autoafirmação enquanto remanescente de quilombo, mas também, e talvez para isso mesmo, constrói uma memória institucionalizada e oficial, que enquadra e seleciona as lembranças individuais.

¹⁵ SILVA, Maria Arlete Ferreira da. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

¹⁶ BATISTA, Alcione Ferreira. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

¹⁷ SILVA, Maria Arlete Ferreira da. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

À MARGEM ESQUERDA, MIGUEL: PRÁTICAS NOMINATIVAS DE INDÍGENAS EM RIO PARDO (CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1755-1765)

Alysson de Avila Costa

Orientadora: Prof. Dr.a Martha Daisson Hameister

Palavras-chave: onomástica, registros paroquiais, indígenas.

O objetivo desse trabalho é investigar as práticas nominativas da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo entre 1755 e 1765, a partir de seus registros de batismos, destacando os batismos de indígenas e sua prática nominativa. Utilizaram-se os dois primeiros livros de batismo da freguesia, disponíveis no domínio familysearch.org. Às margens desses livros estavam anotados os nomes dos batizados, nos quais se destaca o nome Miguel para os indígenas. Com a transcrição dos livros elaborou-se um banco de dados para análises quantitativas e qualitativas das informações de cada registro, o que deu suporte para esse trabalho.

Na metade do século XVIII a *tranqueira* – como era conhecido o Forte Jesus, Maria, José, de Rio Pardo – situava-se na fronteira dos domínios ibéricos na América. Entendemos aqui fronteira em seu sentido mais amplo e antropológico: não nos referimos à simplificadora utilização do termo, como uma linha que divide um território, mas sim um espaço, uma área de contatos e trocas – nem sempre de forma pacífica, cabe destacar – entre diferentes pessoas, culturas, etnias e até visões de mundo. Para Nídia Areces as fronteiras devem ser compreendidas a partir de dois elementos: sua dinâmica e sua historicidade¹. A autora utiliza o termo "fronteira móvel", sendo "território de contornos imprecisos, flutuante, difícil de precisar porque varia segundo as circunstâncias"². Assim, para Areces, ao espaço geográfico também se sobrepõe o elemento histórico. Quando a autora trata de fronteiras culturais, ao dinamismo acrescenta-se a permeabilidade que produz profundas transformações no diagrama societário³.

Ao tratar de fronteiras étnicas Areces concorda com Fredrik Barth, que em "Os grupos étnicos e suas fronteiras" afirma que "grupos étnicos são categorias atribuídas e identificadoras empregadas pelos próprios atores"⁴. Importa-nos recuperar ainda outra ideia do autor, importante para o trabalho que se segue: a de que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas. Ambos autores problematizam o espaço de contato denominado fronteira, evitando dicotomias e criticando visões simplistas que levam a noções como aculturação e dominação. Barth ainda chama a atenção para a complexidade desses espaços de contato e troca.

Essas considerações sobre fronteira são importantes para a análise do Rio Pardo, por ser esta na metade do século XVIII uma área em que se encontram portugueses, espanhóis, índios, negros, escravos, livres e libertos, açorianos e ibero-americanos. Dada a heterogeneidade social da colônia, entender a fronteira como um espaço de trocas, contatos e disputas, mesmo que desiguais e assimétricas é condição *sine qua non*.

Dentre as categorias-acima, uma nos interessa de maneira especial, pois é onde reside parte significativa dos nossos questionamentos: a categoria sociojurídica de "índigena". Como se mostrará, os indígenas da freguesia mantêm uma prática nominativa diferenciada em relação ao conjunto total, tanto da freguesia quanto da América lusa.

¹ ARECES, Nídia. R. Regiones y fronteras. Apuntes desde la historia. **Revista Andes**, n. 10, 1999, página 1.

² *Idem*, página 8.

³ *Idem*, página 9.

⁴ BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, páginas 26-33.

Esses indígenas que foram registrados na paróquia de Rio Pardo são quase todos oriundos das missões jesuíticas dos Sete Povos, reduções situadas à margem esquerda do Rio Uruguai – e aqui retornamos ao título do trabalho – fundadas entre 1682 e 1706 originalmente em território espanhol. Em 1750, o Tratado de Madri assinado pelas coroas ibéricas definia que esse território, hoje a porção oeste do Rio Grande do Sul, passaria a ser português, em troca da Colônia do Santíssimo Sacramento na foz do Rio da Prata. Esse foi apenas um de diversos outros tratados para encerrar as contendas territoriais entre Portugal e Espanha, questão que só foi resolvida no século XIX.

As sete missões citadas são os locais de origem de muitos dos registrados: São Francisco, São Luiz, São Nicolau, São Miguel, São Lourenço, São João e Santo Anjo. Esses povoados integravam o conjunto conhecido como Trinta Povos das Missões, reduções jesuíticas da América meridional espalhadas pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai atuais. Na metade do século XVIII os Sete Povos estavam no centro da disputa territorial ibero-americana. O Tratado de Madri dispunha sobre a demarcação territorial desse espaço, que seria levada a cabo conjuntamente por portugueses e espanhóis. As expedições de demarcação deram origem a um conflito entre os demarcadores e os índios reduzidos, que se recusavam a deixar o território – o que é conhecido como Guerra Guaranítica, 1753-1756⁵. A partir do Tratado, os indígenas que não se retiraram do território missionário passaram a estar oficialmente sob jurisdição lusa. Nesse contexto abre-se em Rio Pardo, em 1758, um livro de batismo exclusivo para indígenas oriundos das missões. Até então, eles eram registrados em um livro comum a todos.

Aos jesuítas cabiam a conversão dos gentios e a manutenção dos fiéis indígenas na fé católica, lembrando da importância do catolicismo para a empresa colonizadora ibérica advinda com o Padroado português e espanhol. Existem alguns materiais que contemplam os sucessos e insucessos dessa empreitada, escritos em diferentes tempos e com diferentes intuídos; entre eles lembram-se aqui os diários dos padres António Ruiz de Montoya⁶ e Antonio Sepp⁷. Cabe ressaltar que os aborígenes americanos tinham um lugar na sociedade colonial, porém não um lugar definido por suas próprias concepções e sim pelas do "colonizador". É assim que se forma o que Bartolomé Clavero chama de "status de etnia", isso é, o enquadramento dos indígenas segundo as concepções sociais e jurídicas europeias trazidas para a América⁸.

Esse *status de etnia* compreende os indígenas como bárbaros, rústicos, miseráveis e menores. Bárbaros em contraponto à civilização europeia que encontra na América uma situação diferente; rústicos porque, apesar de capazes de se guiar em matérias privadas segundo seus costumes, aos indígenas é relegada uma posição marginal na sociedade; miseráveis, pois precisam de amparo social, assim como órfãos ou viúvas; e menores, por não possuírem razão plena e necessitarem de tutela. Todas essas classificações, ou status, já existiam na Europa moderna, sendo o índio americano uma articulação entre elas. Para Clavero, os indígenas estavam situados em uma posição efetivamente de direito, mas de direito distante, direito dos colonizadores, direito da colonização. Isso se dá em grande medida pela universalidade das concepções católicas, onde direitos fora da sua teologia não eram nem cogitados – estavam fora não só do campo de atuação, mas também de visão/concepção, lembrando, ainda, que a colonização submetia-se a um ordenamento de

⁵ GOLIN, Tau. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: UFRGS, 1998; ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os jesuítas dos 7 Povos**. Porto Alegre: Vozes, 1986.

⁶ RUIZ DE MONTOYA, Antônio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2ª. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

⁷ SEPP, Antônio. **Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos (1697)**. São Paulo: EDUSP, 1980.

⁸ CLAVERO, Bartolomé. **Derecho indígena y cultura constitucional en América**. Ciudad de Mexico, Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI, 1994, páginas 1-35.

bases teológicas mais do que jurídicas. Ainda assim, não é possível considerá-los excluídos desse processo, uma vez que a legislação e a concepção de sociedade reservavam para eles um lugar subalterno, mas importante, pois conforme o dito popular castelhano “*sin indios no hay Indias*”.

Há que se considerar, também, a orientação teórica do presente trabalho, a área de estudos chamada de *onomástica*. Podemos remontar a certa tradição nesse campo de estudos, enfatizando a historiografia francesa, que na década de 1980 retoma os estudos sobre nomes. Assim, há diversas publicações, sendo duas delas de grande importância: *Le prénom, Mode et Histoire*⁹ e a revista de antropologia *L'Homme*, que no ano de 1980 teve um número inteiramente dedicado ao tema¹⁰. A principal característica dessa nova fase de estudos onomásticos é a confluência entre história, sociologia e antropologia¹¹.

Recorreu-se a diversos estudos brasileiros dessa natureza, o que conferiu suporte bibliográfico para comparações entre o que foi encontrado na documentação desse trabalho e as práticas nominativas para outros locais da América lusa do século XVIII. Entre esses trabalhos estão os de Sérgio Nadalin, Ana Silvia Scott, Nathan Camilo e Rachel Marques¹².

Metodologicamente, na pesquisa se procedeu a um levantamento sistemático das informações contidas nos registros batismais, no período indicado, dando destaque ao nome recebido por cada batizando. Para fins comparativos foram levantados também nomes de pais e padrinhos, suas classificações sociais/jurídicas, locais de origem e a menção a títulos, cargos ou patentes. O primeiro livro da freguesia (livro para registro de batismos da população como um todo) contém 262 registros e o segundo livro (livro exclusivo para registros de indígenas oriundos das missões jesuíticas) 363, totalizando 625 registros.

Dada a especificidade do segundo livro, apontado desde seu termo de abertura como exclusivo para os índios das missões, o levantamento e a análise de um e outro livro serão apresentados de modo separado, como segue. Foram trabalhados os nomes mais escolhidos no ato do batismo como forma de apreender os nomes que se destacaram por sua frequência dentro do conjunto.

Como resultado da prática nominativa de Rio Pardo, a partir da documentação, temos o seguinte quadro:

⁹ DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. **Le Prénom, Mode et Histoire**: entretiens de Malher 2 - 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984 *apud* HAMEISTER, M. D. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

¹⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, página 84.

¹¹ *Idem*, página 83 e MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011, página 102.

¹² NADALIN, Sérgio. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004; SCOTT, Ana Sílvia; CAMILO, Nathan. Todos os Nomes: das práticas de nomeação lusobrasileiras. In: **V Jornada de Estudos Genealógicos: genealogia luso-brasileira**. Porto Alegre: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2011; CAMILO, Nathan. **“Feliz o homem que deixa um bom nome”**: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). São Leopoldo: UNISINOS, 2011; MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca**: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR, 2011.

Os cinco nomes mais escolhidos de Rio Pardo

José	Maria	José	Maria	Miguel	Maria
Antônio	Ana	Miguel	Teresa	Inácio	Ana
Manoel	Francisca	Antônio	Joana	Antônio	Inácia
João	Teresa	Cristovão	-	Francisco	Antônia
Joaquim	Joana	Francisco	-	João	Madalena
1º livro (1755-1761)		1º livro (indígenas)		2º livro (1758-1765)	

O quadro mostra que quando vistos de modo separado, os indígenas preferem nomes significativamente diferente da população como um todo. É notável a preferência pelos nomes Miguel e Inácio para o sexo masculino e a preponderância de Inácia e Madalena entre os nomes femininos é outro traço diferenciador. Essas diferenças ficam ainda mais evidentes quando comparamos esses resultados com os encontrados na bibliografia aludida acima. Com base nela, foi montada a tabela a seguir:

Levantamentos de outros estudos

Curitiba, século XVIII		Porto Alegre, 1772-1810		Rio Grande, 1750-1755	
Manoel	Maria	José	Maria	José	Maria
Francisco	Ana	Manoel	Ana	Manoel	Ana
José	Francisca	Antônio	Joaquina	Antônio	Rosa
Antônio	Izabel	João	Francisca	João	Antônia
João	Gertrudes	Francisco	Rita	Francisco	Francisca
Nadalin (2004)		Scott & Camilo (2011)		Marques (2011)	

É perceptível que os nomes elencados no primeiro livro de batismo, para a população da freguesia como um todo, estão muito próximos dos encontrados nesses outros estudos. Os cinco nomes desse livro são idênticos aos resultados encontrados na bibliografia, variando apenas a "posição" de alguns nomes em um rol ou outro. Porém, ao recortar a população indígena do primeiro livro, vemos novamente a recorrência do nome Miguel. Inclusive, todos os Miguéis registrados em Rio Pardo entre 1755 e 1765 são indígenas, seja no primeiro ou no segundo livro.

No caso dos nomes femininos os resultados não são exatamente os mesmos, nem entre a bibliografia, nem em comparação com esse estudo. As listas apresentam pequenas diferenças entre si, ora pelas posições em que cada nome se encontra, ora pelo aparecimento de um nome em uma lista que não se encontra nas demais, mas mesmo assim não classificamos essas diferenças como práticas nominativas diferenciadas entre as freguesias, pois os nomes que variam nas listas da bibliografia são relativamente comuns na América portuguesa. O mesmo, porém, não pode ser dito sobre os nomes femininos do segundo livro de Rio Pardo, em especial o nome Madalena, já que o trato com registros paroquiais de diferentes freguesias mostra que é um nome pouco frequente.

Destaca-se por fim a agência desses indígenas missioneiros em duas ações antagônicas e complementares: uma é a manutenção de práticas e rituais cristãos, o que é tradicionalmente visto como uma forma de inserção dessas pessoas ao meio social

predominantemente cristão que as cercam, mesmo após a tutela jesuítica ser desarticulada à margem esquerda do Rio Uruguai; outra é ainda a manutenção de elementos diferenciadores, apontados aqui como a escolha de nomes preferidos no ato do batismo.

Inserção social e manutenção de uma identificação étnica são, assim, duas faces de uma mesma moeda que advoga pela ação efetiva desses sujeitos na complexa trama social da América portuguesa setecentista, a despeito de toda e qualquer passividade que a literatura já possa ter relegado às populações autóctones no período colonial brasileiro.

O PODER DA PALAVRA: A HABILIDADE RETÓRICA DE SIMÃO PEREIRA DE SÁ NA CRÔNICA *HISTORIA TOPOGRAFICA E BELICA DA NOVA COLONIA DO SACRAMENTO* E A SUA INFLUÊNCIA NA MANUTENÇÃO DESSA PRAÇA E NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Aluna: Tamyres Gonçalves Palma Zimmer

Orientadora: Prof^a Dr^a. Martha Daisson Hameister

Palavras-chave: Colônia do Sacramento, História do Brasil Colônia, Retórica

O presente trabalho analisará o discurso construído por Simão Pereira de Sá em sua obra *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, escrita por encomenda de Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e da Repartição Sul. Embora a datação da obra seja incerta, Capistrano de Abreu delimita um recorte temporal na qual a confecção da obra possivelmente se encontra, sendo “depois de setembro de 1737 [...] e anterior a 1750”¹. Mesmo que a escrita da obra provavelmente se encontre no segundo quartel do século XVIII, Simão Pereira de Sá incorpora diversos relatos anteriores ao período em que redigiu seu texto, voltando-se às primeiras tentativas de povoação da Colônia do Sacramento em 1680 e entre 1681-1715.

Como o intuito na elaboração desta obra era o de convencimento da Coroa portuguesa em lutar pela posse da Colônia do Sacramento, a escrita da crônica consequentemente deveria agradar ao Gomes Freire de Andrade, que era um defensor ferrenho da manutenção da Colônia. A partir da necessidade de convencer a Coroa Portuguesa do valor da Colônia, vemos a exaltação constante da Colônia por parte do Pereira de Sá, onde o autor chega a comparar a Colônia do Sacramento a “outra Cartago, fatigando a todos com os rebates continuos, sem que das mãos depuzessem as armas”².

Buscarei neste trabalho analisar de maneira crítica a escrita do cronista, que devido aos interesses por trás da escrita e encomenda da crônica por parte de Gomes Freire de Andrade, desenvolveu um conteúdo muito apaixonado, e que por vezes tem como função exaltar as qualidades portuguesas em detrimento dos castelhanos, sempre descritos como inferiores aos portugueses em qualidades, e por vezes até no comportamento cristão. A argumentação de Simão Pereira de Sá, quando tende a demonstrar como os portugueses eram melhores que os castelhanos inclusive no comportamento cristão, dá margem à interpretação de que ele busca, através do “bom comportamento português” justificar que o avanço territorial deles é mais benéfico que o avanço castelhano, pois uma das missões dos ibéricos - tanto português quanto espanhóis - na América era promover o avanço do catolicismo entre os indígenas. Pereira de Sá tenta demonstrar que devido a essa missão e ao comportamento cristão superior dos portugueses, era melhor que os espanhóis saíssem destas terras para bons cristãos - os portugueses - as povoarem.

Para tanto, farei uso da obra *Tratado da argumentação: A Nova Retórica* de Chain Perelman e Lucie Olbrecht-Tyteca³, com o qual realizarei uma análise retórica da obra de Pereira de Sá. Através dela buscarei definir o auditório do autor, ou seja, para quem ele

¹ ABREU, Capistrano. apud MARQUES, Viviane Sueli. Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, código 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, USP, 2008, 216. p. P. 17

² SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777. Porto Alegre: Arcano 17, 1993. p. 15

³ PERELMAN, Chain, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*; tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005. - (Justiça e direito)

escreve e os recursos utilizados para consolidar sua argumentação, tais como a repetição, a demonstração, a adjetivação, analogias, etc. A definição do “auditório” sugerido por Perelman e Olbrecht-Tyteca é fundamental para compreendermos em que contexto e projeto político-administrativo se insere a escrita da crônica por Pereira de Sá. Por auditório podemos compreender para quem os argumentos de convencimento são lançados e depois esboçar uma delimitação - caso haja - dos apoiadores e dos oponentes da ideia chave de defesa e manutenção da praça da Colônia do Sacramento, o que pode ser determinante na construção do texto do autor. Tem-se aqui, portanto, um princípio teórico e metodológico que norteará a investigação.

A obra de Simão Pereira de Sá é dividida em três livros, sendo que cada um deles relata um período do povoamento português da Colônia do Sacramento. O primeiro livro narra o breve período de povoamento em 1680, data de sua fundação pelos portugueses a mando de D. Pedro II. A necessidade de um porto de comércio e de expansão territorial levou os portugueses a fundarem a Colônia na margem esquerda do Rio da Prata, praticamente em frente a Buenos Aires, para servir como acesso aos mercados de Buenos Aires, Paraguai e Alto Peru - mercados estes negligenciados pela Coroa Hispânica⁴ - além de facilitar o acesso à prata do Alto Peru, essencial para a economia das colônias e das metrópoles no período.

O avanço para o extremo sul da colônia portuguesa servia tanto aos interesses da Coroa Portuguesa quanto de particulares, principalmente da elite fluminense. Este avanço era “estimulado pela Coroa e levado à cabo com a ação, apoio e interesses de particulares e autoridades locais”⁵. Para a Coroa portuguesa, Sacramento tinha “a finalidade de restabelecer no comércio Atlântico Português a carreira Rio da Prata – Rio de Janeiro – Luanda, onde a primeira era fonte de metais, nomeadamente a prata, tão necessária à economia do centro da Colônia”⁶, carreira esta que foi muito utilizada durante o período da União Ibérica para otimizar e expandir o tráfico negreiro.

O segundo período narrado por Sá vai de 1681 a 1705, encerrado com um cerco castelhano à Sacramento que durou mais de um ano, e que foi findado segundo Simão Pereira quando o resgate português chegou e assim foram socorridos os portugueses isolados dentro das muralhas. O último período narrado por Sá vai do ano de 1716 a 1737.

O último relato de Simão é bem mais longo e completo, o que dá margens para acreditarmos que pelo menos este relato possa ter sido feito a partir de uma vivência *in loco*, diferente dos dois primeiros que são mais curtos, e provavelmente baseados em relatos colhidos à época. Em seu *Livro III*, Simão Pereira de Sá privilegia principalmente a narrativa dos dois últimos anos da ocupação, período em que a Colônia do Sacramento esteve isolada devido ao cerco imposto pelos castelhanos aos portugueses.

No primeiro capítulo da monografia apresento uma introdução sobre o autor e à obra por mim analisadas ao longo de toda essa investigação, buscando contextualizar os mesmos para facilitar a compreensão das técnicas de escrita e motivações do autor por trás da obra. Trato também sobre o acesso português à região do Rio da Prata e os eventos que levaram Portugal a se interessar pela região do Rio da Prata a partir da União Ibérica entre Portugal e Castela, e como depois do rompimento da mesma, tanto a Coroa portuguesa quanto os luso-brasílicos mantêm um grande interesse voltado para a região do Prata, tanto por ser um ótimo porto natural como porta de acesso à prata hispânica e como esta

⁴ PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS 2002. p.18

⁵ PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS 2002. p. 21

⁶ Idem, *Ibidem* p. 39.

expansão aos sul foi efetivada pela ação - principalmente - da elite fluminense, maior interessada em manter o lucrativo comércio que havia encontrado na região do Rio da Prata.

Apresento ainda uma breve discussão conceitual em que se busca determinar qual nomenclatura deveria ser empregada no trato à Colônia, pois a mesma foi uma empresa lusa sem precedentes, única em sua execução e funções. Como Sacramento aparece nos documentos da época referida como *praça*, *vila* ou *cidade*, Fabrício Prado apresenta em seu estudo as diferentes características administrativas que cada um destes núcleos urbanos possuía, afim de posicionar Sacramento em seu devido lugar, e ao final de sua exposição argumentativa, chega à conclusão que de fato Sacramento foi tão única que qualquer denominação possível de empresa lusa a ser empregada não englobaria a complexidade da Colônia do Sacramento.

Por fim, apresento um panorama geral sobre o início efetivo da colonização lusa à Colônia do Sacramento e como esta se desenvolveu ao longo dos anos e das tomadas castelhanas e retomadas portuguesas.

No segundo capítulo da monografia selecionei, a partir de critérios por mim explanados ao início do mesmo capítulo, trabalhos de diversas tipologias para analisar a maneira como a Colônia do Sacramento é tratada - ou não - na historiografia nacional. Há obras da historiografia nacionalista e tradicionalista de autores membros do IHGB⁷ e do IHGRGS⁸, trabalhos acadêmicos, livros paradidáticos e livros didáticos de ensino fundamental e médio.

A partir de minha seleção⁹, busquei perceber como a Colônia do Sacramento é tratada por cada ramo da produção historiográfica. Em *Fronteira*, de Moysés Vellinho e em *A Historiografia Rio-grandense* de Ieda Gutfreind vemos um “ranço” por este território que foi perdido aos castelhanos fazer parte da nossa história. Em *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800* de Capistrano de Abreu, vemos o total desprezo pelo território e pelos homens que lá estiveram. Segundo o autor, o tal “ninho, antes de contrabandistas que de soldados”¹⁰ foi um local infrutífero aos interesses portugueses e mal administrado, pois segundo o autor afirma nas palavras de algum cronista da época, para se povoar uma região, é necessário casais, o que segundo Capistrano, não houve em Sacramento. Antes, ali deu espaço ao surgimento do gaúcho, do gaudério a “prole sinistra”¹¹ que atormentava a margem esquerda do Rio da Prata. Em outras obras vemos que o território é claramente desmerecido por ter se tornado território castelhano, mas os homens que lá trabalharam e lutaram são vistos como verdadeiros heróis, que tentaram expandir o território luso, e conseguiram, pois conquistaram o território do *continente de São Pedro*, tomando inclusive o território das Sete Povos das Missões para o rei português, como nos escritos de Walter Spalding por mim selecionados¹².

⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

⁹ Vellinho, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975; GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. 2ª ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998; ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998; SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953; SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969 (3 volumes); SILVA, Riograndinho Costa e. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1968; Domingues, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

¹⁰ ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 186.

¹¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 186.

¹² *Gênese do Brasil-Sul* (1953) e *Construtores do Rio Grande* (1969)

Por fim, analiso obras¹³ que fizeram uso da crônica de Simão Pereira de Sá como detentora da verdade, de maneira acrítica, confiando nas palavras daquele erudito sem se perguntar quais seriam os interesses por trás de sua retórica. Entre eles estão o livro “*Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*” de Fabrício Prado, a tese de mestrado de Martha Daisson Hameister intitulada “*O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*”, e um artigo da mesma autora de título “*No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio*” e a tese de mestrado de Viviane Sueli Marques intitulada “*Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*”.

No capítulo final da monografia trabalho a análise da crônica propriamente dita, no campo do discurso e da retórica construída por Simão Pereira de Sá. A obra, que fora encomendada por Gomes Freire de Andrade, tinha em sua escrita um claro tom de convencimento à luta pela posse da Colônia do Sacramento por parte dos portugueses. A exaltação da qualidades - mais do que somente do povo que ali vivia - mas também da praça em si, demonstra a intenção de Pereira de Sá em provar o valor daquela terra e a importância de mantê-la sobre domínio luso, mesmo sendo onerosa financeiramente a constante luta contra os castelhanos pela posse da praça.

Embora eu não tenha conhecimento de documentos que possam provar minhas conclusões, acredito que a obra de Simão Pereira de Sá teve certo impacto no convencimento no seu auditório pretendido - como o Conselho Ultramarino e os conselheiros do Rei - do valor da Colônia do Sacramento, pois Portugal manteve seu interesse na mesma até 1777, quando abriu mão de maneira definitiva da mesma aos castelhanos no Tratado de Santo Ildefonso, para recuperar o vasto território perdido aos espanhóis entre 1763 e 1777.

A habilidade retórica de Simão Pereira de Sá é de tal maneira expressiva e competente que mesmo hoje vemos autores sendo seduzidos pelas palavras de convencimento desse. Na historiografia contemporânea vemos a retomada do valor da Colônia do Sacramento através das palavras de Simão Pereira de Sá, onde se rompe com o modelo nacionalista-tradicionalista que desprezava a Colônia e passa a compreender Sacramento e sua importância dentro do contexto do Império Português no século XVIII.

¹³ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS, 2002; HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*; HAMEISTER, Martha Daisson. *No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio*. *Revista de História Regional*. Vol. 15, 2010; MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, USP, 2008; POSSAMAI, Paulo César. *De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777*. *Topoi*. Vol. 11 n. 21 jul-dez, 2010, p. 23-36

TENTATIVAS DE REESCRAVIZAÇÃO E O EMBATE PELA LIBERDADE: SENHORES E ESCRAVOS EM CURITIBA (1870-1888)

Ruanita Constantina da Silva

Orientadora: Prof^a Dr^a Joseli Mendonça

Palavras-chave: escravidão, reescravização, liberdade.

O interesse no tema desta monografia e a maneira de problematizá-lo surgiram a partir de minha participação no Projeto de Extensão intitulado: *Escravidão e formação do Estado Brasileiro nas fontes judiciais do Paraná (1822-1888): descrição de documentos e ampliação de instrumento de pesquisa*, coordenado pela professora Joseli Mendonça, realizado em parceria com o Arquivo Público do Paraná. Nesse projeto tive contato com fontes judiciais das décadas de 1870-1880, que informam sobre o embate pela alforria travado entre senhores e escravos em fins do século XIX em Curitiba.

A luta pela alforria nos Tribunais passou a acontecer de maneira muito expressiva no século XIX. Antes mesmo da lei de 1871 já havia escravos que recorriam à Justiça, por meio de curadores, para tentar a alforria baseados nas vontades expressas por seus senhores em testamentos, que muitas vezes eram contestados e até mesmo suprimidos por herdeiros gananciosos.¹ No entanto, desde a promulgação da lei de 1871², conhecida como a “*ventre livre*” os escravos tinham mais recursos para conseguir a liberdade por meio dos Tribunais. A lei, além de alterar a condição dos filhos de escravas que passaram a ser considerados livres, continha artigos que tratavam do direito do cativo de acumular pecúlio para a compra de sua carta de alforria e obrigava os senhores a concedê-las mediante a apresentação do valor determinado em ação de arbitramento.

Para compreendermos o embate travado nos tribunais entre cativos e senhores, é necessário entender como a escravidão se constitui e se desagrega ao longo do século XIX, e como isso ocorre na Província paranaense, mais especificamente em Curitiba. Portanto o trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro intitulado: “*Influência internacional e pressão interna: a instituição que caminha para o declínio*” trata do declínio da escravidão no Império brasileiro ao longo do século XIX, processo para o qual foi importante a promulgação de várias leis que trataram sobre o assunto. O segundo intitulado: “*O trabalho escravo na Comarca de Curitiba*”, aborda as características da escravidão em Curitiba, com suas diferenciações em relação às grandes áreas de *plantation* do país. O terceiro, sob o título de “*Liberdade Precária: escravização ilegal e tentativas de reescravização*” busca analisar nas fontes o reflexo da desagregação da escravidão, como pessoas ilegalmente escravizadas recorriam à lei para preservar o direito à liberdade, e como pessoas já libertas ou mesmo livres tinham que comprovar sua condição devido à tentativa de reescravização e ao estigma social que sofriam.

O século XIX muitas vezes visto como o século da emancipação foi na verdade aquele em que mais se explorou a mão de obra cativa, e em que mais se obteve riquezas a partir desse trabalho. Fatores comumente indicados para demonstrar o progresso do Brasil no século XIX, foram forjados nas regiões escravistas mais dinâmicas do país.³ Assim como em outras regiões da América, como Cuba e o sul dos Estados Unidos, o Brasil tinha

¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 115.

² Fonte: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1871*, Tomo XXXI, Parte I (Rio de Janeiro, 1871, pp. 147-151).

³ DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*; Trad. Antonio Penalves Rocha. - São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 502.

sua força econômica numa produção agrícola que estava fortemente arraigada ao trabalho cativo. Isso acabou por refletir-se nas relações entre estes espaços ao longo do século XIX, tanto no caráter de produção agrícola, quanto na intenção de manutenção da escravidão como instituição perene.

Essa exploração foi caracterizada por Rafael Marquese e Tâmis Parron como uma “Internacional Escravista”.⁴ Segundo os autores, durante o século XIX, nessas três regiões procurou-se garantir a mão de obra necessária para as atividades de *plantation*, realizando o que os autores denominam “Segunda Escravidão”. O termo foi originalmente elaborado por Dale Tomich⁵ que segundo Marquese, concebeu este conceito a partir do campo teórico e metodológico aberto pela perspectiva do sistema-mundo, trazendo para o primeiro plano de análise as forças estruturais do capitalismo global que moldaram a escravidão negra oitocentista nas Américas.⁶

A “Segunda Escravidão” agrega a experiência histórica desses três territórios em sua relação de produção de *plantation* e exploração de trabalho coercitivo, uma vez que “as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos das Américas a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial”.⁷ Estados Unidos e Cuba ao longo do XIX, bem como o Brasil, sofreram pressão britânica para que abolissem o tráfico, mas postergaram a resolução até o limite do possível. Os Estados Unidos, devido à crescente força econômica nesse contexto, puderam fazer frente à pressão britânica e até mesmo pretenderam anexar Cuba para juntar forças no interesse em comum que tinham na continuidade do tráfico humano.

No Brasil, a pressão britânica vinha ocorrendo pelo menos desde 1826, quando da assinatura de um acordo que visava o reconhecimento diplomático da Independência do Império brasileiro, e continha entre as disposições a condição de abolir o tráfico três anos após a ratificação do contrato. No entanto, a lei de proibição do tráfico aprovada em 1831 não foi cumprida pela maior parte dos senhores escravocratas. Sidney Chalhoub considerou que cerca de mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX.⁸ Ou seja, ainda que houvesse oficialmente uma lei que proibia o desembarque de africanos escravizados em território brasileiro, os senhores não se intimidaram em continuar com a prática e inclusive aumentá-la na década de 1840, evidenciando desta forma que é equivocada a ideia de que ao longo do século XIX a instituição escrava sofreu um declínio progressivo no Brasil, sendo necessário levar em conta outros fatores para compreender o processo de sua desagregação.

Portanto é interessante analisar o contexto de criação e aplicação de leis como a de proibição do tráfico de 1831, de repressão do tráfico em 1850, a chamada “lei do Ventre Livre” de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885. Todas essas leis foram discutidas e aprovadas num contexto de muita resistência senhorial em se desfazer do braço cativo, e

⁴ MARQUESE, Rafael Bivar & PARRON, Tâmis Peixoto. “Internacional Escravista”: a política da Segunda Escravidão. *Revista Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011 p. 97-117.

⁵ TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. Trabalho, Capital e Economia Mundial. (1ª ed. de 1967; trad.port). São Paulo: Edusp, 2011.

⁶ MARQUESE, Rafael. “Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeteira do Império do Brasil”. *Revista on-line Almanack*, n.5, maio, 2013, p.52.

⁷ MARQUESE, & PARRON, op. cit., p.99.

⁸ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. - 1ªed. – São Paulo: Companhia das letras, 2012, p.36.

contribuíram decididamente para o fim da escravidão no Brasil. Essas leis refletiam-se nas províncias de diferentes formas.

As atividades econômicas da região que posteriormente constituiria a província do Paraná, até o século XIX estiveram ligadas, sobretudo à São Paulo e ao Rio de Janeiro, que constituíam os centros exportadores.⁹ Ainda que na região não se produzissem gêneros de exportação – como o café e a cana – cultivados nas grandes *plantations*, a região disponibilizava os animais necessários para tais produções, bem como alimentos que não eram produzidos nas grandes propriedades, devido ao interesse nos produtos de exportação. A maneira como a escravidão se desenvolveu na região é fruto da forma distinta se comparada à região centro-sul. Como ressaltou Ianni, o escravismo foi instituído de maneira diferente nas diversas localidades brasileiras, e “em determinados casos, quando a economia não possibilita um amplo desenvolvimento da escravatura, como ocorre em Curitiba, verifica-se a despeito disso, uma acentuada elaboração do regime escravista”.¹⁰

Para a década de 1870, o estudo do historiador Eduardo Spiller Pena apresenta uma caracterização da escravidão curitibana, ressaltando que havia uma pequena participação de senhores escravistas no conjunto da população livre, no entanto os cativos estavam distribuídos por diversos senhores. Essa estrutura de posse foi predominante ao longo de todo o século XIX, e foi responsável, segundo o autor, pela coesão e sobrevivência de uma classe senhorial homogênea. Nessa década, 29,7% dos domicílios tinham escravos; na seguinte, o percentual decresceu para 15,5%. Essa distribuição por domicílios demonstra que a posse de escravos era privilégio de poucos, mas para o autor é “inegável que ainda houvesse uma influência de peso dessa participação dos proprietários com escravos na sobrevivência e perpetuação do regime”.¹¹

Nas duas últimas décadas da escravidão no Brasil, a desagregação da instituição foi uma realidade em todas as regiões do Império, mas os números apresentados por Pena procuram ressaltar que embora a escravidão estivesse pouco a pouco ruindo também em Curitiba, os poucos senhores que possuíam escravos estavam garantido a manutenção de um regime que persistia, mesmo condenado a seu fim depois da lei de 1871. Diferentemente do que ocorria nas regiões de *plantation*, como São Paulo, onde grandes quantidades de escravos encontravam-se sob a posse de poucos senhores, a dispersão da posse escravista curitibana de certa forma, fazia com que a instituição fosse mais aceita naquela sociedade. Quanto mais senhores possuindo escravos, mais difícil seria desfazer a instituição.

Ao lado do trabalho das famílias dos proprietários e de homens livres, o trabalhador escravo ajudou a constituir a formação das grandes fazendas que se dedicavam criação de animais e à invernagem dos que eram trazidos do Rio Grande do Sul. Analisando inventários de meados do século XIX de uma família dona da fazenda Santa Cruz nos Campos Gerais, Miriam Hartung apresentou uma dinâmica de vida dessas relações que resultou numa ascendência gradual dos escravos daquela propriedade, através da herança de terras e do compadrio. A autora observou o estabelecimento de laços parentais entre os escravos, que, mesmo em cativeiro, constituíam famílias, e que também estreitavam suas

⁹ HARTUNG, Miriam. “Muito além do céu”: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. *Revista Topoi*, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005 pp. 143-191, p. 144.

¹⁰ IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. – 1ªed. – São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1962, p.9.

¹¹ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.41.

relações com seus proprietários, alguns deles recebendo extensas faixas de terra além da própria liberdade em testamento. Hartung chama a atenção para o fato de que na relação entre senhores e escravos podiam estar envolvidos sentimentos de confiança e fidelidade que, se por um lado garantiam a manutenção do sistema, demonstram também que os escravos eram sujeitos ativos dessa relação, medindo os prós e os contras das diferentes situações em que estavam envolvidos. As relações entre os proprietários e os cativos da fazenda Santa Cruz, envolvendo doações de terras e liberdade, demonstram, nas palavras da autora, “que um plantel de escravos não era de modo algum um todo amorfo definido por sua condição servil, mas um conjunto de diferenças e permanências”.¹²

Spiller Pena também apontou que os cativos não eram sujeitos passivos diante da sujeição do cativo, sabendo medir e escolher os momentos oportunos de se antagonizarem, ou adequarem à realidade imposta pela escravização.¹³ Em um contexto de indeterminação como era o fim do século XIX em relação ao trabalho cativo, o jogo de astúcia escrava e senhorial nos permitiu uma interessante abordagem, através das fontes, de como estava acontecendo o embate judicial em Curitiba na época, além de investigar como a vulnerabilidade da liberdade foi uma realidade, diante da desagregação da instituição escrava.

Os historiadores Sidney Chalhoub¹⁴ e Keila Grinberg¹⁵ são dois autores que auxiliaram na análise, pois chamam atenção para o fato de que, embora a historiografia brasileira já tenha explorado largamente a escravidão e ascensão dos escravos à liberdade ao longo do século XIX, não se ocuparam em problematizar a qualidade dessa liberdade. Segundo os autores, negros e pardos libertos ou livres estiveram na mira da sociedade escravocrata na qual estavam inseridos, tendo sua liberdade ameaçada, e muitas vezes sendo tolhidos desse direito. A precariedade e vulnerabilidade da liberdade dessas pessoas puderam ser apreendidas nos processos judiciais analisados.

Dentre as fontes analisadas, há duas ações de manutenção de liberdade, em que os suplicantes do processo recorreram ao Tribunal, pois estavam com o gozo de sua liberdade ameaçada. Uma das requerentes foi a liberta Francisca Romana Cunha, menor, moradora de Curitiba, que através de seu curador entrou com o pedido de manutenção de sua liberdade¹⁶ no ano de 1887, pelo fato de ter chegado a seu conhecimento que seu ex-senhor a havia matriculado na Alfândega de Paranaguá como se ela ainda fosse sua escrava. Para atestar sua condição de livre, Francisca apresentou a carta de liberdade e um diploma comprovando que havia frequentado a escola, tendo sido inclusive matriculada na mesma pelo seu ex-senhor. Na outra ação de manutenção de liberdade¹⁷ analisada, Marcolino Dias Moreira, pessoa livre que nunca tinha estado em cativo, teve que buscar a manutenção de sua liberdade no tribunal no ano de 1873, pois havia chegado carta precatória à cidade de Curitiba afirmando ter ele semelhanças com um escravo fugido de Guarapuava. Marcolino teve que apresentar testemunhas que afirmaram lhe conhecer havia muito tempo, garantindo sua condição de livre.

Entre as fontes há também processos de ação de liberdade, impetrados por pessoas que mesmo sendo livres desde o nascimento, foram escravizadas ilegalmente por seus

¹² HARTUNG, op. cit., p. 152.

¹³ PENA, op. cit., p.14.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*, op. cit..

¹⁵ GRINGERG, Keila. “*Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*”, in: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N., orgs. *Direitos e justiça no Brasil. Ensaio de história social*. Campinas, Editora da UNICAMP.

¹⁶ Ação de manutenção de liberdade, 1887. Departamento Estadual Arquivo do Paraná (DEAP). 8334.321.

¹⁷ Ação de manutenção de liberdade, 1883. DEAP. 7125.273.

pretensos senhores. É o caso do menino Eleuthério, que em 1887 comprovou ser livre, pois embora tivesse sido matriculado como se fosse um tio mais velho, havia nascido em 1874, depois da Lei do Vinte Livre de 1871. Eleuthério, quando entrou com a ação de liberdade,¹⁸ tinha apenas 13 anos de idade, não aparentando de forma alguma a idade declarada na matrícula, que na realidade era de seu tio, fato suficiente para comprovar sua condição de livre. Tanto mais pelo fato de seu pretense senhor não ter sequer recebido a intimação para comparecer ao tribunal, uma vez que seria facilmente desmascarado. Caso também de Domingas, que embora nascida de ventre livre, uma vez que sua mãe tinha ganhado a liberdade em testamento anos antes de seu nascimento, foi escravizada e vendida, e entrou com ação de liberdade¹⁹ em 1886 para provar que era livre por direito.

A análise das fontes permitiu elucidar como o processo de desagregação da instituição escrava se refletiu nas atitudes dos senhores escravocratas, que tentaram manter a propriedade escrava, ainda que de maneira ilegal. E como negros e pardos pobres, libertos ou livres, tiveram que recorrer aos tribunais para comprovar sua liberdade, frente a uma sociedade que os estigmatizava, suspeitava de sua condição, tornando sua liberdade precária e vulnerável.

¹⁸ – Ação de liberdade, 1887. DEAP. 8290.319..

¹⁹ – Ação de liberdade, 1886. DEAP. 8275.318.:

O PROJETO DANTAS E O PARECER DE RUY BARBOSA SOBRE A LEI DOS SEXAGENÁRIOS

Aluno: Antonio Carlos Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. M. Lima

Palavras-chave: Lei dos sexagenários – Juspositivismo e projeto civilizador – Juspositivismo e escravidão

O Projeto Dantas e o Parecer de Ruy Barbosa sobre a lei dos sexagenários se concentra na compreensão, interpretação e contextualização do Parecer n. 48-A, de lavra do deputado Ruy Barbosa, apresentado na sessão de 04 de agosto de 1884, em nome das Comissões reunidas de Orçamento e Justiça Civil da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto da emancipação dos escravos de 60 anos de idade, encaminhado à deliberação do Parlamento, no Gabinete Liberal de Sousa Dantas, presidente do Conselho de Ministros.

O método de trabalho busca cruzamentos da história política com a história do direito, considerando o exame do Projeto de alteração legislativa sobre a liberdade de escravos sexagenários, assunto delicado, nos aspectos social e econômico, e espinhoso, juridicamente, bem como o fato de Ruy Barbosa, jurista, se incumbir do Parecer sobre a proposta de lei. Assim, as informações de contexto, derivadas da história do direito, vão auxiliar na compreensão do Parecer, ao passo que a análise da abolição, no Brasil, requer a combinação das abordagens histórica, jurídica, econômica, social e política.

O exame do Parecer n. 48-A, de Ruy Barbosa, solicita reflexão multidisciplinar para compreender o modo como o abolicionista enxergava a sociedade brasileira, inclusive o grande debate entre a propriedade e a liberdade no epicentro do problema da escravidão. A compreensão dessa perspectiva, naquela quadra histórica, revela o vínculo com a historiografia e também se amolda ao debate historiográfico sobre a questão escravagista.

A leitura do Parecer de Ruy Barbosa considera a aproximação do positivismo jurídico ao projeto civilizador imperial, isso porque no curso do século XIX é que se verifica a “passagem da concepção jusnaturalista à positivista¹”, e, então, “o positivismo jurídico é aquela doutrina segundo a qual não existe outro direito se não o positivo²”, qual seja o direito legislado, “o direito posto pelo estado³”.

Importa situar que a partir, já, de 1850, com a novel legislação de terras⁴ e a lei Eusebio de Queiroz⁵ — que reitera a proibição do tráfico de escravos —, arma-se um ambiente que associa vários sinais de crise, à escravidão, quer a substituir a mão-de-obra servil, seja a propósito da ocupação territorial, contando, a seguir, o impulso imigratório, considerando a Lei do Ventre Livre⁶, a qual se insere no contexto da luta abolicionista que perpassa todo o século XIX, no Brasil.

Ruy Barbosa, inclusive, participou da escrita do Projeto Dantas, apresentado, na Assembléia, pelo deputado Rodolfo Dantas, filho do chefe de Gabinete, Manuel Sousa Dantas. O Projeto também prevê cláusula a exigir “que os proprietários declarassem a procedência de todos os seus escravos⁷”, uma estratégia *ruyana*, portanto, para dar eficácia à Lei Feijó de 1831, cuja proibia o tráfico, mas que nunca se verificou vigente e eficaz, em sua plenitude, de modo que em não havendo a comprovação da procedência de dado

¹ BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006, p. 26.

² Id., ibidem.

³ Id., p. 46.

⁴ Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

⁵ Lei n. 581, de 04 de setembro de 1850.

⁶ Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871.

⁷ GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 42.

escravo haveria, *ipso facto*, a sua libertação, haja vista a presunção da ilegalidade de seu ingresso, no Brasil, a ilegalidade pela transgressão à legislação de 1831⁸.

Na Câmara, assim, o jovem deputado Ruy Barbosa assume a defesa do Projeto com imenso denodo. Não obstante apresentado no governo Liberal de Manuel Dantas, o Projeto não conta com o apoio, total, dos deputados liberais, cujos dissidentes, unidos aos conservadores, derrotam o Projeto Dantas⁹.

Diante desse percalço, qual seja a derrubada da “principal bandeira de seu governo e da cisão do seu partido¹⁰”, Manuel Dantas obtém do Imperador a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições, as quais se realizam em dezembro de 1884¹¹.

Relevante sublinhar as dificuldades políticas, enfrentadas por Ruy Barbosa em consequência de seu intenso envolvimento com o Projeto Dantas, sobretudo o Parecer n. 48-A, ademais de sua luta pela abolição da escravatura, sofrendo, assim, longo isolamento político, então, sendo derrotado em todas as eleições, subseqüentes, à Câmara, no Império, em dezembro-1884, janeiro de 1886, junho de 1888 e agosto de 1889¹².

O Parecer n. 48-A também se examina sob o prisma do projeto civilizador, no Império. Vai daí que a leitura revela a oportunidade, peculiar, para analisar as idéias e escolhas de Ruy, nessa quadra histórica. Sim, o fato mesmo de Ruy Barbosa dissertar com proficiência sobre esse panorama, o abolicionismo, sobretudo, e o de explicitar muitos de seus pressupostos intelectuais e políticos, na redação do Parecer, é que torna o texto oportuno, precioso, em suma, portanto uma chance à compreensão sobre como o reformismo imperial enxerga a sociedade e as instituições.

A compreensão do modo de pensar dos abolicionistas ainda se ressentido do exame no âmbito historiográfico. O Parecer de Ruy Barbosa se revela fonte histórica plural — enfoques jurídico, social e econômico — e também se conduz no aspecto político, dado que a estrutura do documento se concentra à Câmara dos Deputados, no Império.

A reflexão da situação jurídica que se altera, a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre¹³, sobretudo diante do pressuposto da liberdade como diretiva dessa legislação, se constitui tema multidisciplinar, como, *p. ex.*, a abordagem histórica e a jurídica. Não se pode olvidar essa contextura diante do Parecer de Ruy Barbosa, inclusive sua relação com alguns dos movimentos intelectuais do período, o abolicionismo, a concepção de propriedade, liberdade e projeto civilizador, no Império.

Ruy Barbosa sustenta que “A negação do direito de propriedade ao senhor em relação aos escravos transluz diaphanamente por entre o texto da lei de 28 de setembro¹⁴”, para, adiante, destacar que a Comissão especial da Câmara dos Deputados, ao examinar o projeto de lei da liberdade as nascituros, “negava no domínio do senhor ate o nome de propriedade¹⁵”, sendo que, nesse sentido, o enunciado da Comissão parlamentar, consoante o qual “O que a nossa Constituição assegura em toda a sua plenitude, é o direito de propriedade, mas da real, da verdadeira, da natural; é o que recae sobre coisas; pois *não é propriedade o que recae sobre pessoas*¹⁶”, porque “Instituição puramente de direito civil,

⁸ GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 42.

⁹ Id., *ibidem*.

¹⁰ Id., *Ibidem*.

¹¹ Id., *Ibidem*.

¹² Id., p. 47.

¹³ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 317.

¹⁴ In: *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888* / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 702.

¹⁵ Id., p. 703.

¹⁶ Id., *ibidem*.

manifestamente viciosa, privilegio que tem uma raça de *conservar outra no captiveiro, não se chama propriedade*¹⁷”.

Noutro ponto, a abertura de espaço ao entendimento do Conselho de Estado, o qual se “constitui sem dúvida organização estratégica para se estudar o pensamento da elite política do Império¹⁸”. Assim, o Conselho também produ projetos de lei, “como os da Lei de Terras de 1850 e da Lei do Ventre Livre de 1871¹⁹”, certo que a esta época, “Na discussão do Ventre Livre, São Vicente, o autor dos projetos, e Nabuco de Araújo, um de seus principais defensores, insistiram muito no aspecto ‘não-civilizado’ da escravidão²⁰”.

Os conselheiros, em sua “totalidade”, compreendem que “o Brasil pertencia à esfera de civilização cristã europeia e de que todo esforço deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização²¹”, daí é que se pode inferir que o *projeto civilizador* do País é obra de consenso do Conselho de Estado e do Império, enfim.

A abolição da escravidão, portanto, é componente visível desse projeto civilizador do Brasil, conforme o qual o país civilizado terá, pois, um “governo constitucional e estável, administração bem organizada e eficiente; certo grau de liberdade e de igualdade; certos padrões de comportamento internacional; uma população relativamente educada e morigerada; e progresso material²²”.

Nesse sentido, o que se vislumbra é que o Brasil dá ênfase à abolição lenta e gradual, porém se defronta com a contingência da ilegalidade do tráfico, desde 1831, cômsona se constata do exame do Parecer, o qual sublinha a importância da Lei de 1871, a qual cria novos horizontes às diversas nuances do abolicionismo, como a possibilidade de o escravo obter a sua poupança e, assim, conseguir sua manumissão.

O Parecer se reporta à Lei de 28 de setembro de 1871, “que estancou no seio da maternidade a fonte do captiveiro²³”, para sublinhar o traço histórico dessa legislação e referir ao debate parlamentar, inclusive a discussão, em 1837, sobre “a convenção celebrada entre o Imperador e S. M. Britânica para a supressão do tráfico servil²⁴”.

Nesse prisma, Ruy Barbosa enfatiza os “sophismas do escravismo²⁵”, já porque “Ninguém, nesse paiz divinisou jamais a escravidão²⁶”, e, assim, discorre sobre a dialética parlamentar à Lei do Ventre, sobretudo para contraditar o discurso da catástrofe, como Perdígão Malheiro, para quem “esta proposta [da Lei de 1871], si fôr lei, prevejo que ha de dar em resultado a insurreição dos escravos, a principio local, ou parcial, para dentro em pouco tornar-se geral, lastrando como incêndio em campo secco²⁷”, para concluir, no ponto, que, “Hoje [agosto-1884], a lei de 28 de setembro [de 1871] é o cumulo da sabedoria, da prudência, do patriotismo²⁸”.

Ruy Barbosa estabelece amplo contraditório das idéias sobre a emancipação, como as de Perdígão Malheiro e Andrade Figueira²⁹ e José de Alencar³⁰, favoráveis ao

¹⁷ *In: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888* / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 703.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 107.

¹⁹ Id., p. 108.

²⁰ Id., p. 115.

²¹ Id., p. 114.

²² Id., p. 130.

²³ *In: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888* / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 677.

²⁴ Id., p. 679.

²⁵ Id., p. 678.

²⁶ Id., ibidem.

²⁷ Id., p. 682.

²⁸ Id., p. 686.

²⁹ Id., p. 687.

escravismo, Darwin e Tocqueville³¹, contrários à escravidão, também visconde de Jequitinhonha³² e intensa doutrina estrangeira³³, como a que associa a invenção, os “phenomenos da produção e da riqueza³⁴”, à liberdade, nas palavras de Henry George³⁵ — uma “das maiores intelligencias do nosso tempo³⁶ —, conforme o qual “Nenhum povo senhor de escravos teve jamais o talento inventivo.”

O trato econômico do fato da escravidão ganha realce no Parecer, inclusive o seu entrelaçamento com a questão jurídica. Barbosa se reporta a A. J. Wilson, “um economista inglez de notavel merecimento³⁷”, o qual, em 1878, escrevia que “A escravidão ainda não se acha abolida no Império³⁸”, e, assim, “O trabalho é, pois, summamente improductivo³⁹”, uma circunstância reconhecida, inclusive, no âmbito do governo imperial, “pelo órgão do ministro da justiça⁴⁰”. O exame da abordagem econômica prossegue, firme, ao longo do Parecer, dado que Ruy Barbosa se refere às diferenças, relevantes, entre a economia e cultura da região norte, livre, e a da região sul, escravista, ambas dos Estados Unidos da América, com ênfase à superioridade dos estados do norte.

O Parecer ilustra com estatística a força da economia, cultura e sociedade do norte dos EUA, porque livre, em relação ao sul, escravista⁴¹, e, depois, examina a diretiva da Lei de 1871, se subversiva⁴², ou a conjecturar a “libertação de todos os escravos nascidos sob o céu de nossa pátria, antes como depois daquela data⁴³”, em denso discurso⁴⁴, portanto.

A percepção, assim, é a de que o exame da escravidão por Ruy Barbosa, jurista, embora, acaba tendo natureza sociológica e econômica. Esse aspecto está a ilustrar o projeto civilizador imperial, de modo que a relevância da lei de processo abolicionista, *sub examine*, a par da concepção sobre propriedade e direito, revela a preocupação com os efeitos que poderá causar na sociedade brasileira.

Ruy Barbosa, depois, passa a refletir a propósito da diretiva, a medula — que chama de espírito da Lei de 28 de setembro⁴⁵ — da Lei do Ventre Livre e suas diversas disposições. A perda da propriedade por meio da desapropriação é a *exceptio* à plenitude do direito de propriedade, já porque “o homem vive em sociedade, que tem deveres para com esta, para com a defesa do Estado ou outras relações do bem comum⁴⁶”, e, por isso, “se o bem público⁴⁷ legalmente verificado exige o uso ou emprego da propriedade do

³⁰ *In*: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888 / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 689.

³¹ *Id.*, *ibidem*.

³² *Id.*, p. 692.

³³ *Id.*, p. 692-695.

³⁴ *Id.*, p. 692.

³⁵ *Progress and Poverty*. New-York, 1882. Pag. 472-473. *In*: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888 / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 692-693.

³⁶ *In*: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888 / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 692.

³⁷ *Id.*, *ibidem*.

³⁸ *Id.*, *ibidem*.

³⁹ *Id.*, *ibidem*.

⁴⁰ *Id.*, *ibidem*.

⁴¹ *Id.*, p. 693-695.

⁴² *Id.*, p. 696-697.

⁴³ *Id.*, p. 697.

⁴⁴ *Id.*, p. 696-703.

⁴⁵ *Id.*, p. 696.

⁴⁶ PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 422. Publicação original: 1857.

⁴⁷ Importa realçar que a expressão “se o bem público” está no sentido de *se o bem comum*, o interesse público, a bem do público, a bem da comunidade, a bem da sociedade, enfim.

cidadão, a sociedade deve ter o direito de realizar a desapropriação⁴⁸, nos termos da respectiva lei, cuja deve “marcar de antemão os únicos casos em que terá lugar essa exceção, estabelecer as regras fixas que regulem a indenização, e não dispor da propriedade antes de previamente verificar e realizar essa indenização⁴⁹”.

Ruy Barbosa, no Parecer *sub examine*, bem esclarece que a Lei de 1871 não tratou de nenhuma indenização sobre hipotética desapropriação, e, assim, doutrina que “a intitulada indemnização, oferecida ao senhor no art. 1º, § 1º, da lei de 28 de setembro, como compensação da propriedade *dos fructos do ventre*, é perfeitamente imaginaria⁵⁰”, isso porque “O simples confronto entre o primeiro e o segundo membro desse paragrapho evidencia que essa compensação se destina a ressarcir aos senhores as despesas com a criação e o tratamento do ingenuo durante os oitos primeiros annos da vida⁵¹”, e, completa, “Os nossos juriconsultos sempre interpretaram assim a intenção da lei de 1871, aliás evidentíssima⁵²”. Ora, se não há desapropriação, não há propriedade, e isso ilustra a visão juspositiva de Barbosa no exame da escravidão e na abolição, e, pois, realça que o positivismo jurídico dá vazão ao projeto civilizador do estado, como única fonte de produção do direito⁵³.

Noutro aspecto, Ruy Barbosa enfatiza a vigência e eficácia da Lei de 7 de novembro de 1831, cuja concedia a liberdade de “Todos os escravos que entrarem no território, ou portos do Brazil, vindos de fóra, são livres” (art. 1º)⁵⁴, não obstante o desrespeito, haja vista a persistência do tráfico negreiro⁵⁵, tudo isso também no contexto do Projeto em exame.

O Parecer analisa o Projeto e sua repercussão, no país, “sobre o desenvolvimento do trabalho⁵⁶”, mormente a questão da transição para o trabalho livre e o trabalho dos manumitidos⁵⁷, tema de enorme sensibilidade e conteúdo intenso, inclusive no que diz respeito à economia, e, adiante, considera sobre a liberdade de libertar⁵⁸, penhor em escravos⁵⁹, proíbe o pacto de retrovenda e o contra a liberdade⁶⁰, e, alfim, encerra uma ampla apreciação geral da reforma⁶¹, concluindo “que se converta em lei o projecto⁶²”.

Diante disso, a leitura do Parecer n. 48-A, de Ruy Barbosa, permite a conclusão de que o juspositivismo é componente que integra a defesa da legislação de liberdade aos escravos de 60 anos, sem indenização, inclusive para negar a propriedade legal sobre o cativo, e, ainda, que o positivismo jurídico está compreendido na concepção do projeto civilizador do estado, haja vista que o estado detém o monopólio da produção do direito.

⁴⁸ PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 422. Publicação original: 1857.

⁴⁹ Id., *ibidem*.

⁵⁰ *In: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888* / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 702.

⁵¹ Id., *ibidem*.

⁵² Id., *ibidem*.

⁵³ BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006, p. 27.

⁵⁴ *In: A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 — 1888* / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988, p. 732.

⁵⁵ Id., p. 736.

⁵⁶ Id., p. 750.

⁵⁷ Id., p. 750-773.

⁵⁸ Id., p. 773.

⁵⁹ Id., p. 774.

⁶⁰ Id., p. 775.

⁶¹ Id., p. 775-791.

⁶² Id., p. 790-791.

RESUMOS BANCA V

*Terça-feira, 17 de
dezembro de 2013 –
Das 09h45 às 11h15
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) – 6.º andar –
DEHIS/UFPR*

EGITO ANTIGO E O IMPERIALISMO BRITÂNICO NO SÉCULO XIX: AS DESCOBERTAS DO ANTIQUARISTA GIOVANNI BELZONI

Aluna: Natascha de Andrade Eggers

Orientadora: Renata Senna Garraffoni

Palavras-chave: Giovanni Belzoni; Egito antigo; Antiquarismo no Oriente

A presente monografia é resultado de dois anos de pesquisa individual realizada pela aluna como voluntária e depois como bolsista no grupo PET – História da Universidade Federal do Paraná. Sob orientação da Professora Doutora Renata Senna Garraffoni, esta pesquisa foi elaborada com a intenção de compreender a relação entre o Antigo Egito e o Imperialismo britânico no século XIX sob a perspectiva de Usos do Passado.

Durante o século XIX na Europa, muitos Estados nacionais recém-criados buscaram construir uma memória coletiva que lhes possibilitassem ter uma identidade nacional, que os diferenciasses daqueles que não eram europeus ou ocidentais. Nesse contexto, disciplinas como a Arqueologia e a História, que estavam começando a se firmar cientificamente, passaram a ser utilizadas como aparato de base para legitimar as “origens” das nações. Além disso, a constituição de espaços como os museus nacionais foram essenciais para este processo, pois continham em suas exposições artefatos que possibilitavam que essas nações construíssem uma herança cultural.

A rivalidade entre algumas nações europeias as levou a uma corrida imperialista e, também, ao interesse de buscar antiguidades em territórios desconhecidos. O imperialismo facilitou o envio de expedições científicas para o Oriente, o que possibilitou o maior conhecimento a respeito de outras culturas e sociedades. O fascínio de outras sociedades pelo Egito, existente desde a antiguidade, não passou despercebido e muitas peças antigas foram retiradas do local para serem levadas a diversos museus europeus¹, dentre eles o Museu Britânico e o Museu do Louvre.

Nesse contexto, os viajantes antiquaristas tiveram papel relevante em tal processo de construção de uma memória nacional, no sentido de que transitavam entre diversos espaços, sendo mediadores entre estes lugares e deixando suas impressões e discursos registrados a respeito das culturas e dos artefatos que encontravam. Havia, entre estes viajantes, uma preocupação em descrever tudo que estava ao alcance de seus olhos e, por isso, muitos deles tinham a prática de escrever diários de viagens nos quais ficariam registrados detalhes das expedições e dos locais por onde passavam.

Sendo assim, a intenção desse trabalho é discutir algumas interpretações que foram feitas na modernidade a respeito do Mundo Antigo, principalmente no que concerne à questão de como antiquaristas, administradores e políticos europeus usaram ativamente o Egito Antigo para ajudar a identificar e a definir suas próprias aspirações nacionais. Para esta pesquisa, analisei o discurso do italiano Giovanni Belzoni que viajou pelo Egito entre os anos de 1816 e 1819 e deixou registrado em seu diário de viagem todas as expedições que participou. Além disso, seu trabalho como antiquarista, pois Belzoni acabou por reunir diversas peças que hoje formam uma das maiores coleções de artefatos egípcios que se encontram em alguns países da Europa, sua maioria na Inglaterra.

Para esta análise, busco embasamento teórico na perspectiva de “Usos do Passado”, que surgiu no final do século XX a partir da preocupação em se repensar os significados da Antiguidade em tempos modernos e contemporâneos, a fim de compreender porque muitas nações direcionaram e direcionam seu olhar para a História Antiga com diferentes

¹ JUNQUEIRA, N. M. **Uma viagem ao antigo Egito**: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert. *História. Questões e Debates*, v. 48/49, 2008, p. 01-20.

intencionalidades, buscando, muitas vezes, estabelecer ideias de herança cultural e continuidade histórica com o passado antigo. Em relação à História, essa abordagem considera que é uma representação do passado influenciada pela subjetividade de quem a escreve sendo, portanto, mais uma interpretação do que um reflexo do que “realmente aconteceu”², pois cada época é influenciada pelos valores de seu momento presente e, a partir disso, resgata no passado os aspectos que melhor atendem suas necessidades. Com isso, busco compreender os usos do passado antigo como um meio possível de afirmação de poderes políticos, culturais e sociais, sem considerar os discursos analisados como reflexo da realidade da época que estudo, mas sim construções atravessadas por vieses de gênero, classe e raça.

A monografia foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro capítulo, de caráter mais teórico, busca discutir a constituição de disciplinas que ao longo do século XIX começam a se firmar cientificamente na Europa, sendo amplamente utilizadas como aparato de legitimação das recém-criadas nações oitocentistas: a História e a Arqueologia. No que concerne à Arqueologia, Pedro Paulo Funari³, afirma que esta teria surgido no bojo do imperialismo do século XIX, tornando-se, portanto, um subproduto da expansão das grandes potências europeias que tinham o interesse de enriquecer por meio da exploração de outros territórios.

Para Margarita Diaz-Andreu⁴, a consolidação da Arqueologia como uma ciência profissional teve íntima ligação com o êxito do nacionalismo na Europa no final do século XVIII. Com o advento do nacionalismo, o estudo do passado ganha um papel relevante para a constituição e afirmação da Nação, o que levou diversos estados a financiarem a criação de um corpo profissional de arqueólogos que, ao longo do século XIX, deixam de serem chamados de antiquários. Com isso, a arqueologia passa a ser ministrada como disciplina nas universidades e diversos museus são criados para expor os objetos antigos, que antes eram restritos a coleções particulares. Os museus, e também o trabalho dos antiquários e, posteriormente, dos arqueólogos em outras terras justificavam a crença de que era dever das nações civilizadas de ajudar àquelas mais atrasadas a se desenvolverem e, dessa forma, a colonização também seria justificada. Nesse sentido, as pesquisas com os artefatos obtidos pelas escavações serviram para resgatar no passado os elementos diferenciadores que legitimariam a cultura comum da nação e é nesse contexto de transição do antiquarismo para a formação da arqueologia que se insere o discurso que analiso em minha pesquisa.

Por fim, ainda no primeiro capítulo, para aprofundar essas questões de dominação cultural e da legitimação de poder por meio de discursos, procurei compreender a discussão de Edward Said⁵ a respeito dos olhares que teriam sido direcionados para o Oriente pelos europeus. Segundo Said, o Oriente sempre atraiu o interesse dos ocidentais, em especial dos europeus e, por isso, as maiores, mais antigas e mais ricas colônias europeias se encontram nesta parte do mundo. Além disso, o Oriente é, também, um rival cultural do Ocidente, uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do “outro”. Para o autor, o Oriente teria ajudado a definir a Europa por meio de sua imagem e culturas contrastantes.

Nesse sentido, o discurso ocidental sobre o Oriente é denominado pelo autor de *Orientalismo*, e tal discurso estaria presente no imaginário ocidental desde o século XIX. Conforme Edward Said, falar de *Orientalismo* é falar de um empreendimento cultural

² FUNARI, P. P. A.; RAGO, M. **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008.

³ FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**/Pedro Paulo Funari – São Paulo: Contexto, 2003.

⁴ DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo e Arqueologia: O contexto político da nossa disciplina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

⁵ SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

essencialmente britânico e francês, pois desde o século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial essas nações teriam dominado o Oriente, sendo as pioneiras em colonizar essa região. Para Said, o *Orientalismo* é marcadamente um fato cultural e político, em que o Leste seria incorporado e generalizado por meio de um discurso ocidental. A cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente e, a partir de suas reflexões sobre este local, o inventou, como uma forma de delimitar suas próprias características, sendo o Oriente um reflexo invertido ou uma oposição do Ocidente. Com isso, consolidam-se a hegemonia de ideias europeias sobre o Oriente, e que, conseqüentemente, afirmam a superioridade europeia sobre o atraso oriental.

A partir dessas questões, percebemos que os recém-criados Estados Nacionais tiveram seus projetos de construção da nação e de identidades fortemente influenciados pelo olhar que se direcionava para as culturas que eram contrastantes a eles. Nesse contexto, por meio de seus discursos, os viajantes europeus levam para o Ocidente suas impressões a respeito do Oriente, muitas vezes ressignificando a cultura que encontravam, sendo ela a egípcia antiga ou moderna. E é nesse contexto que se insere o viajante italiano Giovanni Belzoni, ao narrar o Egito antigo e moderno em seu diário de viagem.

Com base neste contexto, no segundo capítulo da monografia, apresento Giovanni Battista Belzoni que, por suas descobertas, acaba adquirindo certa fama no meio antiquarista durante o século XIX, reunindo grandes coleções de artefatos egípcios. Em seguida, discuto o documento base para esta pesquisa, o diário de viagens de Belzoni, que contém os registros de suas descobertas e narrativas, elaboradas ao longo de sua passagem pelo Egito.

Giovanni Battista Belzoni nasceu em Pádua, península itálica, no ano de 1778. Com a invasão napoleônica da Itália em 1798, Belzoni interrompe seus estudos em hidráulica e acaba se mudando para a Inglaterra, onde se estabelece por nove anos e conhece sua futura esposa, Sarah, que o acompanhará em suas viagens e expedições pela Europa e África. Para ganhar a vida, Belzoni se apresentava com um grupo circense em várias cidades inglesas e, aproveitando seu físico, atuava nos teatros como *strongman*, fazendo provas de força. No ano de 1816, ao ser convidado por um emissário egípcio, Belzoni viaja ao Egito para apresentar um projeto hidráulico de sua invenção ao vice-rei, Mahomed Ali, que, naquela época, estava empreendendo uma série de investimentos em questões agrícolas e de irrigação, buscando trazer para o Egito engenheiros e técnicos europeus que pudessem apresentar novas técnicas e conhecimentos nestas áreas. Porém, com o insucesso de sua invenção, Belzoni acaba ser tornando explorador e antiquarista.⁶

Com o apoio financeiro do cônsul-geral da Inglaterra, Henry Salt, Belzoni viajou colecionando antiguidades e realizando importantes descobertas, as quais foram registradas em seu diário. No ano de 1820, na cidade de Londres, é publicado o diário de viagens *Narrative of the Operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs and excavations in Egypt and Nubia and of a Journey to the Coasts of the Red Sea, in search of the Ancient Berenice and another to the Oasis of Juppiter Ammon*, de Giovanni Belzoni, o qual é composto por 483 páginas divididas em três capítulos: First Journey, Second Journey e Third Journey. No mesmo ano de sua publicação a obra de Belzoni foi traduzida para diversas línguas.⁷

No terceiro capítulo da monografia, analiso passagens do diário de Belzoni, focando nas duas primeiras partes de sua obra, referentes às suas expedições no Egito. Por meio do estudo do diário, é possível notar que Belzoni acaba justificando em seu discurso a presença europeia no Egito, em especial a inglesa, o que pode ser percebido de duas

⁶ MAYES, Stanley. **The Great Belzoni: The Circus Strongman Who Discovered Egypt's Ancient Treasures.** Second Edition (International Library of Historical Studies). Tauris Parke Paperbacks, 2006.

⁷ SILIOTTI, A. **Primeiros descobridores: a descoberta do antigo Egito.** Barcelona: Folio, 2007. p. 16.

maneiras: primeiro, pela a forma como Belzoni se refere aos povos nativos como povos sem civilização, passando a ideia de uma superioridade dos europeus, em que estes estariam levando a civilização aos árabes que lá viviam, além de resgatar e conservar seu passado egípcio antigo. Belzoni critica os costumes dos povos nativos, chamando-os de incivilizados e descreve inúmeras histórias em que acaba se indispondo com estes. Em segundo lugar, nota-se que Belzoni atribui valor às peças que encontra ao longo de sua viagem, exaltando as que considerava mais valiosas, sugerindo que o melhor destino para estes artefatos fosse a Inglaterra. Em muitas passagens o autor escreve como se os artefatos tivessem vontade própria, como se desejassem ir para a Inglaterra, de forma que seriam mais valorizados numa nação civilizada. Como exemplo, pode-se perceber o entusiasmo de Belzoni ao descrever em seu diário o momento em que encontra o Busto Colossal de Ramsés II, em que afirma que a peça estaria sorrindo para ele ao imaginar ser levada para a Inglaterra. Nesse sentido, a invasão britânica do Egito teria a intenção de preservar algumas das antiguidades encontradas e dar a elas um destino, porém apenas as peças consideradas de valor estariam incluídas em tais planos e este valor seria atribuído pelos antiquaristas que as encontravam e pelos compradores dessas antiguidades.

Outra questão interessante descrita por Belzoni em seu diário é a forma como os antiquaristas (incluído o próprio autor da obra) coletam os artefatos egípcios, sem muitas preocupações científicas ou métodos para a preservação das peças, uma vez que a Arqueologia ainda não se constituía como uma ciência. Muitas vezes, os antiquaristas acabavam destruindo algumas peças ou monumentos em favor de outras, apenas utilizando como critério o valor que acreditavam que as peças teriam. De acordo com as próprias palavras de Belzoni para que pudessem retirar o Busto de Ramsés II, tiveram que destruir algumas colunas do templo em que este se encontrava. Outro exemplo interessante é a forma como as múmias encontradas em uma tumba são tratadas pelo italiano, que pouco se preocupa em preservá-las, esmagando e quebrando diversas delas para que pudesse passar, ou as utilizando como apoio nas horas em que precisava descansar.

Ao contrapor o diário e bibliografia, pode-se perceber que as interpretações feitas acerca do Mundo Antigo foram essenciais para a construção de discursos de poder na Europa, em que conceitos como o de civilização e de progresso estariam presentes, com o objetivo de justificar a dominação europeia exercida no Oriente. Após o contato dos europeus com os nativos, o olhar e o discurso do viajante destacam que o Oriente se torna o oposto do europeu; sendo um local que possibilita a comparação da cultura europeia com outras diferentes culturas e a afirmação de sua suposta superioridade. Como resultado dessa dominação, ocorre a pilhagem da cultura material e também de riquezas das sociedades orientais, como no caso das peças egípcias antigas, que acabavam sendo vistas como propriedade dos invasores europeus, que pela dominação exercida removiam tais artefatos para as cidades europeias, para compor os acervos particulares e dos museus nacionais. Essa relação de dominação dos povos do passado pode ser percebida nas passagens do discurso de Giovanni Belzoni, principalmente quando relata acerca das escolhas das peças que deveriam ser retiradas do Egito para serem mandadas à Europa, sugerindo que o melhor destino para estes artefatos fosse o Museu Britânico, na Inglaterra. Nesse contexto de afirmações identitárias é que encontramos a gênese dos museus nacionais, atravessada interesses políticos e ideológicos europeus em relação às sociedades do passado, uma vez que estes espaços constituíam locais em que se poderia criar, por meio das peças expostas, uma memória coletiva. Com as descobertas de Belzoni, o Museu Britânico adquire uma das maiores coleções de artefatos egípcios da Europa, atraindo diversos visitantes. Tal aquisição se torna importante na medida em que este museu foi fundamental na formação da identidade inglesa, tornando-se uma ferramenta para o processo de construção do Estado Nação inglês, a qual reafirmaria o que as disciplinas

como a História e a Arqueologia relatavam sobre o passado, no sentido de representação do “outro”, sendo um local passível de interpretações e discursos.

Por fim, ressalto que a presente pesquisa teve a intenção de apresentar as primeiras interpretações acerca do discurso de Giovanni Belzoni em seu diário de viagem. A partir dessa análise surge a ideia de continuar a pesquisa no mestrado, focando nas disputas entre a França e a Inglaterra, as quais aparecem no diário de Belzoni representadas por meio das rivalidades entre os antiquaristas que buscavam peças para serem enviadas para estes locais.

“O \$HOW TEM QUE PARAR!!!” A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES PELA NEGAÇÃO DO OUTRO NO TERCEIRO ESPAÇO (2000-2010)

Caroline Christina de Souza Serpa

Orientadora: Prof. Dra. Karina Kosicki Belloti

Palavras-chave: Religião, Mídia, Pentecostalismo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso crítico aos grupos evangélicos e suas práticas, presente em dois *blogs* intitulados “As pedras clamam” e “Uma estrangeira no mundo”, ambos criados em 2009 e inseri-los dentro de uma longa tradição de críticas e preconceitos em relação aos evangélicos no Brasil, devido às três principais instâncias responsáveis por veicular imagens e discursos sobre os pentecostais (mídia, hierarquia católica e os círculos acadêmicos)¹, ressaltando a especificidade de se tratar de agentes internos ao universo evangélico (não são, portanto, de fora do movimento), que realizam um resgate de valores tradicionais à fé cristã para se diferenciar e apontar os desvios e erros do pentecostalismo, buscando construir uma identidade cristã pautada na diferenciação do outro. A construção da identidade pela negação ao outro se encontra muito presente no campo evangélico, constatando-se isto é preciso saber o quanto desta negação e crítica é nova e original, e qual a parcela de repetição do passado e reiteração de velhos valores e juízos históricos se encontra presente no discurso destes autores. Procuo compreender que tipo de identidade evangélica o ciberespaço possibilita construir e devido a sua ampla repercussão no ambiente virtual e fora deste, até que ponto esses *blogs* estimulam empatias, embates e possuem força de mobilização dentro do campo evangélico?

Utilizo como suporte teórico-metodológico a História Cultural das Religiões, concebendo por religião um conceito mais abrangente que consiga abarcar diferentes grupos religiosos, sem privilegiar nenhum especificamente. A religião também deve ser entendida como conjunto de crenças e práticas sociais e, portanto, trata-se de uma construção histórica². A mídia atual, por sua vez, também objeto de estudo, é vista segundo três conceitos que a definem: a convergência dos meios de comunicação, entrecruzamento de diferentes tecnologias antigas e recentes e agentes distintos que interagem neste espaço; cultura participativa, na qual consumidores atuam ativamente no processo midiático, juntamente com produtores de mídias, de forma interativa; e a noção de inteligência coletiva, referente ao conceito de Pierre Lévy, trata desta espécie de poder midiático que surge quando uma coletividade atua com seus saberes e vivências individuais, unindo tais conhecimentos para a construção coletiva de significados³.

Sobre a relação entre mídia e religião, Hoover⁴ procura mostrar como muito do que é mostrado e conhecido hoje acerca da religião e espiritualidade vem até nós através da mídia, o que permite afirmar que os limites entre religião e mídia atualmente tornam-se difíceis de traçar, uma vez que se encontram imbricados⁵. Na era da mídia atual, a cultura ganha maior autonomia e os indivíduos assumem o controle de sua religiosidade, ou seja, as questões e perguntas relacionadas à fé e à espiritualidade continuam existindo, mas em um novo formato contemporâneo⁶. Ao se estudar mídia e religião, o panorama atual de

¹ FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil : da constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 1993., p. 6.

² BELLOTTI, K. K. Mídia, Religião e História Cultural. REVER (PUCSP), v. 4, p 100, 2004.

³ JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2009

⁴ HOOVER, Stewart M. Religion in the media age. New York: Routledge, 2006.

⁵ Ibidem, p. 1.

⁶ HOOVER. Op. Cit., p. 3.

pesquisas tende a analisar a convergência de ambos, e o caráter de práticas culturais que assumem⁷. A perspectiva adotada é mais local e particular que globalizante, e a mídia não é enxergada como determinante em seus efeitos, mas nas formas pela qual ela se relaciona com os conteúdos religiosos. Isto também auxilia a compreender as maneiras pelas quais os indivíduos se apropriam da mídia e seus artefatos culturais para adaptá-los às suas especificidades⁸, ocorrendo uma relação interativa entre ambos.

Acerca do pentecostalismo e seus diferentes grupos, Mariano subdivide-os em três ondas, respectivamente: pentecostalismo clássico (1910-1950), deuterpentecostalismo (1950-1970) e neopentecostalismo (1970 -) ⁹. A expansão pentecostal no país se dá principalmente a partir da segunda metade do século XX por conta de sua emergência na política partidária, crescimento do televangelismo e dos investimentos realizados pelas igrejas em evangelização¹⁰. O número de pessoas que afirmam ser evangélicos aparece de maneira crescente nas pesquisas demográficas, demonstrando o declínio no número de católicos e expansão pentecostal. Esta tendência é observada desde o Censo de 1980¹¹, em que o número de evangélicos vem crescendo significativamente devido ao movimento pentecostal, sendo o Brasil o maior país pentecostal do mundo atualmente¹². O Brasil está, portanto, em um processo de reorganização e fragmentação do cristianismo, apontando para o favorecimento das Igrejas pentecostais, passando atualmente por um processo de diversificação religiosa, em que há um deslocamento de hegemonia e maior pluralidade nos grupos religiosos¹³. O pluralismo religioso que se vivencia no Brasil não é característica exclusiva do país, pois se deve ao surgimento de novos grupos religiosos tendo que conviver com religiões tradicionais em um momento de crescente secularização.

As fontes escolhidas para análise são dois *blogs* intitulados: “As pedras clamam” e “Uma estrangeira no mundo”, criados em 2009 por um casal paulista, respectivamente por Paulo e Vera Siqueira. São páginas populares e de grande acesso na internet, contando com 89.593 (“As Pedras Clamam”) e 365.816 (“Uma estrangeira no mundo) visualizações desde sua criação em 2009. Resolveu-se analisar o *blog* enquanto espaço de crítica aos grupos evangélicos pentecostais, mais especificamente em relação ao caráter “mercantilizado” que tal segmento possui, principalmente nos usos que fazem da chamada “Teologia da Prosperidade”. Procura-se compreender os argumentos em que se baseiam estes blogueiros para criticar sua forma de organização, e dentro de que contexto estes agentes se situam para produzir seus juízos. Também questiono em que categoria se situam as igrejas pentecostais dentro do meio evangélico, como são vistas e em que posição são colocadas por seus críticos internos e os conflitos existentes entre estes diferentes grupos. Paulo Siqueira se identifica como fundador do “Movimento pela ética evangélica brasileira”, e realizador de protestos e eventos como a “Marcha pela Ética Evangélica”, em que são reivindicados a volta ao “Evangelho Puro e Simples”, ou seja, fundamentado nos valores originais da Reforma Protestante, criticando o uso da Teologia da Prosperidade por parte de algumas igrejas evangélicas atualmente e à “mercantilização da fé”. Paulo e Vera

⁷ Ibidem, p. 70

⁸ Ibidem, p. 264.

⁹ MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

¹⁰ Ibidem, p. 15.

¹¹ ALTMANN, Walter. Censo IBGE 2010 e Religião. Horizonte (PUC Minas), v. 10, n. 28, out/dez 2012. p. 1124

¹² MARIANO. Op. Cit., p. 69, 2008.

¹³ ALVES, José Eustáquio Diniz; Barros, L.F.W ; CAVENAGHI, S. M. . A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. Rever (PUCSP), v. 12, 2012, p. 145.

Siqueira e seu movimento também lutam por uma atuação social mais intensa por parte dos grupos evangélicos, o que os blogueiros denominam como a defesa de uma “fé cidadã”. O principal objetivo de ambos os blogs analisados é, além de tratar de temas do cenário religioso atual, principalmente evangélico, denunciar e criticar o caráter mercantil de algumas igrejas evangélicas e os escândalos envolvendo a exploração de fiéis e o enriquecimento de líderes religiosos, aspecto constantemente debatido e apresentado nas postagens feitas nas páginas virtuais.

Levando-se em conta a grande presença de *blogs* na atualidade, faz-se necessário entender de que forma estes se apresentam na blogosfera e quais seus diferentes formatos e objetivos. Primeiramente, é preciso desmistificar a noção reducionista de que *blogs* são diários pessoais em formato online. Trata-se de muito mais do que isso: apesar de alguns deles seguirem a sequência cronológica e a narração de fatos cotidianos, assim como os diários íntimos, existe ainda uma diversidade muito maior de formatos que podem ser encontrados na internet, bem como um fator muito importante que os diferencia, o fato dos *blogs* serem direcionados ao interpessoal, para determinados grupos, enquanto diários são voltados para o próprio sujeito que o produz¹⁴. Os *blogs* analisados em questão possuem duas categorias presentes em suas postagens e conteúdos, produtoras tanto de relatos sobre o cenário religioso brasileiro, acontecimentos políticos nacionais, quanto textos reflexivos sobre tais temas e também acerca de eventos e projetos restritos ao próprio grupo, que é o caso da “Marcha pela ética evangélica brasileira”, e outros protestos e atos realizados pelo grupo¹⁵.

Além de *blogs*, as páginas analisadas podem ser vistas também como formas de terceiro espaço. Para descrever o espaço digital em que se desenvolvem tais relações com a religião utiliza-se o termo “terceiro espaço” para expressar a ausência de um local físico específico, e também a noção de algo mais conceitual como um espaço imaginado¹⁶. Apesar de se tratar de um espaço não-concreto, tais lugares podem dar origem a novas estruturas espaciais e práticas que partem deste universo conceitual e se tornam “reais” através do trabalho interativo que ocorre neste meio¹⁷. O terceiro espaço religioso se localiza entre o que poderia se chamar de “primeiro espaço” (a esfera institucional como igrejas, denominações) e o segundo espaço (do pessoal, das práticas individuais)¹⁸. Opera dentro de sua própria lógica e regras, sem procurar substituir determinado espaço físico, sendo um local cultural e discursivo pautado em estruturas sociais determinadas¹⁹. Os terceiros espaços de religião digital, portanto, podem ser vistos também como espaços periféricos que criam novas maneiras de religiosidade e fé, como forma de resistência à autoridade religiosa²⁰. É o que ocorre com as fontes analisadas em questão, os blogs “As pedras clamam” e “Uma estrangeira no mundo”, que criam espaços de sociabilidade e trocas culturais no ambiente digital e fornecem um ambiente, o que Hoover denomina de terceiro espaço, propício para a formação de uma comunidade que age em movimentos políticos em prol de mudanças na configuração do cenário religioso brasileiro, ou seja, para mudarem a realidade social em que vivem, e que, portanto, servem muito mais do que um espaço de discussão e exposição de temas, mas também um local de engajamento e construção de novas práticas sociais nascidas do trabalho interativo presente no *blog*.

¹⁴ PRIMO, Alex. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para tipificação da blogosfera. Revista FAMECOS, v. 36. Porto Alegre, 2008. p. 122.

¹⁵ Ibidem, p. 126.

¹⁶ HOOVER, Stewart M; ECHCHAIBI, Nabil. The “third spaces” of digital religion, Center for Media, Religion and Culture, University of Colorado, 2012. p. 5.

¹⁷ Ibidem, p. 6.

¹⁸ Ibidem, p. 8.

¹⁹ Ibidem, p. 11.

²⁰ Ibidem, p. 24.

Observa-se também que estas páginas se colocam entre o espaço da institucionalidade religiosa e da religiosidade pessoal, dentro do âmbito de cada indivíduo, servindo como esferas convergentes que dão origem a novas comunidades. Outro aspecto importante que se observa nos *blogs* analisados é o declínio da autoridade religiosa perceptível através da postura que os autores assumem como não-denominacionais, independentes de qualquer igreja ou vinculação religiosa específica (muito embora se identifiquem com discursos teológicos evangélicos), afirmando-se como cristãos, mas não pertencendo a nenhuma igreja. Isto se relaciona à mediação da religião pela mídia, que ameaça, de certa forma, a existência das instituições religiosas²¹. Apesar disso, a tradição religiosa cristã ainda é afirmada, o que legitima o discurso crítico ao pentecostalismo. Estes agentes se inserem também na tendência de crescimento de comunidades cristãs não-denominacionais²², que apesar de renunciar à institucionalidade, afirmam a solidez de suas tradições reivindicando para si a simplicidade e integridade dos primeiros tempos do Cristianismo.

Para compreender a recusa destes agentes ao discurso e lógica pentecostal, precisam ser analisados alguns elementos constitutivos do pentecostalismo que geram tais críticas e negação ao seu formato. Para Swatowski, estas igrejas têm como principal argumento de recusa ao seu discurso por parte da audiência o rompimento de uma lógica e *ethos* católico de caridade e generosidade cristã, invertendo esta configuração ao propor e estimular seus fiéis (inclusive os mais pobres) a sacrificarem-se economicamente em prol da igreja. Por se basear nesta ideia de sacrifício para alcançar a prosperidade, pela insistência nos pedidos de doações, pela alta arrecadação de dinheiro por parte destas igrejas, elas tornam-se muitas vezes ilegítimas aos olhos de boa parte da população brasileira que desaprova tais práticas²³. Outro fator importante a se considerar como base de recusa às igrejas pentecostais está na forma como estas se propõem a organizar a inserção social de seus membros na sociedade. Além de centralizar a arrecadação e distribuição do dinheiro, incentiva os fiéis a prosperarem e ascenderem socialmente beneficiando unicamente a si, rompendo com o princípio de “ajudar o próximo” tradicional do catolicismo, diferindo-se da ideia de ética da caridade do padrão católico. Isto leva à criação de um pensamento comum àqueles que rejeitam as mensagens religiosas do pentecostalismo de que estas somente “roubam dinheiro dos pobres”²⁴.

Quanto às disputas entre evangélicos e pentecostais, aspecto verificado nas fontes presentes neste trabalho, embora os sujeitos dos *blogs* analisados não se intitulem pertencentes a nenhuma denominação religiosa, percebe-se pelo seu discurso que se colocam numa posição genérica de “evangélicos”, buscando salvar tal categoria das “distorções” cometidas por grupos pentecostais. A principal crítica destes evangélicos está no caráter mercadológico que as igrejas pentecostais assumem, aspecto que vai de encontro com os pressupostos evangélicos. O que ocorre é a constante demonização do outro para demonstrar o que é o correto, quem se encontra em posição superior hierarquicamente ao outro. Há também o embate com relação à doutrina intitulada “Teologia da Prosperidade” surgida dentro do pentecostalismo norte-americano que afirma o direito do fiel a exigir de Deus o cumprimento de seus pedidos, elemento constitutivo do pentecostalismo²⁵. Os argumentos evangélicos para combater tal doutrina são de que esta crença diminuiria o poder e autoridade divina na medida em que empodera os fiéis, dando abertura ao

²¹ HOOVER, Stewart M. *Media and Religion*. University of Colorado at Boulder, USA, 2008. p. 12.

²² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

²³ SWATOWISKI, Claudia. *Proselitismo midiático e as bases da recusa à Igreja Universal: um estudo de caso*. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 11, 2009. p. 151, 152.

²⁴ *Ibidem*, p. 153.

²⁵ JUNGBLUT, A. L. *A guerra santa de evangélicos contra o neopentecostalismo*. *Debates do NER*, n.1, 1998, p. 2.

panteísmo. Também estimula o individualismo e hedonismo, aspectos considerados como desvios ao comportamento e crenças evangélicas²⁶. Isso está relacionado à doutrina de “guerra espiritual” presente no interior do universo evangélico, que consiste na constante reflexão sobre o conflito entre Deus e o Diabo, podendo ser encontrado na Terra tal dualismo, fazendo com que estes grupos se tornem bastante exigentes em relação à defesa da fé cristã-evangélica, seja em relação às questões externas (mundanas) ou “internas” (dentro do meio evangélico)²⁷.

No capítulo um foram tratados os grandes conceitos que permeiam esta pesquisa, como Religião, Mídia, Identidade, Alteridade e Pentecostalismo. No capítulo dois, apresento as fontes, analisando os *blogs* como espaços de crítica e ação dos sujeitos e também como terceiro espaço. No terceiro capítulo analiso postagens dos blogs referentes às temáticas de exploração financeira dos fiéis, acumulação de riquezas pelos pastores e líderes pentecostais, deturpação teológica e “mercantilização” da religião, procurando compreender os argumentos que estes agentes utilizam para criticar o pentecostalismo e, conseqüentemente colocar-se em uma posição superior e legítima, reivindicando para si uma identidade próxima ao protestantismo histórico, que se configura em um novo formato, agora pautado pelo ciberativismo. Cria-se uma identidade baseada na negação e demonização do outro, o que por si só é uma contradição presente no grupo analisado pois ao criticarem elementos arrivistas presentes nos grupos pentecostais, acabam se assemelhando a estes realizando a mesma forma de “guerra santa” dentro do campo evangélico. Outro aspecto importante analisado é que estes agentes utilizam o ambiente virtual para formação de uma comunidade ativa e engajada no resgate aos princípios cristãos, modificando a esfera religiosa que os circunda, gerando uma força de mobilização no meio evangélico. O discurso crítico aos grupos pentecostais demonstra a permanência de certos preconceitos que ainda persistem ao abordá-los, devido a sua pouca representatividade na Academia, pela forma como é vinculado pela mídia e por inserir-se em um país de tradição católica. Trata-se, portanto, da permanência de certos valores que são oriundos de um longo histórico de negação ao pentecostalismo. A imagem negativa da associação entre dinheiro e religião também demonstra a centralidade que o dinheiro assume para estes grupos, bem como na aplicação da Teologia da Prosperidade, gerando discussões sobre a ética presente (ou ausente) nestas igrejas. O combate a esta ênfase excessiva no aspecto monetário vem das diferenças teológicas encontradas entre os diferentes grupos evangélicos, acentuando o caráter de “guerra espiritual” presente no meio evangélico, em que cada uma das diferentes denominações procura construir sua identidade baseada na diferenciação com o outro, reservando às demais igrejas uma posição inferior hierarquicamente, visto que seriam “seitas”, desvios da ortodoxia da igreja, e portanto, ilegítimas. Tal combate aos grupos pentecostais e suas práticas também se dá por atribuir-se à “mercantilização” de determinados elementos religiosos um estigma, de caráter negativo, o que vem a ser uma contradição da atual sociedade capitalista, pois atualmente tudo é comercializável, o consumo encontra-se em todas as esferas do atual sistema de mercado.

²⁶ JUNGBLUT. Op. Cit., p. 3.

²⁷ Ibidem, p. 4.

A CIÊNCIA SEXUAL FILÓGINA: GÉRARD ZWANG E SHERE HITE NA DEFESA DA SEXUALIDADE FEMININA

Lorena Fernanda de Oliveira Silva
Ana Paula Vosne Martins

Palavras-chaves: ciência sexual, feminismo, sexualidade feminina

O presente trabalho tem como objetivo analisar as produções científicas sobre a sexualidade feminina durante as décadas de 1960 e 1970, mais especificamente a produção discursiva mais próxima do movimento feminista da segunda onda, e que diferente da sexologia tradicional, apresentou uma atitude mais positiva em relação às mulheres e à sua sexualidade. A partir da segunda metade do século XX, vários eram os discursos que afirmavam que a satisfação sexual era fundamental para a felicidade conjugal. A ciência sexual que até esse período dedicava-se principalmente às patologias sexuais se voltou para o estudo da sexualidade do casal, objetivando principalmente resolver os desajustes sexuais.

A partir da segunda guerra mundial popularizou-se nos Estados Unidos as clínicas de tratamento das disfunções sexuais, bem como um grande número de publicações científicas voltadas para o assunto. Naquele contexto de múltiplas produções discursivas vemos surgir uma nova proposta de sexualidade. Críticos à ciência sexual tradicional, alguns autores apresentaram uma nova proposição, que diferiu principalmente por estudar a mulher a partir de suas singularidades e subjetividades. Nesse sentido, nossa problemática procura responder como se construiu e se caracterizou essa nova produção científica. Dessa maneira, pretendemos analisar a formação e os termos desse novo discurso a partir de duas principais publicações: o livro do médico francês Gérard Zwang, “O sexo da mulher”¹, publicado em 1967, e o livro da historiadora e feminista Shere Hite, “O Relatório Hite – Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina”.² Pretendemos ainda entender como, em diálogo com a ampla produção discursiva sobre a sexualidade, essas novas enunciações se relacionaram entre si.

Para compreendermos o processo no qual se desenvolveu essa nova produção discursiva, acreditamos ser fundamental entender como se constituiu a ciência da sexualidade, como o sexo se tornou fundamental para a manutenção do vínculo conjugal a partir dos anos 1960, e ainda, a relação daquelas publicações com o movimento feminista da segunda onda. Para tanto, dividimos o nosso trabalho em três capítulos, o primeiro deles para compreender a formação da ciência sexual; o segundo para analisar a contexto dos anos 1960 e 1970 a fim de entender como a sexualidade conjugal e as ideias e frentes de luta do movimento feminista ecoam nas fontes primárias selecionadas para essa monografia. No último capítulo analisamos as fontes, refletindo sobre essa nova produção discursiva e as particularidades discursivas e políticas dos dois autores.

No primeiro capítulo, intitulado “A ciência da sexualidade”, buscamos compreender como os assuntos relacionados ao sexo se tornaram uma área do saber desde o século XIX, quando a principal preocupação dos sexólogos se situava na cura das patologias sexuais, até os anos 1950-1970, quando a sexologia se voltou para curar os desajustes do casal. Nesse processo, recorreremos teoricamente a Michel Foucault, especialmente o livro “História da sexualidade I: a vontade de saber”³ e ao historiador francês André Bejin e a coletânea “Sexualidades Ocidentais”⁴. Segundo Foucault, a ciência

¹ ZWANG, Gérard. **O sexo da mulher**. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.

² HITE, Shere. **O Relatório Hite – Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina**. São Paulo: Círculo do Livro S/A.

³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Grall, 1982.

⁴ ARIÉS, Philippe e BEJÍN, André (Orgs). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

sexual desenvolvida pelo ocidente baseou-se principalmente na confissão, estimulada desde a Idade Média. Incentivada principalmente pela contra reforma, a confissão se constitui como um dos principais instrumentos de produção de verdades, principalmente das verdades relacionadas ao sexo. Segundo Foucault, “o homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente”⁵. Tendo o sexo como assunto privilegiado, a confissão continuou sendo parte importante da sexologia do século XX e fez parte da metodologia de pesquisa dos mais importantes estudiosos no período.

Outro importante conjunto de reflexões para esse capítulo foi a coletânea organizada pelo historiador André Bejin, com P. Àries. Ao traçar a história da ciência sexual, o autor identificou o nascimento de duas sexologias. A primeira onda de estudos da sexologia, iniciada em meados do século XIX, se dedicava principalmente ao estudo das patologias sexuais, das doenças venéreas e aberrações sexuais. A segunda sexologia surgiu entre as décadas de 1920 e 1950 e se dedicou principalmente à questão do prazer sexual e do orgasmo⁶. Além disso, observamos como os estudos da sexologia desenvolvidos a partir dos anos 1950 continuaram se amparando na ciência biológica como ferramenta legitimadora.

A sexualidade do casal se tornou um dos principais temas da ciência sexual a partir da segunda metade do século XX e esse objeto não foi escolhido por acaso. A partir da década de 1960 o casamento se tornou o espaço privilegiado para os indivíduos terem suas necessidades de ordem sentimental e sexual atendidas. Ao homem e à mulher do século XX a aliança com a divisão de responsabilidades e cuidados com os filhos deixou de ser suficiente para a manutenção do vínculo conjugal e a satisfação sexual, medida sobretudo através do orgasmo, se tornou o termômetro de compatibilidade e felicidade conjugal. Não obstante, a importância que o sexo assumiu na vida do casal veio carregada de imposições, principalmente para as mulheres, pois elas se tornaram as grandes responsáveis pela satisfação sexual do casal. Apesar das limitações culturais vividas pelas mulheres sobrepostas à responsabilidade pela felicidade sexual do casal, os anos 60 também testemunharam o ressurgimento do movimento feminista no mundo todo, pautado principalmente pela defesa das liberdades sexuais e da autonomia das mulheres no que diz respeito ao seu corpo e prazer.

Dessa maneira, o segundo capítulo do nosso trabalho, intitulado “A sexualidade do casal moderno”, se destinou a compreender como o sexo se tornou tão importante na vida conjugal, mas também entender os limites de uma liberdade ainda muito marcada por contradições, pois as mulheres continuaram a viver situações de opressão e dependência. Recorremos às análises de Purificación Barcia Gomes⁷ para entender como ao longo dos séculos XIX e XX o amor entre os cônjuges tornou-se a essência e a justificativa do casamento. Também foi de grande contribuição a tese de doutoramento de Roselane Neckel⁸, para compreendermos a Revolução Sexual dos anos 1960 e 1970..

Para traçarmos a história do feminismo da segunda onda nos fundamentamos principalmente na historiadora Yasmine Ergas⁹. Para ela o feminismo da segunda onda buscou compreender a mulher em suas múltiplas definições, bem como situar as limitações históricas que influenciaram a própria maneira como as mulheres se viam. É a partir desse

⁵ FOUCAULT, Michel., op. Cit., p. 59.

⁶ ARIÉS, Philippe e BEJÍN, André (Orgs.), op. Cit., p. 210-211.

⁷ GOMES, Purificación Barcia. Separação contingência do casamento? In. PORCHAT, Ieda. (Org.). **Amor, casamento, separação** – A falência de um mito. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

⁸ NECKEL, op. Cit.

⁹ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In. DUBY, Georges; Perrot, Michelle. (Orgs.). **História das mulheres no ocidente**. O século XX. Trad. Alda Maria Durães. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1991.

discurso que o que antes era pertencente ao contexto privado passou a ser visto como algo político.

A efervescência da segunda onda do feminismo promoveu a formação de uma nova proposição discursiva e política quanto à sexualidade feminina. A problematização dos desejos femininos e a auto apropriação do corpo e da sexualidade se tornaram uma das principais bandeiras do movimento, constituindo uma rede de vozes dissonantes que buscavam entender como as mulheres viam a si mesmas, opondo-se à construção de conceitos misóginos e ofensivos sobre o corpo e a sexualidade feminina. Os livros analisados, “O sexo da mulher”, de Gérard Zwang, e “O relatório Hite” de Shere Hite, estão inseridos nesse contexto crítico. Esses autores procuraram, de forma bastante pioneira, problematizar a singularidade e as diferenças da sexualidade e do desejo femininos. Além disso, as duas obras são contestadoras tanto da produção científica que lhes antecederam, quanto das que lhes são contemporâneas, denunciando-as por mitificarem o desejo feminino e analisá-lo a partir de um referencial exclusivamente masculino e muitas vezes pejorativo. O terceiro capítulo do trabalho, intitulado “Um outro olhar: a ciência sexual em uma perspectiva filógina”, busca refletir e analisar esse nova proposição discursiva, que à diferença de uma ciência definida pelas feministas como misógina, estuda a mulher sob uma ótica positiva e afirmativa.

O livro “O sexo da mulher”, do médico francês Gérard Zwang, foi publicado pela primeira vez em 1967. A obra se destaca principalmente por se propor a escrever detalhadamente sobre o sexo da mulher. O livro de Zwang é dividido em três partes. Na primeira delas, chamada de “A coisa em si”, o autor faz uma descrição detalhada da morfologia e fisiologia feminina. Nas duas partes seguintes, chamadas de “Mitologia ou ideia que temos da coisa” e “Estética ou a maneira de ver a coisa”, o autor procura desmistificar os preconceitos relacionados à mulher, baseado em conceitos misóginos e numa constante desvalorização do sexo feminino.

Da mesma forma que na linguagem, o autor argumenta que o sexo da mulher também não é bem representado nas artes. Atrelado sempre ao negativo, ao feio e ao obscuro, o sexo da mulher quase não foi representado e quando foi, em grande parte as representações são mitificadoras, idealizadas ou rebaixam a sexualidade feminina. Segundo o autor, a arte ocidental apresentou uma “estética falsificada” do sexo da mulher. Enquanto o sexo masculino foi vangloriado e exaltado, o sexo da mulher foi censurado, “até mesmo Afrodite, em todas as representações clássicas, mostra-se sem pelos e impenetrável: para a deusa do Amor, convenhamos que é muito incoerente.”¹⁰. O autor faz uma defesa estética do sexo da mulher e também se envolve na sua reabilitação, contra os tabus e costumes que o suprimem, posicionando-se como um grande crítico da clitoridectomia..

A principal contribuição do médico francês é manifestar amor para com o corpo feminino. A partir de uma linguagem poética e metafórica, o texto de Zwang é uma importante ferramenta na promoção da auto-estima e do amor próprio entre as mulheres. Cabe ressaltar que o autor é um grande defensor do relacionamento heterossexual e crítico da homossexualidade. Para o médico francês a relação entre o homem e a mulher é naturalizada e romantizada. Pautado no equilíbrio entre os sexos, o autor pretende promover o bom relacionamento entre o homem e a mulher. Observamos que para Zwang, essa é a grande verdade do sexo: o homem e a mulher foram feitos um para o outro.

Todavia, para além da crítica à homossexualidade, Gérard Zwang foi de grande importância na defesa das mulheres. Além de incentivá-la a descobrirem o próprio corpo e a viverem melhor a sua sexualidade, a principal contribuição do médico é política, pois o

¹⁰ ZWANG, Gérard. op. Cit., p. 272.

autor reforça que as mulheres precisam reconstruir a imagem que têm de si mesmas, que precisam aprender a gostar dos seus corpos. Entretanto, é preciso salientar que o projeto de Zwang vai além do elogio, é uma defesa permanente do sexo da mulher e também uma denúncia ao lugar obscuro a que sempre esteve fadado. O engajamento do médico permeia todo o livro contra qualquer intervenção, nesse sentido, Zwang critica a medicina e a ciência que usam o corpo masculino como referência e desqualificam o feminino De acordo com o próprio Zwang, o principal mérito de sua obra foi “a reabilitação morfológica, artística, do sexo da mulher”¹¹, estimulando suas leitoras a amar os seus corpos e não sentir vergonha do desejo e do sexo.

Nove anos após a publicação de Zwang, a historiadora e feminista Shere Hite publicou o livro “O relatório Hite”, resultado de uma pesquisa que vinha sendo desenvolvida desde 1972. A partir de questionários distribuídos entre 1972 e 1974, a historiadora categorizou os depoimentos em diferentes eixos temáticos e os inseriu no livro tal qual apareceram nos formulários. Uma das informações mais importantes do livro de Hite é a de que a grande maioria das mulheres americanas não atingia o orgasmo durante o intercurso sexual. Hite defende que o modelo das relações sexuais não é biológico, mas sim cultural, formado a partir do corpo e do desejo masculinos.

Dessa maneira, Hite procura desmistificar a ideia comum de que o homem é o ser sexual por excelência, enquanto a mulher é passiva e frígida e propõe novas maneiras de se pensar as relações sexuais. Outro importante ponto levantado pela historiadora trata do impacto psicológico causado pelo modelo sexual vigente, formatado na configuração “carícias, penetração, orgasmo masculino e fim”¹², levando as mulheres a um sentimento de inferioridade e de culpa, além do medo da anormalidade por estarem condicionadas a sempre verem seus parceiros chegarem ao orgasmo enquanto elas não conseguiam. Assim, como bem aponta a historiadora Roselane Neckel, Hite faz “um manifesto à iniciativa feminina”¹³, incentivando as suas leitoras a se empoderarem do próprio prazer e vivenciarem suas sexualidades da maneira como decidirem.

Ao escrever um livro direcionado para o público feminino, a autora pretende orientar as mulheres para que nunca deixem de buscar o seu prazer e que conheçam o seu corpo. Não se trata de um chamado para o ato solitário, ainda que a autora defenda a masturbação como a melhor maneira para aprender sobre o funcionamento do próprio corpo. O que a autora pretende é que as mulheres sejam elas próprias capazes de buscar e alcançar seus orgasmos e que não fiquem esperando pela vontade masculina.

Hite incentiva o processo de autoconhecimento e mais, de ter coragem de dizer o que se gosta e de como fazer, importante não somente para alcançar a liberdade sexual, mas para a emancipação feminina como um todo, pois a ausência de orgasmo seria um indicador de inferioridade. “O que sente uma mulher que assiste ao gozo do seu homem, inabalável na certeza dos seus direitos, toda santa vez? Trata-se perfeitamente de uma lição que ela é, antes de mais nada, inferior, oprimida e sempre menos alguma coisa.”¹⁴.

A busca pelo prazer e pela autonomia sexual é um importante passo no caminho da igualdade, nesse sentido, a luta feminista passa pelo aprendizado e desenvolvimento da sexualidade. “O direito ao orgasmo tornou-se uma questão política para as mulheres (...) É hora de recuperarmos nossos corpos, de começarmos a usá-los nós mesmas para o nosso próprio prazer”. Nesse sentido, observamos que “O relatório Hite” faz um chamado para que as mulheres se reapropriem de seus corpos, e como já visto, essa foi uma das principais bandeiras do feminismo dos anos 1970. Apropriar-se da sexualidade significa apropriar-se

¹¹ HITE, *Op. Cit.*, p. 20.

¹² *Ibidem*, p. 160.

¹³ NECKEL, *Op. Cit.*, p. 204.

¹⁴ HITE, *op. Cit.*, p. 280.

de seu corpo e portanto, do seu eu. “Temos direito aos nossos próprios corpos. Controlar a própria excitação simboliza a posse do próprio corpo. Um passo muito importante em direção à liberdade”¹⁵.

Hite encerra o seu livro enfatizando o engajamento a que se propôs durante todo o decorrer da pesquisa. Ao concluir o livro com um chamado para que reflitamos e nos posicionemos em prol de uma nova sexualidade feminina, a autora faz um chamado para que o sexo seja redefinido e principalmente que a relação sexual não tenha sempre o intercurso como objetivo. Como afirma Tito Sena, Hite pretende uma “total redefinição, melhor, uma in-definição da sexualidade, incluindo os homens nessa expansão.¹⁶”. É um chamado para que as leitoras e os leitores esqueçam um pouco todo o roteiro sexual que aprenderam e desenvolvam novas formas de se relacionar, para além de um sexo moldado pelo patriarcado ou pela necessidade reprodutiva¹⁷.

Gérard Zwang e Shere Hite compartilham uma visão positiva do corpo e da sexualidade feminina. Ambos foram importantes na construção de um novo posicionamento, de uma forma inusitada de pensar a ciência sexual, principalmente porque procuraram entender a mulher em sua singularidade. A importância dos autores está na construção de um novo fazer científico, principalmente em um momento no qual a ciência se popularizou nos meios de comunicação e foi usada como legitimadora do saber nas mídias.

Os autores que analisamos continuaram recorrendo à ciência como ferramenta legitimadora e ambos defenderam uma verdade do sexo. Para Gérard Zwang a verdade sexual está na defesa do relacionamento heterossexual, naturalizada e romantizada pelo médico. Todavia, a defesa de Zwang vai além do relacionamento heterossexual. O autor pretendeu apresentar uma nova verdade também sobre a mulher, segundo ele depreciada pela arte e pela ciência. Para Shere Hite a grande verdade do sexo está na insatisfação sexual feminina decorrente de um modelo sexual opressor. Hite se ampara na estatística para comprovar a sua teoria. O fato das mulheres americanas compartilharem as mesmas insatisfações constitui prova de que sua proposição é verdadeira.

Os dois autores se pautaram na ciência sexual para defenderem as suas verdades, todavia, ambos se colocam num lugar político em defesa da mulher. O engajamento de Hite e de Zwang supera as barreiras da sexualidade e corresponde a um cenário maior de emancipação. O engajamento de Zwang é em prol da auto-estima das mulheres, de uma retratação cultural e estética do corpo feminino, em oposição a uma desvalorização injusta conduzida por uma sociedade misógina e falocêntrica. Já a luta da historiadora e feminista Shere Hite passa pela emancipação sexual, mas ela faz parte de uma luta maior, de emancipação econômica e de emancipação da mulher enquanto sujeito no mundo. Para Hite, libertar-se das opressões do patriarcado passa pela emancipação sexual, pois significa alcançar a igualdade dentro do relacionamento.

Os dois livros escritos no auge do feminismo da segunda onda fazem parte do processo de reavaliação do que era ser mulher, que por sua vez está relacionado com a apropriação do corpo e da sexualidade. Os livros são parte integrante desse processo, pois contribuíram para a construção de um novo olhar acerca da feminilidade, lutaram contra misoginia e colaboraram para a construção de um olhar positivo sobre a sexualidade feminina. Ao defender a apropriação feminina do seu próprio corpo e desejo, Zwang e Hite contribuíram para a constituição de um bem estar da mulher consigo mesmo.

¹⁵ Ibidem, p. 266.

¹⁶ SENA, Tito. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: As sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas**. Florianópolis, 2007, p. 230.

¹⁷ ZWANG, op. Cit., p. 370.

OS BYTES CONTAM HISTÓRIAS. DO WIKILEAKS AO FACEBOOK: REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA DAS FONTES HISTÓRICAS NO CIBERESPAÇO A PARTIR DO ATIVISMO (2010-2013)

Aluno: Antonio Diogo Greff de Freitas

Orientadora: Prof^a Dr^a Karina Kosicki Belloti

Palavras-chave: fontes primárias no ciberespaço, ativismo na Web, Facebook e Wikileaks.

Este trabalho investiga a utilização de fontes primárias da Web para a pesquisa do historiador a partir do ativismo online entre os anos de 2010 e 2013. Ativismo que engloba os protestos perpetuados na Web e nas ruas dos países Egito, Brasil, Turquia e vazamento de dados do Wikileaks nesse período. Pretendeu, teve como objetivo identificar as maiores dificuldades que o historiador tem ao analisar fontes no ciberespaço e relacionar estas fontes com a historiografia usando de fontes primárias no ativismo como exemplo.

Para isto, o trabalho foi dividido em três momentos, ou três capítulos. Num primeiro momento, no primeiro capítulo os estudos passaram por uma análise bibliográfica sobre a história da comunicação, papel da comunicação na história e contextualização do período de 2010-2013. Em um segundo momento, no segundo capítulo a pesquisa teve como base as relações teóricas da história e da comunicação. Tendo como objeto central a história do tempo presente e história cultural, assim como os estudos sobre a teoria da comunicação. Nesse momento, autores como Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*, Peter Burke em sua obra *O que é História Cultural?*, Jacques Le Goff em *História e Memória*, Henry Jenkins em *Cultura da Convergência*, Alex Primo no título *Interações em Rede*, A. Chauveau e Ph. Tétard em *Questões para a história do presente*, entre outros, formaram a base dessa parcela da pesquisa. Por fim, no terceiro capítulo uma análise das fontes primárias que serviram de exemplo para responder a problemática central que é identificar as dificuldades, possíveis métodos, relação com a historiografia e reflexões acerca da relevância dessas fontes no ciberespaço para o ofício do historiador. As quais foram mais especificamente, a página denominada *We are all Khaled Said* (versão em inglês) no Facebook onde se encontram inúmeras imagens, vídeos, textos, organização de eventos de protestos, reportagens sobre os movimentos sociais no Egito desde praticamente o princípio dos eventos em 2010. Tal página originalmente desenvolvida por Wael Ghonim visava organizar os protestos e disseminar informações sobre os levantes no país Africano. O site Wikileaks que armazena o vídeo denominado *Collateral Murder*, com cerca de 40 minutos, que retrata o vídeo vazado por Bradley Manning e demonstra os casos de assassinatos perpetuados pelos americanos no Iraque. Como também, charges do cartunista Carlos Latuff, que retratam levantes populares na Turquia, Egito e Brasil.

A relação entre história e comunicação é de longa data, pois sabemos que a principal fonte de trabalho para o pesquisador da história se dá a partir de vestígios, de rastros que podem também ser vistos na comunicação da sociedade ao longo do tempo. Porém, a comunicação que aqui interessa é a da informação e a de ideias, que podem passar por formas como palavras, imagens ou audiovisual dentro da específica mídia denominada Internet.

Mas antes, tendo em vista o primeiro momento do trabalho, devemos lembrar alguns antecedentes históricos sobre a importância da comunicação na história. Da comunicação oral na Grécia antiga, à própria imprensa, que Robert Darnton usou em sua obra intitulada *O Beijo de Lamourette*, assim como os jornais no século XIX que Benedict Anderson contempla para descrever o que ajuda a moldar uma consciência coletiva e nacional, à “era do rádio”, o qual Peter Burke e Asa Briggs descrevem como de Roosevelt e Churchill, ou de Stalin e Hitler, à invenção do telégrafo, à propaganda na Segunda Guerra Mundial, ou o início da era da televisão na década de 1950, o que, aliás, influenciou no

aparecimento dos estudos culturais interdisciplinares na comunicação. Enfim, aos inúmeros exemplos de que a comunicação na história tem um papel de protagonista ao entendermos o passado.¹

Dentro dessas relações da comunicação na história não podemos deixar de lembrar o emblemático ano de 1968 e os protestos ao redor do mundo, diria Mark Kurlanski que sofreriam também influências da emergente TV via satélite do período. Nesse momento histórico: “a televisão amadurecia mas ainda era suficientemente nova para não ter sido ainda controlada, embalada do jeito como é hoje...”² Esses jovens de 1968 além da busca por direitos civis, igualdades raciais, direitos das mulheres e etc., estavam unidos, e detinham uma identificação supranacional a partir da questão da Guerra do Vietnã, como também se identificavam por meio de uma mídia, pelo próprio meio de comunicação, a televisão. Vale salientar também Peter Burke e Asa Briggs, ao dissertarem sobre o mesmo contexto de levantes sociais dos fins da década de 1960: “Era a televisão, perguntavam os críticos, que os estaria agitando e fazendo com que se comportassem de um modo que não adotariam caso não houvesse a “tela pequena e o mundo grande”?”³, chega ao ponto do presidente Richard Nixon usar a seguinte frase: “a imprensa é o inimigo”⁴ Este período específico se torna importante para o estudo em questão devido à relação da mídia com os eventos globais de 1968. Como visto, ocorria uma rede de informações via satélite na televisão que proporcionava identificações globais e influenciava em fatos ao redor do mundo que acabaram por se tornar históricos.

Dentro desta perspectiva, passamos pelo desenvolvimento entre 1968-69 de um outro meio que transformaria as relações na sociedade, a Internet, pela iniciativa ARPA do Departamento de Defesa dos EUA, assim como pela invenção em 1989 da *World Wide Web* (Web) por Tim Berners-Lee.⁵ Porém, o foco deste trabalho recai sobre o período da década de 2000. A partir da primeira metade desta década ocorrera o que posteriormente passou a ser conceituado como Web 2.0, onde a mentalidade, ou modo de produção desses sites se transforma e passa a valorizar a interação. Como diria Aline de Campos: “A mudança de paradigma de recepção e utilização de processos e conteúdos informacionais no espaço virtual para uma posição de criação e colaboração na construção coletiva desses conteúdos apresenta-se como um dos principais aspectos da chamada Web 2.0.”⁶ Dessa forma, essa transformação tem impacto nas formas de sociabilidade na Web, assim como dá perspectivas para novas formas de ativismo na rede, o que por sua vez reflete na sociedade como um todo. Em 2004 a rede social Facebook foi criada, em 2006 o microblog Twitter e o Wikileaks, em 2005 o Tumblr e o Youtube, assim como inúmeros outros blogs e sites. Em 2010 o site Wikileaks teve repercussão mundial ao publicar milhares de documentos vazados pelo soldado Bradley Manning que servia no Iraque. No primeiro vazamento, em abril, o documento se tratava de um vídeo feito a partir de um helicóptero militar Apache americano atacando civis desarmados, entre eles jornalistas. Meses depois também publicara 75 mil diários militares que comprovavam inúmeros assassinatos pelas forças dos EUA. Mais tarde o denominado projeto “Cablegate”, em alusão ao caso Watergate, vazou cerca de 251 mil documentos diplomáticos em que demonstravam como funcionavam as relações entre países.⁷ A partir do ano de 2010 inúmeros levantes populares por toda o norte da África e Oriente Médio foram tanto

¹ BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Uma História Social da Mídia: De Gutemberg à Internet. 2º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 13 – 23.

² KURLANSKI, Mark. 1968: o ano que abalou o mundo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 14.

³ BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Op. cit.* p. 254

⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵ *Idem*, p.310-312.

⁶ PRIMO, Alex. Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 163.

⁷ ASSANGE, Julian et al. Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 11

propagados pelas mídias tradicionais quanto, principalmente, pelas novas mídias, em particular o Twitter e o Facebook. O que Henrique Soares Carneiro definiria como: “*um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores*”⁸ Esse último caso teve como um dos catalisadores a Tunísia, onde um jovem de 26 anos vendedor de frutas após ser reprimido por policiais locais tendo seus produtos apreendidos, dentro de um contexto no qual 30% da população era desempregada, comete suicídio no dia 17 de dezembro de 2010 na frente da sede do governo. Um dia após a sua morte milhares de manifestantes protestam em frente ao palácio governamental, gravam vídeos e postam no Facebook. No Egito mais que uma dúzia de outros jovens repetem o feito do cidadão Tunisiano e uma leva de protestos acompanham os eventos. Segundo James L. Gelvin, existiam vários grupos que conclamavam os protestos, entre eles a Irmandade Muçulmana, grupo político, mas também páginas no Facebook como a estudada aqui, *We are all Khaled Said*.⁹

No segundo momento da observação deste trabalho, acabou por ser examinado as relações teóricas que responderiam a principal questão desta pesquisa. Se estas fontes teriam condições de desenvolver uma narrativa a partir de estudos da história cultural e da história do tempo presente, tendo como base também os estudos teóricos da comunicação. Jean-Pierre Rioux sintetiza o campo da história do tempo presente como: “*Um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas, é um pouco isto, a história do presente*”¹⁰. Esta História do Tempo Presente, segundo Agnès Chauveau e Philippe Tétart, teriam raízes na década de 1950, momento este que a sociedade demandava esclarecimentos sobre os acontecimentos recentes do período, assim como vivia uma aceleração da comunicação, o qual também influencia no período do atual trabalho.¹¹ Vale destacar as coleções sobre o tema: “*L’Histoire immédiate*”, “*L’Univers historique*”, assim como das revistas *Vingtième Siècle*, *Les Cahiers de l’IHTP* e *L’Histoire*.¹² Le Goff irá discorrer sobre a história imediata ao acentuar a vantagem que o historiador do recente tem ao ser privado do conhecimento dos acontecimentos posterior ao seu objeto, ao contrário do estudioso de períodos mais longínquos, estes quais sofreriam influência do saber do ocorrido posteriormente.¹³ Acrescentando, no texto Documento/Monumento de Jacques Le Goff, temos uma definição sobre o que seriam as fontes primárias do ofício do historiador: “*Tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.*”¹⁴ Nesse sentido, podemos incluir o que Pierre Levy conceituara como ciberespaço e cibercultura nesse mundo de pertencimentos, de relações, dependências, gostos, maneiras, relações sociais e culturais que se dão nesse espaço e cultura a partir do homem.¹⁵ Tendo

⁸ HARVEY, David. Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 9.

⁹ GELVIN, L. James. The Arab Uprisings . What everyone needs to know. New York: Oxford University Press. 2012. p. 42 – 44.

¹⁰ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 50.

¹¹ *Idem*, p 16- 17.

¹² *Idem*, *Ibidem*.

¹³ *Idem*, p 100 – 101.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 540.

¹⁵ **Ciberespaço:** “... (que também chamarei de rede) é o novo meio de comunicação digital que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.” **Cibercultura:** “... especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LÉVY, 1999. P 17.)

isto em vista, as fontes usadas nesse estudo parecem se encaixar exatamente nas definições acima. Para finalizar a questão historiográfica, de forma a sintetizar o problema aqui proposto, é importante lembrarmos dos escritos de Peter Burke e Asa Briggs: “*É inadequado tratar o ciberespaço em termos de ilusão, fantasia ou escapismo. Ele tem economia interna, psicologia e tem a sua história*”¹⁶. Adicionando a isso as reflexões de Karina Kosicki Belloti em seu artigo intitulado *Mídia, Religião e História Cultural*, onde foi possível perceber características da História Cultural como, entre outras, uma recusa a História das ideias tradicional/História Positivista, o papel da linguagem na qual a história é um discurso, assim como também uma recusa de categorias totalizantes e de grandes narrativas, as fontes primárias em questão então tiveram condições de entrar nesse aporte teórico.¹⁷

Em um terceiro momento, foi produzida uma análise das fontes que levou em conta evidentemente a questão historiográfica e a contextualização trazidos até aqui, mas também questões teóricas da comunicação, pois somente entendendo o funcionamento da mídia que comporta estas fontes que seria possível ter uma análise de maior qualidade. Isto posto, é importante pontuar a questão da Cultura da Convergência de Henry Jenkins. Considerando o princípio básico da teoria da comunicação entendida como uma relação de emissor e receptor, podemos perceber que a partir desse momento na Web 2.0, que esse conceito se desdobra, pois tanto o receptor como o emissor podem desempenhar ambos os papéis. É nesse ponto que as “novas mídias” entram em conflito com as “mídias tradicionais”, ou entram em estado de convergência, como diria Henry Jenkins.¹⁸ Para este autor, essa convergência transformou o modo de relação da mídia e da sociedade, passando para um modo de interação e participação entre emissores e receptores. Dentro desse espectro que se encontram as fontes.

Tendo como ponto de partida que os dados da pesquisa que foram avaliados são oriundos de páginas do Facebook, o qual por convergência irá incluir o Twitter, Youtube, entre outros, como também o site *Wikileaks*, obtivemos então informações em vários níveis, tanto quanto quantitativo, ao analisarmos a amplitude que um post atingiu, por exemplo, como qualitativo ao analisarmos os comentários e interações entre usuários da página. Assim sendo, a pesquisa teve como base a obra intitulada *Métodos de pesquisa para internet* escrita pelas professoras Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral, para desenvolver os estudos.¹⁹

Dentro desse panorama foram obtidos alguns resultados nas análises de fontes propostas. Por exemplo, ao relacionarmos as datas da eleição Egípcia que teve seu último dia, no dia 17 de junho de 2012, percebemos, segundo dados do próprio Facebook, que a página *We are all Khaled Said* teve seu ponto mais alto de interação entre usuários. Página esta com alcance de 337 mil pessoas, as quais a maioria se encontrava entre 18 e 24 anos de idade, tendo a maior parte das interações na cidade de Cairo. Devemos lembrar que esta página foi fundada em homenagem ao jovem de 28 anos chamado Khaled Mohamed Saeed, espancado até a morte por policiais egípcios. Página desenvolvida por Wael Ghonin originalmente, o qual também colaborou com a versão em inglês. Tal página em árabe tem o equivalente a 3.522.061 usuários.²⁰ Neste “nó” informacional foi possível visualizar centenas de imagens, vídeos, textos, músicas que no decorrer dos eventos foram traçando

¹⁶ BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Op. cit.* p 328.

¹⁷ BELLOTI, Karina Kosicki. *Mídia Religião e História Cultural*. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv4_2004/p_bellotti.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2013. p. 98.

¹⁸ JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009. p. 29.

¹⁹ FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 115 – 138.

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/elshaheed.co.uk>

um aumento exponencial dos movimentos de protesto no Egito assim como um apoio internacional decorrente da visualização de informações sobre torturas, prisões e filmagens sobre a brutalidade da polícia, as quais foram confirmadas lendo as interações entre usuários de diversos países. Afirmando o que o historiador James L. Gelvin destaca como uma das principais páginas de ativismo que fomentaram e organizaram os eventos no país árabe. Infelizmente não podendo ir mais longe devido ao espaço, separei palavras finais para exibir pequenos detalhes sobre os resultados obtidos na página de Carlos Latuff, assim como do site *Wikileaks*. No que condiz com o trabalho do ativista Latuff, foi perceptível trabalhos artísticos de protesto que reuniam contextos sobre os eventos na Turquia e Brasil em 2013, como também sobre os levantes populares no Egito tratados pelo outro “nó” informacional visto anteriormente. De acordo com a amplitude (cerca de 33 mil seguidores), o conteúdo das charges, as quais apoiavam reivindicações de protestos dos ativistas de cada país, e a interação ocorrida, foi notável a composição de uma identidade supranacional nas postagens de charges sobre esses três eventos, onde pessoas de vários países participavam da interação e buscavam afirmar um apoio mútuo. Bem como foi possível absorver informações sobre o contexto histórico dos levantes populares. O caso do site *Wikileaks* se destacou de acordo com a própria definição e propósito que a organização se propõe, que é vaziar documentos. Documentos que se tornam de grande importância para o ofício do historiador. No documento chamado *Collateral Murder*²¹, já descrito, foi possível entender de perto como se deu uma das operações militares americanas no Iraque, algo que não ocorreria sem o aporte do ativismo desta organização. A análise dessas fontes tanto entraram no aporte teórico como demonstraram os aspectos sobre as origens culturais dos protestos online nos anos entre 2010 e 2013.

O trabalho desenvolvido teve como objetivo analisar as questões teóricas que possibilitariam ou não o estudo das fontes destacadas, o que se demonstrou executável e de acordo com o aporte teórico ao ser aplicado nas fontes que serviram de exemplos. Tendo em vista os estudos feitos foi possível perceber que a historiografia, a relevância das informações contidas nos documentos, a contextualização que elas permitiram, demonstraram que ao não considerarmos estas vastas informações contidas no ciberespaço, estaremos perdendo um grande potencial de matéria prima para a construção da história.

²¹ Disponível em: [http://wikileaks.org/wiki/Collateral_Murder, 5_Apr_2010](http://wikileaks.org/wiki/Collateral_Murder,5_Apr_2010)

RESUMOS BANCA VI

*Quarta-feira, 18 de
dezembro de 2013 -
Das 10h00 às 11h00
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE DENTRO DAS FORÇAS ARMADAS ESTADUNIDENSES NOS CONFLITOS DO SÉCULO XXI (2003 – 2010)

Autor: Gabriel Kotaka De Orte

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras Chave: Guerra do Iraque; Guerra do Afeganistão; Relações de Sociabilidade

Quando trabalhamos história militar de maneira a abranger as camadas combatentes, algumas questões essenciais surgem, entre elas as seguintes: Como funcionam as relações de autoridade na infantaria do *U.S Army*? Como os líderes levam suas tropas ao combate? E o objetivo desse trabalho é investigar as respostas para essas perguntas em um recorte específico, mas elas são por natureza eternas e universais

Com a proposta de fazer uma pesquisa focada em um recorte específico de história militar, e principalmente, as relações de autoridade que acontecem na instituição da militar norte americana, é essencial que se tenha bem estabelecidos três pontos da metodologia. O primeiro deles é bibliografia de base, nesse caso as obras de Richard Holmes, *Firing Line*, e *Homens ou Fogo?* de S.L.A Marshall, vejamos por que esses autores servem de base teórica.

Marshall é um autor essencial citado pela historiografia militar contemporânea, sua pesquisa em sobre os veteranos da Segunda Guerra Mundial, fornece dados essenciais para embasar uma pesquisa nesse âmbito. Aqui a ideia não é pesquisar os eventos que compõem uma guerra, ou salientar grandes batalhas, generais ou nomes, descrevendo a panorâmica dos combates, mas sim apresentar a perspectiva dos soldados que lutam essa guerra. Marshall entrevista e analisa uma base própria de banco de dados durante a guerra, seu contato por estar dentro do exército o permite acesso direto aos fuzileiros e as descrições deles de suas experiências, dentro ou fora de combate, sejam elas boas ou ruins. A descrição de Marshall, porém, não é a de um historiador, mas sim de um militar, seu objetivo não é simplesmente relatar os fatos, mas apresentar os problemas enfrentados pela liderança, assim como as dificuldades do campo de batalha e em cima disso ele constrói argumentos que visam soluções para essas dificuldades e propostas de alterações nos mecanismos.

Holmes, diferente de Marshall, ocupa seu lugar como um historiador da história militar que realmente objetiva descrever os problemas e adversidades do campo de batalha, ou seja, explorar a base das guerras, seja ela a presença da morte, as relações de liderança, os motivos que compelem os soldados a frente de batalha ou os métodos de escape utilizados pelos soldados para aguentar esse período em combate. A sua escrita é a maior influência nesse trabalho, a metodologia proposta por Holmes visa analisar os pormenores do combate, com a consciência de que uma verdade ou uma descrição completa desse não poderão nunca ser alcançados. Isso ocorre por dois motivos essenciais, o primeiro é a premissa de que ninguém que nunca viveu uma guerra pode saber por completo quais são esses horrores descritos pelos soldados ou minimamente compreender o que ela é, de acordo com Holmes (1994, p. 8) “*Nevertheless, the historian without professional experience of war has to overcome a stop in the mind if he is to write valuably about it. Even if he does this, he will have to contend with those that lack of personal experience is disqualification per se.*”¹, e a segunda é a de não existirem palavras para descrever esses eventos: Holmes combate esse argumento falando que, não é por esses motivos que se deve evitar completamente a pesquisa desse assunto, mas, pelo contrário, deve se investigar exatamente quais são esses fatores e procurar responder essas perguntas. Para executar tal

¹HOLMES, Richard. **Firing Line**. London: Pimlico, 1994. P.08. Traduzido livremente pelo autor: “Ainda assim, o historiador sem experiência profissional da Guerra, tem que ultrapassar uma barreira na mente se ele quer escrever algo de valor sobre isso. E mesmo que ele faça isso, ele terá de se contentar com o fato de que a falta de experiência pessoal é uma desqualificação *per se*”

tarefa o autor faz uso das mais diversas fontes, desde relatórios de soldados até cartas pessoais, em vários recortes temporais, dando descrições relativamente superficiais sobre os eventos, mas com o objetivo de levantar problemáticas essenciais para outras pesquisas, e não propor uma resposta para elas. Seu recorte temporal cobre os períodos das guerras napoleônicas, até as grandes guerras, para por fim, chegar no mais recente conflito da época, a guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra.

Seguindo o exemplo desses autores o segundo componente da metodologia dessa monografia é estabelecer o contexto para ser analisado. Aqui a proposta é trabalhar com a infantaria norte americana nos conflitos contemporâneos. Mais especificamente o *U.S Army* dentro da guerra do Afeganistão, que vai de 2001 até os dias atuais (2013) e na guerra do Iraque que se estende desde 2003 até 2011. A importância de se compreender o contexto para se analisar uma questão tão universal como as relações de autoridade dentro da infantaria americana, é a de se estabelecer os motivos que caracterizam as relações aqui estudadas. É apenas claro que as mesmas relações existiram durante a Segunda Guerra Mundial, ou na Guerra do Vietnam, mas suas características mudaram com o tempo, as diferenças entre uma guerra tradicional e uma guerra de insurgências são enormes, veremos portanto como as lideranças lidam com as guerras de guerrilha, mas em primeiro lugar, aqui é importante ressaltar alguns pontos chave desse período.

Os ataques ocorridos em 11 de Setembro de 2001 desencadearam uma série de eventos na política externa dos EUA. Um sentimento de revanche surgiu entre os americanos, e uma resposta direta era exigida. Após a declaração de *Osama Bin Laden* um contra-ataque organizado em conjunto das *Special Forces* do *U.S Army* e a aviação da *USAF* tomou ação, um grande número de tropas foi colocado nas montanhas do Afeganistão com o objetivo de procurar e destruir alvos vinculados com a Al-Qaeda. Assim se dá início a guerra do Afeganistão.

Durante o período de 2001 até 2006 existiu uma política de baixa intervenção nesse país, as tropas da Coalisão colocadas lá não possuíam como objetivo de reconstruir o Afeganistão, mas sim capturar os culpados pelos atentados. Em torno de 2006 as atividades militares da coalisão se intensificam no Afeganistão, um grande número de tropas americanas e inglesas, de ramos normais da infantaria são colocados em território afegão, para combater as tribos na região de fronteira com o Paquistão, membros do movimento Talibã, ao mesmo tempo se mantendo a perspectiva de achar os culpados pelos atentados em Nova York. Todavia, aqui se intensifica o tratamento humanitário, o objetivo é o de estabelecer a segurança das províncias ocupadas, afim de a posteriori construir as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do país.

Nesse período o combate contra as insurgências se intensifica, pois além das organizações treinadas e estabelecidas com esse propósito, tais como o movimento Talibã, traficantes de droga locais junto com alguns membros da população se tornam descontentes com a presença da Coalisão em seus territórios. Esses eventos resultam num combate direto com a população civil, que se estende até os dias atuais. Todas essas informações de datas e números são retiradas dos jornais da CNN, das fontes como *Gentleman Bastards* de Kevin Maurer que traz um panorama geral como introdução e documentários como *Never-Ending War in Afghanistan*, que apresenta uma visão geral sobre os soldados britânicos em território afegão.

Também decorrentes da política externa americana de Guerra ao Terror, pós 2001, existe a invasão do Iraque por parte de tropas da Coalisão. Este conflito começou em 2003 e termina tão rápido como começou. Com uma série de ataques bem planejados e executados em conjunto dos *Marines (USMC)* e do *U.S Army* junto com ataques aéreos da *USAF* foi uma operação militar de grande sucesso, chegando em Bagdá em apenas três semanas.

O ponto essencial sobre a Guerra do Iraque é o período que vem depois da Invasão, a ocupação do Iraque foi pessimamente planejada e executada. O período que sucedeu a queda do regime de Saddam Hussein foi de um caos completo dentro das cidades, grandes ou pequenas do Iraque, uma série de saques e pilhagem, formação de gangues e assassinatos se seguiu.

A baixa intervenção da militar da coalisão nesses eventos, resultou na insatisfação generalizada da população local, essa insatisfação coloca a população contra a ocupação das tropas, isso significa que o combate de insurgências dentro do Iraque, de 2004 até 2011 é extremo, o uso de emboscadas, explosivos improvisados, e combates próximos, combinado com a permeabilidade e aparente invisibilidade do inimigo, que, diga se de passagem, era completamente capaz e eficiente, resultou num período de terror geral e grande queda de moral entre os militares da Coalisão. Em contraste com esse evento geral que é a Guerra do Iraque, existem dois eventos especiais que se destacam, o primeiro deles é a invasão de Fallujah pelas tropas americanas.

Fallujah é conhecida como uma das maiores e mais problemáticas batalhas urbanas da história, e com certeza a maior do século XXI até agora. Sua característica de guerra de guerrilha em combinação com a grande quantidade de pessoal em ambas as forças, e o período de fortificação que os insurgentes tiveram dentro da cidade fizeram dela uma batalha de proporções dificilmente compreendidas. O uso de substâncias ilegais como o fósforo branco por parte dos americanos, e a grande quantidade da ingestão de drogas pelos insurgentes agravaram ainda mais os efeitos dessa batalha, a qual é de essencial compreensão desse trabalho, pois uma das fontes principais, o livro de David Bellavia, *HousetoHouse*, é passado nesse contexto. Em conjunto com Fallujah, o segundo evento essencial da guerra do Iraque é a guerra de guerrilha travada no Triângulo da Morte ao sul de Bagdad.

O Triângulo da Morte é o ponto culminante da guerra em uma região específica. Todos os eventos que já eram fortes no resto do Iraque, são intensificados nas cidades de Mahmudiyah, Lutufiyah e Yusufiyah. O uso de explosivos improvisados é tão intenso na região, que os soldados relatam ser atingidos diariamente por pelo menos uma carga, e ocasionalmente mais de uma. Esse estado de ataques constantes às patrulhas motorizadas criou uma região de completo terror nas tropas da Coalisão que ocupavam o local, esses eventos são descritos pelo jornalista Jim Frederick em *Black Hearts*.

É interessante ressaltar que a maior parte das informações utilizadas para a análise dos contextos provem de Jornalistas, sejam eles que escrevem livros sobre os acontecimentos, normalmente com a ajuda de entrevistas com os veteranos, como é o caso de Jim Frederick, ou os chamados “*Embedded Journalists*” jornalistas pagos pelas companhias de mídia, providos dos mais diversos países, e sustentados pelas forças armadas, além de atrelados a unidades dessas forças, para cobrir em tempo real os eventos da invasão. Exemplos de jornalistas *Embedded* são o Kevin Maurer que escreve o livro *Gentleman Bastards* descrevendo suas experiências, e Even Wrighto escritor de *Generation Kill*, mandado para cobrir a invasão do Iraque ela *Rolling Stone Magazine*.

O terceiro componente da metodologia é a apresentação da organização da militar americana, ao qual aqui não poderei dedicar muito espaço. Primeiramente é importante que se tenha em mente que as forças armadas dos EUA são compostas por quatro ramos principais. *AUSAF* a Força Aérea dos Estados Unidos, é especialmente dedicada em respostas rápidas e é especializada em apoio estratégico, logístico e tático de alta tecnologia, ela também é responsável pelo programa aéreo espacial dos EUA. Em seguida temos a *U.S Navy* a marinha americana. Devido as transformações nas marinhas do mundo durante o século XX, a *Navy* não se caracteriza pelo uso de grandes navios de guerra, e sim pelo amplo uso de porta-aviões, é importante ressaltar aqui que a *Navy* possui seus

próprios aviões e pilotos que não necessariamente coincidem em método ou tecnologia com os da *USAF*. Finalmente nos voltamos aos dois ramos da militar americana especializados em combate terrestre.

O primeiro deles é a Corporação dos Fuzileiros Navais Americanos, a *USMC*, também conhecidos como *Marines*. A *USMC* é especializada em combates anfíbios e resposta rápida para qualquer conflito que os Estados Unidos venha a se engajar, porém seu contingente e verba são menores do que os das outras forças armadas, portanto eles nunca resolvem um conflito por conta própria. Vejamos agora o contingente principal de guerra terrestre dos EUA, o *U.S Army*, composto por um contingente muito maior do que o da *USMC* o *Army* possui suas próprias aeronaves de apoio tático e transporte, blindados, artilharia e infantaria e é o foco dessa pesquisa.

A estrutura hierárquica do *Army* é baseada na ideia de que, eles são uma instituição liderada por oficiais comissionados *COs* e regida por oficiais não comissionados *NCOs*, esse ponto é muito importante, pois é o assunto principal das relações dessa pesquisa. Os *NCOs* são membros do *Army* que se alistam sem possuir uma graduação em ensino superior, sem haver cursado uma academia militar ou um programa de cadetes, o que significa que, eles são em sua maioria, pessoas de classes sociais mais baixas, que normalmente aderem ao *Army* como um estilo de vida seguro, salvo a exceção dos anos iniciais dos conflitos, aonde a aderência principal é a revanche pelos atentados. Eles se alistam portanto na carreira iniciando com o posto de *Private* e após alguns anos de serviço eles ocupam uma posição de liderança, que são os propriamente ditos *NCOs*, podendo ir desde *Corporal* até o posto máximo de *CommandSergeant Major of the Army*, ocupando nas posições elevadas da hierarquia, uma posição que valoriza a sua experiência, de conselheiro dos *COs*. Em contraste com os *NCOs*, portanto, temos os *COs*, pessoas formadas em academias militares ou universidades e programas de cadetes, que ocupam posições de liderança desde a sua entrada na instituição, o mais novo dos *COs* ainda ocupa uma posição mais elevada do que o mais experiente *NCO*. Isso significa que um *SecoundLieutenant* o posto de *CO* mais baixo da carreira, é superior ao *CommandSergeant Major of the Army*, o posto mais alto da carreira de um *NCO*, apesar de nesse caso o *NCO* comandar em conjunto com outros dois *COs* e dois secretários, todo *Army*. É fundamental que se compreenda esses parâmetros, pois toda a estrutura que virá em seguida depende dessa base.

Observemos portanto as fontes principais utilizadas nesse trabalho. A primeira delas é intitulada *HousetoHouse* e descreve os eventos vividos pelo autor, *Staff Sergeant* Devid Bellavia durante a batalha de Fallujah no Iraque em 2004. Bellavia é um líder de esquadrão e um *NCO* na infantaria do *Army*, e suas descrições tanto sobre os combates de proximidade, os problemas enfrentados dentro da batalha, as experiências de matar seu inimigo, ou suas mudanças desde a entrada na guerra são ótimas, em conjunto, ele também descreve sua relação com os oficiais superiores, e seus subordinados, as quais são a parte central dessa pesquisa.

Em conjunto com a obra de Bellavia, fiz uso do livro *OutlawPlatoon* de Sean Parnell. Parnell descreve suas experiências no Afeganistão como um *CO* líder de pelotão, suas descrições não possuem a carga de dramaticidade ou de proximidade com os eventos, em nenhum momento Parnell mata seus inimigos com as próprias mãos, como Bellavia o faz, porém o jovem tenente se dedica a descrever os problemas enfrentados por ele, para conquistar a confiança e guiar com qualidade um pelotão de infantaria, para dentro e para fora do combate contra os talibãs na fronteira com o Paquistão em 2006. Parnell também descreve sua relação com seus subordinados, assim como com seus superiores, e é uma grande fonte de informação principalmente quando colocado em conjunto com o livro de Bellavia.

Ambos os livros tiveram sua escrita auxiliada pelo historiador John R. Bruning, o que mantém uma certa homogeneidade na escrita dos livros, mesmo que as diferenças nas descrições sejam gritantes, é importante manter em mente que os autores conversam pessoalmente e se conhecem, isso caracteriza e ajuda na possibilidade de comparação entre os livros.

Chegamos então ao problema central em nossa pesquisa, que é entender, como e por que as relações pessoais de liderança entre os soldados acontecem. Tanto Marshall como Holmes trabalham com esses aspectos, e mostram os problemas da liderança, em períodos diferentes da história, e, apesar do *Army* tentar se adequar institucionalmente para aceitar a participação dos *NCOs* no comando das grandes unidades, os colocando em posições de conselheiros, junto aos centros de comando, desde nível de pelotão, ainda existe um problema claro aqui.

A incompetência dentro das cadeias de comando é o primeiro problema geral notado nas fontes, tanto no *HousetoHouse*, como no *OutlawPlatoon* e no *Black Hearts*, seja na realização de tarefas essenciais para o bom funcionamento das suas unidades, no próprio planejamento e execução das missões e objetivos ou o principal, na construção de relações com seus subordinados. Um bom exemplo desse problema é o comandante da 1-502 do *Black Hearts*, o Coronel Kunk, que falha terrivelmente em construir uma relação com seus subordinados.

Nem Parnell nem Bellavia falam diretamente sobre os motivos que os levam a seguir ou rejeitar algumas ordens, porém, o fator confiança no líder em presente em ambos. Essa confiança é construída de diversas maneiras e pende em uma relação delicada entre amizade e presença forte, e é nos sargentos de pelotão que normalmente essas duas características se mostram presentes. Parnell descreve o seu *PSG*, *SFC. Greeson* como um veterano experiente e calmo nas situações de combate, um modelo para todos os membros do pelotão, e a sua amizade com Greeson é o que ajuda a manter sua relação com a unidade. No caso de Bellavia, o *PSG* é seu superior, não seu amigo, mas James Cantrell possui uma presença forte de liderança, ajudando o *CO* no objetivo.

Em conjunto com tudo isso, é importante notar que além de ter de se relacionar com os *NCOs*, construir relações que sejam ao mesmo tempo autoritárias e amigáveis, os *COs* constantemente são obrigados a se provar, cada combate é um desafio de liderança, e segundo Bellavia, oficiais que não se expõem aos perigos da batalha não são dignos de confiança, essa necessidade de se assumir, como parte da infantaria, como um membro no chão junto com os seus subordinados, leva Parnell a se expor a situações perigosas recorrentemente, incluindo o ataque de morteiro que causou suas concussões, porém, é nítido que ele consegue o resultado desejado durante os conflitos, seus *NCOs* seguem suas ordens e o consideram parte do grupo, isso é essencial.

Portanto, no decorrer dessa pesquisa, foi possível perceber que, existe uma visão inteira nova a ser explorada na história militar, uma pesquisa que abranja as relações entre os integrantes das posições hierárquicas mais baixas da militar, exige que se busque nos relatos dos soldados a suas visões sobre os eventos, e, nunca se poderá compreender em sua totalidade a complexidade desse mundo, porém, é importante que, seguindo a luz de Holmes e Marshall, se investigue um terreno pouco pesquisado que são os conflitos do século XXI, as tecnologias da atualidade com certeza ajudam nas relações de liderança, rádios ajudam na propagação das ordens, mas, em um terreno aonde as decisões de outras pessoas podem resultar na sua vida ou na morte, é nítido que simples motivos constitucionais não são suficientes para levar os soldados a frente, é necessários que os líderes construam relações de liderança, e conquistem a sua posição de autoridade e exemplo para com seus subordinados, e essa pesquisa revelou que, caso isso não aconteça, a insubordinação é uma variável provável.

A CONTRIBUIÇÃO DA GAZETA DO POVO E D'O ESTADO DO PARANÁ NA CRIAÇÃO DA IMAGEM DE CURITIBA COMO CIDADE MODELO NO MOMENTO DA CRIAÇÃO DO ÔNIBUS EXPRESSO (1974)

Rafael Queiroz dos Santos

Profº Dr. Dennison de Oliveira

Palavras Chaves: Transporte coletivo, Ditadura Militar, Urbanismo, Imprensa.

O presente trabalho pretendeu analisar a urbanização em Curitiba e a criação do mito da cidade modelo. Como descrito na obra de Dennison de Oliveira, se analisarmos a história do planejamento urbano no Brasil, encontraremos um cenário desolador, com projetos mal concebidos, iniciativas frustradas e realizações incompletas. Nesse cenário, o caso de Curitiba aparece como exceção, com a realização de um plano diretor em 1965 e a ação de uma elite de engenheiros e arquitetos urbanistas (dentre eles Jaime Lerner), que assumiram o poder executivo da cidade e colocaram em prática suas ideias¹.

O êxito desse projeto foi todo creditado, pela imprensa e por outros setores da sociedade ao talento e competência desses profissionais do urbanismo, ocultando outros fatores desse êxito, como o contexto institucional e político, que possibilitaram a um grupo impor seu projeto de cidade.

Utilizando o discurso da imprensa (os dois principais jornais do Paraná na época, a *Gazeta do Povo* e o *Estado do Paraná*) como fonte, focalizando o transporte público (por que o transporte foi a grande vitrine e um dos grandes responsáveis pela construção da ideia de Curitiba como um exemplo em planejamento urbano), esse trabalho teve como proposta investigar a participação da imprensa na criação do mito de Curitiba como cidade modelo.

Essa “mitologia” que envolve a cidade de Curitiba não é de toda falsa. Realmente, há fatores que legitimam todo esse discurso, mas esse discurso oculta outras questões que contradizem a versão oficial da “verdade”, como o autor acima citado afirma: *“toda e qualquer leitura atenta das representações contemporâneas desta cidade permite perceber a mistificação que as permeia. Uma análise objetiva das reais condições da malha urbana e dos méritos – supostos ou reais – das realizações operadas pelos planejadores urbanos desde os anos 70 irá se deparar com inúmeras manifestações e fenômenos de todo incompatíveis com a imagem que se projeta da cidade”*².

Quanto ao recorte histórico que foi estudado para a realização dessa pesquisa compreende o período de governo do primeiro mandato de Jaime Lerner como prefeito da cidade de Curitiba (1971 – 1975), e que está inserido no contexto que conhecemos hoje como Ditadura Militar.

Contexto político Brasileiro

No início da década de 1960 o Brasil vive um conturbado período de sua história política. De 1945 – 1964 o país presencia um momento chamado de “República Democrática”³, onde experimenta um momento de democracia em sua história. Porém, apesar do momento democrático, que se inicia com o término da Ditadura Vargas em 1945, até o famigerado golpe militar de 1964, esse momento foi muito turbulento com disputas entre dois grupos que pretendiam estabelecer um modelo econômico para o Brasil. Esses dois grupos são: os de tendências nacionalistas, que defendiam o desenvolvimento de uma burguesia nacional independente do capital externo internacional e que tinham o apoio de

¹ Oliveira, Dennison de. Curitiba e o Mito da Cidade Modelo. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.

² Idem, pág. 16.

³ Constante, Ricardo Martins. Ditadura Militar e propaganda política: A revista manchete durante o governo Médice. Dissertação de mestrado, Universidade de São Carlos. Pág. 43.

setores da esquerda; e o outro grupo denominava – se *Liberais nacionalistas*, aliado dos capitalistas internacionais, pensava que, além de a entrada do capital externo no país ser imprescindível para seu desenvolvimento, não se poderia por obstáculos a sua entrada, ou seja, “escancarando” as fronteiras nacionais para a iniciativa privada internacional, seja ela parceira ou não do capital nacional, não garantindo assim ao Estado o controle sobre setores básicos da economia sem, no entanto, ameaçar a “soberania nacional”⁴.

Na disputa desses grupos ficará clara a cisão ideológica que o Brasil e o mundo está passando nesse momento e também a falência do modelo populista criado por Vargas em seus governos, que não conseguia resolver as tensões de classes existentes nesse momento, fazendo assim entrar em crise a ideia de *conciliação de classe*. O Estado virou palco de suas disputas, provocando crises institucionais graves como, por exemplo, o suicídio de Vargas em 1954 e os fatos que se sucederam logo após esses episódios como, por exemplo, a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder e sua opção pela “saída internacionalista” para a economia.

A crise aumenta com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e com a posse de seu vice João Goulart, político de ampla orientação varguista e que vai dar continuidade a sua política populista. Mostrando grande insatisfação com a continuidade, por Jango, das políticas populistas varguistas setores conservadores da população brasileira, sob a liderança dos militares conspiram contra o governo janguista. Em 31 de Março de 1964 acontece o golpe civil – militar que põe fim à chamada República Democrática que durou 19 anos.

Após o golpe há o intuito de ampliação do poder executivo, suspendendo aos poucos a participação dos poderes Legislativos e Judiciário. Sob o Governo do Marechal Castelo Branco há a implantação do sistema político bipartidário em MDB (oposição “consentida”) e pela ARENA (partido do governo). Em 1967 o país tem uma nova carta constitucional, que amplia os poderes do executivo e propõe a eleição indireta para presidente, além da Lei de Imprensa e a Lei de Segurança nacional. A partir dessa nova carta constitucional o regime militar tendeu gradualmente à ditadura pura e simples e com poucos disfarces de normalidade, usando por exemplo o funcionamento do congresso nacional em determinados momentos como uma forma de criar uma imagem que, mesmo após a intervenção militar, o Brasil tinha seu sistema de poder funcionando normalmente.

O Urbanismo e a experiência brasileira

No início da década de 1920, há o surgimento de uma ciência que se dedicava especificamente às questões do desenvolvimento das cidades e execução de reformas urbanas: o urbanismo⁵. Com o desenvolvimento econômico e social das sociedades capitalistas (sem contar as sociedades socialistas), há duas vertentes do urbanismo que se destacam: A dos países do Norte Europeu de um lado, e a dos Estados Unidos de outro⁶.

A principal diferença entre esses dois contextos do urbanismo é grau de autonomia dado aos planejadores urbanos⁷. Enquanto no cenário Europeu o controle estatal das infraestruturas públicas (terras públicas, transporte, comunicação e etc.) é maior, nos EUA a participação governamental é menor, causando fragmentação nas políticas públicas, não dando conta de resolver os problemas sociais e regionais. Na Europa, as políticas públicas tem mais êxito devido a participação de setores populares, ao contrário dos EUA

⁴ Constante, Ricardo Martins, pág. 48.

⁵ Oliveira, Dennison de. Curitiba e o Mito da Cidade Modelo. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000. Pág. 16.

⁶ Idem, pág. 20.

⁷ Oliveira, Dennison de. Pág. 20.

onde essas políticas públicas são reguladas por uma ideia de mercado ligada aos setores capitalistas⁸.

O caso brasileiro é mais complexo que os casos acima citados. No período entre guerras o país assistiu as primeiras tentativas de institucionalizar os processos de planejamento urbano, não que isso não tenha acontecido antes, com por exemplo, Pereira Passos e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro em 1906, ou a construção de Belo Horizonte no fim do século XIX⁹. Apesar dessas tentativas, o cenário dos planos urbanísticos no Brasil é desolador, com tentativas frustradas, mau concebidas e incompletas¹⁰. Mas nesse cenário encontramos exceções, como o caso da construção da nova capital federal (Brasília), em 1960 e Curitiba.

O urbanismo em Curitiba

O atual plano diretor de Curitiba remonta a 1965, criado pela empresa Serete Engenharia S.A., em associação com o escritório de engenharia de Jorge Wilhem, ambos paulistas¹¹.

A partir desse plano, surge a figura importante de Jaime Lerner, idealizador do atual plano urbanístico de Curitiba. Sua atuação a partir de então será decisiva para o desenvolvimento urbano da cidade e podemos creditar, para o bem ou para o mau, o sucesso desse plano a sua figura e seu *staff* de engenheiros e arquitetos. Dentre as suas principais realizações destaca – se a Rede Integrada de Transporte.

O transporte público de Curitiba até a década de 1950 em Curitiba era de caráter informal, e principalmente a partir da primeira gestão do prefeito Jaime Lerner esse setor receberá uma guinada, tornando – se uma área de grande atuação do setor privado. A implantação do ônibus expresso, em 1974, e da Rede Integrada de Transporte, trouxeram novas perspectivas para o transporte público de Curitiba e no Brasil em geral.

Aliás, a cidade de Curitiba servirá de modelo para experiências urbanísticas no período da ditadura militar. A criação das regiões metropolitanas, por exemplo, vai ser implementada primeiramente em Curitiba. O regime militar recém instaurado, irá empreender um esforço na tentativa de implementar planos urbanísticos nas principais cidades do país. A cidade era perfeita para esse empreendimento, pois a criação do curso de arquitetura na Universidade Federal do Paraná e a criação do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) favoreceu a criação de uma elite de urbanistas (dentre eles Lerner e seu *staff*) que possibilitou a execução desse plano urbanístico para a cidade de Curitiba. A grande diferença do sucesso do plano urbanístico da Cidade de Curitiba sobre outras cidades brasileiras foi que, esse empreendimento foi posto em execução, considerando, claro, dificuldades como tempo e diferenças ideológicas no que se referentes a que caminho seguir na execução dos projetos¹².

É importante citar que, a projeção política de Jaime Lerner virá através de sua atuação como arquiteto e urbanista, abrindo um precedente particular na política brasileira, onde um político ganha notoriedade através de sua atuação essencialmente técnica dentro dos quadros institucionais para chegar a um alto cargo do executivo de uma

⁸ Ver Oliveira, Dennison de. Curitiba e o Mito da Cidade Modelo. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.

⁹ Oliveira, Dennison de. pág. 25.

¹⁰ Idem, pág. 14.

¹¹ Idem, pág. 49.

¹² Sobre essa questão ver Oliveira, Dennison de. Curitiba e o mito da cidade modelo. Inserção institucional do urbanismo em Curitiba. Pág. 63 – 110.

municipalidade. Lerner é um membro de uma nova tecnocracia que surge no contexto político brasileiro e irá ter ampla relação com o setor privado da economia¹³.

Imprensa paranaense: Uma breve história dos dois principais jornais do Paraná nas décadas de 60 e 70.

A imprensa (paranaense e nacional) constitui um importante veículo para a formação de uma opinião pública e para a imposição de uma ideologia de classe¹⁴. Os dois jornais escolhidos para serem usados como fonte histórica para a produção desse trabalho foram: *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*.

Os dois jornais, que durante muito tempo (e ainda atualmente) foram considerados os dois maiores jornais do estado do Paraná, atravessaram, durante a década de 50 e 60, profundas crises financeiras, e nesse momento, no caso da *Gazeta do Povo*, foi adquirido por seus atuais donos (os já Família Cunha Pereira e Lemanski) e o jornal *O Estado do Paraná* foi adquirido por Paulo Pimentel, e ficou sob seu poder até pouco tempo, em 2011.

Esses jornais, na época do recorte histórico desse trabalho, eram os jornais de maior tiragem e circulação de Curitiba e do estado do Paraná, tendo forte influência sobre a formação da opinião pública. Os dois jornais paranaenses repetem uma tendência muito comum na imprensa: os periódicos tem vinculações políticas – seja ligadas à situação ou à oposição – e são, geralmente, sustentada por elas. Além das vinculações políticas, ainda tinham relação com o setor privado (empresariado) estabelecendo forte influência nas decisões políticas que favorecessem os empresários.

O jornal *Gazeta do Povo*, foi adquirido pelos seus atuais donos em 1962, e começou um processo de modernização que durou aproximadamente 10 anos. Em 1973 os sócios compraram a TV Paranaense, Canal 12, passando então a transmitir a programação da Globo no Paraná (até então a afiliada da globo no Paraná era a TV Iguazu, de Propriedade de Paulo Pimentel).

O jornal *O Estado do Paraná* foi adquirido pelo então secretário da Agricultura de Ney Braga, Paulo Cruz Pimentel. O jornal se orgulhava da censura sofrida nos tempos da ditadura (principalmente no Governo Médici), mas isso não significava que o veículo de comunicação fosse contra os militares, mas sim o acirramento da censura se deu devido a problemas políticos e pessoais entre Paulo Pimentel (governador do Paraná entre 1966 – 1971) e seu sucessor Haroldo Leon Peres.

Construção da imagem de Curitiba como “cidade modelo” a partir de reportagens da Gazeta do Povo e O Estado do Paraná sobre a implantação do expresso em 1974¹⁵.

Em grande parte, os veículos de comunicação nas épocas áureas do milagre econômico do regime militar, compartilhavam de suas políticas excludentes¹⁶. A imprensa de uma forma geral, irá apoiar, ao menos no início o golpe militar de 1964¹⁷. O governo militar exercia um forte controle nos meios de comunicação que insistiam em apoiar – lo, distribuindo concessões, empréstimos e outros tipos de benefícios, até mesmo financeiros,

¹³ Daldegan, MilianCercal: “Mídia e Política: Um estudo sobre o prefeito Jaime Lerner nas primeiras páginas da gazeta do povo em dois períodos distintos (1971 – 1975 e 1989 – 1992)”. Disponível em www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiapolitica.

¹⁴ Martins, Ana Luiza e Luca, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: contexto 2012.

¹⁵ As fontes usadas para a realização do trabalho são reportagens dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* sobre o expresso durante todo o período de 1974.

¹⁶ Constante, Ricardo Martins. Pág. 15.

¹⁷ Ver Martins, Ana Luiza e Luca, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: contexto 2012.

aos jornais que divulgavam essas ideias pro – regime, criando assim uma forte infra – estrutura ideológica¹⁸.

Assim como o esse apoio burocrático e financeiro, o regime autoritário, ainda visando criar uma espécie de “monopólio das comunicações”, investiu amplamente na modernização do setor das comunicações, abrindo inúmeras concessões para a circulação de jornais e criação de emissoras de televisão¹⁹. O exemplo mais marcante disso, foi a criação da Rede Globo de Televisão, pelo empresário carioca Roberto Marinho, emissora que apoiou o regime ditatorial durante seu auge.

Os profissionais que atuavam nos órgão de imprensa vinculados de forma não oficial ao governo, atuavam como agentes que, através de sua atuação de legitimação do regime, “costuravam” alianças entre setores da sociedade que os militares almejavam. Esses profissionais da imprensa que pertenciam a esses quadros favoráveis ao governo, pode ser inseridos na categoria de *intelectuais* de Gramsci, que amplia esse conceito de intelectual a categoria de grupo social, que realiza uma atividade, mesmo que de caráter “informal”, sendo chamados pelo autor de *agentes – da superestrutura*²⁰.

Seguindo essa tendência nacional, os dois veículos de comunicação mais importantes do estado do Paraná, tinham ampla vinculação ideológica com as classes dominantes paranaenses. Apesar de não serem oficialmente vinculados à máquina estatal local e nacional, exerciam um importante papel na difusão da ideologia de Estado vigente no período. Por isso, podemos enquadrar esses dois veículos de comunicação no conceito desenvolvido por Louis Althusser de *Aparelhos Ideológicos de Estado*²¹.

Através da criação de um discurso que visava enaltecer as conquistas da administração municipal na criação de um novo sistema de transporte público, através das palavras, oculta dificuldades que esse sistema tem. Utilizando o discurso “crítico” torna a ideologia presente nas reportagens “transparente”, levando o leitor a aceitar de forma “acrítica” uma ideia imposta pelas elites que impõe um modelo²². No caso de Curitiba o modelo de transporte público.

As reportagens, tanto da Gazeta do Povo quanto do jornal o Estado do Paraná, mesmo quando criticavam o expresso (como no dia da inauguração do sistema, em 1974), assumiam uma postura de crítica, mas que ao mesmo tempo demonstravam uma “saída” para o problema, tentando mostrar que mesmo com a presença das adversidades o sistema de transporte era funcional e que tinha tudo para se atingir a perfeição.

Com a análise das reportagens podemos concluir que a imprensa contribuiu para a construção da imagem da cidade agindo na forma de um “braço” publicitário do Estado não oficial, assumindo essencialmente o discurso oficial vinculado a uma elite burocrática e tecnocrática estatal (municipalidade e governo federal) e das elites empresariais que irão investir no setor do transporte coletivo.

¹⁸ Constante, Ricardo Martins. Pág. 15.

¹⁹ Ver Martins, Ana Luiza e Luca, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. 2ª ed. São Paulo: contexto 2012.

²⁰ Ver Constante, Ricardo Martins. Pág. 15.

²¹ Althusser, Louis. “Os aparelhos Ideológicos de Estado” in: Ideologia e Aparelhos Ideológicos de estado. Ed. Presença, Lisboa, 1970. Pág. 41 – 52.

²² Orlandi, Eni. “Ideologia e Sujeito”; in: Análise do discurso: Princípios e Procedimentos. Ed. Pontes 2010. Pág. 45 – 50.

AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS ANTIFASCITAS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA DO PONTO DE VISTA ANARQUISTA

Autor: Leonardo David Micheleto

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola – antifascismo – sindicalismo

O presente trabalho investiga as causas das divergências e conflitos internos do bloco antifascista à época da Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939), mais especificamente nas tentativas de aliança entre as centrais sindicais CNT (anarcossindicalista) e UGT (socialista). Esta pesquisa procurou identificar as causas políticas assinaladas pelos anarquistas das cisões internas ao movimento, que influenciaram diretamente nos resultados da guerra.

Para realizar essa pesquisa, foi analisado o periódico anarquista *Gerona CNT*, da região de Gerona, na Catalunha. Esse periódico tinha uma tiragem diária, com a maioria de suas edições contendo quatro páginas. Em seu conteúdo, temos notícias das frentes de guerra, deliberações dos comitês da CNT, notícias da vida sindical, avaliações da conjuntura internacional, questões de economia, ataques e críticas políticas, chamados a reuniões e eventos, entre outros. Essa pesquisa se atentou à análise das polêmicas dos anarquistas com os comunistas e socialistas espanhóis, bem como suas argumentações em torno da aliança CNT – UGT, e às demais divergências, como por exemplo as posições em relação às coletivizações. Em mais de quarenta edições, no período disponível, esse assunto é debatido pelo jornal, muitas vezes citando periódicos de outras organizações ou até mesmo de jornais maiores da CNT, como o *Solidaridad Obrera*. O *Gerona CNT* só está disponível digitalizado online no período que vai do mês de julho até o mês de dezembro de 1937, por isso ficou definido esse corte. Portanto, a escolha desse periódico foi fruto da sua disponibilidade, pois existem jornais maiores e de mais importância no conflito que cobrem esses fatos, mas na época do início do trabalho não estavam disponíveis.

A Guerra Civil Espanhola é um tema não muito trabalhado na historiografia brasileira, talvez justamente pela distância que temos do espaço em que os fatos ocorreram, desse modo as principais fontes que poderiam auxiliar a contar essa história estão muito longe de nós.

A Guerra Civil Espanhola foi um episódio muito intenso que marcou a história do século XX. Foi no período anterior à Segunda Guerra Mundial, tendo início com o Golpe de Estado fascista em julho de 1936. Antes disso, houve um breve período de República democrática na Espanha, num contexto de grande efervescência política e intensa rivalidade entre as facções políticas. Ao mesmo tempo em que o fascismo espanhol ganhava corpo, a esquerda se reunia numa coalizão chamada “Frente Popular” para disputar as eleições, sendo essa coalizão aliada com a maior organização da Espanha¹, a CNT (Confederación Nacional del Trabajo), uma central anarco-sindicalista. Havia uma disputa entre a direita e a esquerda no jogo político eleitoral, alternando quem conquistava o poder. Nas eleições de 1936, a Frente Popular ganhou essa disputa, o que fez com que o fascismo (que vinha crescendo mundialmente) tramasse um Golpe de Estado, que foi levado a cabo no levante de 19 de julho. Esse levante gerou uma reação por parte do proletariado espanhol, que em várias cidades fizeram frentes de resistência, e em parte tiveram êxito, como é o caso de Barcelona e Madri. Gerona fica na região da Catalunha, onde se tinha um dos maiores movimentos operários da Espanha, daí a relevância do jornal *Gerona CNT* para entender os acontecimentos do período.

¹ CNT. *A Guerra Civil Espanhola nos Documentos Libertários*. Editora Imaginário. São Paulo, 1999. P. 19.

Ao lado dessas frentes de resistência, houve um movimento de construção de uma revolução social a partir de coletivizações, tanto no campo quanto na cidade, levado a cabo principalmente pelos anarquistas da CNT. Estes começaram a organizar a produção a partir de seus produtores organizados nos sindicatos, em que as assembleias de base tomavam as decisões em um sistema federalista e autônomo². Pode-se perceber no periódico analisado, que os ceenetistas a todo o momento chamavam a central sindical irmã, a UGT, a participar e defender as coletivizações que tinham construído juntas.

Por volta de 1937, um ano após o começo do conflito, a Espanha estava dividida entre uma zona fascista e uma zona republicana, e ambos os lados planejavam e executavam ataques em várias frentes, ao mesmo tempo em que procuravam se organizar internamente em seus blocos, compostos por diversas organizações.

Em meio a esse processo complexo, havia também os conflitos entre as organizações de esquerda espanholas, que virão a influenciar no resultado final desta guerra. E é sobre essa questão que o estudo é desenvolvido.

O estudo sobre a Guerra Civil Espanhola é relevante por diversos aspectos. Primeiramente, é a maior guerra civil do século XX, com um desfecho trágico que sensibilizou todo o mundo. Foi extremamente importante para o quadro mundial da época, em que uma vitória ou do lado fascista ou do lado antifascista significaria uma grande diferença no panorama geral dos conflitos mundiais. Foi importante para o futuro da Espanha, que ao final teve que ficar décadas sob o jugo do ditador Franco. Também é relevante no sentido de ser um prelúdio à Segunda Guerra Mundial, com os nazistas testando seu equipamento de guerra em cidades espanholas.

Mais precisamente, o estudo dos conflitos entre anarquistas e comunistas é especialmente relevante, pois eram as principais forças dentro do bloco antifascista, e seus desentendimentos e rivalidades influenciaram para a derrota antifascista na guerra civil. Nesse sentido, o estudo do por que dos conflitos terem se sobreposto à unidade é vital para o entendimento dos resultados e conseqüências dessa guerra civil.

Nesse sentido, o estudo sobre essas tendências, no ano de 1937, em que tanto a guerra civil quanto o conflito dentro da esquerda se intensificam, causando maiores tensões internas e externas, se torna indispensável para se entender a Guerra Civil Espanhola e seus desdobramentos, ainda mais na região da Catalunha, em que os esforços de todos os lados se concentravam por ter uma das cidades mais importantes da Espanha, com um grande movimento operário organizado. É nesse ano também que a supremacia do movimento operário começa a entrar em crise, com a guerra do norte, muito noticiada pelo periódico estudado, em que se percebe uma exaltação e um otimismo para com a vitória na guerra, porém, com o claro intuito de dar esperanças e incentivos aos combatentes milicianos que estavam no front, isso segundo o trabalho de Felipe Harter Balladares, *Tudo de Novo no Front: análise dos discursos jornalísticos sobre o desenvolvimento da frente norte na guerra civil espanhola*.

Os confrontos internos da aliança antifascista não tiveram suas causas apenas internas à Espanha. Segundo Antony Beevor³, que tem um dos trabalhos de grande importância sobre a Guerra Civil Espanhola, a atuação política desagregadora do Partido Comunista espanhol vem de ordens do próprio Stálin, que defendia a república parlamentar burguesa para a Espanha não ser vista como comunista perante o resto do mundo, pois isso minaria sua política externa de aliança com as repúblicas da Inglaterra e da França. Stálin mandara representantes russos para a Espanha afim de centralizar o poder nas mãos do Partido Comunista espanhol e forjar um exército com comando único, coisa que os

² BERTHIER, René. **Concepções anarco-sindicalistas da autogestão**. In: Autogestão e Anarquismo. Editora Imaginário. São Paulo, 2005.

³ BEEVOR, Antony. **A Batalha pela Espanha**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2007

anarquistas não aceitaram, por defenderem a milícia como a alma da guerra e da revolução, por sua estrutura diferente da militar, sem seu autoritarismo e hierarquia. O PC espanhol, que antes da guerra civil tinha um número muito pequeno de membros e que nos princípios de 1937 começou a aumentar muito esse número⁴, começou a se infiltrar no exército regular e nos cargos de governo, assim como fazia pressão ao velho sindicalista e líder do Partido Socialista, Largo Caballero, para que se fundisse os partidos. Segundo Gabriel Jackson, tinham-se colocando contra as coletividades, e a favor da pequena propriedade burguesa⁵.

Na primavera de 1937, saiu publicamente a denúncia das prisões secretas da NKVD, polícia política secreta comunista, em que eram mandados anarquistas, socialistas e até republicanos, que muitas vezes eram torturados e executados. Essa polícia comunista e a milícia anarquista chegaram a se enfrentar em Madri. Ao mesmo tempo, começava a se criar um racha dentro da CNT por causa da questão da colaboração governamental, em que membros dessa central sindical passaram a ter cargos no ministério. A CNT começava a perder influência e poder.

Em abril de 1937, houve a tentativa de tomada da telefonia por parte dos comunistas e socialistas. A telefonia era coletivizada e estava em mãos dos anarquistas da CNT, que podiam ouvir as conversas do governo de Madri e de Barcelona. Um comissário comunista chegou à Telefónica com três caminhões cheios de guardas de assalto, que renderam as sentinelas, mas foram detidos por uma rajada de metralhadoras disparada do andar de cima pelos anarquistas. Esse episódio chegou rapidamente aos militantes de toda a cidade e barricadas se armaram por vários bairros operários. Segundo Beevor, foi “uma guerra civil dentro da guerra civil”. Pessoas importantes dos dois lados foram mortas, como o secretário-geral da UGT da Catalunha, Antonio Sesé, e o intelectual anarquista italiano Camilo Berneri.

Após isso, deu-se também uma campanha de mentiras levadas a cabo pelos stalinistas, que inventavam conspirações e ligações entre trotskistas e nacionalistas, para atacar o POUM, partido marxista que era o maior aliado da CNT.

A problemática consiste em analisar o porquê, diante da ameaça nazi-fascista mundial, as divergências e rivalidades entre os anarquistas e stalinistas se sobressaíram no interior da Frente Popular e foram determinantes para a vitória de Franco na Espanha.

Esse processo nos faz levantar alguns problemas, tais quais: por que os anarquistas da CNT, ao mesmo tempo em que chamam a aliança com a UGT, fazem ataques ao PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha), que atua nessa central sindical? Por que os partidos socialista e comunista em momentos importantes se posicionaram contra as coletivizações que estavam sendo levadas a cabo em grande parte pelos anarquistas? Quais foram as atitudes que impediram a formação de um bloco antifascista mais unificado?

São muitas as perguntas que se podem fazer em relação a esse complexo conflito, que alternam momentos de aliança e de crise, em que um bloco que deveria se manter unido chegou muitas vezes a gerar em seu seio rivalidades de morte entre a CNT e o Partido Comunista, como nos mostra Gabriel Jackson⁶.

Nesse sentido, as fontes analisadas ajudam a responder a essas questões pelo viés explicativo anarquista, que representa uma visão política, de um setor da classe operária desse determinado momento histórico, não tendo essa pesquisa pretensões de explicações totalizantes a essas respostas.

⁴ JACKSON, Gabriel. **A república espanhola e a Guerra Civil 1931-1939**. Vol. II. Editora Europa-América, 1973 p. 86.

⁵Idem. P.87

⁶ Idem. p. 66.

Os resultados mostram um grande esforço por parte do *Gerona CNT* em estabelecer e reforçar a aliança CNT-UGT, pois disso dependia o futuro da guerra. As forças fascistas são muito fortes e somente uma aliança das duas poderosas centrais sindicais poderia trazer uma vitória ao proletariado. A aliança era construída a partir de um Comitê de Enlace, como nos mostra a edição de 15/08/37 de *Gerona CNT*, nº61 em que os objetivos dos Comitês de Enlace eram superar as travas no movimento de aliança, pequenos desentendimentos cotidianos, gerados muitas vezes por indivíduos mal-intencionados, que as vezes travavam mais que as doutrinas. E reforçar a aliança, pensando ações conjuntas. Os delegados desses comitês não poderiam ser indivíduos que não concordassem com a aliança.

Nesse artigo, o autor (não identificado) coloca como obstáculos da aliança os desentendimentos cotidianos entre indivíduos ou pequeno grupo de indivíduos, e as divergências ideológicas não são vistas como as principais barreiras à aliança.

Porém, em outros artigos de outras edições, as críticas políticas aparecem, e são críticas muitas vezes das práticas políticas das outras organizações, ou mesmo de conceitos políticos que visam à atuação prática: em 22/10 sai um artigo sobre a independência dos sindicatos frente aos partidos, em que o *Gerona CNT* alega que sempre se falava de tal ou qual organização operária estar submetidos a algum partido ou partidos, que brigavam pela hegemonia dentro do sindicato. Para os anarquistas, o resultado era sempre o mesmo: perda da independência do sindicato ou declínio da sua missão fundamental de emancipação do proletariado. A maior parte das lutas intestinas viria desse conceito das outras tendências de que o sindicato tem alcance limitado e seria menor de idade. Seu problema imediato era a passividade frente a problemas fundamentais do proletariado, que são deixados para outros resolverem, estes nem sempre com interesses coincidentes com os do proletariado. Assim, toda divergência dentro do partido passa ao sindicato, numa luta pela sua direção. Se o problema vem de fora do sindicato, é bem mais difícil remediá-lo. Isso não quer dizer que não deveria haver militantes de partido dentro dos sindicatos, era importante que tivesse, mas que respeitasse a liberdade de determinação dos operários organizados. Por fim, ressaltam que a relação da CNT com a FAI é de respeito e colaboração. FAI sendo a organização política anarquista que atuava dentro da CNT.

Em 15/10, o jornal exalta a adesão de um órgão Partido Comunista à campanha em favor de depurações em partidos e organizações: ressalta a responsabilidade de alguns partidos terem acolhido em suas organizações setores reacionários e anti-operários do país. Em julho passado (07/37), se sabia quantos afiliados tinham cada organização de esquerda do país. O PC não tinha quase ninguém e de repente começou a anunciar que era a mais numerosa, com militantes na vanguarda e retaguarda. Segundo *Gerona CNT*, tinha levado um bando de “neófitos” que não se preocupavam com o caráter essencial do partido. Depurar os traidores nas fileiras antifascistas, que traíam e faziam espionagem era uma tarefa essencial no momento, em que a guerra estava ficando cada vez mais intensa, e ter membros contrários ao interesse dos trabalhadores dentro de organizações antifascistas se tornava muito perigoso. Todos estavam sujeitos a isso, mas, segundo os anarquistas do periódico, organização que trazia militantes sem nenhuma segurança antifascista só conheciam uma.

Enfim, o periódico estudado é muito rico no quesito história política, pois traz discussões entre os expoentes das organizações, tendo contribuído para este, nomes como Federica Montseny, que ocupou o cargo do Ministério da Saúde e Assistência Social no governo de Largo Caballero; Pagé y Villa, outro intelectual, entre outros. Traz também denúncias de manobras políticas, principalmente do Partido Comunista espanhol, que corroboram com as obras de Antony Beevor e Gabriel Jackson, em que colocam que o Partido Comunista da Espanha não vinha como uma força para somar na luta antifascista,

mas que tinha interesses externos ao do proletariado espanhol daquela época, e acabou por sabotar a luta antifascista.

Para finalizar, o estudo corrobora com a visão de Pierre Ansart, em seu estudo sobre ideologias, presente na obra *Ideologia, Conflitos e Poder*, em que analisa a ideologia política como um tipo de imaginário social, um sistema de valores, símbolos e significados que levam a um modelo de organização social, e que geram paixões, que vão influenciar na ação social dos agentes. Portanto, apesar de em alguns momentos os anarquistas do *Gerona CNT* colocarem que as divergências entre os militantes das centrais sindicais são pessoais, isso pode vir de todo um sistema de representações que tem a ver com suas ideologias, e que geram resultados, conflitos em seus cotidianos.